



Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História

JÚLIO CÉSAR PESSOA DE BARROS

**Conflitos e negociações no campo durante  
o primeiro governo de Miguel Arraes  
em Pernambuco (1963-1964)**

RECIFE

2013

**JÚLIO CÉSAR PESSOA DE BARROS**

**Conflitos e negociações no campo durante  
o primeiro governo de Miguel Arraes  
em Pernambuco (1963-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Christine Paulette Yves Rufino Dabat**

RECIFE

2013

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4-985

B277c Barros, Júlio César Pessoa de.  
Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964) / Júlio César Pessoa de Barros. – Recife: O autor, 2013.  
240 f. il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Christine Paulette Yves Rufino Dabat.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Pós-Graduação em História, 2013.  
Inclui referência, apêndice e anexo.

1. História. 2. Pernambuco – Política e governo. 3. Arraes, Miguel, 1916 – 2005. 4. Trabalhadores rurais. 5. Movimentos sociais. I. Dabat, Christine Paulette Yves Rufino. (Orientadora). II. Título.

981 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2013-169)



**ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO ALUNO JÚLIO CÉSAR PESSOA DE  
BARROS**

Às 14h do dia 23 (vinte e três) de agosto de 2013 (dois mil e treze), no Curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Júlio César Pessoa de Barros** intitulada “**Conflitos e negociações no campo durante o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco (1963-1964)**”, em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**APROVADO**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Christine Paulette Yves Rufino Dabat (orientadora), Maria do Socorro de Abreu e Lima e Tiago Bernardon de Oliveira. A validade deste grau de Mestre está condicionada à entrega da versão final da dissertação no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 23 de agosto de 2013.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Christine Paulette Yves Rufino Dabat

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro de Abreu e Lima

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tiago Bernardon de Oliveira

Prof. Dr. George Felix Cabral de Souza

Sandra Regina Albuquerque

À **Maria Pessoa de Barros** (*Dona Sula*), trabalhadora rural de Vitória de Santo Antão, minha avó...

Viveu o período que me proponho a estudar.

Seus posicionamentos, a respeito do tema desta dissertação, em grande parte diferentes dos meus, tornou-se um incentivo para escrevê-la.

À memória de **Eliel Antônio Pessoa de Barros**, que sempre encheu nossas vidas de alegria.

## AGRADECIMENTOS

Se estivesse sozinho nesta caminhada não teria conseguido. Estes agradecimentos são, sobretudo, para vocês que não me deixaram desistir.

Agradeço a quem chamo de Deus, por todas as vezes que pedi força para continuar. Obrigado por ter me escutado.

À minha avó, Maria Pessoa de Barros, por ter me presenteado com suas memórias de trabalhadora rural. Em nossas conversas, as divergências surgidas foram um verdadeiro estímulo para continuar a pesquisa nas fontes.

Para minha mãe, Eli Pessoa de Barros, é impossível prestar agradecimento. Faço, portanto, uma dedicatória. Não desta dissertação, que é pequena demais. Mas dedico-lhe minha vida, que mesmo assim, ainda é tão pouco, pelo tudo que me fez e ainda tem feito. Nos momentos de angústia, suas palavras de conforto ajudaram a aliviar a tensão.

Jana sempre foi uma companheira inseparável. Mesmo tentando, nunca consigo retribuir o cuidado diário. Em diversos momentos contei com sua ajuda. Especificamente para dissertação, tive seu apoio na triagem das fontes e nas correções.

Agradeço ao carinho recebido das tias Edileuza, Edizia, Eliete, Edna e Ednizia. Esta última cedeu sua casa para que pudesse finalizar a escrita. A mesa de jantar virou suporte para computador e livros. Todos os primos e primas, cuja lista não caberia aqui, sintam-se também agradecidos.

À “*ClaLisa*” (Clarissa e Lisa) é assim que quero agradecer a vocês. Juntas, como uma só. O projeto foi escrito na casa de vocês. As conversas, os desabafos, as risadas, as cobranças, os incentivos foram importantes para que pudesse continuar. Obrigado por me chamarem de amigo.

Comprometimento, responsabilidade, rigor e compreensão, são algumas palavras que ajudam a definir a orientação que recebi da professora Christine Dabat. Exemplo profissional e pessoal. Soube conduzir minhas limitações teóricas e de tempo. Mais do que agradecer, gostaria de pedir desculpas pelos atrasos e por tê-la feito trabalhar tarde da noite e nos finais de semana.

Professora Socorro Abreu, com sua gentileza e boa vontade, sempre esteve presente nesta caminhada acadêmica. Acolheu-me em seu grupo de estudo, foi professora na graduação, especialização e mestrado, participou da banca da monografia. Por ocasião do exame de qualificação e defesa, agradeço as sugestões e, sobretudo, por ter apontado os diversos erros, equívocos e omissões que cometi.

Ao professor Tiago Bernadon agradeço a leitura atenciosa e as sugestões dadas durante o exame de qualificação e defesa.

Luciana Varejão deixou-me saudades, seus livros e, acima de tudo, um aprendizado de vida enorme que foi importante na escrita desse texto. Não apenas dividimos apartamento, mas um pouquinho da vida de cada um.

Débora Araújo, Magda Pedroza e Fernanda Souza, obrigado por entenderem minhas ausências. Voltar ao convívio de vocês era um estímulo para terminar a dissertação.

Barbosa e Lúcia me ajudaram em algumas ocasiões em Recife. Quando estive doente, abriram as portas de sua casa. Espero poder retribuir o suporte dado.

Raissa Paz foi uma boa companhia nas idas ao APEJE. Israel Ozanam sempre esteve disposto a ouvir sobre este trabalho. Reconheço que nossa amizade é fruto de sua perseverança. Grande historiador com quem tive a honra de ser colega de graduação.

Com a professora Salete Silva dei meus primeiros passos na História. Levava-me para encontros, palestras e conferências. Espero ser um pouco do profissional que você é.

O quantitativo de fontes pesquisadas não seria possível sem a ajuda de Vanessa Albuquerque. Seu bom humor tornou a cansativa jornada pelos arquivos um pouco divertida.

Foi com imensa boa vontade que Diogo Galvão atendeu meu pedido para elaboração do mapa presente nesta dissertação. Um trabalho cansativo de demarcar os limites territoriais dos municípios pernambucanos existentes em novembro de 1963.

Romain Fily, Julien Legland, Bruna Teixeira e Carolina Fernandes trouxeram alegrias. Espero que nossos caminhos se encontrem novamente.

Obrigado aos colegas do grupo de estudo “Açúcar, trabalho e história” pelos debates instigadores. José Marcelo e suas provocações teórico-metodológicas foram sempre bem-vindas. Paula Kelly revisou as notas de rodapé e a bibliografia, quanta generosidade para alguém que mal me conhecia.

Na secretaria do PPGH, pude contar com a boa vontade e solicitude de Sandra. Muito obrigado.

Agradeço a Bryan Pitts que ajudou na pesquisa do *The New York Times* e na elaboração do *abstracty*.

Agradeço a Madalena Arraes que abriu as portas do Instituto Miguel Arraes, ainda em processo de catalogação dos arquivos. Agradeço também a Sandra e Sheila, que foram muito gentis e auxiliaram na consulta dos documentos.

Na FUNDAJ, agradeço ao jovem estudante Hélder, estagiário do acervo de documentação oral do CEHIBRA, que soube compreender as necessidades de um pesquisador e atendeu, com boa vontade, as diversas solicitações por entrevistas.

No APEJE, Hildo Leal da Rosa, grande conhecedor do arquivo, localizou importantes documentos utilizados nessa pesquisa. Luiza foi a funcionária responsável pelo transporte e higienização. Muito obrigado.

Agradeço a Antônio Fausto do Nascimento e Antônio Carlos Cintra do Amaral que aceitaram dividir comigo um pouco de suas memórias.

No antigo trabalho, na Gerência de Políticas Educacionais do Ensino Médio, agradeço a Cantaluze, Andrea, Raquel e Selma que ajudaram a compatibilizar os horários do mestrado. Alison Fagner foi um grande companheiro, telefonando, mandando mensagem, nunca distante. O mesmo pode ser dito para Maria Conceição. Clara Catanho sempre se mostrou disponível.

No IFPE, os colegas Solange Lopes, Márcio Alves e Maciel Carneiro diminuíram minha carga horária de trabalho para que pudesse finalizar a escrita. Aos alunos, agradeço por entenderem (ou não!) que o professor estava sempre cansado.

À CAPES agradeço o financiamento da pesquisa, mesmo com o temor de perder a bolsa. Espero que esta dissertação, e as inúmeras outras defendidas por estudantes-trabalhadores, sirva como exemplo de que a política de concessão de bolsas a trabalhadores, principalmente para nós professores da educação básica, foi um acerto e não um equívoco.

Todas estas pessoas foram importantes para a conclusão desta pesquisa e com elas divido qualquer julgamento positivo que porventura receber. Entretanto, todos os erros, imprecisões e falhas nela contidos são apenas meus.

*Poderás não encontrar aqui – e certamente não encontrarás – toda a verdade, mas aquilo que tenho como minha verdade. Dirias que irás defrontar a verdade que julgo ser verdade pois é aquela em que creio, desde que a sinto, desde que a apalpo, desde que a vejo dentro e fora de mim. Só te peço que a confrontes com as outras verdades, com a tua verdade, e, por esse confronto, me julgues.*

**Francisco Julião.**  
*Até quarta, Isabela!*

*O passado conta. É alicerce no qual se encontra arrimo. (...)*

*Por isso, outros relatos começam a aparecer. Poderão completar a foto, ressaltar certos ângulos, indicar pontos não apreendidos na observação feita então.*

*É positivo que isso ocorra e que venha de todos os lados, contra ou a favor.*

**Miguel Arraes.**  
*Introdução. Tempos de Arraes*

*Este trabalho foi escrito sob o signo da paixão (...). Paixão no mais amplo e estrito sentido (...). Este posicionamento causará arrepios e um dar de ombros por parte de muitos: é uma obra engajada, que não é, portanto, residência da ciência. Haveria uma multidão de argumentos teóricos para replicar, mas prefiro não seguir esse caminho. Não indaguei, pois, do surgimento da paixão: apaixonei-me apenas; e entrei na corrente, deixei o barco correr.*

**Francisco Oliveira.**  
*Prefácio. Elegia para uma re(li)gião*

## RESUMO

De 31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964 foi o tempo que durou o primeiro governo de Miguel Arraes em Pernambuco. Para os contrários, foram catorze meses de agitação social. Já para os favoráveis, liberdade e democracia resumem o período. Utilizando o mesmo argumento, acusadores e defensores teceram suas críticas: a gestão dos conflitos de classe, quando o governo procurou transferir para a esfera social o tratamento das reivindicações dos trabalhadores rurais. Na presente pesquisa, inicialmente estudou-se a atuação da polícia e da Secretaria Assistente, os dois principais órgãos no cumprimento deste intento. Evidenciaram-se as mudanças, as permanências e as críticas positivas e negativas que receberam. Posteriormente, foram repertoriadas as principais reivindicações de trabalhadores e patronato rural e os recursos de negociação que ambos utilizaram na consecução de seus objetivos. Por fim, analisaram-se as relações estabelecidas entre governo, movimentos sociais e órgãos de classe patronal, com destaque para a pressão que esses dois últimos exerceram sobre o primeiro, o desgaste do Executivo estadual perante os movimentos sociais e a oposição sistemática desenvolvida pelos órgãos de classe patronal.

Palavras-chave: Pernambuco. Zona da Mata. Primeiro governo Arraes. Trabalhadores rurais. Patronato rural.

## **ABSTRACT**

The first Miguel Arraes government in Pernambuco lasted from January 1, 1963 to April 1, 1964. For his opponents, these 14 months were characterized by social agitation; for his supporters, liberty and democracy defined the period. Yet both his critics and his defenders based their arguments on the same premise: His administration was characterized by class conflicts, as the government focused its social policy on addressing the demands of rural workers. This study begins with an examination of the roles of the police and the Secretary of Assistance, the two principal agencies entrusted with carrying out this goal, with an emphasis on the changes, continuities, and positive and negative critiques they received. Next, it lists the principal demands of both workers and rural landowners and the negotiation strategies that both used to achieve their objectives. Finally, it analyzes relations between the government, social movements, and landowners' organizations, highlighting the pressure that the latter two exercised upon the former, the weakening of the Arraes government in the face of pressure from social movements, and the systematic opposition carried out by the landowners' organizations.

**Keywords:** Pernamubuco. Zona da Mata. First Arraes government. Rural workers. Rural landowners.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – O termo comunismo na imprensa escrita – 1920 a 1970.....	42
Imagem 1 – Vassouras e cartazes (“que falta faz um Fidel Castro”) receberam Cid em Palácio .....	45
Imagem 2 – Assim se vinga Fidel Castro .....	47
Imagem 3 – A pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta.....	56
Gráfico 1 – Greves em Pernambuco (31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964).....	114
Gráfico 2 – Greves em Pernambuco com Mediação da Secretaria Assistente (31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964) .....	116
Gráfico 3 – Greves em Pernambuco com mediação da Secretaria Assistente e DRT (31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964) .....	117
Mapa 1 – Jurisdição das Delegacias Assistentes .....	132

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Brasil – evolução e distribuição das exportações de açúcar (todos os tipos), por continentes e principais destinos – 1950/1965 (em tonelada métrica).....	49
Tabela 2 – Produção de açúcar em Pernambuco – safras 1950/51 a 1964/65 (em sacos de 60kg) .....	51
Tabela 3 – Produção de alimentos no Brasil (1950-1960) ..	61
Tabela 4 – Indústria no Brasil (1950-1960).....	62
Tabela 5 – Greves em Pernambuco – 31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964.....	144
Tabela 6 – Localização das greves em Pernambuco – 31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964 .....	145

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

**ADEP** – Ação Democrática Popular

**AP** – Associated Press

**APEJE** – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

**CEHIBRA** – Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira da Fundação Joaquim Nabuco

**CGT** – Comando Geral dos Trabalhadores

**CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho

**CONSINTRA** – Conselho Sindical dos Trabalhadores

**CPA** – Conselho de Política Aduaneira

**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

**CUP** – Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco

**DOE** – Diário Oficial do Estado de Pernambuco

**DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social

**DP** – Diário de Pernambuco

**ESG** – Escola Superior de Guerra

**ETR** – Estatuto do Trabalhador Rural

**FTRP** – Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco

**FUNDAJ** – Fundação Joaquim Nabuco

**IAA** – Instituto do Açúcar e do Alcool

**IAPI** – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Previdenciários

**IBAD** – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**INDOC** - Instituto de Documentação da Fundação Joaquim Nabuco

**IMA** – Instituto Miguel Arraes

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**JC** – Jornal do Commercio

**MESP** – Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco

**OPA** – Operação Pan-Americana

**OEA** – Organização dos Estados Americanos

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**PDC** – Partido Democrata Cristão

**PSD** – Partido Social Democrático

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro

**PSP** – Partido Social Progressista

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**PTN** – Partido Trabalhista Nacional

**SINDAÇÚCAR** – Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Pernambuco

**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

**SSP** – Secretária de Segurança Pública

**TRT** – Tribunal Regional do Trabalho

**TRE** – Tribunal Regional Eleitoral

**UDN** – União Democrática Nacional

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UH-NE** – Última Hora Nordeste

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**UPI** – United Press International

**USAID** – United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<i>Um governo interrompido e a persistência da memória, p. 17 – Tempos passados... Escritos presentes... Tempos presentes... Escritos passados, p. 21 – Memórias escritas, libertadas. Uma parte do passado que se revela... que se quer revelar, p. 23 – Conflitos e negociações, o caminho traçado, p. 27. – As fontes e o caminho seguido, p. 30.</i>	

### Capítulo 1

<b>TEMPOS DE GUERRA FRIA: O BRASIL E PERNAMBUCO NO INÍCIO DOS ANOS 60</b> .....	34
---	----

1.1 A GUERRA FRIA E “O MEDO DA ‘DESTRUIÇÃO MÚTUA INEVITÁVEL’” .....	35
<i>A “Paz Fria”, p. 36 – O Ocidente capitalista versus a “ameaça comunista”, p. 38.</i>	

1.1.1 A Revolução Cubana e o medo do comunismo em Pernambuco e no Brasil .....	40
<i>Acepções do termo comunismo no discurso jornalístico, p. 42 – As repercussões da Revolução Cubana na imprensa pernambucana, p. 45 – A produção açucareira em Pernambuco em tempos de Revolução Cubana, p. 48 – Os interesses dos Estados Unidos em Pernambuco após a Revolução Cubana, p. 54.</i>	

1.2 O BRASIL: INDUSTRIALIZAÇÃO E DESIGUALDADE REGIONAL.....	60
<i>Cinquenta anos em cinco, p. 63 – As raízes do Golpe Militar de 1964, p. 64 – “O pacto industrial-agrário do nacional-desenvolvimentismo”, p. 68.</i>	

1.3 “A SINGULARIDADE DA VIDA POLÍTICA PERNAMBUCANA” .....	71
<i>“A concretização da aliança partidária nacionalista”, p. 73 – “Criou-se no povo a consciência de sua força”, p. 75 – “É melhor um gaúcho escolhido pelos pernambucanos do que um pernambucano escolhido pelos gaúchos”, p. 76 – “Usineiros e comunistas na mesma frente de luta”, p. 77 – “A incapacidade das classes dominantes locais de atender às mínimas necessidades dos trabalhadores”, p. 79 – “O governo Arraes, no seu conjunto, foi o que melhor serviu ao Recife”, p. 80.</i>	

### Capítulo 2

<b>CATORZE MESES DE GOVERNO</b> .....	82
---------------------------------------	----

2.1 ANTIGAS ESTRUTURAS... NOVAS FUNÇÕES: A POLÍCIA E A SECRETARIA ASSISTENTE .....	87
--	----

2.1.1 Questão social não é caso de polícia .....	88
--	----

2.2.2 O entendimento entre as classes em conflito: a Secretaria Assistente .....	94
<i>No governo Cid Sampaio, p. 95 – No governo Arraes, p. 98 – Antônio, Fernando e um cargo, p. 99 – “Os meninos da Secretaria de Assistência”, p. 102 – Funcionamento e atuação da Secretaria Assistente, p. 106 – A Secretaria Assistente se amplia: criação e funcionamento das Delegacias Assistentes, p. 121.</i>	

Capítulo 3

<b>ENTRE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NO CAMPO: MOVIMENTOS SOCIAIS, ÓRGÃOS DE CLASSE PATRONAL E GOVERNO DE PERNAMBUCO</b> .....	142
3.1 GREVES EM PERNAMBUCO DURANTE O GOVERNO ARRAES.....	142
<i>As greves no campo, p.145.</i>	
3.1.1 <b>As lutas pela efetivação de direitos no campo</b> .....	146
<i>O 13º salário, p. 147 – O salário mínimo, p. 158 – “A Tabela da Paz”. A Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo, p. 164 – 200 mil trabalhadores rurais parados. Greve geral, aumento de salário e contrato coletivo de trabalho, p. 176.</i>	
3.2 <b>ÓRGÃOS DE CLASSE PATRONAL E A CAMPANHA PELO “JUSTO PREÇO DO AÇÚCAR”</b> .....	187
<i>“Preço justo do açúcar para garantir melhor assistência aos trabalhadores do campo”, p. 189.</i>	
3.3 <b>OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E O DESGASTE DO GOVERNO ARRAES</b> .....	193
<i>Os padres Crespo e Melo, p. 194 – Júlio Santana e o Sindicato Rural de Barreiros, p. 197 – Os trotskistas, p. 200.</i>	
3.4 <b>A OPOSIÇÃO SISTEMÁTICA DOS ÓRGÃOS DE CLASSE PATRONAL AO GOVERNO ARRAES</b> .....	207
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	212
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	216
<b>APÊNDICE</b> .....	224
<b>ANEXO</b> .....	238

## INTRODUÇÃO

*A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.*

Marc Bloch<sup>1</sup>

Quatrocentos e vinte e cinco dias... Cinquenta e sete semanas... Catorze meses...

Pouco mais de um ano foi o tempo que o governador, eleito em 1962, esteve no cargo em Pernambuco. A princípio, o mandato deveria se estender até inícios de 1967. Entretanto, o Golpe Militar deflagrado em 1º de abril de 1964 impediu que o exercício do cargo eleitoral fosse concluído. Conhecido por *Tempo de Arraes*, epíteto dado por Antônio Callado<sup>2</sup>, o período marcou a chegada de Miguel Arraes de Alencar ao governo de Pernambuco. Antes, Arraes já havia ocupado cargos na administração pública e mandatos eletivos de deputado estadual e prefeito do Recife<sup>3</sup>, e seu nome era abertamente apontado como possível candidato nas eleições presidenciais previstas para 1965.

Embora não concluído, e talvez exatamente por isso, este governo interrompido marcou a trajetória de vida e política (se é que se pode separar uma da outra) de Miguel Arraes. No âmbito pessoal, as posturas assumidas durante o mandato lhe custaram a prisão, o exílio e o recomeço em outro país. Em 1979, a anistia o trouxe de volta e, mais uma vez, o recomeço em outro país. Catorze anos depois, o Brasil já não era o mesmo.

### Um governo interrompido e a persistência da memória<sup>4</sup>

Entretanto, para Arraes: “penso que o povo brasileiro é o mesmo que deixei. Que sua juventude é mais consciente ainda. Que seus trabalhadores souberam abrir caminho para a democracia e que me trouxeram de volta ao nosso país”<sup>5</sup>, teria dito quando chegou ao Brasil, em 15 de setembro de 1979. Mais que uma simples frase, esta afirmação denotava o

<sup>1</sup> BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 65. [esta e todas as demais citações utilizadas neste trabalho foram transcritas para a norma gramatical vigente].

<sup>2</sup> Título do livro de Antônio Callado, com primeira edição publicada em 1964, onde foram compiladas suas reportagens sobre o governo de Pernambuco. CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes: a revolução sem violência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

<sup>3</sup> Além de cargos ocupados no Instituto do Açúcar e Alcool (1943-1947), Arraes foi secretário da Fazenda nos governos Barbosa Lima Sobrinho (1948-1950) e Cid Sampaio (1959), deputado estadual (1950-1954 e 1954-1958) e prefeito do Recife (1959-1962). Os dados para elaboração desta nota foram retirados de: BARROS, Adirson. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: Equador, 1965. p. 103.

<sup>4</sup> *A persistência da memória (La persistencia de la memoria)* é o título de uma obra de Salvador Dalí, de 1931.

<sup>5</sup> ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 114. (A autora não cita sua fonte).

sentimento de que o governo interrompido em 1964 pudesse ainda estar presente na memória coletiva<sup>6</sup> da população.

No âmbito político, foi durante as eleições para governador de Pernambuco, em 1986, que este debate se mostrou bastante latente. Analistas<sup>7</sup> daquele pleito creditaram ao “vínculo psicológico”<sup>8</sup> e à “referência histórica”<sup>9</sup> com o primeiro governo, que marcaram a campanha eleitoral, como elemento principal para o triunfo de Miguel Arraes vinte e dois anos depois de ter sido deposto.

Num panfleto com propaganda política<sup>10</sup> da época, o *slogan* “a esperança está de volta” sintetiza o tom dado à campanha. Os idealizadores<sup>11</sup> do mote buscavam vincular o novo governo com a gestão impedida, no 1º de abril de 1964, de ser concluída. A esperança estava depositada na volta de um governador que havia sido destituído de seu cargo. Tal associação só poderia ser feita levando em consideração que a memória coletiva atribuisse sentido positivo ao primeiro governo, algo que despertasse nas pessoas o desejo de continuação. A margem de 53,5%<sup>12</sup> de votos deu não apenas a vitória, mas também a certeza de que os catorze meses de governo eram lembrados, sobretudo positivamente, pela maioria dos pernambucanos.

---

<sup>6</sup> No sentido de “um instrumento e um objeto de poder”, como proposto por LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira et al. 5ª ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2003. p. 470.

<sup>7</sup> Destaque para a coletânea organizada por LAVAREDA, Antônio (org.). *A vitória de Arraes*. Recife: Inojosa, 1987.

<sup>8</sup> ANDRADE, Bonifácio; LAVAREDA, Antônio. *A vitória de Arraes: a mudança da geografia eleitoral, o significado do voto e a alteração das preferências*. In: LAVAREDA, Antônio (org.). *A vitória de Arraes...* Op. cit. p. 32

<sup>9</sup> ROCHA, Abelardo Baltar da. *Arraes: a vitória das alianças e um governo de esperanças*. In: LAVAREDA, Antônio (org.). *A vitória de Arraes...* Op. cit. p. 42.

<sup>10</sup> A propaganda a que nos referimos consiste num pequeno caderno composto de 16 laudas (8 páginas), contendo 12 poemas a respeito de Miguel Arraes. Na capa, está exposto o título da publicação: “*Miguel Arraes um nome que se faz poesia*”, e no verso, o *slogan* da campanha de 1986, acompanhado dos nomes dos candidatos: “*A esperança está de volta. Arraes. Governador PMDB. Vice Carlos Wilson. Senadores: Mansueto de Lavor e Antônio Farias*”. O referido caderno foi adquirido em um sebo pelo autor e faz parte de seu acervo pessoal.

<sup>11</sup> Usamos o termo, idealizadores, para não incorrerem em anacronismo histórico. Entretanto, o sentido que queremos conferir é o de profissionais de *marketing* político, ou, num sentido pejorativo, marqueteiros políticos, ou, ainda, como se definem em sua associação de classe (Associação Brasileira de Consultores Políticos – ABCOP), consultores políticos. Embora a denominação seja recente, a participação de pessoas na organização e idealização de campanhas políticas pode ser observada em vários momentos históricos. Sobre o assunto ver: QUEIROZ, Adolpho Carlos Françoso et al. *De Quintino Bocáiuva a Duda Mendonça: breve história dos marqueteiros políticos no Brasil republicano*. In: *Anais. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 28, 2005. Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM. Disponível também em: < <http://www.metodista.br/poscom/cientifico/publicacoes/docentes/artigos/artigo-0106> > acesso em: 09 mar. de 2013.

<sup>12</sup> A fonte é o relatório SERPRO/TRE, disponível no anexo I em: LAVAREDA, Antônio (org.). *A vitória de Arraes...* Op. cit., p. 137.

Ainda na esfera política, outro fato que nos ajuda a compreender a importância histórica dada ao governo Arraes<sup>13</sup> tem como marco temporal o ano de 2005, mais precisamente nos dias que sucederam sua morte, em 13 de agosto daquele ano. O então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, além de se fazer presente no funeral, decretou luto nacional de três dias, posteriormente, foram realizadas sessões solenes no Congresso Nacional: em 14 de setembro, na Câmara dos Deputados e, em 15 de setembro, no Senado Federal.

Ao analisar os discursos proferidos na Câmara dos Deputados<sup>14</sup>, em 2005, localizaram-se trinta e nove falas que prestaram homenagens póstumas a Miguel Arraes. Deste montante, em vinte ocasiões foi citado o primeiro governo ou eventos ligados diretamente a este mandato eletivo. As manifestações de respeito foram feitas de formas variadas: enfatizando o caráter, as posições políticas, as realizações dos seus governos etc. Dito de outro modo, relembrar os anos de 1963-1964 foi a forma encontrada por alguns deputados para reverenciá-lo. Em mais da metade das ocasiões, os deputados consideraram relevante salientar os eventos históricos ligados ao primeiro governo como forma de homenagear Miguel Arraes de Alencar.

Socialmente, fruto de um esforço dos poderes públicos, o nome Miguel Arraes de Alencar aparece onipresente no cotidiano das pessoas, designando escolas, rodovias, hospitais etc. Num levantamento de dados no *Diário Oficial do Estado de Pernambuco* (DOE) localizaram-se as seguintes construções: Barragem do Prata Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>15</sup> (Bonito); Espaço Cultural Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>16</sup> (Brejo da Madre de Deus); Rodovia Miguel Arraes de Alencar<sup>17</sup> (Bonito); Hospital Metropolitano Norte Miguel Arraes<sup>18</sup> (Paulista); Ponte Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>19</sup> (entre Brejo da Madre de Deus e Santa Cruz do Capibaribe); Rodovia Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>20</sup> (Araripina); Rodovia Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>21</sup> (Ipubi); Laboratório

---

<sup>13</sup> Para fins deste trabalho, o termo “governo Arraes” refere-se ao período de 31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964 (não confundido com os outros dois mandatos de governador em Pernambuco – 1987/1990 e 1995/1998). Na leitura dos *Anais da Assembleia Legislativa* consta na ata da Sessão Extraordinária, realizada em 1º de abril de 1964, que o cargo de governador foi considerado vago após as 18 horas e 15 minutos. *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 10 de março a 27 de maio de 1964, p. 113.

<sup>14</sup> Os discursos foram consultados no sítio da Câmara Federal, disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/deputados/discursos-e-notas-taquigraficas> > em diversos dias ao longo dos anos 2012 e 2013. Último acesso em: 10 mar. de 2013.

<sup>15</sup> Lei Nº 12.959 de 20/12/2005, *DOE-Poder Legislativo*, 21/12/2005. p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>16</sup> Lei Nº 13.080 de 18/08/2006, *DOE-Poder Executivo*, 19/08/2006. p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>17</sup> Lei Nº 13.320 de 15/10/2007, *DOE-Poder Legislativo*, 16/10/2007, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>18</sup> Lei Nº 13.324 de 17/10/2007, *DOE-Poder Legislativo*, 18/10/2007, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>19</sup> Lei Nº 13.351 de 13/12/2007, *DOE-Poder Executivo*, 14/12/2007, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>20</sup> Lei Nº 13.350 de 13/12/2007, *DOE-Poder Executivo*, 14/12/2007, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

Farmacêutico do Estado de Pernambuco Governador Miguel Arraes<sup>22</sup> (Recife); Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>23</sup>, sede da Agência de Regulamentação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco (Recife); Escola Miguel Arraes de Alencar<sup>24</sup> (Granito); Rodovia Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>25</sup> (entre Camaragibe, Paulista e Araçoiaba); Plataforma Logística Multimodal Miguel Arraes de Alencar<sup>26</sup> (Salgueiro); Ponte Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>27</sup> (São Lourenço da Mata); Centro de Abastecimento Alimentar de Pernambuco – CEASA Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>28</sup> (Recife); Centro Cultural Miguel Arraes de Alencar<sup>29</sup> (Jaboatão dos Guararapes); Rodovia Governador Miguel Arraes de Alencar<sup>30</sup> (entre Sertânia, Iguaraci e Afogados da Ingazeira); e Rodovia Miguel Arraes de Alencar<sup>31</sup> (entre Orobó e Machados).

Ao todo, são dezessete obras que carregam o nome do ex-governador. Numa espécie de evergetismo romano<sup>32</sup>, erguendo-se edifícios públicos e estátuas com o objetivo de enaltecer a glória de um indivíduo, perpetua-se o nome Miguel Arraes geração após geração<sup>33</sup>. Este processo teve início em 2005 após sua morte e vem, notadamente, se acentuado na gestão de Eduardo Campos (2007-2010 e 2011-2014 previsto)<sup>34</sup>, quando já foram nomeadas ou renomeadas quinze construções, distribuídas geograficamente por todas quatro mesorregiões pernambucanas<sup>35</sup>. Assim, transeuntes, estudantes e até mesmo aqueles que procuram

<sup>21</sup> Lei Nº 13.403 de 14/03/2008, *DOE-Poder Executivo*, 15/03/2008, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>22</sup> Lei Nº 13.420 de 28/03/2008, *DOE-Poder Executivo*, 29/03/2008, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>23</sup> Lei Nº 13.540 de 12/09/2008, *DOE-Poder Executivo*, 13/09/2008, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>24</sup> Lei Nº 13.707 de 24/12/2008, *DOE-Poder Executivo*, 25/12/2008, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>25</sup> Lei Nº 13.732 de 27/03/2009, *DOE-Poder Executivo*, 28/03/2009, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>26</sup> Lei Nº 14.010 de 23/03/2010, *DOE-Poder Executivo*, 24/03/2010, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>27</sup> Lei Nº 14.081 de 16/06/2010, *DOE-Poder Executivo*, 17/06/2010, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>28</sup> Lei Nº 14.212 de 26/11/2010, *DOE-Poder Executivo*, 27/11/2010, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>29</sup> Lei Nº 14.432 de 07/10/2011, *DOE-Poder Executivo*, 08/10/2011, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>30</sup> Lei Nº 14.580 de 04/01/2012, *DOE-Poder Executivo*, 05/01/2012, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>31</sup> Lei Nº 14.583 de 21/03/2012, *DOE-Poder Executivo*, 22/03/2012, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>32</sup> No império romano, os abastados construía edifícios públicos e/ou financiavam espetáculos etc. como forma de distinção e para que seus nomes fossem perpetuados na cidade. A obra clássica sobre o evergetismo é a de VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Seuil, 1976. Uma opção, em português, pode ser encontrada em VEYNE, Paul. "O Império Romano". VEYNE, Paul. (org.). *História da Vida Privada*. vol. 1: Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>33</sup> Algo semelhante aconteceu com Agamenon Magalhães, interventor de Pernambuco durante o Estado Novo e eleito governador na década de 1950 pelo PSD, que, na capital, nomeia uma escola técnica, um hospital e a principal avenida que liga Recife a Olinda, para citar alguns exemplos.

<sup>34</sup> Governador de Pernambuco. Neto de Miguel Arraes. Presidente nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual Arraes também esteve filiado de 1990 até sua morte, em 2005. O PSB foi refundado em 1985 e após a adesão de Arraes ganhou projeção. Nas eleições de 1990, foi o deputado federal mais votado do Brasil e levou consigo mais quatro parlamentares. Em 1993 tornou-se presidente nacional do partido, deixando o cargo apenas com sua morte.

<sup>35</sup> O IBGE classifica quatro mesorregiões em Pernambuco: Metropolitana do Recife, Mata Pernambucana, Agreste Pernambucano, São Francisco Pernambucano e Sertão Pernambucano. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/mesorregiao.html> >. Acesso em: 10 mar. de 2013.

assistência médica se deparam com o nome desse governador, que se mantém presente na memória coletiva pernambucana.

### **Tempos passados... Escritos presentes... Tempos presentes... Escritos passados**

“Já se disse que toda história é história contemporânea disfarçada”<sup>36</sup>. São os olhares do presente, os problemas presentes que direcionam a tentativa de estudar o passado. O espaço de tempo compreendido entre 31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964 estabelece o marco temporal em que grande parte das fontes, principalmente as escritas, pesquisadas para este trabalho, foram produzidas. A coleta e seleção da maioria destas fontes ocorreram, com alguns intervalos, sobretudo, entre janeiro de 2011 e fevereiro de 2012. A análise e interpretação empreendidas sobre estas fontes foram redigidas em tempos espaçados de março de 2012 a julho de 2013. Desse modo, mais ou menos cinquenta anos separam a pesquisa e a escrita deste trabalho do momento em que as fontes que lhe forneceram subsídios foram elaboradas.

Com perspectivas e objetivos diferentes, a produção bibliográfica a respeito do governo Arraes começou a ser escrita e publicada ainda durante sua gestão. Para o historiador, que, cinquenta anos depois, procura com os olhos do presente estudar aquele passado, estas obras lhe fornecem o olhar de quem observa, de quem observou. E o cego historiador, com os olhos dos outros, chega, às vezes, a pensar que também viu...

Em número de três, os livros foram escritos no tempo narrativo presente, daquele que observa, e em linguagem jornalística, já que seus autores exerciam esta profissão. O primeiro deles foi Arraes, *um fazedor de homens livres – o primeiro ano da revolução pernambucana*, de Jocelyn Brasil. Escrito em janeiro de 1964<sup>37</sup>, foi retirado de circulação logo após o Golpe Militar e, apenas em 1980, foi republicado sob o título *Arraes um ano de governo popular*. Brasil sempre se dedicou ao jornalismo e colaborava para algumas revistas da época, como a *Revista do Clube da Aeronáutica*<sup>38</sup>, já que era militar. Na obra, o autor apresenta suas impressões quanto à administração que está se processando. Sua avaliação é positiva quanto aos acontecimentos desenvolvidos. O governo é classificado como representante da classe

---

<sup>36</sup> Benedito Croce citado por HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: São Paulo: Companhia das Letras, 1998.. p. 243.

<sup>37</sup> BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular*. Rio de Janeiro: Opção, 1980. p. 15.

<sup>38</sup> Idem, p. 13

trabalhadora e, portanto, “quem reclama é o rico”<sup>39</sup>. Em formato de crônicas, evoca os programas instituídos pelo governo nas áreas de saúde, economia, segurança, alimentação, habitação etc. sempre contextualizando com os acontecimentos que estavam ocorrendo e apontando os benefícios gerados para a população mais pobre.

De modo semelhante, as reportagens<sup>40</sup> realizadas em Pernambuco por Antônio Callado, publicadas no período de 07 de setembro de 1963 a 19 de janeiro de 1964 pelo *Jornal do Brasil*, surgiram em formato de livro, em 1964, com o título de *Tempo de Arraes: padres e comunistas na revolução sem violência*<sup>41</sup>. O foco de análise do autor é o campo. O governo Arraes é apresentado como grande responsável por uma série de mudanças positivas que vinham se processando, principalmente, no meio rural. Era a “revolução pernambucana”<sup>42</sup> que estava ocorrendo no “Estado mais democrático da Federação”<sup>43</sup>. Na definição de Callado era “tudo novo e tudo empírico”<sup>44</sup> e, portanto, merecedor de observação. No Epílogo, escrito em agosto de 1964, ou seja, posteriormente ao Golpe Militar, o autor conclui que “houve em Pernambuco uma contrarrevolução à revolução democrática e brasileira do Governador do Estado”<sup>45</sup> e lamenta que a experiência de um novo modelo de gestão, baseado na democracia, havia sido sustada.

Completando a trilogia de autores que escreveram enquanto os acontecimentos ocorriam, o livro de Adirson de Barros, *Ascensão e queda de Miguel Arraes*, publicado em 1965, se propõe a “narrar fatos e apresentar documentos”<sup>46</sup>. A narrativa do autor se inicia com a campanha de Cid Sampaio para o governo do Estado em 1959, momento este considerado como a ascensão de Miguel Arraes, pela sua ampla participação no pleito que garantiu a vitória de Sampaio. As gestões de Arraes na Prefeitura do Recife, bem como no governo estadual são também classificadas como parte desta ascensão, portanto, são analisadas positivamente pelo autor. A queda, aludida no título, está associada à deposição imposta ao governador em abril de 1964. Entre os documentos apresentados destacam-se o depoimento de Arraes na “CPI do IBAD”, realizada pelo Congresso Federal, em 1963, e o texto integral do relatório oficial da prisão de Arraes, em 1964.

---

<sup>39</sup> BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular*. Op. cit., p. 27

<sup>40</sup> Callado já havia realizado experiência parecida com uma série de reportagens para o *Correio da Manhã*, publicadas entre 10 e 23 de setembro de 1959 e 29 de novembro e 02 de dezembro do mesmo ano. Posteriormente foram publicadas sob o título de CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

<sup>41</sup> A edição que consultamos foi CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit.

<sup>42</sup> Idem, p. 42.

<sup>43</sup> Idem, p. 127.

<sup>44</sup> Idem, p. 51.

<sup>45</sup> Idem, p. 180.

<sup>46</sup> BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Op. cit., p. 09.

Podendo ser encaixado no rol descrito acima, o livro de Joseph Page *The revolution that never was: Northeast Brazil, 1955-1964*<sup>47</sup>, publicado nos Estados Unidos, em 1971, e traduzido para o português por Ariano Suassuna, em 1972, segue a mesma linha jornalística dos anteriores. Todavia, duas diferenças podem ser destacadas: a primeira é que Page publicou o livro após quase dez anos de sua viagem inicial ao Brasil, e essa distância temporal lhe possibilita uma descrição mais analítica dos fatos; a segunda é que seu foco principal não é o governo Arraes, embora dedique grande espaço para seu estudo. O Nordeste ganha destaque no título, mas é Pernambuco o palco central de suas observações. O autor analisa que no momento em que as Ligas Camponesas, e seu líder Francisco Julião, vão perdendo espaço na região, o nome de Miguel Arraes passa a ser considerado “como o porta-voz mais importante do radicalismo nordestino”<sup>48</sup>. Page apresenta dados substanciais sobre a pretensa preocupação/interesse dos estadunidenses com a região e finaliza abordando o Golpe Militar de 1964 como um momento de frustração para toda uma geração que vivenciou a derrubada das instituições democráticas.

Pelo seu valor histórico, além das informações contidas, essas obras tornaram-se leituras obrigatórias para quem quer estudar, escrever, conhecer etc. o governo Arraes. Grande parte da produção acadêmica que se debruçou sobre o período imediatamente anterior ao 1º de abril de 1964, em Pernambuco, procurou utilizar esses livros como fontes. Somadas a essas produções jornalísticas, destacamos também os livros de memórias publicados por pessoas que vivenciaram o período. O cruzamento desses dois tipos de fontes – o registro jornalístico e o registro da memória – proporciona, principalmente ao historiador que se interessa pela temática, uma importante gama de informações antes mesmo que se parta para a pesquisa nos arquivos.

### **Memórias escritas, libertadas. Uma parte do passado que se revela... que se quer revelar**

A abertura “lenta, gradual e segura”<sup>49</sup> iniciada no final década de 1970 pelo regime militar possibilitou, gradativamente, que algumas pessoas pudessem compartilhar suas memórias a respeito das experiências vivenciadas antes e durante o período de exceção. Numa

---

<sup>47</sup> Consultamos a versão em português PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Tradução de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

<sup>48</sup> Idem, p. 136.

<sup>49</sup> Frase atribuída a Ernesto Geisel, presidente do Brasil entre 1974-1979.

relação de lembrar e esquecer<sup>50</sup> registrou-se em palavras escritas o que se guardava na memória. Em formato de livro, uma parte do passado desses indivíduos pôde ser revelada para a sociedade que teve acesso aos seus escritos.

Em Pernambuco, dois desses principais representantes foram, sem dúvida, Paulo Cavalcanti e Gregório Bezerra. Nascidos em 1915 e 1900, respectivamente, esses contemporâneos escreveram a história de boa parte do século XX pernambucano na perspectiva de suas memórias. O primeiro publicou *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes*<sup>51</sup>, onde os capítulos XI, XII e XIII foram dedicados ao governo Arraes. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>52</sup>, tendo participado das campanhas eleitorais e ocupado cargos públicos no início da década de 1960, Cavalcanti escreve do lugar privilegiado de quem pode assistir e participar de muito perto dos acontecimentos que se processavam em nível de governo. Na sua descrição o Executivo estadual aparece pressionado pelo que o autor chama de “radicalismo inconsequente de certos grupos de esquerda”<sup>53</sup> e pela “exacerbação de minorias sociais que viam fugir das mãos os velhos privilégios de classe”<sup>54</sup>. Sua conclusão é que diante desse contexto o governo teve pouco espaço de manobra para se empenhar em outras atividades que não fossem a mediação desses conflitos.

Também militante do PCB, Gregório Bezerra no seu *Memórias*<sup>55</sup> descreve o governo Arraes de um lugar diferente daquele ocupado por Cavalcanti. Bezerra era homem das massas e, nesse momento, estava empenhado na luta dos trabalhadores rurais<sup>56</sup>. Nas suas

---

<sup>50</sup> No sentido proposto por Paul Ricœur: “a fidelidade ao passado não é um dado, mas um voto. Como todos os votos, pode ser frustrado, e até mesmo traído. A originalidade desse voto é que ele consiste não numa ação, mas numa representação retomada numa sequência de atos de discurso, os da memória declarativa também podem ter êxito ou fracassar”. RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas/SP: Unicamp, 2007., p. 502.

<sup>51</sup> Consultamos a edição: CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas*. 4ª Ed. Recife: CEPE, 2008.

<sup>52</sup> “Até inícios da década de 60, a sigla ‘PCB’ indicava ‘Partido Comunista do Brasil’, a mudança para ‘Partido Comunista Brasileiro’, ocorrida em 1962, foi na verdade uma tentativa de se conseguir o registro eleitoral, uma vez que o artigo ‘do’ foi usado como principal argumento para sua cassação em 1947, sob a acusação de representar a submissão à uma organização internacional: o Partido Comunista da União Soviética PUCS. No mesmo ano, um grupo de militantes rompe com o PCB, que já significa ‘Partido Comunista Brasileiro’ e funda o PCdoB, significando novamente ‘Partido Comunista do Brasil’”. FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979)*. Dissertação (apresentada ao final do curso de pós-graduação *stricto sensu* em História – Programa de Pós-Graduação em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008, p. 12.

<sup>53</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 369.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> Consultamos a edição: BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Ed. Ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.

<sup>56</sup> Neste trabalho utilizaremos o termo *trabalhadores rurais* para nos referirmos a diversidade de ocupações existente no campo, desde os assalariados até aqueles que ainda possuem pequenas porções de terra, seja como proprietário, arrendatário ou meeiro, por exemplo. A utilização de um termo que abranja toda essa diversidade

reminiscências, os homens e mulheres do campo são os principais beneficiados das políticas desenvolvidas pelo governo. “(...) o nível de vida dos trabalhadores [rurais] começou a melhorar; começaram a comer mais e melhor”<sup>57</sup>. Sua grande frustração foi não ter pegado em armas para reagir ao Golpe Militar, embora tivesse solicitado o apoio de Arraes nesse sentido.

Esses dois livros de memórias, somados aos livros de cunho jornalístico, compuseram o arsenal de fontes para muitos pesquisadores, sobretudo historiadores que abordaram em seus estudos os períodos que antecederam e/ou sucederam ao Golpe. Entretanto, Paulo Cavalcanti e Gregório Bezerra não foram os únicos a deixarem escritas suas lembranças/esquecimentos. Publicado em livro apenas no ano 2004, *Diário de um agitador*<sup>58</sup>, de Clóvis Campello, teve uma primeira versão escrita nos meses anteriores a 1º de abril de 1964. Esse manuscrito foi apreendido pelas forças policiais e o seu dono nunca mais recuperou os originais. Uma versão, deturpada, desses escritos iniciais foi publicada pelo *Diário de Pernambuco* sob o título de *Os campos em pé de guerra – diário de um perigoso agitador*, em 09 de agosto de 1964. O autor teve que reescrever todo material<sup>59</sup>. Comunista, seguindo a orientação do PCdoB, Campello rememora e escreve do mesmo lugar social ocupado por Gregório Bezerra: a militância juntos aos trabalhadores rurais. E chega a conclusões parecidas, ou seja, os benefícios gerados pelo governo Arraes alcançaram, sobretudo, os homens e mulheres do campo.

Em 2006, Antônio Carlos Cintra do Amaral, Secretário Assistente durante o governo Arraes, publicou suas memórias sob o título *Desvio de rota*<sup>60</sup>. Nele descreveu, além de suas experiências ocupando cargos na prefeitura do Recife e governo do Estado, os caminhos percorridos após o Golpe Militar de 1964. As observações realizadas denotam proximidade aos acontecimentos em nível de Executivo. Em suas memórias, a análise da gestão de Miguel Arraes se confunde com uma autoanálise de sua participação no governo. “Eu acreditava que conseguiríamos fazer as chamadas reformas de base dentro da ordem democrática. Tinha consciência de que nos cabia cumprir a ordem jurídica. Só isso: cumprir a ordem

---

não é um consenso no meio acadêmico. Maria do Socorro Abreu e Lima, amparada nos estudos de Manuel Correia de Andrade, faz uso do termo camponês “referindo-se a quem vive e trabalha no campo”. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: UFPE/Oito de Março, 2005. p. 219 (ver, principalmente, a nota 06 do primeiro capítulo). Entretanto, sempre que citarmos alguma fonte será mantido o termo utilizado.

<sup>57</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 518.

<sup>58</sup> O material consultado é composto por um *box* contendo dois volumes: CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos idos*. Recife: Fundaj, 2004. e CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos modernos*. Recife: Fundaj, 2004.

<sup>59</sup> As informações apresentadas no parágrafo foram retiradas da *Nota, Preâmbulo e Nota de apresentação* do livro CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos modernos*. Op. cit., p. 09 et. seq.

<sup>60</sup> AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Desvio de rota*. São Paulo: Jogo de Amarelinha, 2006.

constitucional vigente”<sup>61</sup>. Entretanto, o que na época lhe parecia a concretização de um ideal, no tempo presente lhe soa muito mais como uma ilusão<sup>62</sup>.

Com análises bastante díspares das apresentadas até aqui, Carlos Montarroyos e Joel Santana escreveram suas memórias e as publicaram durante a década de 1980. A partir de orientações políticas diferentes; Montarroyos, trotskista e Santana, das Ligas Camponesas, atuaram ao lado dos trabalhadores rurais e estiveram, em momentos distintos, encarcerados pela Secretaria de Segurança Pública do governo Arraes. A experiência de privação da liberdade contribuiu para que ambos elaborassem uma visão negativa a respeito do Poder Executivo. Em *O tempo de Arraes e o contratempo de março*<sup>63</sup>, Carlos Montarroyos narra detalhadamente o período em que esteve na prisão. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional<sup>64</sup>, algo que, segundo ele, seria inadmissível para um governo que se dizia democrático<sup>65</sup>, a polícia aparece com toda carga de truculência, o Estado é classificado como omissor e aproveitador e atuando no campo de forma caudatária ao Partido Comunista Brasileiro.

O próprio título da obra de Joel Santana, *Pernambuco 1963 um ano de desgoverno*<sup>66</sup>, não deixa dúvidas sobre sua posição. Adjetivos como “período de maior anarquia política, econômica e social”<sup>67</sup> e “clima de insegurança, desconfiança e baderna”<sup>68</sup> são citados já na primeira página para qualificar o Estado de Pernambuco. Para Santana, Arraes apresentou postura ambígua diante dos acontecimentos de 1º de abril, portanto, no seu entender, o governador deve ser considerado como um dos conspiradores do Golpe Militar de 1964 e não como uma vítima deste<sup>69</sup>.

As memórias de Gregório Bezerra ou Carlos Montarroyos, por exemplo, compõem um mesmo quadro. É do cruzamento de uma gama variada de fontes, das quais estas observações jornalísticas e memórias também fazem parte, que os historiadores produzem conhecimento sobre o passado. O governo Arraes enquanto acontecimento não pode ser negado. As interpretações sobre ele são múltiplas e muitas.

---

<sup>61</sup> AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Desvio de rota*. Op. cit., p. 38.

<sup>62</sup> “Hoje, sei que era uma ilusão. Na época, foi um ideal”. Ibidem.

<sup>63</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982.

<sup>64</sup> Lei Nº 1.802 de 05 de janeiro de 1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social.

<sup>65</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., p. 22.

<sup>66</sup> SANTANA, Joel. *Pernambuco 1963 um ano de desgoverno*. Recife: Especial, s/d. (o prefácio indica a data de 1986).

<sup>67</sup> Idem, p. 01.

<sup>68</sup> Ibidem.

<sup>69</sup> Idem, p. 51.

## Conflitos e negociações, o caminho traçado

A negação do aspecto político foi uma característica evidenciada por François Dosse em grande parte da produção historiográfica dos *Annales*. As críticas sobre a História Política recaíam, sobretudo, ao interesse demasiado pelas minorias privilegiadas e, por consequência, à negligência que era dada ao aspecto social. Assim, o estudo do político passou a ser relacionado a uma forma ultrapassada, e que deveria ser superada, de fazer história<sup>70</sup>.

As próprias críticas elaboradas pelos autores dos *Annales* e as contribuições de Michel Foucault e Pierre Bourdieu<sup>71</sup>, por exemplo, que pensaram as relações de poder para muito além do Estado, foram importantes para sua renovação. Diante disso, surgiu o que se convencionou chamar de Nova História Política, que tem suas bases na coletânea, *Por uma história política*<sup>72</sup>, organizada por René Rémond. Ao longo dos anos, novos objetos, novas fontes e novos atores sociais foram incorporados. Os reis, o Estado Nacional, os governantes, as classes dominantes etc. ganharam a companhia de movimentos sociais, de grupos de pressão, da mídia etc. ampliando, assim, suas fronteiras de estudo.

Nesta perspectiva, o exame aqui proposto não trata o Estado enquanto elemento à parte da sociedade, mas sim, como produto das relações, e permeado pela luta, de classe<sup>73</sup>. Para realizar essa análise, evidenciaram-se, inicialmente, as demandas e os mecanismos de reivindicação utilizados pelos órgãos patronais e de trabalhadores nos seus embates, e que, por sua vez, exerciam pressão sobre o governo. A partir de então, foi possível investigarmos os recursos de negociação encontrados pelo Poder Executivo para atender e/ou conter as exigências feitas por esses grupos.

Desse modo, duas categorias de análise estão inter-relacionadas neste trabalho: o conflito e a negociação. Os historiadores da escravidão africana no Brasil, encabeçados por

<sup>70</sup> DOSSE, François. *A História em migalhas: dos “Annales” a “Nova História”*. Tradução de Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: Unicamp, 1992, p. 225-230.

<sup>71</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. e FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

<sup>72</sup> RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

<sup>73</sup> Na perspectiva marxista “a história política ou a história das ideias remetem a causas mais profundas, que as iluminam, e a outros atores que elas escondem, ou seja, à história das relações dos homens com a Natureza e atores mais numerosos, agrupados em castas, em ordens, em classes”. GODELIER, Maurice. “O marxismo e as ciências do homem”. In: ADLER, Alexandre et al. *O marxismo hoje* (primeira parte). Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (*História do Marxismo*, v. 11), pp. 359-387, p. 360.

Classe social entendida, não como uma estrutura ou categoria já dada, mas que se constitui no fazer-se das relações humanas, como um fenômeno histórico. No sentido proposto por THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

João José Reis<sup>74</sup>, vem demonstrando que as relações que permeavam o dia a dia dos escravos eram marcadas por várias formas de resistência, dentre as quais a negociação era a que ocorria com mais frequência. Para manutenção do sistema escravista várias estratégias foram colocadas em prática pelos senhores. Permitir o direito de folga nos finais de semana e/ou conceder o uso de um pedaço de terra para cultivo<sup>75</sup>, evitando sabotagens no fabrico do açúcar, por exemplo, era fruto da negociação entre escravos e escravocratas.

No pós-abolição, as relações de trabalho na Zona da Mata canavieira pernambucana, descritas por Christine Rufino Dabat – a condição de moradores –, também apresentava espaço para resistências. A autora cita a satisfação de um de seus entrevistados por ter sobrevivido a vários senhores de engenho e ainda as estratégias de fuga para evitar maiores violências quando da expulsão ordenada pelo plantador<sup>76</sup>. Até os anos 1960, a omissão do Estado<sup>77</sup>, em seus vários níveis, diante das populações canavieiras foi outro ponto identificado por Dabat nas falas de seus entrevistados. A única presença sentida era a da polícia, sempre ao lado da classe patronal<sup>78</sup>.

Na década de 1950, outras formas de resistência foram ganhando espaço nas lutas dos trabalhadores rurais. As Ligas Camponesas<sup>79</sup>, criadas inicialmente pelo PCB, na metade dos anos 1940, surgiram com novos contornos em 1955, sob a liderança de Francisco Julião. A emblemática luta pela posse das terras do Engenho Galiléia, com a realização de comícios, congressos, atos públicos e denúncias na imprensa, forçou o governo aprovar, em 1959, o

---

<sup>74</sup> Cf. REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

<sup>75</sup> Um estudo bastante amplo a esse respeito pode ser lido em: MINTZ, Sidney W. “Era o escravo de plantação um proletário?” In: MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Organização e tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: UFPE, 2003.

<sup>76</sup> DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: UFPE, 2007, p. 686.

<sup>77</sup> Imaginar uma ausência completa do Estado é incorrer em erro gravíssimo, visto sua presença contínua na zona canavieira. Contudo esta estava sempre a serviço da classe dominante. Christine Rufino Dabat e Leonardo Guimarães Neto, ao tratarem do assunto, falam de uma “presença/ausência do Estado”, e é nessa perspectiva que o tema deve ser abordado: de um lado a presença do Estado defendendo os interesses dos grandes proprietários e, de outro, a sua ausência diante da precária condição de vida do trabalhador rural. “Até os anos 60, a única presença do Estado conhecida dos trabalhadores era a força policial – a mando dos proprietários – que garantia a ordem vigente; ou seja, a presença de um Estado privatizado na sua ação e exclusivamente repressivo.” DABAT, Christine Rufino; NETO, Leonardo Guimarães. “Modernização e Exclusão: a situação social na Zona da Mata de Pernambuco”. *Revista de Geografia – Núcleo de Apoio à Pesquisa Acadêmica do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco*. Recife, 1998, v.14, n. 1/2, p. 129.

<sup>78</sup> DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho...* Op. cit., p. 687-721.

<sup>79</sup> Estudadas sob vários aspectos por: AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984; MORAIS, Clodomir Santos de. “História das Ligas Camponesas”. In: STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954/1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 21-76.

projeto nº 264 de autoria do deputado Carlos Luís de Andrade, que determinava a desapropriação do engenho<sup>80</sup>.

Mais próxima do nosso recorte temporal, a análise de Maria do Socorro de Abreu e Lima<sup>81</sup> apresenta as novas estratégias encontradas pelos trabalhadores rurais para pressionarem as classes patronais e, por consequência, o Estado. Seu estudo privilegia o surgimento dos sindicatos rurais, sobretudo na zona canavieira, a partir da década de 1960. Como resultado do trabalho da Igreja, das Ligas Camponesas, dos trotskistas, do PCdoB e do PCB, os trabalhadores rurais passaram a se organizar e, desse modo, a exigir uma nova forma de atuação por parte do governo. As greves foram ganhando espaço no repertório de resistência dos homens e mulheres do campo. Desse modo, aos poucos foram se abrindo novos canais para negociação, que exigiam um redirecionamento no trato das questões. O surgimento de uma legislação trabalhista específica – a regulamentação da organização dos sindicatos rurais<sup>82</sup>, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)<sup>83</sup> etc. – deve ser encarada como uma nova etapa de luta nos conflitos relacionados ao campo.

Em Pernambuco, durante o governo Arraes, antigas práticas do Estado foram substituídas: a polícia não deveria se envolver nos conflitos de classe; o trato de questões trabalhistas, principalmente relativas ao campo, passou a ser encaminhado pela Secretaria Assistente<sup>84</sup>. Essas medidas provocaram um duplo movimento na sociedade: os menos favorecidos entendiam que o momento era propício para reivindicações; já as classes dominantes buscavam impor seus interesses perante o governo. Entender essa dupla relação: governo–classes trabalhadoras e governo–classes patronais, identificando as demandas e as estratégias de atuação dos grupos envolvidos constituíram elementos-chave para a investigação realizada.

Greves, locautes, pronunciamentos, discursos, invasões, reintegrações de posse etc. fizeram parte do arsenal de instrumentos de negociação postos em prática pelos grupos em conflito. Tendo participado ativamente desses processos, o governo de Miguel Arraes surge então como espaço privilegiado para esta proposta de análise. As relações que o Executivo estabeleceu com os órgãos de classe patronais e movimentos sociais foram aqui analisadas

---

<sup>80</sup> Pablo Porfírio descreve, detalhadamente, a partir da leitura dos *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*, como ocorreu o processo de votação do projeto: PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução*: Pernambuco (1959-1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

<sup>81</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit.

<sup>82</sup> Portaria 355-A de 20 de novembro de 1962 emitida pelo Ministério do Trabalho, regulamentando a organização dos sindicatos rurais.

<sup>83</sup> Lei nº 4.214 de 02 de março de 1963, que dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural.

<sup>84</sup> Órgão criado em 1961, na gestão Cid Sampaio. Durante o governo Arraes ganhou novos contornos e passou a desempenhar um amplo papel mediando conflitos de classe.

sob vários aspectos, desde como os meios de comunicação concebiam e divulgavam essas relações, até os embates que se processaram no âmbito da Assembleia Legislativa e Congresso Federal. Outra vertente analisada foram os canais de contato abertos pelo Estado nos momentos de conflito, onde destacamos a atuação da Secretaria Assistente, de Segurança Pública, da polícia e do próprio chefe do Executivo, que durante o período estudado estiveram à frente das negociações.

A problemática levantada, ou seja, as estratégias de negociação de um dado governo nos momentos de conflito de interesses de classe, foi estudada a partir da seleção e análise das fontes<sup>85</sup>. Dito de outro modo, repertoriou-se, a partir das informações contidas nos documentos, os mecanismos utilizados pelo Executivo frente aos posicionamentos dos órgãos de classe patronais e dos movimentos sociais, durante os catorze meses de mandato.

### **As fontes e o caminho seguido**

O caminho traçado até aqui demonstra que o campo, e mais precisamente a Zona da Mata, aparece como espaço privilegiado de estudo. Não que esse fosse o objetivo inicial, mas foi, sobretudo, a análise das fontes que possibilitou essa abordagem. Quando pensamos em conflitos de classe durante os anos 1960, em Pernambuco, foi a emergência das lutas dos trabalhadores rurais que apareceu com mais frequência nas páginas dos jornais. No meio urbano as lutas trabalhistas foram intensificadas, mas o espaço recebido na imprensa e as políticas governamentais desenvolvidas enfocaram, em grande parte, a Zona da Mata canavieira.

Séculos a fio negligenciados, pela primeira vez na história, os homens e mulheres do campo ganhavam visibilidade nos periódicos e prioridade nos programas de governo. O Recife, enquanto capital administrativa e econômica, continuou como centro catalizador das reivindicações. Entretanto, as lutas de gráficos, metalúrgicos, estivadores etc. dividiam espaço com passeatas, comícios, atos públicos etc. dos trabalhadores rurais.

Grande parte das informações contidas nesta dissertação foi obtida a partir da leitura integral das edições disponíveis, no APEJE e na FUNDAJ, dos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Última Hora Nordeste* e *A Hora*, compreendendo o

---

<sup>85</sup> A partir da leitura e interpretação dos sinais, das pistas, dos indícios. Tomando como exemplo o Método Indiciário, explicitado por GINZBURG, Carlo. “Sinais raízes de um paradigma indiciário”. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.

período de 01 de janeiro de 1963 a 30 de abril de 1964. Todos impressos em Pernambuco, os dois primeiros geralmente apresentavam o ponto de vista da classe patronal, o terceiro era mais voltado para a classe trabalhadora e o quarto era mantido pelos comunistas. Além de fonte de informações (publicando notas, memoriais, relatórios e atas de órgãos de classe e do próprio governo), esses periódicos nos serviram também como objeto de análise<sup>86</sup>, onde pudemos verificar de que maneira as notícias foram publicadas, quais adjetivos usados, que espaço ganharam, quais as posições tomadas no editorial, que imagens foram veiculadas etc.

Afora estes, analisamos jornais editados fora de Pernambuco, foram eles: *Folha de São Paulo* (SP), *Última Hora* (RJ) e *The New York Times* (EUA). Neles pudemos perceber quais imagens foram construídas a respeito de Pernambuco e como foram divulgadas para públicos, *a priori*, não pernambucanos. Nesses periódicos a leitura foi feita em datas específicas, sempre que outras fontes suscitaram esta necessidade. Seguindo o mesmo molde, mas com objetivos diferentes, também foram lidas edições do *Diário Oficial da União* e do *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, onde consultamos lei e decretos, por exemplo.

Assim como os jornais, outra fonte de informação foram os discursos políticos. Neles pudemos observar as discussões realizadas em torno da aprovação ou não de leis e créditos suplementares propostos pelo governo, por exemplo. Desse modo, os *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*, que se encontravam disponíveis<sup>87</sup>, foram lidos integralmente entre 1963 e 1964. Também foram analisados os discursos produzidos no Congresso Federal, especificamente na Câmara dos Deputados, que tratavam sobre o governo Arraes. A partir deles pudemos analisar o posicionamento, bem como, os argumentos dos deputados, e os interesses de classes que eles representavam, quando acusavam ou defendiam o Executivo pernambucano.

Os documentos elaborados pelo governo compreenderam uma grande diversidade que vão desde relatórios, correspondências (cartas, telegramas, ofícios) expedidas e recebidas até documentos mais pontuais como roteiro de comitivas, programas de rádio, recortes de jornais e recibos de campanha. Entretanto, foram os *Boletins* elaborados pela Assessoria de Imprensa que nos forneceram o maior quantitativo de informações produzidas institucionalmente. Neles estavam contidas as notícias que o Executivo divulgava, ou seja, a versão oficial proposta pelo governo. Foi a partir destes que pudemos realizar o cruzamento com os dados obtidos noutras fontes e assim proceder a uma análise que levasse em conta várias formas de

---

<sup>86</sup> “Ao lado da História da imprensa e por meio da imprensa, o próprio jornal tornou-se objeto da pesquisa histórica”. LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp.111-154. (Grifo da autora).

<sup>87</sup> Nos arquivos da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

produção. Este cruzamento, possibilitou identificar os diálogos presentes entre os meios de comunicação estatais e não-estatais e, desse modo, perceber como o governo concebia e divulgava suas estratégias de negociação, e ao mesmo tempo, como elas foram concebidas, divulgadas, criticadas por outros órgãos de imprensa.

Além dos escritos também utilizamos documentos orais. Realizamos entrevistas com os Secretários Assistentes do governo Arraes, Antônio Carlos Cintra do Amaral e Antônio Fausto do Nascimento e também consultamos o acervo oral do Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira, pertencentes ao Instituto de Documentação, da Fundação Joaquim Nabuco, principalmente aqueles que integram o projeto *O movimento político-militar de 1964 no Nordeste*. Essas entrevistas, realizadas com uma gama variada de atores sociais que vivenciaram o momento político pernambucano durante o início dos anos 1960, representam uma multiplicidade de memórias elaboradas e reelaboradas no tempo<sup>88</sup>. Desse modo, nos valemos da história oral como fonte de pesquisa e buscamos entrelaçar os vários documentos aos depoimentos colhidos e interpretá-los criticamente<sup>89</sup>.

A dissertação, apresentando os resultados dessas interpretações, encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado *Tempos de Guerra Fria: o Brasil e Pernambuco no início dos anos 1960*, estudou-se como Pernambuco e o Brasil foram abarcados pelo contexto da Guerra Fria, principalmente, após a Revolução Cubana<sup>90</sup>. Propositamente realizou-se um jogo de escalas<sup>91</sup>, onde se procurou demonstrar como interesses variados – de nações

<sup>88</sup> Alessandro Portelli sugere que ao trabalhar com fontes orais tenha-se em vista a multiplicidade de memórias existentes. Esta multiplicidade deve ser entendida em dois sentidos: quantitativamente, ou seja, é necessário colher o máximo de entrevistas possíveis, já que, cada pessoa possui uma experiência singular diante dos fatos. Esta singularidade é reflexo de vários fatores, tais como: posição social, cargo que ocupa, proximidade com os eventos etc.. É preciso, ainda, considerar essa multiplicidade como reflexo do tempo histórico, uma vez que, as memórias tendem a ser elaboradas e reelaboradas ao longo do tempo. PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp. 103-130.

<sup>89</sup> Outra orientação metodológica proposta por Portelli é a questão da interpretação crítica de todos os documentos e narrativas. O autor afirma que “essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como *história* com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações”. Ibidem, p. 111.

<sup>90</sup> Nesse sentido, adotamos o conceito de sistema-mundo proposto por Immanuel Wallerstein, para quem a compreensão de uma realidade econômica local, inserida no sistema capitalista, não deve ser desvinculada de seu contexto em âmbito global, ou seja, “ver todas as partes do sistema-mundo como partes de um ‘mundo’, sendo impossível entendê-las ou analisá-las separadamente”. WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 234.

<sup>91</sup> Ainda como construção metodológica (e complementar ao proposto por Wallerstein) procuramos enfatizar a ideia de “escala” observada nos trabalhos de Sidney Mintz, onde o estudo das questões gerais e específicas sobre uma determinada temática (seja ela qual for) são complementares para a compreensão do todo. “Mintz se lançou a abordar múltiplos níveis de la historia del Caribe, desde los ‘telescópicos’ hasta los ‘microscópicos’, resaltando la integridad los distintos niveles a la vez que sugerfa sus interconexiones”. CORDERO, Juan A. Giusti. “Para leer a Mintz... en puertorriqueño: una aproximación crítica”. In: Fundamentos, Departamento de Ciências Sociais, Facultad de Estudios Generales. Puerto Rico, 1996, n. 3-4, pp. 101-108. p. 102. “Mintz não enfoca

estrangeiras, do governo federal, do governo estadual, dos movimentos sociais e dos órgãos de classe patronal – estavam imbricados em vários níveis, que se aproximavam e se distanciavam em escalas diferentes.

No segundo capítulo, *Catorze Meses de Governo*, analisou-se as propostas elaboradas e os canais abertos pelo Executivo no processo de negociação diante dos conflitos de classes. Destacou-se o desempenho da polícia e da Secretaria Assistente e, também, como estes órgãos aplicaram suas novas diretrizes de atuação. Ainda nesse capítulo, demonstrou-se como a imprensa escrita, sobretudo a pernambucana, apresentava o governo Arraes para a sociedade, discutindo quais argumentos foram utilizados tanto para enaltecer, como para depreciar o Executivo.

Por fim, no terceiro capítulo, *Entre Conflitos e Negociações no Campo: Órgãos de Classe Patronal, Movimentos Sociais e Governo de Pernambuco*, foi feito um levantamento das greves ocorridas entre 31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964, em Pernambuco. A partir delas, estudou-se as demandas, as reivindicações e as estratégias de negociação dos grupos envolvidos.

Em 1º de abril de 1964 não foi apenas um mandato eletivo que foi abruptamente finalizado. Com o Golpe Militar, um conjunto de experiências que vinham sendo desenvolvidas também foi cerceado. Mesmo tendo curta duração, o governo Arraes ganhou perenidade na memória das pessoas que viveram (e que não viveram) o período. Mais que um modelo de gestão, este trabalho procurou estudar as suas práticas, evidenciando as relações de poder que permeavam o cotidiano. Nesse sentido, o foco não foi centralizado no governo, enquanto entidade abstrata, mas nas relações que foram estabelecidas. Desse modo, a história de instituições, órgãos e movimentos foi traçada a partir das muitas histórias de pessoas que nela trabalharam, que nela contestaram, que nela defenderam e que nela dedicaram um pouco de suas vidas. Assim, ao tratar de Miguel, tratou-se também de Antônio, Fernando, Hango, Juscelino, João, Madalena, Maria, Ênes, Lincoln, Francisco, Cid, Rui, Renato... e tantos outros e outras que as fontes não nomearam.

---

apenas o ponto de vista do mercado mundial, isto é, das metrópoles que os controlam. Tampouco se restringe àquele dos plantadores (a maneira habitual) que se beneficiam diretamente da produção. O autor enfatiza a importância de tratar com fundamental o ponto de vista 'de baixo': dos trabalhadores". DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho...* Op. cit., p. 407.

*Capítulo 1*  
**TEMPOS DE GUERRA FRIA:  
 O BRASIL E PERNAMBUCO NO INÍCIO DOS ANOS 60**

*A Guerra Fria, infelizmente, não deixou a América Latina de lado. Pelo contrário, há quarenta anos existe um esforço sistemático para minar as instituições democráticas por dentro, ajudado e instigado com dinheiro, espionagem e até armas de fontes soviéticas. Este esforço tem sido grandemente intensificado nos últimos dez anos, e ganhou, recentemente, uma base em Cuba.*

Lincoln Gordon<sup>92</sup>

Neste capítulo, buscou-se traçar um panorama dos anos iniciais da década de 1960. Apesar da abrangência do título, o objetivo é expor o contexto histórico que se apresentava diante do governo recém-empossado em Pernambuco. Em termos de temática, foram abordadas, basicamente, questões políticas e sociais. A opção por esses temas teve como foco o objeto de análise desta dissertação. Mesmo com destaque a esses dois aspectos, o enfoque às questões econômicas permeará o capítulo, uma vez que, entende-se “que existam relações de correspondência entre a estrutura econômica e as outras estruturas de uma sociedade”<sup>93</sup>.

No que tange ao recorte temporal, este não equivale a toda década de 1960, resumindo-se aos quatro primeiros anos do decênio. Entretanto, muitas vezes, recuou-se até os anos finais de 1950 para que se pudessem trazer elementos que ajudassem a compreender o período de estudo proposto<sup>94</sup>. Por outro lado, pouco se avançou para além de 1964. Se, entre o final dos anos 50 e início dos anos 60, perceberam-se continuidades no processo histórico, o mesmo não se pode dizer a partir do Golpe Militar. A ruptura provocada nas instituições políticas pouco traria de contribuição ao objeto<sup>95</sup>.

<sup>92</sup> Embaixador dos EUA no Brasil (1961-1966) justificando os interesses dos estadunidenses na América Latina após a Revolução Cubana. GORDON, Lincoln. *O progresso pela aliança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962, pp. 119-120.

<sup>93</sup> GODELIER, Maurice. “O marxismo e as ciências do homem”... Op. cit., p. 365.

<sup>94</sup> A opção metodológica de recuar o período estudado tem como fundamento teórico a proposta de Karl Marx em *O Capital* (mais especificamente no capítulo *A chamada acumulação primitiva*), ou seja, conhecer as estruturas antes de estudá-las. Examinando suas origens, transformações e evolução. MARX, Karl. “A chamada acumulação primitiva”. In: MARX, Karl. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v.2, pp.828-894.

<sup>95</sup> Os termos continuidade e ruptura são utilizados no parágrafo tomando como referência a arquitetura de temporalidade proposta por Fernand Braudel: a longa, a média e a curta duração. Em nosso caso, como estamos trabalhando com a curta duração as rupturas torna-se mais evidentes. Entretanto, compreendemos que se alongássemos o período identificaríamos uma série de práticas que foram perpetuadas ao longo dos anos. Assim, ao afirmarmos a existência de continuidades entre as práticas políticas com o passar das décadas estamos enfocando a longa duração. Entretanto, a ruptura a que nos referimos com o advento do Golpe Militar de 1964 refere-se basicamente a curta duração. Sobre o assunto ver: DOSSE, François. *A História em migalhas...* Op. cit., p. 111-122.

Desse modo, tratou-se inicialmente da Guerra Fria e das relações entre os Estados Unidos e a América Latina no período. Posteriormente, foi abordado como este conflito teve rebatimentos na história política brasileira e pernambucana no início dos anos 1960, principalmente após a Revolução Cubana. A partir de então, foi possível compreender como o contexto político em Pernambuco passou a ser visto como foco de "revolução" no Brasil, tanto por parte das classes dominantes brasileiras, como para o governo dos EUA. Em seguida, tomando como referência os dados do Censo<sup>96</sup> e da produção historiográfica sobre o período, enfocou-se a realidade político-econômico-social do Brasil e de Pernambuco buscando subsídios para entender a situação encontrada pelo governo Arraes no início dos anos 60 do século XX.

### 1.1 A GUERRA FRIA E “O MEDO DA ‘DESTRUIÇÃO MÚTUA INEVITÁVEL’”<sup>97</sup>

*Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade.*

Eric Hobsbawm<sup>98</sup>

Ao tratar sobre a Guerra Fria, Eric Hobsbawm<sup>99</sup> defende três argumentos principais: em primeiro lugar, o autor parte da ideia de que nunca houve, de fato, risco de guerra nuclear entre Estados Unidos e União Soviética da forma como era propagada na época; em segundo lugar, a exposição proposta pelo historiador vai muito além da sucessão de fatos. Antes de qualquer coisa, Hobsbawm tem como objetivo identificar os fatores que levaram ao surgimento, crescimento e manutenção em torno de um conflito, que, na verdade, não apresentava riscos objetivos de guerra mundial; por fim, em terceiro lugar, o autor aponta as principais consequências geradas pelo conflito, inclusive para aqueles países que não estavam diretamente envolvidos.

<sup>96</sup> Tomaram-se como referência os Censos Demográfico, Agrícola e Industrial de 1960. E para elaborar as tabelas comparativas, usaram-se dados dos Censos de 1950.

<sup>97</sup> Tradução da expressão em inglês *mutually assured destruction (MAD)*, que representava o medo diante de uma catástrofe em proporções mundiais. HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª Ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 224.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

<sup>99</sup> Embora o escrito de Eric Hobsbawm norteie esta seção, sua análise está focada num contexto mais amplo da Guerra Fria. Portanto, para tratarmos de questões especificamente da América Latina utilizaremos: HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998. E também FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Este último ponto se reveste de mais importância, uma vez que, nesta seção, tratar-se-á de um duplo movimento – um no plano interno e outro no plano externo – envolvendo o Nordeste do Brasil e, em especial, Pernambuco, que a partir do final dos anos 1950 e início da década de 1960, colocaram esta parte do território brasileiro no mapa da Guerra Fria. No plano interno, através da imprensa escrita, propagou-se o medo em torno do comunismo, onde alianças políticas e movimentos sociais eram apontados como fazendo parte de um “complô comunista” no estado. Por outro lado, no âmbito externo, após a Revolução Cubana, estas mesmas notícias foram utilizadas como justificativa para as investidas estadunidenses diante de uma “ameaça comunista” supostamente existente no território brasileiro e que teria suas raízes no Nordeste.

### A “Paz Fria”<sup>100</sup>

Para Eric Hobsbawm, o espaço de tempo que compreende a Guerra Fria pode ser dividido em duas fases. A primeira compreendendo o período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1970 e a segunda que vai até o fim da União Soviética. Entretanto, o autor afirma existir um “padrão único”<sup>101</sup> que caracterizou o período: o confronto entre os EUA e a URSS.

Os dois principais argumentos apresentados por Hobsbawm para afirmar que não havia um risco efetivo de um confronto mundial, eram os seguintes: na Europa, as áreas de influência entre as duas superpotências estavam bem definidas, mesmo a existência de Berlim Ocidental, inicialmente contestada pela URSS, fora aceita. Nos outros continentes a situação se encontrava menos definida. Os novos Estados que emergiram dos antigos impérios coloniais na África e Ásia eram objetos de disputa, “foi nessa área que as duas superpotências continuaram a competir, por apoio e influência, durante toda a Guerra Fria, e por isso a maior zona de atrito entre elas, aquela onde o conflito armado era mais provável, e onde de fato irrompeu”<sup>102</sup>. Entretanto, a maioria dos Estados pós-coloniais, embora não estivessem do lado americano, definitivamente não eram comunistas e assumiram essa postura “em sua política interna e ‘não alinhada’”<sup>103</sup>.

---

<sup>100</sup> Termo usado por Hobsbawm para designar a Guerra Fria. “Até a década de 1970, esse acordo tácito de tratar a Guerra Fria como uma Paz Fria se manteve”. HOBBSAWM, Eric J. *Era dos extremos...* Op. cit., p. 226.

<sup>101</sup> Idem, p. 223.

<sup>102</sup> Idem, p. 225.

<sup>103</sup> Ibidem.

Quanto à América Latina, Carlos Fico avalia que logo após o fim da Segunda Guerra Mundial a região não apresentava grande importância para os Estados Unidos. O Plano Marshall<sup>104</sup> não atingiu os países vizinhos, “para a América Latina restaram, quando muito, sugestões e conselhos baseados no receituário da internacionalização da economia mundial”<sup>105</sup>. Martha Huggins vai mais além e afirma que “nos primeiros anos do pós-guerra, o Departamento de Estado norte-americano estava relativamente despreparado para monitorar e reprimir o comunismo na América Latina”<sup>106</sup>. É somente a partir do segundo governo Harry Truman (1949-1953) com o chamado “Programa do Ponto Quatro”<sup>107</sup> que a América Latina passou a figurar com algum destaque. A lógica de aplicação do Ponto Quatro era a seguinte: os países deveriam estar preparados internamente para conter os avanços do comunismo. De acordo com essa avaliação, “o modo mais seguro de aumentar a segurança interna contra o comunismo era o país tornar-se mais desenvolvido economicamente através da ajuda técnica de consultores norte-americanos”<sup>108</sup>. Os principais beneficiados com o Programa foram a Ásia, o Oriente Médio e a América Latina. Como será visto adiante, as ações desenvolvidas, posteriormente, nos países latino-americanos foram baseadas seguindo a lógica do Ponto Quatro.

Voltando aos argumentos apresentados por Hobsbawm para justificar que não havia risco de conflito direto, o autor afirma que as duas superpotências não estavam dispostas a resolver suas disputas utilizando a força militar, principalmente depois que a URSS adquiriu armas nucleares, uma vez que tal fato implicaria num pacto suicida. Isso não quer dizer que seu uso não fosse considerado, ambos os lados tratavam a ameaça nuclear para fins de negociações. Como exemplo, Hobsbawm cita as negociações de paz na Coreia e no Vietnã (1953, 1954), onde os EUA ameaçaram utilizar seus armamentos nucleares e, por parte da URSS, o autor cita o episódio de Suez, quando os soviéticos forçaram a saída da Grã-Bretanha e França do canal. Outro exemplo citado pelo autor, é a “Crise dos Mísseis”<sup>109</sup> em

---

<sup>104</sup> Como ficou conhecido o Programa de Recuperação Europeu, que foi elaborado por George Marshall, Secretário de Estado, em 1947. O programa durou até 1951 e investiu US\$ 13 bilhões na reconstrução da Europa. Sobre o assunto ver: GARRIDO, Álvaro. “Para que serviu o Plano Marshall?” *Relações Internacionais*. Lisboa, mar. 2009, n. 21, pp. 199-204.

<sup>105</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão...* Op. cit., p. 21.

<sup>106</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e política...* Op. cit., p. 77.

<sup>107</sup> “Trata-se de menção a famoso discurso do presidente Truman em 1949, que no quarto ponto de sua fala prometeu ajuda econômica aos países subdesenvolvidos”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Modernizando a repressão: a USAID e a polícia brasileira”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2010, v. 30, n. 59, pp. 237-266, p. 262 (ver especificamente nota 4).

<sup>108</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e política...* Op. cit., p. 88.

<sup>109</sup> Episódio onde a URSS instalou mísseis em Cuba como forma de revide aos mísseis estadunidenses já instalados na Turquia. Sobre o assunto ver: CARVALHO, Dorisney de; GUERCIO, Maria Rita. “Cuba e Estados

Cuba no ano de 1962, onde, por muito pouco, uma guerra nuclear não foi iniciada. “Ao custo de abalar os nervos de várias gerações”<sup>110</sup> a situação foi contornada (os mísseis soviéticos e estadunidenses foram retirados de Cuba e da Turquia, respectivamente) deixando sequelas<sup>111</sup> na orientação política das duas superpotências para com a América Latina<sup>112</sup>.

### **O Ocidente capitalista versus a “ameaça comunista”**

Quanto aos fatores que levaram ao surgimento, crescimento e manutenção da Guerra Fria, Hobsbawm afirma que o conflito se baseava na crença Ocidental, e bastante defendida pelos Estados Unidos, de que o futuro do capitalismo e da sociedade liberal não estava assegurado. Para os americanos, o Ocidente deveria estar preparado para as investidas de conquista do mundo por parte da URSS. Para os EUA, havia sempre a ameaça de uma conspiração comunista. Entretanto, era evidente já após a Segunda Guerra Mundial que a União Soviética não era expansionista e nem tinha pretensões imediatas de avanço para além do que havia sido combinado nas conferências ocorridas durante a guerra, sua postura era antes de tudo defensiva.

Em qualquer avaliação racional, a URSS não apresentava perigo imediato para quem estivesse fora do alcance das forças de ocupação do Exército Vermelho. Saíra da guerra em ruínas, exaurida e exausta, com a economia de tempo de paz em frangalhos, com o governo desconfiado de uma população que, em grande parte fora da Grande Rússia, mostrara uma nítida e compreensível falta de compromisso com o regime<sup>113</sup>.

Essa situação provocou uma política de confronto. A URSS, consciente de sua frágil posição, encontrava na recusa a qualquer acordo proposto a única saída: “na verdade, tornou-se notório o ‘Não’ do ministro das Relações Exteriores de Stalin, Molotov, em todas as

---

Unidos: uma história de hostilidades”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, pp. 125-134, pp. 130-131.

<sup>110</sup> HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos...* Op. cit., p. 227.

<sup>111</sup> Apesar do desapontamento por parte dos cubanos com a retirada dos mísseis soviéticos, a relação entre os dois países tornou-se mais estreita política e economicamente. CARVALHO, Dorisney de. GUERCIO, Maria Rita. *Cuba e Estados Unidos...* Op. cit. p. 132. Quanto ao posicionamento dos EUA em relação a Cuba e a América Latina ver página 54.

<sup>112</sup> Uma interpretação dos fatos, a partir do olhar estadunidense, pode ser vista em: *TREZE dias que abalaram o mundo*. Direção: DONALDSON, Roger. Produção: ALMOND, Peter O.; BERNSTEIN, Arnyan; COSTNER, Kevin. EUA: Europa Filmes, 2003, 1 DVD (145 min.), widescreen, color. Marc Ferro propõe a utilização de filmes não apenas como fonte histórica, mas como recurso para análise da própria sociedade. Sobre o assunto ver: FERRO, Marc. “O filme: uma contra-análise da sociedade?” In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp.199-215.

<sup>113</sup> HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos...* Op. cit., p. 230.

reuniões internacionais depois de Yalta”<sup>114</sup>. Do outro lado, os EUA tentavam conter a pressão da inflexibilidade soviética. Hobsbawm resume a situação afirmando que enquanto os americanos se preocupavam com uma possível supremacia russa futura, os soviéticos estavam diante da hegemonia americana exercida em todas as partes do globo fora do controle do Exército Vermelho. Fato é que os dois lados se envolveram numa corrida armamentista sem precedentes na história, onde a destruição mútua, embora não fosse o objetivo de nenhuma das superpotências, era uma possibilidade considerada por todos. Essa corrida representava também uma excelente forma de cooptar aliados, além de lucrativos mercados para venda de armamentos. Esse ponto por si só já justificava grande parte da expansão nuclear desenfreada durante a Guerra Fria.

O iminente confronto militar entre as duas superpotências, propagado pelos EUA, era a justificativa utilizada para a corrida armamentista. Entretanto, as armas nucleares nunca foram usadas nas três grandes guerras (Coréia, Vietnã e Afeganistão) em que se envolveram. Mesmo que indiretamente, as armas de destruição em massa não foram utilizadas. Para Hobsbawm, as consequências políticas foram bem mais determinantes durante a Guerra Fria. O mundo passou a ser dividido em dois campos políticos opostos: de um lado os regimes pró-comunistas e do outro os anticomunistas.

Como dito inicialmente, a Guerra Fria pode ser dividida em duas fases distintas. Na primeira fase (1945-1970), apesar das constantes ameaças e dos confrontos “indiretos” no chamado “Terceiro Mundo”, predominou “um acordo tácito das duas superpotências para não assustar uma à outra e ao mundo”<sup>115</sup>. Segundo Hobsbawm, nos anos 60 e início dos 70 as perspectivas eram bastante promissoras, diversos acordos para controlar e limitar o avanço das armas nucleares foram aceitos. Contudo, a partir de meados da década de 70, a Guerra Fria assume novos contornos. Essa virada nos rumos coincidiu com uma grande crise na economia mundial – a chamada crise do petróleo. Visivelmente os EUA e a Europa Ocidental foram mais afetados do que a União Soviética, que com suas grandes reservas minerais pouco ou nada sentiu. Além disso, a derrota na Guerra do Vietnã e o apoio velado a Israel no Oriente Médio acabaram por enfraquecer ainda mais os Estados Unidos. Para completar a situação, em várias partes do globo mais Estados eram atraídos para o lado soviético, fornecendo bases militares e navais para além da aérea de influência russa. A conjunção desses fatores provocou uma nova corrida armamentista nuclear, assim como a primeira, liderada pelos

---

<sup>114</sup> HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos...* Op. cit., p. 231.

<sup>115</sup> Idem, p. 240.

Estados Unidos. Contudo, limitando-se ao recorte temporal proposto, as discussões não serão avançadas para além da década de 1970.

Do ponto de vista analisado por Hobsbawm, a guerra nuclear de proporções catastróficas não era considerada como uma possibilidade para os altos escalões políticos dos Estados Unidos e da União Soviética. Entretanto, para a população tanto destes países como do restante do mundo, que tinha acesso a meios de comunicação, o medo em torno do conflito crescia. O discurso propagado na imprensa, sobretudo estadunidense, era a de que a “ameaça comunista” era constante e multiplicava-se.

O subcontinente latino americano “tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos”<sup>116</sup>, a princípio, não era alvo de disputa entre EUA e URSS. Se na Europa a situação estava bem definida e na África e Ásia, com a descolonização, os novos governos eram alvo de disputa entre as duas superpotências, na América Latina a autoridade estadunidense não poderia ser contestada. Entretanto, no final dos anos de 1950, o desencadeamento dos fatos ocorridos na maior ilha do Caribe contribuiu ainda mais para propalar o medo em torno da “ameaça comunista” nos Estados Unidos. A América Latina, antes coadjuvante no contexto da Guerra Fria, passou a receber maiores atenções por parte do governo e da imprensa dos EUA. Será analisado, a partir de agora, como estes fatos contribuíram para que o Nordeste do Brasil, e mais especificamente Pernambuco, ganhassem espaço no cenário da Guerra Fria.

### 1.1.1 A Revolução Cubana e o medo do comunismo em Pernambuco e no Brasil<sup>117</sup>

*(...) E não dizem que essa revolução, crescida no castigo, é o que pôde ser e não o quis ser.*

Eduardo Galeano<sup>118</sup>

Em primeiro lugar uma explicação quanto à inversão de escala no título da subseção: *o medo do comunismo e da revolução em Pernambuco e no Brasil*. Partiu-se do princípio que a forma como os termos comunismo e revolução passaram a ser retratados na imprensa escrita de Pernambuco e de outros estados do Brasil, durante os anos 60, tinha seu cerne nos

---

<sup>116</sup> Frase atribuída a Lázaro Cárdenas, presidente mexicano (1934-1940). A frase completa é a seguinte: “pobre México, tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos” e teria sido dita no contexto da expansão territorial dos Estados Unidos sobre os territórios mexicanos.

<sup>117</sup> O título da seção é uma inspiração direta do título do livro: PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução*. Op. cit.

<sup>118</sup> GALEANO, Eduardo. *Espelhos, uma história quase universal*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: LP&M, 2008.

acontecimentos políticos que se processavam em território pernambucano<sup>119</sup>. Estes fatos, somados às repercussões da Revolução Cubana, provocaram um duplo movimento: toda ação que visasse promover mudanças na ordem vigente era tida como subversiva e associada diretamente ao comunismo. Por outro lado, estas mesmas ações passaram a ser utilizadas como justificativas para as investidas dos Estados Unidos na América Latina, como forma de combate ao comunismo e à “cubanização” de outras regiões para além da ilha caribenha.

Respeitando as devidas singularidades, em outros estados nordestinos esse contexto pôde ser observado. Assim, José Octávio afirma que “as tensões sociais da Paraíba, no período anterior ao desenlace de primeiro de abril de 1964, situaram-se em quadro de implicações internacionais, nacionais, regionais e locais”<sup>120</sup>. O autor procurou analisar a realidade paraibana dentro do contexto da Guerra Fria e de como a Revolução Cubana repercutiu naquele estado. Já no início do seu texto, José Octávio situa a importância da realidade pernambucana para a compreensão do período, e afirma que, no caso da Paraíba, era mais acentuada, uma vez que, “encartada no Nordeste com secular vinculação a Pernambuco, a História do nosso Estado [Paraíba] expressa-se por elaboração regional que consome História Nacional, como caudatária deste”<sup>121</sup>.

Na análise de Octávio, Pernambuco ganha destaque, entre outros motivos, pela vinculação histórica com a Paraíba. No estudo ora proposto, enfatiza-se que a importância dos acontecimentos que se processavam em território pernambucano ganhou vulto, não apenas nos estados vizinhos, mas no cenário nacional e internacional durante os anos iniciais da década de 1960. Esta proposta de análise pode ser verificada no artigo *A “Magna Carta” dos cortadores de cana em Pernambuco segundo os arquivos da Justiça do Trabalho (1963-1965)*<sup>122</sup> de Christine Rufino Dabat. Particularmente no tópico *O papel do Estado frente à urgência da situação*<sup>123</sup>, a autora aponta os elementos que deram relevo ao contexto político-econômico-social de Pernambuco, tais como: o crescimento dos movimentos sociais e o papel da opinião pública e da imprensa, nacional e internacional, na criação de uma imagem revolucionária no estado; a ampliação da demanda do açúcar no mercado externo e a intervenção do governo federal, com a criação de órgãos econômicos específicos para o

---

<sup>119</sup> As questões relativas à realidade político, econômico e social de Pernambuco serão tratadas na seção 1.3 deste capítulo. Nesta subseção nos limitamos apenas a citar alguns fatos que compõem a nossa narrativa. Estes fatos serão mais bem desenvolvidos adiante.

<sup>120</sup> OCTÁVIO, José. “Nas origens do Movimento de 64: de como o plano internacional chegou à Paraíba, com neutralismo, Cuba e Nova Igreja”. *Saeculum: revista de História*. João Pessoa, 1995, ano 1, n. 1, pp.99-107, p.99

<sup>121</sup> Ibidem.

<sup>122</sup> DABAT, Christine. *La “Magna Carta” des coupeurs de canne dans le Pernambouc selon les archives de la Justice du Travail (1963-1965)*. (ms).

<sup>123</sup> *Le role de l’Etat devant l’urgence de la situation*.

Nordeste; e a extensão da legislação trabalhista para o campo. É com o roteiro elaborado por Dabat que serão abordados estes e outros pontos a partir de agora.

### Acepções do termo comunismo no discurso jornalístico

É bem verdade que o uso pejorativo do termo comunismo não era algo novo que aparecia na década de 1960. O que surgia de forma modificada, em relação às décadas anteriores, eram os novos significados dados à nomenclatura e como ela era associada ao contexto político, econômico e social pernambucano. Para ilustrar melhor a situação, no Quadro I, elaborado por Bethania Mariani<sup>124</sup>, tem-se um levantamento dos termos que foram usados nos jornais cariocas<sup>125</sup>, desde 1917 até 1989, como sinônimo de comunismo.

QUADRO 1 – O TERMO COMUNISMO NA IMPRENSA ESCRITA – 1920 A 1970

1920/31	1931/40	1941/50	1951/60	1961/70
Política de transformações radicais e violentas; subversão comunista; regime de tragédia; ditadura proletária; surto comunista; ideias comunistas; ditadura do proletariado; processo violento e subversivo da ordem social; fantasia econômica delirante; ideias dissolventes dos apóstolos de Lênine; regime sovieta; ditadura vermelha; praga sinistra; sangueira comunista; polvo comunista; regime que se instalou no Kremlin; despotismo moscovita; crime; comunismo russo.	Credos sanguinários da Rússia Vermelha; ideologia nociva; extremismo; ideias extremistas; perigo comunista; credo vermelho; ideologia comunista; infiltração bolchevista; perigo da dissolução social; extremismo vermelho; ideias extremistas; ditadura bolchevista; ideias comunistas; propaganda comunista; nuvem de gás pesado; vaga passional do comunismo; atitude de permanente violência; crime de lesa pátria; atividades soviéticas; ideologia dissolvente anárquica.	Bolchevismo; utopia bolchevista; causa comunista; ideologia marxista; credo vermelho; dissolvente doutrina cosmopolita; doutrina extremista; doutrina alienígena;	Países da “Cortina de Ferro”; quinta-coluna.	Credo sinistro; infiltração comunista; perigo vermelho; perigo comunista; totalitarismo comunista; infecção comunista; pregação ideológica; <b>ação revolucionária</b> ; a doutrina comunista; ditadura vermelha; regimes comunistas; subversão comunista; <b>guerra revolucionária de cunho marxista-leninista</b> ; ditadura comunista; credo vermelho; sinistro desígnio; subversão; abismo da escravização comunista; câncer comunista; dialética marxista; ideias esquerdistas; infiltração esquerdista; ideologia comunista; esquerda festiva; subversão de caráter comunista; escravização da pátria.

FONTE: adaptado de MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa...* Op. cit., p. 128-131 (grifo nosso).

<sup>124</sup> MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas/ SP: UNICAMP, 1998.

<sup>125</sup> Os jornais, com seus respectivos períodos, consultados foram: *O Paiz* (1917-1930); *Correio da Manhã* (1917-1972); *Diário Carioca* (1930-1964); *O Globo* (1927-1989); *Jornal do Brasil* (1917-1989); *O Dia* (1951-1989).

Para Mariani, embora haja uma variedade grande de palavras usadas como sinônimo para comunismo, o sentido produzido é basicamente o mesmo ao longo das décadas: o de “inimigo, o outro indesejável”<sup>126</sup>. Desde a fundação do PCB, em 1922, o fio condutor dos sentidos produzidos pelo discurso jornalístico é sempre negativo<sup>127</sup>. Mariani afirma que nas notícias analisadas só era dado espaço para que os leitores tivessem “conhecimento de greves, lutas, revoluções e golpes de estado, mas praticamente não tiveram acesso ao ideário desses movimentos contrários, de resistência”<sup>128</sup>. Realizando uma análise intratextual, Mariani está preocupada com a produção de sentidos pelo discurso jornalístico ao termo comunismo. Neste ponto, embora com um leque de palavras diversificados, o sentido é monolítico, não apresentando variações no decorrer das décadas.

Assim sendo, ser classificado como comunista seria, portanto, uma ofensa grave e que precisava ser reparada, pois poderia levar a prisão. Nesse sentido, percebe-se a preocupação de Cid Sampaio, quando eleito para o governo pernambucano, em 1959, de se deslocar até o Rio de Janeiro, capital federal, para negar, diante de jornalistas, as acusações de que era comunista<sup>129</sup>. Assim também deve ser entendido o gesto de João Cleofas, que ao perder as eleições estaduais de Pernambuco para Miguel Arraes, em 1962, foi ao encontro da imprensa carioca (que mesmo não sendo mais a sede do governo federal continuava como um espaço de grande visibilidade política) para afirmar que o Estado estava entregue ao comunismo<sup>130</sup>. Nos dois casos, negar e acusar alguém como comunista, partia-se do sentido depreciativo que o termo carregava. Por outro lado, tanto Cid Sampaio como João Cleofas foram tratar de assuntos ligados à política interna de Pernambuco em outro estado da federação. Isso leva a entender que, durante os anos 60, os acontecimentos políticos pernambucanos ganhavam vulto no cenário nacional.

Desta mesma época datam as reportagens de Antônio Callado, publicadas no jornal carioca *Correio da Manhã*, entre 10 e 23 de setembro e 29 de novembro a 02 de dezembro de 1959. Na primeira série, Callado expõe a situação vivenciada em três estados: Ceará, Paraíba e Pernambuco. No que concerne a este último, as reportagens ganharam o nome de “*Despertar em Pernambuco*” e tratavam da criação das Ligas Camponesas e do processo de desapropriação do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão. Nelas, Callado afirmava que

---

<sup>126</sup> MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa...* Op. cit., p. 107.

<sup>127</sup> Idem, p. 113.

<sup>128</sup> Idem, p. 132.

<sup>129</sup> “Mas Cid era homem de luta: viajou ao Rio e, na biblioteca da Câmara reuniu a imprensa para desfazer as notícias habilmente espalhadas pelos seus adversários”. BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Op. cit., p. 45.

<sup>130</sup> “Cleofas afirmava no Rio, depois da derrota: ‘O comunismo assumiu o poder em Pernambuco’”. Idem, p. 93.

só em Galileia encontrou homens livres no Nordeste. Dizia ainda, que as Ligas estavam se espalhando pelos estados nordestinos e que o objetivo de seus líderes era que fossem irradiadas para o Sul do país. No final da série sobre Pernambuco, Callado dá ampla visibilidade a uma declaração de Francisco Julião onde dizia que iria liderar uma marcha de camponeses ao Recife. Estas notícias ganharam ampla repercussão em outros jornais e foram debatidas no Congresso Federal e em Assembleias Legislativas de vários estados<sup>131</sup>.

A imagem de Nordeste que se apresentava aos leitores dessas notícias era de uma região atrasada, de pessoas famintas e que estavam buscando solucionar seus problemas a partir da mobilização popular. O centro das mudanças era Pernambuco. Palavras como “massas rebeldes” e “revolta camponesa” permeiam o texto de Callado. Dessa forma, se de um lado as notícias denunciavam a situação a que estavam expostas grande parte da população rural nordestina, de outro, acabou por deixar muita gente temerosa em relação à situação que se processava naqueles estados.

As reportagens de Callado se encaixam num contexto mais amplo que adiante culminou com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e que, não por acaso, teve sua sede em Recife, capital pernambucana. A SUDENE foi criada como alternativa aos problemas nordestinos e estava inserida dentro da ideologia nacional-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek.

Diante disso, o Quadro I revela não somente os significados atribuídos para a palavra comunismo, mas como esses termos se relacionam com o contexto histórico da época, especificamente os anos 60. Desse modo, apenas na década 1960 é que aparecem os termos “ação revolucionária” e “guerra revolucionária”. A palavra “revolução”, que no dicionário<sup>132</sup> apresenta como sinônimas “modificação” e “rebelião”, é acompanhada dos termos “ação” e “guerra”. Estas duas últimas palavras transmitem a ideia de movimento, de algo que está se processando. Na junção das palavras, temos como significado direto: o processo revolucionário que está acontecendo, que está provocando mudanças, que utilizava a guerra como forma de ação. Não é difícil associar que o aparecimento destes termos estava relacionado ao contexto histórico de Cuba e de Pernambuco, que no final dos anos 50 e inícios dos anos 60 tiveram suas expressões através da Revolução Cubana e do crescimento dos movimentos sociais (Ligas Camponesas e sindicalismo urbano e rural) e alianças políticas

---

<sup>131</sup> As reportagens de Antônio Callado foram, posteriormente, publicadas em livro. As informações que apresentamos neste parágrafo podem ser consultadas em: CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco...* Op. cit.

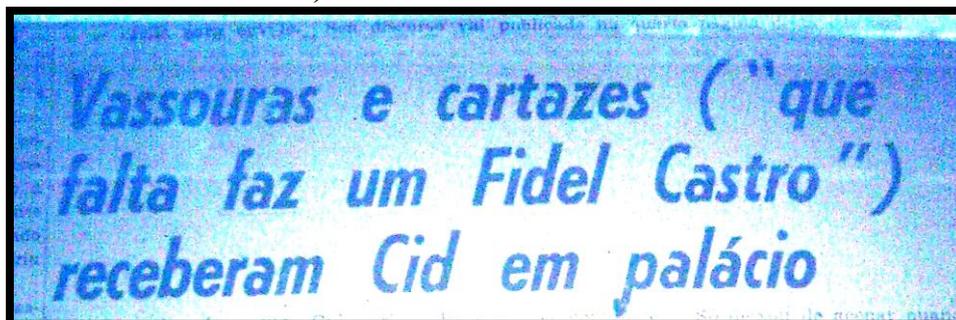
<sup>132</sup> DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 1 CD-ROM.

(a Frente do Recife), respectivamente. Também, não por acaso, a realidade vivenciada nestes dois territórios passou a ser associada ao comunismo e, conseqüentemente, ao “medo”<sup>133</sup> que ele provocava.

### As repercussões da Revolução Cubana na imprensa pernambucana

Em 31 de dezembro de 1958, o Movimento 26 de Julho<sup>134</sup> chegava ao poder em Cuba. Neste mesmo ano, a Frente do Recife tinha eleito o seu primeiro governador em Pernambuco. Portanto, o ano de 1959 foi marcado pela chegada de dois novos grupos políticos ao governo tanto em Cuba quanto em Pernambuco. A ligação feita entre a realidade cubana e a realidade pernambucana não é invenção para justificar um ponto de vista. Era algo que, aparentemente, era realizado pelas pessoas na época, como pode ser observado na Imagem 1:

#### IMAGEM 1 – VASSOURAS E CARTAZES (“QUE FALTA FAZ UM FIDEL CASTRO”) RECEBERAM CID EM PALÁCIO



Fonte: *Jornal do Commercio*, 01/02/1959, p. 01.

A manchete diz respeito à posse de Cid Sampaio para o governo pernambucano. O Partido Social Democrático (PSD) havia sido derrotado pela primeira vez no estado<sup>135</sup>. As vassouras significavam a esperança de limpeza que o novo governo proporcionaria. Sampaio,

<sup>133</sup> O professor Antônio Montenegro coordena desde 2009 um projeto de pesquisa intitulado *Produções do medo: história e política no Nordeste (1955-1964)*, no qual procura analisar a construção do medo e os mecanismos que o associam a acontecimentos relacionados às lutas sociais e políticas que ocorrem entre 1955 e 1964. Sobre o assunto ver: MONTENEGRO, Antônio T. “História política e cultura do medo”. *Confluenze-Rivista di Studi Iberoamericani*, Bolonha, 2009, v.1, n.2, pp. 212-226.

<sup>134</sup> Nome que a organização liderada por Fidel Castro assumiu em 1955. A data faz referência ao episódio do assalto ao quartel de *Moncada* em 26 de julho de 1953. Sobre o assunto ver: ALONSO JÚNIOR, Odir. “O processo revolucionário: 1953/1959”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Revolução Cubana...* Op. cit., p. 57.

<sup>135</sup> Pós-Estado Novo o PSD ganhou as eleições estaduais de 1947 (Barbosa Lima Sobrinho), 1950 (Agamenon Magalhães), 1952 (Etelvino Lins) e 1954 (Cordeiro de Farias). Sobre o assunto ver: PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: FUNDAJ, 1984.

portanto, representava mudança na ordem vigente e a população esperava que as transformações fossem à altura daquelas que estavam se processando em Cuba.

Na ilha caribenha, o primeiro ano do governo Fidel Castro foi marcado pela transição da “guerrilha militar” para a “guerrilha política”<sup>136</sup>, ou seja, o foco era transferido da luta armada para a luta política. No plano político, a questão central “consistia em como fazer avançar a revolução: como eliminar os obstáculos, que se erguiam contra ela a partir de dentro e a partir de fora; e como aproveitar a oportunidade histórica que, apesar de tudo, ficara ao alcance de Cuba no plano mundial”<sup>137</sup>. Diante deste contexto, o novo governo deu início a uma série de medidas concretas para tentar solucionar problemas de ordens variadas, dentre elas:

as leis de reforma agrária, as expropriações, as nacionalizações de empresas norte-americanas, a lei de redução de aluguéis em 50%, a estabilidade no emprego para os assalariados agrícolas, a campanha de alfabetização, a redução dos preços dos livros escolares em 25%, das tarifas de eletricidade em 30%, a redução dos preços dos remédios, o estímulo ao desenvolvimento do poder popular e da autogestão dos trabalhadores foram medidas que demonstravam o caminho a ser seguido pela revolução, o caminho do anti-imperialismo e da luta anticapitalista<sup>138</sup>.

Os acontecimentos em Cuba ganharam cobertura da imprensa pelo mundo. No Brasil não foi diferente. Diversos jornais apresentavam em seus noticiários internacionais informações sobre os atos do novo governo cubano. No caso específico de Pernambuco, os dois maiores jornais em circulação na época – *Diario de Pernambuco (DP)* e *Jornal do Commercio (JC)* – também disponibilizaram para seus leitores notícias sobre a ilha caribenha. Entretanto, a imprensa pernambucana não deu destaque para as medidas anti-imperialistas e anticapitalistas tomadas pelo governo Castro<sup>139</sup>. A chamada “Primeira Lei de Reforma Agrária”<sup>140</sup> de 17 de maio de 1959, por exemplo, não ganhou status de primeira página em

<sup>136</sup> FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 134.

<sup>137</sup> Idem, p. 135.

<sup>138</sup> BUZETTO, Marcelo; MIZUKAMI, Eduardo de Souza. “Revolução inacabada”. In: COGGIOLA, Osvaldo. *Revolução Cubana...* Op. cit., p. 71.

<sup>139</sup> Sobre o assunto ver: BARROS, Júlio César. *Do “rebelde romântico” ao “guerrilheiro em descanso”*: a Revolução Cubana na primeira página do Jornal do Commercio e do Diario de Pernambuco (1959). Monografia (apresentada ao final do curso de pós-graduação *lato sensu* em História do Século XX – Programa de Pós-Graduação em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

<sup>140</sup> “Com a lei surgiram as seguintes modificações: a) foi estabelecido em 30 ‘cabellerias’ (402,6 ha) o limite máximo de propriedade, eliminando os latifúndios do país e em 2 ‘cabellerias’ (27,9 ha) o limite considerado mínimo ou vital para a subsistência; porém, foi permitido que, nas áreas de plantação de arroz e cana-de-açúcar, este limite máximo fosse ampliado para 100 ‘cabellerias’ (1324h), pois tais áreas demonstravam um rendimento superiores em 50%, se comparado com média nacional; b) proibição de contratos de parceria; c) declaração dos proprietários dizendo qual a real extensão de suas terras; d) indenização aos latifúndios desapropriados de acordo com o valor declarados ao governo, com pagamento em até 20 anos, com juros de 4,5% ao ano; e) divisão do

ambos os jornais pernambucanos. Por outro lado, as notícias abordando o processo de julgamento<sup>141</sup> dos partidários do ex-ditador Fulgêncio Batista foram estampadas nas capas dos dois principais periódicos de Pernambuco, como podemos observar na Imagem 2.

### IMAGEM 2 – ASSIM SE VINGA FIDEL CASTRO



Fonte: *Jornal do Commercio*, 16/01/1959, p. 01.

A fotografia, que por si só já causava bastante indignação, apresenta um homem morto no chão, com o sangue pelo corpo, indicando ter sido abatido há pouco tempo. A notícia é intitulada de “*assim se vinga Fidel Castro*”, dando a entender que o novo governo era vingativo e tratava com crueldade seus adversários. Os julgamentos e as execuções aconteceram. Entretanto, questiona-se o silêncio que foi dado às medidas de cunho social promovidas pelo governo cubano, para as quais restavam apenas pequenos espaços no noticiário internacional.

O mesmo silêncio percebido nas questões como a “Primeira Lei de Reforma Agrária” cubana, fora identificado também no processo de desapropriação do Engenho Galileia, em Pernambuco. O ano é o mesmo, 1959. Após amplos debates na Assembleia Legislativa foi

---

país em Zonas de Desenvolvimento Agrário (ZDAs); f) estímulo à organização cooperativa, com fornecimento de crédito pelo Estado; g) criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (Inra), que irá desenvolver o controle e a fiscalização sobre todas as atividades agrícolas, bem como elaborar os planos de desenvolvimento agrário; h) formação de Tribunais da Terra, para garantir a ampliação da lei; i) proibição da propriedade ociosa, sendo que após dois anos de ociosidade, era expropriada pelo Estado; j) permissão para transferência do título de posse somente em casos de herança, venda para o poder público ou com autorização do Inra; k) seriam prejudicados com a reforma agrária cerca de 4.423 proprietários com terras acima de 30 ‘cabellerias’ (402,7 ha) e 894 proprietários com terras acima de 100 ‘cabellerias’ (1342 ha)”. ARREDONDO, Alberto. *Reforma agraria* (la experiencia cubana). Puerto Rico: Editorial San Juan, 1969, pp. 205-207 Apud BUZETTO, Marcelo. MIZUKAMI, Eduardo de Souza. *Revolução inacabada...* Op. cit., pp. 73-74.

<sup>141</sup> “Os julgamentos eram realizados pelo Tribunal Militar Rebelde, criado logo após a queda de Batista. As sentenças eram pronunciadas no Palácio de Esportes de Havana, que tinha capacidade para 15 mil pessoas e sempre estava lotado durante as audiências”. BARROS, Júlio César. *Do “rebelde romântico” ao “guerrilheiro em descanso”...* Op. cit., p. 70.

aprovado o projeto de desapropriação das terras do engenho. Entretanto, os dois maiores jornais pernambucanos não deram destaque ao caso. Diante disso,

entendemos que o silêncio da imprensa, notadamente do *Jornal do Commercio* e do *Diario de Pernambuco*, em relação à decisão dos parlamentares não deve ser percebido como um posicionamento de indiferença ou de pouco interesse pelo tema. Mas, podemos pensar duas questões em relação ao comportamento de grande parte da imprensa. A primeira implicava na ideia de que o silêncio não era reconhecimento de uma derrota. O *Jornal do Commercio* e o *Diario de Pernambuco*, representantes de maneira predominante dos latifundiários, não disponibilizariam parte de suas páginas para divulgar conquistas de trabalhadores rurais, que contrariavam interesses políticos, econômicos e sociais de setores da sociedade ligados ao latifúndio. [...] Uma segunda questão implicava na ideia de que mesmo sem ter ocorrido uma discussão sobre a desapropriação do Engenho Galiléia, havia, em parte da imprensa, todo um debate que já buscava direcionar o olhar do leitor acerca das mobilizações e das reivindicações dos camponeses. Um dos debates, que se intensificou na imprensa no início da década de 60, procurava estabelecer uma relação entre a ação dos camponeses e os incêndios ocorridos nos canaviais<sup>142</sup>.

Não interessava dar visibilidade aos acontecimentos ligados a uma melhor distribuição de terras. Era preferível dar ênfase a questões que ligavam a Revolução Cubana e as Ligas Camponesas a situações de violência, de agitação e de perturbação da ordem. Este posicionamento ocorria também quando se associava a realidade pernambucana dos anos 60 à experiência da Revolução Cubana, ou seja, em ambos os casos, o perigo era iminente para a sociedade. Desse modo, os governos eleitos em Pernambuco deveriam reprimir qualquer tentativa de mudança na ordem vigente, para que no estado não acontecesse as “atrocidades” que vinham ocorrendo em Cuba. Como veremos mais adiante, durante o governo Arraes a forma de lidar com os movimentos sociais e, conseqüentemente, com os órgãos de classe patronal, não condizia com as expectativas das camadas dominantes da sociedade.

### **A produção açucareira de Pernambuco em tempos de Revolução Cubana**

As repercussões da Revolução Cubana não ficaram restritas ao discurso jornalístico, que representava, no caso do *Jornal do Commercio* e do *Diario de Pernambuco*, também o discurso da classe dominante. No âmbito econômico, os reflexos dos acontecimentos em territórios cubanos também chegaram ao Brasil e, por ilação, em Pernambuco.

<sup>142</sup> PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução...* Op. cit., p. 35.

Cuba, desde seu período colonial, foi uma grande produtora de açúcar. Até a chegada dos guerrilheiros de *Sierra Maestra* ao poder, o principal mercado para o açúcar cubano era os Estados Unidos. Contudo, ao passo que o governo cubano foi colocando em prática medidas que contrariavam o capital estadunidense investido na ilha, os EUA começaram a diminuir as importações do açúcar produzido em Cuba. Toda essa situação culminou com o embargo econômico da ilha em 1960<sup>143</sup>. O Brasil, por sua vez, também grande produtor de açúcar, exportava seus excedentes para a Europa, América do Sul, África e Ásia.

**TABELA 1 – BRASIL – EVOLUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR (TODOS OS TIPOS), POR CONTINENTES E PRINCIPAIS DESTINOS – 1950/1965 (EM TONELADA MÉTRICA)**

Ano	Para a Europa	Para as Américas		Para a África	Para a Ásia		Para Maior Importador	
		do Sul	do Norte		Japão	Restante	Quant.	País
1950	0	526	0	0	0	23.500	18.000	Hong Kong
1951	17.829	553	0	0	960	0	10.954	Portugal
1952	9.950	562	0	0	33.980	0	33.980	Japão
1953	185.217	27.306	0	21.496	9.331	3.160	99.352	Inglaterra
1954	35.740	32.036	0	0	82.745	0	82.745	Japão
1955	282.072	82.487	0	0	126.940	89.484	126.940	Japão
1956	4.428	14.803	0	0	0	4.150	14.545	Uruguai
1957	224.726	50.800	0	74.911	10.631	47.886	139.788	Inglaterra
1958	274.484	127.932	0	78.384	89.528	205.890	99.431	China
1959	237.950	94.117	10.537	59.514	66.193	138.052	118.079	Sri Lanka
1960	192.979	139.597	103.423	31.566	288.261	101.734	288.261	Japão
1961	41.207	68.124	293.238	49.176	258.638	34.481	293.238	EUA
1962	0	43.823	372.798	0	21.085	40.881	361.532	EUA
1963	28.972	20.017	421.903	0	0	21.088	421.903	EUA
1964	58.150	25.926	163.631	20.945	0	0	163.631	EUA
1965	119.372	124.557	334.910	94.358	23.418	130.141	326.196	EUA

Fonte: adaptado de INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *Anuários açucareiros* de 1935 a 1967. Apud RAMOS, Pedro. “Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno”. *Economia Aplicada*. Ribeirão Preto, 2007, v. 11, n. 4, pp. 559-585. p. 570.

A análise da Tabela 1 mostra que, de 1950 a 1958, a América do Norte<sup>144</sup> não aparecia como comprador do açúcar brasileiro. A exportação de açúcar para os Estados Unidos era um

<sup>143</sup> “A relação entre Estados Unidos e Cuba se deteriorou por completo em 1960. [...] Em 19 de outubro o governo de Washington declarou o embargo comercial a Cuba e no dia 3 de janeiro do ano seguinte, os Estados Unidos romperam relações diplomáticas com a ilha”. CARVALHO, Dorisney de.; GUERCIO, Maria Rita. *Cuba e Estados Unidos...* Op. cit., p. 127

<sup>144</sup> Embora trate como América do Norte, as informações sobre as exportações do açúcar brasileiro para aquele subcontinente tratam, basicamente, do mercado estadunidense.

desejo antigo dos produtores brasileiros, tanto que, “numa reunião preparatória do acordo de 1958 em Havana, o Brasil havia deixado claro que queria participar do mercado preferencial norte-americano”<sup>145</sup>. A partir de 1959, com a Revolução Cubana e o posterior embargo econômico, essa aspiração pode ser realizada. A mudança é tão drástica que de nenhuma exportação em 1958 salta-se para 10.537 toneladas métricas exportadas para os Estados Unidos, em 1959. Em seguida, os EUA tornam-se o principal destino do açúcar brasileiro nos anos de 1961 a 1965, chegando ao recorde de 421.903 toneladas métricas de exportação para um mesmo país em 1963.

Este incremento na demanda teve reflexos nos estados produtores de cana-de-açúcar no Brasil, e Pernambuco era um deles. Em 1964, um grupo de trabalho formado por técnicos<sup>146</sup> do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA)<sup>147</sup> e da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco (CUP)<sup>148</sup> elaboraram um relatório sobre o estágio de desenvolvimento das usinas pernambucanas<sup>149</sup>. O objetivo do relatório era “identificar as condições necessárias à realização de uma safra-padrão no tempo efetivo de 150 dias de moagem, ponto de partida para a execução de um futuro programa de expansão a longo prazo”<sup>150</sup>. Afora as questões técnicas<sup>151</sup> apresentadas no relatório, a preocupação manifestada naquele momento era aumentar a produção açucareira do estado. Percebia-se, portanto, que o momento era oportuno para o aumento da produção e que eram necessários mecanismos que maximizassem as atividades do setor. Embora haja, no referido relatório, uma análise dos fatores históricos que tiveram influência no aumento/diminuição da demanda por açúcar no mercado, em nenhum

<sup>145</sup> RAMOS, Pedro. *Os mercados mundiais de açúcar...* Op. cit., p. 574. O termo “acordo” referido na citação diz respeito ao Acordo Internacional do Açúcar de 1959. Os acordos internacionais buscavam a estabilização do preço do açúcar a partir de cotas estabelecidas para os países produtores.

<sup>146</sup> A saber: um engenheiro e um economista do IAA e um químico industrial da CUP.

<sup>147</sup> Atualmente encontra-se extinto. Tinha como seu primeiro objetivo “assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e o consumo de açúcar, mediante aplicação obrigatória de uma quantidade de matéria prima, a determinar, ao fabrico do álcool”. BRASIL. Decreto n. 22.789, de 01 de junho de 1933. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 6 jun. de 1933. Seção 1. p. 11195.

<sup>148</sup> Atualmente encontra-se extinta. Não sabemos ao certo a data de criação da CUP, entretanto, na leitura do Diário Oficial do Estado de Pernambuco encontramos referência a sua fundação no Decreto n. 531 de 20 de set. de 1940: “O Interventor Federal no Estado, no uso de suas atribuições: considerando que o Decreto n. 213, de 16-9-33 concede favores ao Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, estabelecendo taxas e regulando a distribuição do açúcar no Estado; considerando que a classe dos produtores do açúcar de usina em Pernambuco acaba de se organizar sob a forma cooperativista, na Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco; considerando que esta Cooperativa vai substituir o Sindicato dos Usineiros nas funções comerciais que este Sindicato, em face da legislação em vigor não pode exercer”. PERNAMBUCO. Decreto n. 531, de 20 de jan. de 1949. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, Poder Executivo, Recife, 28 set. de 1940, p. 01. (grifo nosso).

<sup>149</sup> INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco*: projeto regional de reequipamento. Rio de Janeiro, 1964.

<sup>150</sup> Idem, p. 02.

<sup>151</sup> No relatório é feita uma análise do setor agrícola e industrial das usinas, estuda-se a produção de açúcar desde os anos 1920 até os anos 1960, trata-se dos tipos de cana, do rendimento industrial e do tempo da safra etc. Contudo, não nos deteremos nestas questões, preferimos dar ênfase aos objetivos do relatório e sua relação com o contexto histórico da época.

momento é citada a Revolução Cubana como tendo relevância para o aumento da produção no final da década 1950 e início de 1960. Faz-se referência, por exemplo, a Primeira<sup>152</sup> e a Segunda Guerra Mundial<sup>153</sup>, entretanto, quanto às safras a partir de 1959, não são dadas maiores explicações no que concerne ao contexto do período. A observação da Tabela 2<sup>154</sup> ajuda a compreender melhor a situação.

**TABELA 2 – PRODUÇÃO DE AÇÚCAR EM PERNAMBUCO – SAFRAS 1950/51 A 1964/65 (EM SACOS DE 60 KG)**

<b>Safras</b>	<b>Açúcar Produzido</b>
1950/51	8.017.551
1951/52	7.903.501
1952/53	9.759.243
1953/54	9.133.884
1954/55	9.617.079
1956/57	11.178.112
1957/58	11.328.380
1958/59	11.356.770
1959/60	12.900.444
1960/61	12.647.991
1961/62	13.438.180
1962/63	10.216.184
1963/64	11.618.345
1964/65	13.204.774

Fonte: adaptado de INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *Produção industrial das usinas de Pernambuco safras 1950/51 a 1975/76*. Rio de Janeiro, S/D.

A produção açucareira em Pernambuco, mesmo com pequenas oscilações, vinha apresentando crescimento durante o período abordado nesta Tabela 2. Chama a atenção os saltos no volume produzido nas safras de 1952/53, 1955/56, 1958/59 e 1960/61. É inegável que o aumento nas duas últimas safras citadas tem sua relação com a Revolução Cubana e com o embargo econômico sofrido pela ilha, respectivamente. Entrementes, o relatório aludido apresenta as seguintes explicações:

na safra 1955/56, aconteceu em Pernambuco algo semelhante ao que tivera lugar em 1947/48: um aumento brusco, elevando-se a produção a 11,1 milhões e, novamente, até 1960/61, outro ciclo de pequenas flutuações. De 1955/56 a 1960/61, a produção

<sup>152</sup> INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 09.

<sup>153</sup> Idem, p. 10.

<sup>154</sup> A tabela que elaboramos não corresponde à mesma utilizada no relatório elaborado pelo IAA e CUP. Nela os dados vão até a safra 1961/62. Entretanto, como apresentamos na tabela 1 o balanço das exportações de açúcar brasileiro até 1965, preferimos utilizar outra tabela, também elaborada pelo IAA, que apresenta os dados correspondentes ao período que pretendemos analisar.

nacional aumentou de 35,5 milhões para 54,3 milhões, o que corresponde a 53%. No mesmo período, a produção de Pernambuco passou de 11,1 milhões para 12,6 milhões, o que, em números relativos, equivale a um aumento de 14%. Em 1961/62 Pernambuco fez a maior safra de sua história: 13,4 milhões de sacos, equivalente a 24% da produção nacional<sup>155</sup>.

Na justificativa é mencionado o aumento brusco, pequenas flutuações e reconhece-se o recorde de produção. Contudo, não são expostas as razões para o aumento da fabricação do açúcar. Neste caso, precisamos ficar atentos ao que não está dito no texto. Nesta situação, a Revolução Cubana abriu espaço de crescimento para o mercado açucareiro de Pernambuco, ou seja, teve influência positiva. Porém, o “apagamento” do fato é realizado pelos elaboradores da redação. Visando um benefício para a classe dominante – o reequipamento das usinas – os acontecimentos cubanos não poderiam figurar como justificativa no relatório. Era preferível associar a ilha caribenha a questões que tratassem de violência, de desgoverno e de vingança, ou seja, da forma como vinha sendo apresentada nos jornais.

Ainda analisando a Tabela 2, percebe-se a queda na produção entre as safras de 1962/63 e 1963/64, período este correspondendo a boa parte do governo Arraes. O relatório elaborado pelos técnicos do IAA e da CUP apresenta dados até a safra de 1961/62, portanto, não fazem a análise do declínio referido. Contudo, numa publicação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais<sup>156</sup>, datada de 1966, o assunto é abordado. Escrito por J. M. da Rosa e Silva Neto, o livro é intitulado *Contribuição ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco (aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar*<sup>157</sup>), com prefácio de Gilberto Freyre. Como o próprio título já indica, tem por objetivos o exame da infraestrutura da Zona da Mata, a ocupação da terra pela cana de açúcar, a estrutura agrária das usinas, a análise do papel do fornecedor de cana e, por fim, as possibilidades e os obstáculos ao desenvolvimento da cultura da cana<sup>158</sup>. O livro retoma os dados do relatório elaborado pelo IAA e CUP e, como tem publicação posterior, analisa dados referentes ao governo Arraes. Enquanto faz citação constante ao Governo Cid Sampaio, o nome Arraes não aparece em nenhum momento do texto. Ao tratar da produção das usinas, no item a que se refere à questão do tempo da safra, o autor se reporta da seguinte forma ao montante produzido em 1963/1964: “a safra de 1963/64 foi grandemente prejudicada pelas

---

<sup>155</sup> INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 11.

<sup>156</sup> Atualmente chamado de Fundação Joaquim Nabuco.

<sup>157</sup> ROSA E SILVA, J. M. *Contribuições ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco* (aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar). Pref. de Gilberto Freyre. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966.

<sup>158</sup> Idem, p. 15.

agitações políticas promovidas em toda a zona, não podendo, por isto, servir de base para os nossos estudos”<sup>159</sup>.

É fato que as greves ocorridas no campo durante o governo Arraes tiveram responsabilidade na diminuição da safra. Entretanto, ressalta-se que se de um lado foi omitida a importância da Revolução Cubana para o aumento da demanda pelo açúcar pernambucano. De outro, deu-se ênfase para a diminuição na produção provocada pelas greves. Nem ao menos se procurou contextualizar a reivindicação desses trabalhadores frente ao aumento do trabalho que as novas demandas do mercado impuseram. Estudos recentes<sup>160</sup> apontam para um melhor conhecimento da classe trabalhadora na indústria açucareira pernambucana do período. Para citar alguns exemplos, Christine Dabat<sup>161</sup> examinando as relações de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores rurais, aponta, entre outras questões, para a expulsão dos moradores de engenho para as “pontas de rua”, fato este que se agravava com a expansão dos canaviais em tempos de aumento na demanda pelo açúcar. Em outro estudo, José Marcelo Marques Ferreira Filho<sup>162</sup> discute a relação entre as doenças que acometiam os trabalhadores da região e a exploração do trabalho vigente na agroindústria açucareira. Fraturas, queimaduras, amputações, artrites, tuberculose etc. são algumas das doenças que o autor relacionou ao trabalho e que, possivelmente, tinham sua frequência ampliada quando a balança comercial era favorável ao açúcar. Com relação a não aplicação da legislação trabalhista no campo, investigações<sup>163</sup> realizadas nos processos da 6ª Região do Tribunal Regional do Trabalho<sup>164</sup> demonstram o quanto esta população estava aquém dos direitos que

---

<sup>159</sup> ROSA E SILVA, J. M. *Contribuições ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco...* Op. cit., p. 146.

<sup>160</sup> Muitos desses estudos recentes foram realizados por pesquisadores que compõe a linha de pesquisa *Açúcar, trabalho e história* vinculada ao grupo de pesquisa *Poder e relações sociais no Norte Nordeste* da Universidade Federal de Pernambuco. A linha tem como objetivo realizar pesquisas sobre a História do Açúcar nas suas várias manifestações e dimensões: sociais, econômicas, políticas, culturais, ambientais.

<sup>161</sup> DABAT, Christine. *Moradores de engenho...* Op. cit.

<sup>162</sup> FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação (apresentada ao final do curso de pós-graduação *stricto sensu* em História – Programa de Pós-Graduação em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

<sup>163</sup> Sobre o assunto ver: DABAT, Christine. “Uma caminhada penosa: a extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco”. *Clio: Revista de pesquisa histórica*, Recife, 2008, n. 26.2. FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Direitos conquistados, discretas esperanças: as leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho (Escada, 1963-1969)*. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em História – Departamento de História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009. GALVÃO, Michel Cavassano. “Processos de trabalhadores da agroindústria açucareira na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão/PE 1963 a 1965”. *Cadernos de História: Oficina de História: trabalhadores em sociedades açucareiras*. Recife, 2009, ano 6, n. 6, pp. 248-271. Estas pesquisas apresentam resultados que estão vinculados ao projeto de pesquisa *O difícil parto dos “Direitos”: conflitos trabalhistas envolvendo trabalhadores rurais da Zona Canavieira de Pernambuco 1943-1967*, coordenado pela professora Christine Dabat.

<sup>164</sup> Os arquivos estão sob a tutela da Universidade Federal de Pernambuco e é fruto de um convênio entre o 6ª Região do TRT e a UFPE.

aquela época já estava assegurada em lei aos trabalhadores urbanos<sup>165</sup>. Eram estes, portanto, os reais motivos para a diminuição da safra 1963/64. A “agitação política” aludida por Rosa e Silva Neto era uma consequência da exploração sofrida pelos trabalhadores e, desse modo, não poderia ser considerada como causa para a redução na produção de açúcar.

### **Os interesses dos Estados Unidos em Pernambuco após a Revolução Cubana**

Os efeitos da Revolução Cubana no Brasil, e especificamente em Pernambuco, apontados até aqui tiveram o protagonismo dos Estados Unidos. As informações, sobre os acontecimentos em Cuba que chegavam aos jornais pernambucanos, eram provenientes de agências de notícias<sup>166</sup> estadunidenses e, portanto, o que se dava conhecimento aos leitores era permeado pelo sentimento que governantes e elites daquele país tinha sobre a ilha caribenha<sup>167</sup>. A produção açucareira de Pernambuco também teve sua demanda ampliada graças à abertura do mercado estadunidense ao açúcar brasileiro. Os Estados Unidos, portanto, tinham duplo interesse no território: um econômico, pois o Brasil passou a suprir uma parte de suas necessidades pelo açúcar; e outro político, uma vez que não era desejável que a experiência cubana fosse repetida. Pernambuco, como região produtora de açúcar e palco de movimentos sociais e alianças políticas que questionavam a ordem vigente, estava inserido neste contexto.

Em Washington, após a Revolução Cubana, a América Latina passou a ganhar mais destaque no cenário da Guerra Fria. Como visto anteriormente, desde o início da década de 1950, através do Programa Ponto Quatro (*ver página 37*), os Estados Unidos vinham promovendo ações de consultoria, treinamento e demonstração de equipamentos<sup>168</sup> junto aos países latino-americanos, principalmente no âmbito do aparato policial. Durante a gestão de Dwight Eisenhower (1953-1961) essa forma de atuação foi ampliada para “um programa de

---

<sup>165</sup> A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi publicada em 1943 durante o governo Getúlio Vargas e, embora pudesse contemplar os trabalhadores rurais, não foi dirigida a eles. Sobre o assunto ver: FRENCH, Jonh. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

<sup>166</sup> “As notícias que eram publicadas, tanto pelo *DP* quanto pelo *JC*, sobre a Revolução Cubana são provenientes de agências de notícias internacionais [estadunidenses]. A *United Press International* (UPI) fornecia material para o *DP*, enquanto a *Associated Press* (*AP*) era quem abastecia as folhas do *JC*”. BARROS, Júlio César. *Do “rebelde romântico” ao “guerrilheiro em descanso”*... Op. cit., p. 62.

<sup>167</sup> “Percebe-se claramente que a partir da execução da Lei de Reforma Agrária a imprensa começou a mudar em relação a Fidel”. Sobre o assunto ver: HOFFNAGEL, Marc Jay. “Relembrando Cuba e a mídia norte americana no início dos anos sessenta”. In: *Anais eletrônicos*, 2ª. OFICINA SOCIEDADES AÇÚCAREIRAS: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS. Recife: UFPE, 2008, pp. 28-30.

<sup>168</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e política*... Op. cit., p. 88.

âmbito mundial de ajuda policial como ‘remédio preventivo’ contra o comunismo”<sup>169</sup>. O treinamento das polícias estrangeiras era coordenado pelo ICA (*International Cooperation Administration*) e propunha a criação de ampla rede anticomunista a partir da incorporação de consultores estadunidenses aos sistemas policiais das nações “aliadas”<sup>170</sup>.

Entretanto, o modelo proposto não foi capaz de impedir a vitória de Fidel Castro sobre a ditadura de Fulgêncio Batista. Durante a década de 1950, Cuba recebeu US\$ 16 milhões em assistência militar e mais de 500 oficiais cubanos passaram pelo treinamento aplicado pelos EUA<sup>171</sup>. O programa coordenado pelo ICA em muito era criticado pelos países latino-americanos<sup>172</sup>, que estavam desejosos de auxílio financeiro aos moldes do Plano *Marshall*. Em 1958, o presidente brasileiro Juscelino Kubitschek externou a insatisfação dos países americanos para com a política externa estadunidense e propunha, por sua vez, um novo modelo, baseado na superação do subdesenvolvimento econômico, intitulado de Operação Pan-Americana (OPA)<sup>173</sup>.

No fim da administração Eisenhower o alto escalão do governo estadunidense já cogitava um redirecionamento da política para a América Latina. A ideia era diminuir, tornar mais ágeis e preparar as forças armadas com técnicas antiguerrilhas e, por outro lado, investir na melhoria das condições de vida das populações latino-americanas, uma vez que a pobreza era vista como sinônimo de revolução<sup>174</sup>. Este último ponto merece um destaque especial. Ao associar pobreza à revolução, diversos países e, em especial, algumas regiões de países latino-americanos se encaixavam nesta tese. Era o caso do Brasil e, mais especificamente, do Nordeste brasileiro.

Duas reportagens publicadas no periódico *The New York Times*, no final de 1960, permitem compreender melhor a situação exposta acima. Os artigos foram escritos por Tad

---

<sup>169</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e política...* Op. cit., p. 91.

<sup>170</sup> Idem, p. 95.

<sup>171</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão...* Op. cit., p. 25.

<sup>172</sup> Em viagem a América do Sul, em 1958, o então vice-presidente Richard Nixon enfrentou diversos protestos nas capitais que visitou. Ibidem, p. 22-23.

<sup>173</sup> “Na carta que dirigiu ao Presidente Dwight Eisenhower dos Estados Unidos em maio de 1958, o Presidente Juscelino Kubitschek indicava a necessidade de revisão urgente das relações interamericanas, o que fez a partir da percepção de crescimento do sentimento anti-norte-americano nos países da América Latina e de ampla insatisfação com as linhas de cooperação para o desenvolvimento tocadas pelos Estados Unidos. A demonstração de que existia íntima conexão entre desenvolvimento econômico e as condições da segurança hemisférica introjetou na política externa do Brasil uma das ideias-força mais preciosas do pensamento diplomático brasileiro: a de que existe relação necessária entre os níveis de desenvolvimento econômico e as condições de estabilidade sistêmica, seja na América Latina ou em qualquer outra região do mundo. Afinal, o único modo de conter a penetração do comunismo (ou como se afirmava à época, de afastar o risco de contágio das ideologias estranhas à América Latina) seria justamente afastar as suas populações da miséria, promovendo-se o desenvolvimento econômico”. LESSA, Antônio Carlos. “Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 2008, v. 51, n. 2, pp. 5-7, p. 5.

<sup>174</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão...* Op. cit., pp. 25-26.

Szulc, correspondente do jornal enviado numa excursão pelo Nordeste do Brasil. A primeira delas ganhou status de primeira página e tinha o título de “A pobreza do Nordeste do Brasil gera ameaça de revolta”. (Imagem 3. A parte destacada em vermelho corresponde ao espaço ocupado pela notícia).

### IMAGEM 3 – A POBREZA DO NORDESTE DO BRASIL GERA AMEAÇA DE REVOLTA



Fonte: *The New York Times*, 31/10/1960, p. 01.

A primeira reportagem ganhou amplo espaço, ocupando posição central no corpo da primeira página. Como o próprio título já sugeria, o autor buscou fazer uma relação entre pobreza e revolta. Szulc afirmou existirem no Nordeste os componentes necessários para o surgimento de uma revolução, a saber: a pobreza (caracterizada por baixos salários, doenças, analfabetismo e baixa expectativa de vida); a expansão das Ligas Camponesas (que estariam infiltradas por comunistas e tinham inspiração nas revoluções Cubana e Chinesa); a negligência do governo federal (afirmando, por exemplo, que a SUDENE reunia apenas metade dos recursos necessários para a implantação do plano de desenvolvimento); e, por fim, políticos comprometidos com o comunismo (são citados Miguel Arraes, prefeito do Recife, e Pelópidas Silveira, vice-governador de Pernambuco). Todos esses elementos foram utilizados

como justificativa para uma possível revolta comunista no Nordeste, tendo Pernambuco como seu palco central. No dia seguinte (01/11/1960), outra reportagem dava ênfase às Ligas Camponesas e ao surgimento de atividades antiestadunidenses por parte dos movimentos sociais nordestinos.

Foi com essa imagem de Nordeste que durante o governo John Kennedy (1961-1963) foram colocadas em prática uma série de ações para conter o comunismo na América Latina. A primeira delas foi a criação da United States Agency for International Development (USAID) substituindo o ICA e com bem mais recursos a sua disposição<sup>175</sup>. A USAID atuava dentro da chamada “teoria da modernização”, que de acordo com seu formulador Walt W. Rostow (consultor adjunto de segurança nacional de Kennedy) consistia na seguinte ideia:

um país em desenvolvimento seria mais suscetível à infiltração comunista não quando fosse “subdesenvolvido” e sua população extremamente desprivilegiada, mas sim quando a industrialização houvesse começado a “decolar”, conforme terminologia. Durante esse período de decolagem, quando o capital estrangeiro estivesse ajudando um país a industrializar-se, havia o mais alto potencial de desordem social e de infiltração comunista.

A “teoria da modernização” de Rostow afirmava que sem ordem civil não poderia haver desenvolvimento econômico e progresso social. Porém, o ciclo de desordem social, infiltração comunista e insurreição violenta, presente por toda parte, podia ser encurtado atacando-se as raízes econômicas e sociais do descontentamento dos cidadãos. Era preciso criar ou impor a “ordem” para prover as condições de desenvolvimento econômico nessa etapa de “decolagem”<sup>176</sup>.

A proposta da USAID se assemelhava ao conteúdo do Ponto Quatro de Truman, que previa a superação do subdesenvolvimento econômico como combate ao comunismo. Por sua vez, a ideia de manter a ordem nos países subdesenvolvidos através da instrumentalização das polícias, embora em menor escala, já havia sido colocada em prática durante o governo Eisenhower. O que aparecia de novo no programa de Kennedy era aliar essas duas propostas, ou seja, investir no treinamento das forças armadas estrangeiras e promover, conjugadamente, ações que visassem à superação do atraso econômico e social.

Embora os objetivos propalados pelas teorias da modernização enfatizassem avanços sociais e educacionais, havia lugar de destaque nesse campo discursivo para políticas de segurança: era preciso dotar os países atrasados de forças repressivas modernas, capazes de fazer frente às ações do comunismo. Se a modernização econômico-social não fosse suficiente para conter a revolução – e de acordo com alguns teóricos o próprio avanço das ações modernizadoras, paradoxalmente, intensificaria as tensões sociais e o risco subversivo –, as forças militares e policiais deveriam estar preparadas. Por isso os programas de treinamento para policiais e

---

<sup>175</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a repressão...* Op. cit., p. 239.

<sup>176</sup> HUGGINS, Martha K. *Polícia e política...* Op. cit., p. 118.

militares dos países atrasados, bem como a venda de equipamentos e o envio de assessores para treinar as forças repressivas<sup>177</sup>.

Assim em 1961, é lançada a “Aliança para o Progresso”, que o próprio Kennedy afirmava ter suas bases na Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek<sup>178</sup>. Lincoln Gordon (embaixador dos EUA no Brasil de 1961 a 1966) procurava chamar o programa de “Operação Aliança” para enfatizar a relação com a ideia de JK<sup>179</sup>. Dizia que a Aliança era o Plano Marshall da América Latina, com bem mais recursos disponíveis<sup>180</sup>. De acordo com o programa lançado na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Punta del Leste, no Uruguai

a Aliança para o Progresso tem como objetivo unir todas as energias dos povos e governos das Repúblicas americanas, a fim de desenvolver um magno esforço cooperativo que acelere o desenvolvimento econômico e social dos países latino-americanos participantes, para que consigam alcançar o máximo grau de bem-estar com iguais oportunidades para todos, em sociedades democráticas adaptadas aos seus próprios desejos e necessidades<sup>181</sup>.

A Aliança para o Progresso tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social dos países latino americanos. Para o governo estadunidense, a superação do subdesenvolvimento era sinônimo de combate ao comunismo. Portanto, os investimentos só chegariam aos países que estivessem dispostos a desenvolver programas anticomunistas. Cuba não fazia parte da OEA<sup>182</sup> e, muito menos, estava ao alcance dos programas da Aliança. Qualquer outro país que apresentasse sinais de seguir o exemplo cubano teria o mesmo destino. Portanto, para evitar o surgimento de novas “cubas”, foi criada a Academia Interamericana de Polícia (IAPA)<sup>183</sup> no Panamá.

Os cursos da Iapa funcionavam dentro do complexo militar norte-americano na Zona do Canal, em instalações (*Fort Davis*) cedidas pelo comando das Forças Armadas. A duração era de três meses e as matérias incluíam controle de distúrbios

<sup>177</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a repressão...* Op. cit., p. 239.

<sup>178</sup> FICO, Carlos. *O grande irmão...* Op. cit., p. 27.

<sup>179</sup> GORDON, Lincoln. *O progresso pela aliança...* Op. cit., p. 1.

<sup>180</sup> Idem, p. 2.

<sup>181</sup> ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aliança para o progresso*: documentos oficiais emanados da reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social no Nível Ministerial. Washington: OEA, 1961, p. 10. Fundo SSP/DOPS/APEJE. Prontuário Funcional n. 28.929 – Pasta Aliança para o Progresso.

<sup>182</sup> A exclusão de Cuba da OEA ocorreu em 1962, um ano após o lançamento da ALP. CARVALHO, Dorisney de. GUERCIO, Maria Rita. *Cuba e Estados Unidos...* Op. cit., p. 133.

<sup>183</sup> Posteriormente foi criada a International Police Academy (IPA), com sede no EUA e “concebida para atender a oficiais policiais de nível superior, como resposta a críticas de alguns majores e coronéis latino-americanos ao nível dos cursos no Panamá, muito elementar em sua opinião. A IPA daria mais ênfase a matérias relacionadas à contrainsurgência e ao controle de distúrbios, ou seja, teria um matiz político-repressivo ainda mais agudo”. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a repressão...* Op. cit., p. 250.

(*riot control*), contrainteligência, contrainsurgência, comunismo internacional, relações públicas, investigações, operações policiais básicas, controle de fronteiras, tráfego urbano, aulas de tiro, manejo de explosivos e exercícios físicos. Havia também curso específico para policiais de alta graduação, com duração de cinco semanas, chamado Conferência Sobre Segurança Interna. O seu desenho previa maior ênfase nos aspectos relacionados à doutrina e às técnicas de combate ao comunismo, e o nível era mais elevado em virtude da graduação superior dos alunos<sup>184</sup>.

Diversos agentes das forças armadas latino americanas foram enviados para treinamento em *Fort Davis*. Também estava prevista a inclusão de policiais pernambucanos na academia do Panamá. Entretanto “com a eleição de Miguel Arraes em fins de 1962, o programa policial foi encerrado naquele estado no início de 1963, por razões evidentemente políticas. Depois do golpe de 1964 e o afastamento de Arraes os assessores americanos voltaram a Recife”<sup>185</sup>.

Antes mesmo de assumir o cargo, Arraes colocou-se contra os acordos, assinados por Cid Sampaio, entre a Aliança para o Progresso e governo pernambucano. Em 17 de janeiro de 1963, afirmou em entrevista que “os entendimentos isolados, de governo brasileiro com governos estrangeiros, não têm abrigo na Constituição, devendo quaisquer negociações ser feitas diretamente pelo governo federal, que tem delegação para isso”<sup>186</sup>.

Disposto a cumprir seu objetivo, em fevereiro de 1963, o governador criou um grupo de trabalho destinado a examinar e emitir parecer sobre os convênios firmados com a Aliança para o Progresso. Composto por Germano Coelho, Secretário de Educação, Augusto Wanderley, Secretário Geral da CODEPE, o engenheiro Antônio Baltar, o médico Salomão Kelner, o arquiteto Gildo Guerra e o advogado Luís Pandolfi<sup>187</sup>, o grupo apresentou os resultados na edição extraordinária do *Boletim de Imprensa*, em 02 de maio de 1963<sup>188</sup>.

No dia seguinte, durante reunião do Conselho Diretor da SUDENE, que tinha como convidado o embaixador estadunidense Lincoln Gordon, Arraes se pronunciou contrariamente à continuidade dos convênios assinados com a Aliança para o Progresso. O argumento defendido era que “a fim de preservar a soberania e a integridade do Brasil, de acordo com a Constituição Federal, cumpre aplicar em todas as suas consequências e princípio constitucional que confere à União competência exclusiva para manter relações com Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções”<sup>189</sup>.

<sup>184</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Modernizando a repressão...* Op. cit., p. 247.

<sup>185</sup> Idem, p. 262. (ver especificamente nota 13)

<sup>186</sup> *UH-NE*, 17/01/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>187</sup> *JC*, 14/02/1963, p. 10. Hemeroteca/APEJE.

<sup>188</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco (extra.)*, Nº 04, 02/05/1963. Arquivos de Governo/ APEJE.

<sup>189</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 72, 03/05/1963. p. 02 Arquivos de Governo/ APEJE.

## 2. O BRASIL: INDUSTRIALIZAÇÃO E DESIGUALDADE REGIONAL

*Quanto ao Brasil, volta-nos sempre – e sempre citamos – o apelo de Carlos Drummond de Andrade, no seu “Hino Nacional”: “Precisamos descobrir o Brasil (...) se bem que seja difícil compreender o que querem esses homens por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão dos seus sofrimentos. (...) Nenhum Brasil existe. E acaso existirão os brasileiros?”. Não é devaneio do poeta. É uma questão política, cuja resposta exige reflexão e um claro posicionamento.*

Miguel Arraes<sup>190</sup>

Em 1960, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou o VII Recenseamento Geral do Brasil<sup>191</sup>, que tomou como data de referência o dia 19 de setembro daquele ano. A partir da divulgação dos resultados, a realidade brasileira era, mais uma vez<sup>192</sup>, traduzida em números. Apesar de nos trazerem indicativos quanto aos aspectos demográficos, econômicos e sociais do país naquele início de década, estes cálculos não fogem da frieza<sup>193</sup> que a quantificação pura e simples possa revelar. Desse modo, os dados estatísticos apresentados, serão contextualizados a partir da produção historiográfica sobre o período.

Embora chamado de Censo de 1960, estes números dizem respeito à década anterior, ou seja, 1950. Caso se quisesse apresentar um quadro dos anos 60, teria que tomar como referência o Censo de 1970. Entretanto, o objetivo, neste momento, é buscar indicativos de como a população brasileira se apresentava naqueles anos iniciais de 1960, período correspondente ao recorte temporal estudado.

Eric Hobsbawm define o período que vai do fim da Segunda Guerra Mundial até inícios da década de 1970 de “os anos dourados”<sup>194</sup>. O autor afirma que “na década de 1950 o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos”<sup>195</sup>. Tal afirmação é justificada quando são elencados alguns dados que apontam para o

<sup>190</sup> Miguel Arraes cita Carlos Drummond de Andrade na introdução do livro CALLADO, Antônio. *Tempos de Arraes...* Op. cit., p. 15.

<sup>191</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1960*. Rio de Janeiro: 1961.

<sup>192</sup> Os outros recenseamentos gerais datam de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950.

<sup>193</sup> O termo é usado no sentido figurado: “atitude de reserva em relação a pessoas, acontecimentos etc., ausência de envolvimento diante do que se passa em torno; distanciamento”. DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA... Op. cit.

<sup>194</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. Op. cit., p. 253.

<sup>195</sup> Idem, p. 255.

desenvolvimento<sup>196</sup> vivido naquele período: considerável acréscimo populacional, principalmente no chamado Terceiro Mundo<sup>197</sup>; aumento da expectativa de vida<sup>198</sup>; elevação na produção de alimentos<sup>199</sup>; expansão da produção industrial<sup>200</sup>; e, lamentavelmente, o avanço na destruição do meio ambiente<sup>201</sup>.

TABELA 3 – PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO BRASIL (1950-1960)

Alimento	1950	1960
Arroz em casca (Toneladas)	2.784.989	3.762.212
Feijão em grão (Toneladas)	1.240.075	1.419.602
Mandioca (Toneladas)	9.696.517	15.142.094
Milho em grão (Toneladas)	6.660.680	8.374.406
Soja em grão (Toneladas)	45.023	216.033
Trigo em grão (Toneladas)	364.108	503.715

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário de 1960*. Rio de Janeiro: 1961.

No Brasil, os dados colhidos pelo IBGE comprovam as afirmações de Hobsbawm. A população que, em 1950, era de 51.944.397 habitantes saltou para 70.992.343, em 1960<sup>202</sup>. A expectativa de vida ao nascer, no censo de 1950, era 45,51 anos, já no de 1960 este número vai para 51,64<sup>203</sup>. Quanto à produção de alimentos também se pode observar o aumento no período, conforme Tabela 3. Nela é observável o acréscimo em quase todos os itens aferidos pelo IBGE. Interessante notar a ampliação na produção do feijão e do arroz, base da alimentação da maioria da população brasileira, que àquela época apresentava gradativo crescimento. Entretanto, seria ingênuo imaginar que havia uma distribuição igualitária para todas as classes sociais e para todas as regiões brasileiras. Marcado por disparidades regionais e sociais, a má distribuição de alimentos era apenas um viés das grandes desigualdades existente neste país de dimensões continentais.

<sup>196</sup> Utilizamos a palavra desenvolvimento no sentido de aumento/crescimento (em termos quantitativos) e não no sentido de progresso. Os dados apresentados por Hobsbawm estão ligados a números e percentuais que, não necessariamente, representam avanços qualitativos.

<sup>197</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos...* Op. cit., p. 255.

<sup>198</sup> Idem, p. 255.

<sup>199</sup> Idem, pp. 255-256.

<sup>200</sup> Idem, p. 256.

<sup>201</sup> Idem, p. 257.

<sup>202</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1960...* Op. cit.

<sup>203</sup> Ibidem.

TABELA 4 – INDÚSTRIA NO BRASIL (1950-1960)

<b>Estabelecimentos</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>
Indústrias extrativas de produtos minerais	1.539	2.178
Indústria de transformação	82.164	108.593
Minerais não metálicos	12.750	18.146
Metalúrgica	2.221	4.850
Mecânica	762	1.692
Material elétrico e de comunicações	341	982
Material de transporte	539	2.096
Madeira	7.562	11.196
Mobiliário	2.882	8.160
Papel e papelão	441	764
Borracha	119	339
Couros e pele e produtos similares	2.099	2.350
Química	1.158	1.774
Produtos farmacêuticos e medicinais	547	504
Produtos de perfumaria, sabões e velas	959	1.071
Produtos de matérias plásticas	104	295
Têxtil	2.941	4.272
Vestuário, calçado e artefatos de tecidos	5.076	7.639
Produtos alimentares	32.872	33.534
Bebidas	4.420	3.044
Fumo	252	278
Editorial e gráfica	2.749	3.389
Diversas	1.370	2.218

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados de INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Industrial de 1960*. Rio de Janeiro: 1961.

No tocante a industrialização é notável a adição no período. A indústria no Brasil dava um salto quantitativo entre 1950 e 1960, como se pode verificar na análise da Tabela 4. Com exceção dos “produtos farmacêuticos e medicinais” e das “bebidas”, todos os outros estabelecimentos apresentaram uma elevação numérica entre 1950 e 1960. Destaque especial para o aumento nas “indústrias de transformação”, importantes no processo de transformação da matéria-prima bruta e que dão subsídios para outras atividades do setor<sup>204</sup>. A majoração de seus números, por si só, já representa um incremento em diversas outras atividades.

Entretanto, sobre o crescimento industrial do Brasil durante a década de 1950, é preciso um olhar mais apurado. Faz-se necessário contextualizar esses dados. Por trás da adição no quantitativo de indústrias, escondiam-se disparidades regionais, alocação de capital

<sup>204</sup> Na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), a indústria de transformação “compreende as atividades que envolvem a transformação física, química e biológica de materiais, substâncias e componentes com a finalidade de se obterem produtos novos. Os materiais, substâncias e componentes transformados são insumos produzidos nas atividades agrícolas, florestais, de mineração, da pesca e produtos de outras atividades industriais”. Disponível em <<http://www.cnae.ibge.gov.br>> Acesso em 30 abr. 2012.

estrangeiro e disputas políticas em torno do modelo de superação do subdesenvolvimento que deveria ser adotado pelo Brasil.

### **Cinquenta anos em cinco**

Se para Thomas Skidmore o período de JK à frente da presidência da República pode ser chamando de “anos de confiança”<sup>205</sup>, Vânia Maria Losada Moreira vai mais adiante e o batiza de “anos dourados”<sup>206</sup> brasileiros. Ambos lhes concedem esses elogiosos epítetos por dois motivos principais: a estabilidade política e o crescimento econômico verificados no seu governo. É importante destacar, como afirma Sônia Regina de Mendonça, a relevância do estudo do desempenho econômico brasileiro para a compreensão da conjuntura político-social antecedente ao movimento militar, principalmente, no que se referem às “heranças” do Plano de Metas. Longe de defender uma hierarquia de importância, Mendonça propõe uma maior visibilidade ao debate econômico no período. Esta questão, segundo a autora, foi pouco abordada pela historiografia do Golpe, que, por sua vez, deu mais ênfase a ascensão de movimentos populares, ao papel do exército e ao descrédito das instituições políticas, em detrimento dos aspectos estruturais ligados à economia<sup>207</sup>.

“*Cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo*”, este era o slogan da campanha eleitoral realizada por Kubitschek em 1955<sup>208</sup>. Seu programa de governo estava resumido no Plano de Metas, cujo objetivo seria aprofundar o processo de industrialização e elevar o Brasil à categoria de país desenvolvido. O Plano estava organizado “em 30 metas, distribuídas entre os setores de energia (metas 1 a 5), transporte (metas 6 a 12), alimentação (metas 13 a 18), indústria de base (metas 19 a 29) e educação (meta 30)”<sup>209</sup>. Posteriormente a

---

<sup>205</sup> SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969. p. 203.

<sup>206</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (coleção O Brasil republicano; v.3), pp. 155-194, p. 158.

<sup>207</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. “Dez anos de economia brasileira: história e historiografia (1954-1964)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1994, v. 14, n. 27, pp. 87-97, p. 87.

<sup>208</sup> SKIDMORE, Thomas. *O Brasil...* Op. cit., p. 204.

<sup>209</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 159.

Operação Nordeste foi incluída como 31ª meta<sup>210</sup> e a construção de Brasília considerada a meta síntese do programa<sup>211</sup>.

No que se refere à implantação do Plano de Metas, os êxitos são comprovados, principalmente nas metas relativas à energia, transporte e indústria, onde os resultados, em alguns casos, superaram as metas estabelecidas<sup>212</sup>. Para as camadas urbanas um leque de novas oportunidades começava a surgir com a expansão do parque industrial: multiplicavam-se os postos de emprego e tornavam-se acessíveis novos bens de consumo<sup>213</sup>. Segundo Hobsbawm “a gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo, e ao alcance deles [as classes médias urbanas], tornava antigos luxos itens do consumo diário”<sup>214</sup>. Segundo Enrique Padrós, essa forma de atuação do Estado foi, no campo do imediatismo, uma maneira eficiente de combater as tensões mais latentes do capitalismo sem, contudo, eliminar suas contradições<sup>215</sup>. Juscelino Kubitschek soube tomar proveito dessa situação: visitava as obras ainda em construção; inaugurava pessoalmente as obras mais importantes; dirigia automóveis produzidos pela indústria nacional; e, finalmente, fez da inauguração de Brasília uma cerimônia com pompas nunca antes vista na história da República brasileira<sup>216</sup>.

### As raízes do Golpe Militar de 1964

Na avaliação de Sônia Regina de Mendonça os objetivos do Plano de Metas poderiam ser resumidos em dois níveis: um em curto prazo e outro em médio prazo. O primeiro seria acelerar o processo de acumulação capitalista, já o segundo consistia na elevação do nível de vida da população<sup>217</sup>. Entretanto, para a autora o que se viu de fato foi um processo de grande

<sup>210</sup> GOMES, Ângela de Castro et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (coleção História geral da civilização brasileira; t. 3; v. 10), p. 198.

<sup>211</sup> BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 210.

<sup>212</sup> “O êxito na implementação do Plano de Metas foi inegável. As metas de energia e transporte, investimentos em infraestrutura considerados indispensáveis ao aprofundamento da industrialização, alcançaram resultados notáveis”. MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 160. “O êxito do programa é inegável, tanto na implantação do setor de bens de consumo durável, com ênfase especial para a indústria automobilística, quanto no amplo desenvolvimento da siderurgia e outros ramos do setor de bens de produção.” MARANHÃO, Ricardo. “O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964)”. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, (coleção História geral da civilização brasileira, t. 3. v.3), pp. 259-294. p. 266.

<sup>213</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 160.

<sup>214</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos...* Op. cit., p. 263.

<sup>215</sup> PADRÓS, Enrique Serra. “Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-Estar Social”. In: REIS FILHO, Daniel A. et al. *O século XX – o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 248.

<sup>216</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 160.

<sup>217</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Dez anos de economia brasileira...* Op. cit., p. 91.

concentração de capital e aumento da dívida externa e da inflação<sup>218</sup>. Para Mendonça, nos anos iniciais de 1960, particularmente entre 1962-64, o Brasil vivia uma grave crise econômica, “a qual levaria, por efeitos de encadeamento, à convulsão política e social verificada no pré-golpe”<sup>219</sup>. A autora conclui que, do ponto de vista econômico, o golpe de 1964 teve como objetivo a manutenção do modelo econômico implantado em meados dos anos de 1950, onde os entraves – ações políticas, movimentos sociais, reivindicações das classes trabalhadoras etc. decorrentes da crise econômica de 1962-64 – foram silenciados<sup>220</sup>.

Embora Lucília Neves de Almeida Delgado não o faça, podemos situar a interpretação de Sônia Regina de Mendonça dentro das *interpretações estruturalistas e funcionais* do Golpe Militar de 1964<sup>221</sup>, que vinculam “a ruptura da ordem política institucional, em 1964, aos conflitos sociais e políticos decorrentes da implementação de um modelo desenvolvimentista caracterizado por programa de industrialização dependente baseado na concentração de renda”<sup>222</sup>. Assim, a análise de Mendonça torna-se importante para situarmos o governo Arraes dentro da conjuntura econômica nacional e, de outro modo, compreender como o contexto econômico pernambucano se relaciona com estes eventos.

Para ilustrar a sentença acima, se apresenta o discurso proferido pelo deputado Inácio de Lemos, presidente da Assembleia Legislativa Pernambucana, em 15 de março de 1963, durante a abertura da Sessão Solene de Instalação da Primeira Sessão Ordinária da Quinta Legislatura:

Srs. Deputados:

É oportuno salientar, nesta ocasião, a responsabilidade que pesa sobre cada um de nós, principalmente agora, nessa difícil conjuntura da vida nacional. Vivemos uma fase de suma gravidade. Estamos experimentando séria e dramática transição, cujo molde imperativo é ditado pelo próprio momento histórico de que participamos.

Na esfera econômica, deparamo-nos com uma espiral inflacionária em marcha ascensional, agravando e aprofundando, dia a dia, o desajustamento em que se debatem várias camadas sociais e econômicas, onde a angústia gerada pelos problemas cotidianos da subsistência vem cada vez mais aumentando o estado de

<sup>218</sup> MENDONÇA, Sônia Regina de. *Dez anos de economia brasileira...* Op. cit., p. 92. A autora cita os seguintes fatores: a entrada de multinacionais que inviabilizava o crescimento das pequenas empresas; a importação – por parte do setor produtivo estatal – dos insumos para atender as necessidades das multinacionais; e a remessa de lucros feita em dólares pelo capital estrangeiro, que desvalorizava a moeda nacional.

<sup>219</sup> Ibidem.

<sup>220</sup> Idem, pp. 94-95.

<sup>221</sup> Lucília Neves de Almeida Delgado classifica a produção historiográfica a respeito do Golpe Militar de 1964 em quatro correntes distintas: 1. Interpretações estruturalistas e funcionais; 2. Interpretações que enfatizam o caráter preventivo da intervenção civil e militar; 3. Análises que privilegiam a versão conspiratória; e 4. Interpretações que destacam as ideias de ação política conjuntural e de falta de compromisso com a democracia. DELGADO, Lucília Neves de Almeida. “1964: temporalidade e interpretações”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004, pp. 15-28.

<sup>222</sup> DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *1964...* Op. cit., p. 18.

espírito do povo, criando sérios riscos para estabilidade social e política, reflexo direto da ausência de medidas enérgicas que contenham esse desequilíbrio e ponham termos às indissolúveis inquietações que afligem a todos. No campo doutrinário e prático das reformas institucionais, observamos entrechoques de ideias e sentimentos a disputarem a predominância dessas reformas. (...) <sup>223</sup>.

A situação econômica se apresentava de tal modo que as primeiras palavras proferidas pelo então presidente da Assembleia foram ressaltando o papel do legislador diante do contexto nacional. Para caracterizar esses fatos, Lemos utiliza os seguintes adjetivos: difícil conjuntura, suma gravidade e dramática transição. Enfatizando suas inquietações frente ao momento histórico vivenciado por todos. Para exemplificar tais afirmações, o deputado cita a alta inflação e a inquietude das massas diante das dificuldades de subsistência e, como consequência, aponta a possibilidade de quebra no ritmo da estabilidade social e política. Desse modo, percebe-se que, ao assumir o governo de Pernambuco, Miguel Arraes teve de enfrentar os sérios problemas decorrentes da crise econômica de 1962-64, onde as atitudes do Executivo eram vistas com grande desconfiança por parte do próprio Legislativo. O mesmo pode ser dito em relação a João Goulart.

Do ponto de vista político, o capital oligopolista multinacional e associado ganhou amplo espaço na chamada *administração paralela* <sup>224</sup> do governo Kubitschek, que era

constituída por órgãos já existentes, e “eficientes”, como a CACEX [Carteira de Comércio Exterior] (ligada ao Banco do Brasil), o BNDE [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico] e a SUMOC [Superintendência da Moeda e do Crédito], mais os novos órgãos, executivos ou de assessoria, os Grupos Executivos, os Grupos de Trabalho e o CPA (Conselho de Política Aduaneira) <sup>225</sup>.

De acordo com René Armand Dreifuss, essa *administração paralela* era formada por técnicos (diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais) e por oficiais militares, que ao ocuparem estes postos buscavam eliminar os entraves burocráticos “dos canais tradicionais de formulação de diretrizes políticas e os centros de tomada de decisão, contornando assim as estruturas de representação do regime populista” <sup>226</sup>.

<sup>223</sup> *Anais da Assembleia Legislativa*. Sessões de 10 de março a 30 de abril de 1963, p. 20.

<sup>224</sup> Definida por Maria Vitória de Mesquita Benevides como “um esquema racional, dentro da lógica do sistema – evitando o imobilismo do sistema sem ter que contestá-lo radicalmente – uma vez que os novos órgãos funcionavam como centros de assessoria e execução, enquanto que os antigos continuavam a corresponder aos interesses da política de clientela ainda vigente”. BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O governo Kubitschek...* Op. cit., p. 224-225.

<sup>225</sup> Idem, p. 224.

<sup>226</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 4ª ed. Tradução de Else Ribeiro Pires Vieira et al. Petrópolis/RJ: 1986, p. 35.

Estes entraves eram materializados, principalmente, pelo Congresso Nacional, ocupado, em sua maioria, por representantes das oligarquias rurais, que buscavam atender primeiramente seus interesses de classe. E, numa outra instância, o Congresso também servia como uma via onde eram realizadas denúncias a respeito da entrada do capital multinacional e suas consequências para a classe trabalhadora<sup>227</sup>. Desse modo, a máquina burocrática do Estado não respondia às exigências do capital multinacional na velocidade em que este se expandia.

Os interesses multinacionais e associados, que a partir da segunda metade da década de 1950 ganharam grande preponderância no cenário econômico brasileiro, mas que, àquela altura não tinha predominância nos canais tradicionais de discussão e execução de políticas, buscaram acelerar, de diversas formas, a penetração do capital estrangeiro<sup>228</sup>. Como visto, destacou-se nesse processo a atuação dos diretores de empresas privadas e empresários com qualificações profissionais – os chamados técnicos – que ao acumularem cargos nas multinacionais e nos aparelhos políticos e burocráticos do Estado (*administração paralela*) passaram a sobrepor os interesses multinacionais e associados aos problemas socioeconômicos do país<sup>229</sup>.

Numa outra instância, a Escola Superior de Guerra (ESG) e os acordos militares Brasil-Estados Unidos (*ver página 54*) abriram caminho para uma aproximação ideológica entre militares brasileiros e capital estrangeiro, uma prova disso era que muitos dos profissionais que ocupavam postos nas multinacionais ou no aparelho estatal “eram conferencistas assíduos na ESG, para onde levavam seus próprios valores desenvolvimentistas”<sup>230</sup>. Desse modo, a ESG funcionava como “um instrumento para o estabelecimento de ligações orgânicas entre militares e civis, tanto no aparelho estatal quanto nas empresas privadas”<sup>231</sup>.

Nesta mesma perspectiva, em torno dos órgãos de classe empresarial (associações comerciais, federações de indústria etc.) e nos grupos de ação política e ideológica (um exemplo é o Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD) foram formados grupos de pressão que expressavam os interesses empresariais do capital multinacional e associado, “com o objetivo de conseguir que seus interesses tivessem expressão em nível de governo”.

---

<sup>227</sup> DREIFUSS, René Armand. 1964: a conquista do estado. Op. cit., pp. 34-35.

<sup>228</sup> Idem, p. 66.

<sup>229</sup> Idem, pp. 71-77.

<sup>230</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>231</sup> Ibidem, p. 80.

Na visão de Lucília de Almeida Neves Delgado, o estudo de Dreifuss assenta-se nas *análises que privilegiam a versão conspiratória* do Golpe Militar de 1964. Militares, técnico-empresários e organizações como o IBAD, que representavam os interesses multinacionais e associados atuaram no sentido de conter as mobilizações populares que cresceram progressivamente durante a década de 1960<sup>232</sup>. Como afirma Caio Navarro de Toledo, é a partir das análises de Dreifuss que a expressão *Golpe Civil-Militar* ganha espaço nos estudos acadêmicos, uma vez que, a expressão *Golpe Militar* passou a ser insuficiente, pois não abarcava a atuação da sociedade civil nos “preparativos” do 01 de abril de 1964<sup>233</sup>.

Independente da classificação proposta para as análises de Sônia Regina de Mendonça e de René Armand Dreifuss, é importante ressaltar que, para ambos, as “raízes” do Golpe Militar de 1964 foram fincadas pela política econômica desenvolvida no governo de Juscelino Kubitschek. Numa perspectiva econômica, Mendonça atribui à entrada de capital estrangeiro o agravamento da crise financeira nos anos 1960; do ponto de vista político, Dreifuss discorre sobre o crescimento dos interesses internacionais em nível de Estado. Para ambos, o agravamento das condições de vida de parte da população e as mobilizações populares subjacentes a estas, tinham seu cerne na gestão de JK.

### **“O pacto industrial-agrário do nacional-desenvolvimentismo”<sup>234</sup>**

René Armand Dreifuss aponta que existiam entraves e não oposição de interesses entre o grupo dominante do Congresso Nacional – as oligarquias rurais – e o capital multinacional. Embora o autor não aprofunde essa questão, Vânia Maria Losada Moreira assinala que o projeto socioeconômico colocado em prática durante o governo Juscelino Kubitschek – o nacional-desenvolvimentismo – não era o único discutido como “solução” para os “problemas” brasileiros durante a década de 1950. Dentre tantos outros, dois projetos figuravam no cenário político nacional trazendo alternativas que guardavam semelhanças e diferenças àquela proposta pelo programa juscelinista, eram eles: o ruralismo e o nacionalismo econômico.

<sup>232</sup> DELGADO, Lucília Neves de Almeida. *1964...* Op. cit., p. 23.

<sup>233</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. “A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964”. In: *e-premissas: revistas de estudos estratégicos*. Dossiê René Dreifuss: 1964 e outros combates. n. 01, novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/01.htm>> acesso em 09 out. 2012.

<sup>234</sup> Termo de Vânia Moreira para definir as alianças político-econômicas que sustentaram os ideais do nacional-desenvolvimentismo. MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 190.

O projeto ruralista defendia a modernização do setor agrícola, traçando como meta a integração entre a indústria e a agropecuária, sem, contudo, que fossem alteradas a estrutura fundiária e as relações de trabalho para a população rural. Os ruralistas se colocavam totalmente contra a extensão da legislação trabalhista para o campo e defendiam ferrenhamente a manutenção da grande propriedade rural<sup>235</sup>. Tomando emprestado, o título do livro de Peter Eisenberg<sup>236</sup> – *modernização sem mudança* – expressaria com bastante clareza as reivindicações desse projeto.

A segunda proposta consiste no nacionalismo econômico que, assim como o ruralismo e o nacional-desenvolvimentismo, tinha como objetivo a industrialização da economia brasileira. A especificidade desse projeto pode ser resumida em dois pontos principais: o primeiro dizia respeito à condução do processo de industrialização, que deveria ser feita sem a participação direta do capital internacional; o segundo tratava das consequências desse desenvolvimento com base na indústria, que para os nacionalistas deveria culminar com a elevação da qualidade de vida da população brasileira tanto do campo quanto da cidade<sup>237</sup>.

É a partir da interseção desses dois projetos – o ruralista e o nacionalista econômico – que melhor podemos avaliar o nacional-desenvolvimentismo. O primeiro estabelecia a sustentação política; o segundo, fornecia os mecanismos ideológicos necessários ao plano de desenvolvimento defendido por JK.

Os ruralistas não se colocavam contra a industrialização. Pelo contrário, para muitos deles a implementação de um parque industrial representava perspectivas de crescimento de um mercado interno, não interessando se o capital investido era nacional ou estrangeiro. Diante disso, Juscelino buscava o apoio político desse grupo e, em troca, atendia às suas demandas não mexendo na estrutura fundiária. Dessa forma:

a sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista foi fruto de um pacto tácito entre os grandes interesses rurais e o capital industrial, de origem nacional, internacional ou uma combinação de ambos. É nos parâmetros desse pacto que se torna explicável a relativa estabilidade do governo JK, a intensificação da industrialização e, também, um outro fenômeno pouco notado por quase todos os estudiosos desse período: a reprodução ampliada e modernizada da oligarquia rural brasileira<sup>238</sup>.

<sup>235</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 180-181.

<sup>236</sup> O livro de Peter Eisenberg trata do processo de modernização que passou a produção sucroalcooleira na transição do século XIX para o XX. Entretanto, essa modernização foi realizada sem promover mudanças na qualidade de vida dos trabalhadores. EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

<sup>237</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 172-173.

<sup>238</sup> Idem., p. 190.

Os nacionalistas econômicos inicialmente apoiaram o plano de governo juscelinista. A discordância se deu com o crescimento do capital estrangeiro na marcha pela industrialização traçada pelo nacional-desenvolvimentismo<sup>239</sup>. Entretanto, o epíteto “nacionalista” compartilhado pelos dois grupos fazia com que os menos afeiçoados com seus respectivos projetos acreditassem que ambos estavam defendendo os mesmos ideais<sup>240</sup>. Os partidários do nacional-desenvolvimentismo, aproveitando-se dessa confusão e utilizando-se da ideologia nacionalista, tentavam “ocultar, com relativo sucesso, esse processo de implantação de uma dinâmica monopolista submetida a centros externos, essa subordinação do capital nacional ao estrangeiro”<sup>241</sup>.

Já no último ano do governo JK, o modelo nacional-desenvolvimentista começava a dar sinais de enfraquecimento<sup>242</sup>. Entretanto, com base no “jogo populista”, as tensões que marcavam as disparidades entre campo-cidade, trabalhadores-patrões, norte-sul, capital nacional-capital estrangeiro, eram camufladas.

Os êxitos do Plano de Metas não foram estendidos para todos, “a maior parte da população continuou à margem dos benefícios gerados pelo desenvolvimento e crescimento da economia”<sup>243</sup>. Essa maioria correspondia, principalmente àqueles que viviam no campo, que, de acordo com o censo do IBGE correspondiam a 63,84%<sup>244</sup> da população. Desse modo:

os desníveis de desenvolvimento regional não foram superados. Tal problema era sobretudo visível nas diferenças que separavam Nordeste e Sudeste e na destoante qualidade de vida da população do ‘interior’ (campo) quando comparada à do ‘litoral’ (cidade), sem acesso à terra, à saúde, à educação, ao saneamento básico, aos plenos direitos políticos e à proteção da legislação social e trabalhista<sup>245</sup>.

Essas disparidades entre norte-sul, campo-cidade foram fatores fundamentais que fizeram do Nordeste brasileiro, e em especial Pernambuco, palco de tensões sociais que tiveram seu auge em meados dos anos 1950 e início dos 1960. Nas palavras de Francisco Julião:

A Revolução Cubana não teve, absolutamente, uma grande influência no crescimento das Ligas Camponesas. Posso dizer que o que provocou o crescimento

<sup>239</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 171.

<sup>240</sup> Idem. p. 174.

<sup>241</sup> MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964)...* Op. cit., p. 266.

<sup>242</sup> Idem. p. 259.

<sup>243</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit., p. 188.

<sup>244</sup> SERVIÇO NACIONAL DE RECENTEAMENTO. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1957. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, 1957. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos\\_xls/populacao/1957/populacao\\_m\\_1957aeb\\_013\\_1a014.xls](http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/populacao/1957/populacao_m_1957aeb_013_1a014.xls)> acesso em 25 nov. 2009.

<sup>245</sup> MOREIRA, Vânia Maria Losada. *Os anos JK...* Op. cit. p. 191.

das Ligas Camponesas não foi Fidel Castro, senão Juscelino Kubitschek. Desde o momento em que Juscelino, em 1955, cria uma grande euforia na burguesia industrial, houve um certo interesse pelo problema da terra, por uma reforma agrária. Quer dizer, aquilo que sempre foi um tabu, uma coisa intocável, passou a ser objeto de um debate na Câmara dos Deputados. Em outros setores da vida nacional se discutia a necessidade de quebrar esse tipo tradicional de exploração da terra, para criar condições, a fim de que o próprio desenvolvimento do país industrial, encontrasse aqui dentro de um mercado capaz de absorver boa parte de sua produção. Juscelino, por conseguinte, gerou essa expectativa. De modo que foi ele, com suas metas, quem realmente propiciou, querendo ou não querendo, o desenvolvimento do movimento camponês, das Ligas Camponesas e não Fidel Castro<sup>246</sup>.

### 1.3 “A SINGULARIDADE DA VIDA POLÍTICA PERNAMBUCANA”<sup>247</sup>

*Sou eu, o Zé Ninguém / Quem me condena / Razão não tem / Sou Zé Ninguém / Mas sou trabalhador / Quem me condena / Entrego a Deus / Nosso senhor.*

Limoeiro<sup>248</sup>

O modelo de desenvolvimento implantado pelo governo Juscelino Kubitschek acentuou as disparidades existentes entre o Centro-Sul e as demais regiões do país. Para as classes dominantes do Nordeste, em especial a burguesia agroindustrial, era fundamental encontrar mecanismos de defesa que lhe garantisse a sobrevivência<sup>249</sup>. Uma vez que

até a década de 50, a atuação do governo federal no Nordeste tinha quase se limitado a medidas de socorros no período das secas. Nesse sentido, exercia função de simplesmente reproduzir a situação existente, situação da qual se beneficiavam as oligarquias do sertão que controlavam a máquina político-administrativa regional<sup>250</sup>.

No caso de Pernambuco, a oligarquia a que se refere à citação acima corresponde aos grupos ligados economicamente à produção algodoeira-pecuarista. Para esses grupos, o desenvolvimento da indústria no Estado era visto com maus olhos, “na medida em que isso poderia acarretar a desorganização da estrutura tradicional e, em consequência, desmantelar o

<sup>246</sup> Entrevista com Francisco Julião Arruda de Paula, realizada por Eliane Moury Fernandes, em novembro de 1983. Acervo Movimento Político-Militar de 1964, CEHIBRA/INDOC/FUNDAJ.

<sup>247</sup> “A singularidade da vida política pernambucana decorre da dificuldade de se colocar o Estado de Pernambuco em um esquema, dominante na maioria dos estados...” ANDRADE, Manuel Correia de. Prefácio. Nacionalismo e crise social: o caso da Frente do Recife. In: SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 16.

<sup>248</sup> A oposição chamava Arraes de Zé Ninguém. A pecha foi utilizada na composição de uma das músicas mais conhecidas da campanha de Arraes, de autoria do compositor Limoeiro. ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. Op. cit. 49.

<sup>249</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit. p. 69.

<sup>250</sup> *Ibidem*. p. 70.

seu domínio político”<sup>251</sup>. A força política desse bloco oligárquico, cujas bases eleitorais localizavam-se, principalmente, no Agreste e no Sertão, assentava-se nas amarras do clientelismo. Uma prova desse comportamento conservador, quanto à modernização da economia nordestina, pode ser destacado pela posição tomada por esses grupos durante o processo de criação da SUDENE, através do qual “evidenciou-se a hostilidade dos deputados com base eleitoral no Sertão à inserção de uma política industrializada no Nordeste brasileiro”<sup>252</sup>.

No âmbito das classes dominantes, a oposição era formada pela burguesia açucareira e têxtil, que viam seu propósito de industrialização ser solapado. Para eles, só através da ação do Estado seria possível a implementação do projeto nacional-desenvolvimentista, que já se processava no Centro-Sul do país. Do ponto de vista econômico essa situação desembocava

em uma divisão social do trabalho onde o Centro-Sul se industrializava e o Nordeste participava com parte da transferência da renda da agricultura para a indústria, além de fornecer mão-de-obra de reserva para baratear os custos da produção, a forma oligárquica de organização do poder político na Região tornava-se até certo ponto funcional. A economia agroexportadora contribuía com as divisas do comércio externo, transferia recursos para o Centro-Sul e ainda permitia a existência de alguns enclaves na região, em uma etapa de maior dinamismo do capital<sup>253</sup>.

Em 1955, foi realizado em Recife o Congresso de Salvação do Nordeste, que, segundo José Arlindo Soares, “foi um importante instrumento para introduzir no Nordeste as teses desenvolvimentistas”<sup>254</sup>. Este congresso, idealizado pelo Partido Comunista, contou com a participação de mais de 500 delegados “representando os mais importantes sindicatos, as assembleias legislativas, câmaras municipais, associações profissionais e representantes dos governos de todos os estados do Nordeste”<sup>255</sup>.

De acordo com Soares, a participação das classes conservadoras foi mínima, fazendo com que as principais resoluções feitas ao final do Congresso fossem dominadas pelas proposições da frente composta pelos comunistas e pelos grupos nacionalistas<sup>256</sup>. Os pontos principais da Carta de Salvação do Nordeste, documento final do Congresso, refletem essa aliança de tendência desenvolvimentista-nacionalista:

no documento, o congresso convocava o governo e a iniciativa privada a substituir por empresas nacionais as concessionárias estrangeiras; advoga o incremento da

<sup>251</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit. p.70

<sup>252</sup> Idem. p. 71.

<sup>253</sup> SOARES, José Arlindo. “As eleições de 1958 e 1962 em Pernambuco: o Nordeste com os sinais trocados”. In: LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, 1986, p. 116.

<sup>254</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 44.

<sup>255</sup> Idem. pp. 44-45.

<sup>256</sup> Idem. p. 45.

industrialização com o mercado interno; propõe estudos para o desenvolvimento de um programa de apoio à agroindústria do açúcar e finalmente recomenda a realização de uma reforma agrária que atenda as populações rurais e vise ao desenvolvimento da economia do país e à maior produção de gêneros de subsistência<sup>257</sup>.

Em se tratando de alianças políticas, “o resultado mais imediato do congresso foi a maior aproximação entre o Partido Comunista e o PTB, através de sua ala nacionalista, criando as condições para a criação da Frente do Recife”<sup>258</sup>.

### **“A concretização da aliança partidária nacionalista”<sup>259</sup>**

Em janeiro de 1955, o então presidente Café Filho aprovou a lei de autonomia do Recife. A partir da referida lei, a população da capital pernambucana, voltaria a escolher seu prefeito pelo voto direto.

Os partidos políticos começaram então a se articular para lançar suas candidaturas ao pleito municipal. O grande partido político pernambucano da época era o PSD, “formado basicamente pela elite estadonovista e contanto com forte apoio dos chefes políticos do interior”<sup>260</sup>. Este partido vinha mantendo a hegemonia nos sufrágios estaduais que ocorreram após o término do Estado Novo, elegendo consecutivamente seus candidatos nas eleições de 1947, 1950, 1952 e 1954. Entretanto, as eleições municipais do Recife mostravam-se como um grande “teste eleitoral numa região eminentemente urbana e de forte tradição oposicionista”<sup>261</sup>, uma vez que as bases eleitorais do PSD estavam concentradas, principalmente, no Agreste e no Sertão.

A aproximação entre o Partido Comunista e o PTB<sup>262</sup> durante o Congresso de Salvação do Nordeste foi um estímulo para a formação da Frente do Recife que, além dos dois partidos mencionados, contava ainda com a participação do PSB e de alguns políticos da UDN, que não haviam lançado candidatura própria.

<sup>257</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 45.

<sup>258</sup> Idem. p. 46.

<sup>259</sup> “O significado maior desse pleito não foi, no entanto, o ideário programático discutido, mas a concretização da aliança partidária nacionalista que se iria colocar como uma alternativa de poder na região...” Idem, p. 47.

<sup>260</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. “As eleições de 1950 a 1954”. In: LAVAREDA, Antônio. SÁ, Constança (orgs.). Op. cit., p. 93.

<sup>261</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Op. cit., p. 175.

<sup>262</sup> “Em termos nacionais o Partido Comunista e o PTB já marchavam unidos em torno da chapa de Juscelino Kubitschek e Jango”. SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 47-48.

A Frente do Recife apresentou como candidato Pelópidas Silveira; os outros aspirantes foram Alcides Teixeira pelo Partido Social Trabalhista, Antônio Alves Pereira pelo Partido Libertador e Paulo Germano de Magalhães pelo PSD.

Pelópidas Silveira já havia estado à frente da Prefeitura do Recife durante 6 meses, em 1946, nomeado pelo então interventor José Domingues, quando desenvolveu uma administração voltada para os problemas urbanos que a cidade enfrentava na época. Mediante algumas ações como tabelamento do pescado durante a Semana Santa e a instituição da “Semana Inglesa” no comércio da capital, Pelópidas alcançou grande popularidade<sup>263</sup>.

Na campanha eleitoral, Pelópidas Silveira teve que enfrentar um pedido de impugnação<sup>264</sup> e a oposição da Liga Eleitoral Católica<sup>265</sup>. Entretanto, contava com o apoio de “vários sindicatos de trabalhadores e associações de bairros”<sup>266</sup>. Pela tradição que as chamadas forças de esquerda tinham em Recife, a vitória do candidato da Frente do Recife era tida como certa antes mesmo da contagem de votos.

Pelópidas Silveira venceu as eleições com 66,87% dos votos. A vitória avassaladora era um indicativo de que a aliança que proporcionou o surgimento da Frente do Recife estava no caminho certo. Entretanto, muitos desafios colocavam-se diante desta nova conjuntura: o principal deles levava em consideração o fato de que “mesmo homogeneizada pelo Partido Comunista e pelos nacionalistas de esquerda, a Frente incorporava diversos outros setores, que devido aos esquemas partidários se obrigavam a apoiar os candidatos do bloco popular”<sup>267</sup>. Diante disso, o desafio era saber que setores seriam privilegiados na política de frente única.

A tendência, diante das investidas da grande burguesia e de setores nacionalistas de esquerda, foi a de aprofundar a penetração no aparelho do Estado e de certa forma pressionar através do movimento de massas. Este, no fundo, será sempre visto como um manancial de reserva para ser posto, nos momentos de crise, na mesa de negociações, a fim de quebrar a resistência das classes conservadoras<sup>268</sup>.

---

<sup>263</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1990, p. 89.

<sup>264</sup> “Deferido o pedido de inscrição de sua candidatura pelo juiz eleitoral da comarca da Capital, apressou-se o advogado Wandenkolk Wanderley em impugná-la, sob a alegação de que Pelópidas Silveira era comunista”. CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 290.

<sup>265</sup> “A Liga Eleitoral Católica, constituída de líderes religiosos ultraconservadores, negara apoio à candidatura de Pelópidas”. Idem, p. 291.

<sup>266</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit. p. 47.

<sup>267</sup> Idem, p. 49.

<sup>268</sup> Ibidem.

**“Criou-se no povo a consciência de sua força”<sup>269</sup>**

A administração de Pelópidas Silveira na prefeitura do Recife foi marcada por um caráter popular facilmente observado a partir das medidas que foram tomadas em sua gestão:

implantação do serviço de ônibus elétrico (...); a entrega ao público da larga Avenida Conde da Boa Vista (...); a construção da moderna Avenida Norte (...); a aquisição do Sítio da Trindade (...); a construção dos jardins das praças de Dois Irmãos, Jaqueira e Salgado Filho, este no aeroporto: a aquisição do Teatro do Parque (...); a modernização da frota coletora de lixo; a multiplicação de pequenas praças e jardins em todos os subúrbios (...); o melhor funcionamento das feiras livres (...); a higienização dos mercados e matadouros públicos; a melhora das bibliotecas ambulantes (...), etc.<sup>270</sup>.

O caráter popular da administração de Pelópidas fica ainda mais evidente quando analisada sob dois prismas: o fortalecimento das associações de bairro e a realização de audiências públicas. O estímulo à formação das associações de bairro já era feito por Pelópidas desde a campanha eleitoral<sup>271</sup>. A ideia era inspirada nas comissões de moradores de São Paulo<sup>272</sup> e, segundo Luciana de Barros Jaccoud, não visava reforçar seu papel político-partidário, “mas sim seu papel administrativo e sua capacidade de canalizar aqueles problemas de mais premente solução nos bairros, numa representação mais autêntica das carências das populações locais”<sup>273</sup>.

As audiências públicas eram realizadas no Teatro Santa Isabel a cada quinze dias. Tomavam parte, além da população e do próprio Pelópidas, secretários, engenheiros e diretores de departamento municipais<sup>274</sup>. Dessa forma, a administração de Pelópidas procurava “aproximar o Executivo Municipal da população do Recife, ao mesmo tempo em que resgatava junto às classes trabalhadoras possibilidades de participação popular num projeto democrático de gestão da coisa pública”<sup>275</sup>.

Na Câmara dos Vereadores, essas iniciativas enfrentaram grande resistência, o bloco de oposição era formado por 19 dos 25 vereadores<sup>276</sup>. As acusações eram de que as associações não passavam de células comunistas nos bairros e de que as audiências públicas

<sup>269</sup> Sobre o mandato de Pelópidas Silveira, Paulo Cavalcanti diz: “criou-se no povo a consciência de sua força, que se tornava mais viva à medida que tomava conhecimento dos problemas do governo, das possibilidades administrativas ou de suas dificuldades”. CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 295.

<sup>270</sup> Idem. p. 292.

<sup>271</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 90.

<sup>272</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 294.

<sup>273</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 90.

<sup>274</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 295.

<sup>275</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 90.

<sup>276</sup> Ibidem.

promoviam o esvaziamento das funções do legislativo municipal<sup>277</sup>. Do Executivo Estadual também partiam medidas repressivas “com invasão de suas sedes [das associações de bairro], detenções de lideranças populares e cerceamento de suas manifestações”<sup>278</sup>.

O mandato de Pelópidas Silveira encerrou-se em 1959, quando ele já ocupava o cargo eletivo de Vice-Governador, acumulando os dois mandatos. Contudo, durante o seu governo municipal as classes populares se fizeram representadas.

**“É melhor um gaúcho escolhido pelos pernambucanos do que um pernambucano escolhido pelos gaúchos”<sup>279</sup>**

O estudo sobre o governo Cordeiro de Farias (1955-1958), torna-se importante para se compreender os fatores que levaram a uma reorganização dos grupos políticos que compunham a Frente do Recife.

Cordeiro de Farias, nascido no Rio Grande do Sul, foi convidado por Etelvino Lins (PSD) para candidatar-se ao governo de Pernambuco em 1954. Com uma candidatura extrapartidária, mas com o apoio de grupos pessedistas e udenistas, saiu vitorioso do pleito. Seu governo foi marcado pela pouca tolerância aos movimentos populares, como a repressão às associações de bairro e ao Partido Comunista, e por um embate frente às classes patronais devido à elaboração de um novo Código Tributário<sup>280</sup>.

O general Cordeiro de Farias encarregara seu secretário da Fazenda, Clélio Lemos, de elaborar o projeto do novo Código Tributário. Antes, o Executivo vetara um projeto de lei da Assembleia, totalmente. Agora, para substituí-lo enviava outro, escorchante, elevando de muito a carga tributária. Ao mesmo tempo, solicitava ao Legislativo para criar milhares de cargos públicos. Era um verdadeiro inventário de fim de governo. Durante a discussão da matéria na Assembleia Legislativa, desencadeou-se contra o governo forte campanha de críticas<sup>281</sup>.

Segundo Soares, o Projeto 349 foi recebido com repúdio pelas classes patronais<sup>282</sup> que, através da Associação Comercial de Pernambuco, do Centro das Indústrias e da Federação das Indústrias de Pernambuco, iniciaram uma ampla campanha pela sua não

<sup>277</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., pp. 90-91.

<sup>278</sup> Idem. p. 91.

<sup>279</sup> Lema da campanha de Cordeiro de Farias para o governo de Pernambuco em 1954. PANDOLFI. Dulce Chaves. “As eleições de 1950 a 1954”... Op. cit., p. 103.

<sup>280</sup> Sobre o governo Cordeiro de Farias ver PANDOLFI. Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Op. cit., p. 175.

<sup>281</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 308.

<sup>282</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p.71

aprovação. A ação das classes patronais foi encampada desde o início pelo movimento operário e também pela Frente do Recife.

Em 09 de novembro de 1956, com a aprovação do Código Tributário, as classes patronais reunidas em assembleia decretam um locaute, paralisando grande parte das atividades econômicas do Estado. Em março 1957, quando Clélio de Lemos, autor do Projeto 349, foi indicado como presidente da Assembleia Legislativa um novo locaute foi decretado, dessa vez com mais amplitude que o anterior.

A cidade parecia morta. Não se tinha como adquirir sequer um maço de cigarro. Tudo fechou, da grande indústria ao compartimento do mercado público. O mesmo se verificava no interior<sup>283</sup>.

Desse modo, em março de 1957 foi organizada, na Assembleia Legislativa, uma frente denominada de “Oposições Unidas”, que contava com a participação do PTB, UDN, PSP e PST e do apoio do Partido Comunista contra o governo do Estado e as oligarquias rurais, sua base de sustentação política.

O general Cordeiro Farias reagiu a tudo isso com o que lhe era mais característico: a repressão. A classe patronal foi acusada de estar conluída com os comunistas. Foram presos diversos líderes sindicais e desencadeou-se uma verdadeira perseguição aos militantes do PC<sup>284</sup>.

Cordeiro de Farias deixou o governo um mês antes de terminar seu mandato para assumir um cargo na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Entretanto, seu estilo conservador de governar deu impulso para a formação de uma aliança que mais tarde destronaria do poder o grupo político que o trouxe dos Pampas gaúchos para Pernambuco.

### **“Usineiros e comunistas na mesma frente de luta”<sup>285</sup>**

Segundo Jaccoud, dois elementos em comum contribuíram para mobilizar a formação da frente Oposições Unidas: “o sentimento antioligárquico e em especial a ideologia desenvolvimentista e industrialista”<sup>286</sup>. De fato, eram grupos com interesses bastante distintos e, até certo ponto, conflitantes que compunham essa frente. Num comício organizado na

<sup>283</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 310.

<sup>284</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p.72

<sup>285</sup> Tomamos como empréstimo o título de uma das seções do livro de Paulo Cavalcanti. CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 287.

<sup>286</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 93.

Avenida Dantas Barreto<sup>287</sup>, estavam juntos num mesmo palanque “políticos udenistas, petebistas, líderes sindicais, comunistas e empresários”<sup>288</sup>.

O Partido Comunista em Pernambuco, seguindo uma definição nacional<sup>289</sup>, apoiou “incondicionalmente”<sup>290</sup> esse pacto com a burguesia industrial. Portanto, “no campo da Frente do Recife, o Partido Comunista era o mais entusiasta e articulador da aliança com as classes produtoras”<sup>291</sup>.

Com a aproximação das eleições estaduais de 1958, a luta encampada pelas Oposições Unidas começa “a assumir conotações eleitorais”<sup>292</sup>. O nome de Cid Sampaio passa a ser cogitado para sair como candidato no pleito. As composições políticas da Frente do Recife inicialmente não foram muito de acordo com a indicação. Entretanto, ao final, prevaleceu o consenso do Partido Comunista, “núcleo ideológico mais organizado da Frente do Recife”<sup>293</sup>. Coube às esquerdas indicarem o nome do vice para compor a chapa. O nome escolhido, pelo trabalho desenvolvido a frente do executivo da capital, foi o de Pelópidas Silveira. O grupo encabeçado pela UDN também tinha algumas ressalvas com a aliança recém formada:

pelo lado da UDN e das chamadas classes produtoras, o problema maior talvez fosse o modo da participação ostensiva do Partido Comunista na campanha e a radicalização a que isso poderia levar (...) vencidas as resistências, processou-se o registro da candidatura de Cid Sampaio para governador e de Pelópidas Silveira para o cargo de vice<sup>294</sup>.

Desse modo, estava institucionalizada, em Pernambuco, a aliança entre UDN, PSB, PTB, e PST<sup>295</sup>, que destoava do cenário nacional, já que contava com a participação UDN ao invés do PSD, mais próximo das esquerdas no resto do país. Esta situação justifica a frase do professor Manoel Correia de Andrade – “a singularidade da vida política pernambucana” – apresentada como título desta seção.

<sup>287</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 310.

<sup>288</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p.72

<sup>289</sup> Sobre o assunto ver: ALMEIA, Flávio Rodrigues de. “Insistente desencanto: o PCB e a revolução burguesa no período de 1945-64”. In: LAGOA, Maria Izabel; MAZZEO, Antônio Carlos (orgs.). *Corações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 83-122.

<sup>290</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 93.

<sup>291</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 74.

<sup>292</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 310.

<sup>293</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 75.

<sup>294</sup> Ibidem.

<sup>295</sup> O Partido Comunista estava na ilegalidade, portanto, formalmente não participava da aliança.

**“A incapacidade das classes dominantes locais de atender às mínimas necessidades dos trabalhadores”<sup>296</sup>**

Uma vez registrada a candidatura Cid-Pelópidas, era preciso partir para a campanha. O desafio maior recaía sobre o Partido Comunista, uma vez que, precisavam convencer as massas trabalhadoras a votar num usineiro. O programa de governo

priorizava a industrialização de Pernambuco, a defesa do planejamento como instrumento para o desenvolvimento econômico e a necessidade de “renovação dos métodos do governo”. Incluía também a bandeira do fortalecimento da política nacionalista, da elaboração de bases para novas relações de trabalho no campo e para melhor distribuição das terras férteis do estado<sup>297</sup>.

A campanha, aos poucos, foi ganhando corpo. Realizaram-se comícios com a participação de Luís Carlos Prestes e, mesmo com a oposição da Igreja Católica<sup>298</sup>, a chapa Cid-Pelópidas derrotou os pessedistas Jarbas Maranhão-José do Rego Maciel.

Cid Sampaio foi eleito com 59,68% dos votos, seu governo iniciou cumprindo com aquilo que havia sido proposto durante a campanha: nomeou uma assessoria sindical composta por líderes do Partido Comunista<sup>299</sup>; criou a Companhia Pernambucana de Borracha (COPERBO) e a Companhia de Revenda e Colonização (CRC), estimulando a industrialização<sup>300</sup>; e, também, estabeleceu um clima político mais democrático, “favorável à consolidação das organizações populares”<sup>301</sup>.

Passado o início do mandato, o governo Cid enfrenta seus primeiros desafios. Primeiro a greve dos portuários, contornada pela assessoria sindical dos comunistas e pela intervenção do governo federal<sup>302</sup>; depois, as Ligas Camponesas, provocando a expropriação do Engenho Galileia, em 1959, por decreto de Cid Sampaio. A assinatura deste decreto “representou o começo e o fim de um estilo populista do governo”<sup>303</sup> estadual, uma vez que os grandes proprietários de terras, temendo perder seu poder secular, começam a pressionar Cid a agir com mais severidade. Segundo José Arlindo Soares,

com o ascenso que o movimento dos trabalhadores rurais e urbanos vinha experimentando desde o início da década de 50, era natural que a posse de um governo eleito diretamente com o seu apoio e que se dizia comprometido com as

<sup>296</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p.77.

<sup>297</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 93.

<sup>298</sup> Carlos Cavalcanti afirma que D. Antonio de Almeida Morais Júnior, arcebispo de Olinda e Recife, apoiou abertamente Jarbas Maranhão, incitando seus fiéis a não votarem nos candidatos das Oposições Unidas. CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 314.

<sup>299</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 77.

<sup>300</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 94.

<sup>301</sup> Ibidem.

<sup>302</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 77.

<sup>303</sup> Ibidem.

suas reivindicações acelerasse o processo de organização e exigências políticas e econômicas<sup>304</sup>.

Assim, reproduzindo em Pernambuco os dilemas da burguesia nacional diante da crescente penetração do capital estrangeiro, Cid afasta-se da Frente do Recife gradativamente: primeiro apoiou Jânio Quadros em detrimento de Teixeira Lott (candidato apoiado pela Frente) nas eleições presidenciais; segundo, envolveu-se com a Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e com a Aliança para o Progresso; e, terceiro, passou a combater o 1º plano diretor da SUDENE<sup>305</sup>.

Através de uma carta aberta enviada pelos comunistas, em 1962, é oficializado o rompimento da Frente do Recife com Cid Sampaio. Desse modo, ao contrário do governo municipal de Pelópidas, Cid foi incapaz de conduzir seu mandato em favor das camadas populares. Preferiu, portanto, manter uma postura de favorecimento às elites industriais do Estado.

### **“O governo Arraes, no seu conjunto, foi o que melhor serviu ao Recife”<sup>306</sup>**

A indicação de Miguel Arraes para concorrer às eleições de 1959 para a prefeitura do Recife deve-se ao histórico de lutas que vinha acumulando nos últimos tempos. Seu engajamento na liderança das Oposições Unidas, na Assembleia Legislativa, durante o governo Cordeiro de Farias, e sua militância na campanha para eleger Cid Sampaio foram fundamentais.

Sua campanha contou com o apoio das associações de bairro e dos sindicatos urbanos e com o esforço dos comunistas em popularizar seu nome frente às massas<sup>307</sup>. A vitória de Arraes “representou uma importante afirmação da força político-eleitoral da Frente do Recife e da capacidade desta em unificar as forças progressistas e populares nos importantes embates eleitorais do estado”<sup>308</sup>.

A administração de Miguel Arraes pode ser considerada uma continuidade do trabalho que vinha sendo desenvolvido por Pelópidas, mantendo as audiências públicas e estimulando as associações de bairro<sup>309</sup>. Entretanto, o principal marco da prefeitura de Arraes foi a criação

---

<sup>304</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., 77.

<sup>305</sup> Idem. p. 79.

<sup>306</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 324.

<sup>307</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 96.

<sup>308</sup> Ibidem.

<sup>309</sup> Ibidem.

do Movimento de Cultura Popular (MCP), que contou com a participação de vários intelectuais e artistas (Paulo Freire, Augusto Boal, Graça Melo e Nelson Xavier), e tinha como objetivo a alfabetização de adultos, bem como sua conscientização política e valorização da cultura popular.

Arraes não chegou a concluir seu mandato, pois, devido ao reconhecimento do seu trabalho por parte dos setores populares, foi convidado a deixar a prefeitura do Recife e se candidatar ao governo estadual nas eleições de 1962.

Neste pleito, mais uma vez, houve uma reorganização da composição política da Frente do Recife. A partir do rompimento com Cid Sampaio, a UDN também deixou a aliança eleitoral. Por outro lado, ao desprestigiar as lideranças pesseditas do interior, o governo Sampaio abriu espaço para que o PSD viesse a compor a Frente. Na verdade, apenas uma ala do PSD apoiou a candidatura de Arraes. Paulo Guerra foi indicado para vice na chapa. A UDN lançou João Cleofas.

Mesmo com o apoio do PSD, Arraes era tachado de comunista pela imprensa. O *The New York Times* publicou para seus leitores que o comunismo era a grande questão nas eleições de outubro de 1962<sup>310</sup>. Em outra ocasião, quando a apuração já estava caminhando para o final, o mesmo jornal colocava como manchete o apoio que Arraes havia recebido dos comunistas<sup>311</sup>.

Com grande margem de votos no Recife e região metropolitana, além de boa inserção na Zona da Mata, Arraes consegue superar a margem negativa no Agreste e Sertão, e sai vitorioso do pleito<sup>312</sup>.

---

<sup>310</sup> “*Communism Top Issue in Brazilian State Election*”. *The New York Times*, 03/10/1962, p. 03.

<sup>311</sup> “*Candidate Backed by Reds Leading in Brazil Vote*”. *Idem*, 24/10/1962, p. 20.

<sup>312</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 90.

## *Capítulo 2*

### **CATORZE MESES DE GOVERNO**

*Apresento-me nesta Casa investido da mais alta honra a que pode aspirar um homem do povo como eu: investido, por força da vontade expressa livre e conscientemente pelo povo de Pernambuco, da responsabilidade de governar o Estado. [...]*

*Se hoje aqui me apresento, investido dessa honra e dessa responsabilidade, é porque fatos novos, e altamente significativos estão ocorrendo em nossa vida política. Um deles, já fartamente apontado pelos que estudam a nossa realidade, é a participação do povo, cada vez mais assídua e consciente, no processo da sociedade brasileira. Não se trata, apenas, de sua inserção transformadora nas organizações partidárias, modificando-lhes o caráter de organização de elite. Trata-se, principalmente, da decisão do povo de influir e mesmo impor sua vontade quando sente ou sabe que sua manifestação é imprescindível ao desenvolvimento do nosso processo histórico; trata-se da vontade, que o povo manifesta cada dia com mais frequência, de exercer sua capacidade política, amadurecido que se encontra para assumir funções dirigentes. Esse fato novo – o aparecimento do povo como categoria histórica – é que explica que eu hoje aqui me encontre, não em nome do povo, mas eu – homem do povo, o povo, para assumir o governo do Estado.*

Miguel Arraes, discurso de posse<sup>313</sup>.

Durante o mês de janeiro de 1963, os periódicos pernambucanos especulavam as nomeações para o secretariado estadual. Tendo passado as festas de final de ano no Crato, Miguel Arraes retornou ao Recife no dia 03 para dar início as démarches. A permanência na cidade seria de apenas três dias, uma vez que estava agendada viagem ao Rio de Janeiro para participar do *Fórum dos Governadores*, organizado pela UNE. Segundo o *Última Hora Nordeste*, a saída do Estado seria uma solução estratégica, para que o futuro ocupante do Executivo não sofresse pressões e apelos dos partidos políticos<sup>314</sup>. Nesse primeiro momento, o desafio era acomodar administrativamente as forças políticas que o haviam apoiado.

De acordo com José Arlindo Soares, o secretariado escolhido era composto, “em sua maioria, por políticos e técnicos moderados, mas identificados com as bandeiras das reformas sociais”<sup>315</sup>. Respeitando a coligação eleitoral, o primeiro escalão tinha livre trânsito entre o

<sup>313</sup> O discurso de posse pode ser consultado na íntegra em: PEREIRA, Jair et al. (org.). *Miguel Arraes: pensamento e ação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 17-34.

<sup>314</sup> *UH-NE*, 03/01/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>315</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 90.

PSD e o PTB, sendo composto, em sua maioria “por elementos sem ligações partidárias, mas, como Arraes, nacionalistas independentes”<sup>316</sup>.

No discurso de posse, Miguel Arraes apresentou a identidade que buscava imprimir no seu governo<sup>317</sup>. De acordo com Guita Grin Debert, sua fala pode ser dividida em duas grandes sequencias: o passado e a Revolução Brasileira<sup>318</sup>. Na primeira, realizou um relato do passado distante, referente aos séculos XVI e XVII, onde Pernambuco era “uma das mais prósperas e ricas áreas do mundo. Aqui neste solo, nos séculos 16 e 17, floresceu uma civilização – a da cana-de-açúcar – graças ao emprego de uma tecnologia altamente desenvolvida”<sup>319</sup>. Depois, tratou de um passado recente, “hoje Pernambuco é o mais frequentemente repetido exemplo de analfabetismo, de miséria e de fome. [...] Continuamos, é verdade, a produzir açúcar, mas o produto de exportação do Nordeste, neste século 20, é gente, gente de carne e osso, como nós”<sup>320</sup>.

Na segunda sequencia, ao tratar da Revolução Brasileira, Arraes incluiu a sua eleição e posse, como fazendo parte desse processo<sup>321</sup>. “O processo de mudança, de que somos autores e atores, caracteriza esse tempo. A revolução brasileira, de que tanto se fala, é o projeto nacional que dá sentido e confere dignidade à condição de político, de militar, de administrador, de governante, de intelectual, de cidadão no Brasil de nossos dias”<sup>322</sup>. Por fim, o governador apresentou seu projeto de transformação<sup>323</sup>. “Muitos me têm perguntado sobre o que vamos fazer. Tenho respondido, entre outras coisas, que precisamos acabar com o tipo de governo paternalista e compadresco, que julga conceder favores ao povo, doar coisas ao povo, para criar um tipo de governo que possibilite a participação do povo no próprio processo administrativo”<sup>324</sup>.

Guita Guin Debert<sup>325</sup>, Lourival Holanda<sup>326</sup> e Luciana de Barros Jaccoud<sup>327</sup> são unânimes em defender que o principal diferencial apresentado no discurso foi o conceito de povo. “O aparecimento do povo como categoria histórica – é que explica que eu hoje aqui me

<sup>316</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 91.

<sup>317</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 100.

<sup>318</sup> DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 74

<sup>319</sup> PEREIRA, Jair et al. (org.). *Miguel Arraes...* Op. cit., p. 22.

<sup>320</sup> Idem, p. 18.

<sup>321</sup> DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo...* Op. cit., p. 79.

<sup>322</sup> PEREIRA, Jair et al. (org.). *Miguel Arraes...* Op. cit., pp. 18-19.

<sup>323</sup> DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo...* Op. cit., p. 81.

<sup>324</sup> PEREIRA, Jair et al. (org.). *Miguel Arraes...* Op. cit., p. 31.

<sup>325</sup> DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo...* Op. cit., pp. 82-91.

<sup>326</sup> HOLANDA, Lourival. “O povo no governo – notas à margem do discurso de Miguel Arraes, em 31 de janeiro de 1963, na Assembleia Legislativa do Recife”. In: *Clio: Revista de pesquisa histórica*, Recife, n. 22, 2004, pp. 27-35.

<sup>327</sup> JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política...* Op. cit., p. 101.

encontre, não em nome do povo, não em lugar do povo, mas eu – homem do povo, o povo, para assumir o governo do Estado”<sup>328</sup>. Em resumo, segundo José Arlindo Soares, os pilares principais que aparecem no discurso são: “o nacionalismo econômico, as reformas sociais, a participação popular e a presença do Estado como agente de desenvolvimento”<sup>329</sup>.

Em sintonia com o discurso inaugural, “O povo no poder”, o governo procurou abrir canais diretos de contato com a população. Apenas quatro dias após a posse, Miguel Arraes recebeu, em audiência no Palácio das Princesas, um grupo de trabalhadores rurais liderados pelos padres Antônio Melo e Paulo Crespo, que fizeram queixas sobre as ameaças de morte que vinham recebendo por parte de latifundiários e seus capangas. “O governador tomou nota de alguns casos particulares e prometeu providências imediatas, afirmando que durante o seu governo não permitir[ia] violência. Ato contínuo, telefonou ao coronel Humberto Freire, Secretário de Segurança, marcando despacho especial sobre o assunto”<sup>330</sup>.

No dia seguinte à audiência descrita acima, o Executivo anunciou a realização do Primeiro Diálogo Povo-Governo, que, posteriormente, ocorreu no bairro de Santo Amaro, em Recife. A finalidade era aproximar todo o *staff* governamental da população. Escutando reivindicações e apresentando soluções. Outros encontros desse tipo foram realizados. No Sertão, ocorreu no município de Salgueiro; e na Zona da Mata, ocorreu no município de Palmares.

Com estas atitudes, a classe trabalhadora sentia que estava diante de uma gestão diferente, disposta a ouvir e lutar pelos anseios do povo, pautada na legalidade e determinada a coibir os abusos do patronato. Tais procedimentos consistiam num estímulo para que as lutas travadas até então ganhassem novos contornos e trouxesse benefícios para aqueles que eram comumente oprimidos.

Posteriormente, o Executivo não foi capaz de abarcar toda diversidade de demandas dos movimentos sociais, chegando, inclusive, a hostilizar algumas lideranças. No campo, a Igreja, os trotskistas e as Ligas Camponesas passaram a desenvolver um trabalho independente e deixaram de receber apoio estatal. Com os comunistas, houve alinhamento aos objetivos do governo e os apoios foram mútuos.

Passado quarenta e cinco dias de mandato, Miguel Arraes delineou ainda mais seu plano de governo. Já passava das 15 horas quando, em 15 de março de 1963, o presidente da Assembleia Legislativa, Inácio de Lemos, solicitou que os deputados Silvio Pessoa, Souto

---

<sup>328</sup> PEREIRA, Jair et al. (org.). *Miguel Arraes...* Op. cit., p. 18.

<sup>329</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes...* Op. cit., p. 93.

<sup>330</sup> UH-NE, 05/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

Dourado e Gilberto Azevedo se dirigissem ao pórtico da Assembleia Legislativa de Pernambuco para, em comissão, recepcionarem o Secretário do Governo Hélio Mariano da Silva. Tal procedimento era parte do protocolo para o recebimento da Mensagem Governamental enviada por Miguel Arraes, conforme artigo 67, inciso VII, da Constituição do Estado vigente na época, que determinava que o Governador do Estado devesse, no início de cada legislatura, fazer uma descrição da situação do Estado e propor as medidas que julgasse necessárias<sup>331</sup>.

No início da mensagem, o governador reportou-se  dificuldade de, passado apenas quarenta e cinco dias de mandato, proceder a exame mais apurado sob as condições em que se encontravam os servios públicos no estado. Logo em seguida, apontou para a questão financeira, onde discutiu as circunstâncias de governar com orçamento preparado pela gestão anterior. Por fim, Arraes realizou uma análise sobre a conjuntura política, econômica e social de Pernambuco.

Ao fazer esta última análise, o governador considerou que o volume de ações realizadas nas gestões anteriores “não atingem profundamente  estrutura econômica e social da região, de modo a alterar os processos de produção e fazer com que a maioria tenha acesso ao trabalho,  terra e a melhores condições de vida”<sup>332</sup>. Arraes enfatizou que as mudanas nas estruturas econômicas e nos processos de produção só seriam possíveis quando o tripé trabalho, terra e qualidade de vida estivessem acessíveis para grande parte da população. Para exemplificar tal afirmação, o chefe do Executivo caracterizou uma região específica de Pernambuco:

Temos salientado em vários pronunciamentos que no país, e mesmo no Nordeste, esses servios foram intensificados nos últimos vinte anos, multiplicando-se o número de escolas, de açudes, de estradas e de outras obras públicas sem que a miséria e o desajustamento tenham diminuído. Ao contrário, eles vêm se elevando num crescendo que assusta muito, sendo de notar que na região de usinas os baixos salários e falta total de assistência ao trabalhador do campo, problemas agravados de ano a ano, geraram uma tensão social cada vez mais aguda, que urge extinguir para manter a tranquilidade e as condições de progresso do Estado<sup>333</sup>.

O local específico a que Arraes se reportou foi a *região das usinas*, onde, segundo ele, não bastava apenas construir obras públicas, e sim colocar em prática o tripé trabalho, terra e qualidade de vida. Percebemos que, sem rodeios, o governador, já em sua primeira mensagem, fez um ataque direto  oligarquia açucareira pernambucana. Muitos de seus

---

<sup>331</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*, sessões de 10 de março a 30 de abril de 1963, p. 20.

<sup>332</sup> *Idem*, p. 21.

<sup>333</sup> *Ibidem*.

membros que haviam sido eleitos deputados ou tinham alguém representando seus interesses na Assembleia foram afrontados e responsabilizados pela conjuntura pela qual passava o estado. A tensão social vivida por Pernambuco tinha, para Arraes, um culpado: *os baixos salários e falta total de assistência ao trabalhador do campo*.

O governador abordou as regiões geográficas de Pernambuco, Litoral, Zona da Mata, Agreste e Sertão, elegendo deliberadamente a Zona da Mata para realizar sua primeira análise:

A faixa mais úmida de Pernambuco, que poderia abastecer todo Nordeste, produz apenas cana-de-açúcar e a sua população é a mais miserável de toda a região, apesar de fixada na única área onde a chuva não falta e onde a terra é mais fértil. A baixa produtividade do homem dessa região tem sido repetidamente assinalada em estudo dos órgãos públicos federais e estaduais, sendo de notar que em recente trabalho, constata a SUDENE, que, para produzir uma tonelada de cana são necessárias três vezes mais horas de trabalho no Nordeste do que nas regiões produtoras do sul do país. Estabeleceu-se um ciclo vicioso que urge quebrar.

A baixa produtividade do homem decorre dos baixos salários e da situação de miséria e subalimentação em que vive, não podendo aumentar a sua capacidade produtiva, exatamente porque com os salários percebidos não pode alimentar-se, educar-se, tratar da saúde e nem cuidar de sua família. É necessário, portanto, lutar para elevar a renda dos que residem e trabalham nessa região, atendendo, sobretudo, de imediato ao pleito legal e justo de pagamento de salário mínimo no campo, de acordo com as disposições da legislação trabalhista. A repercussão dessa medida atingiria não apenas aos trabalhadores do campo, mas se refletiria, sem dúvida, sobre todas as classes daquela região, que se beneficiariam com o maior volume de riqueza a circular pelos seus estabelecimentos comerciais, pelas suas feiras, atingindo ainda a outras atividades hoje mortas, na principal zona agrícola industrial de Pernambuco<sup>334</sup>.

Percebemos aqui não uma escolha aleatória, pois como havia responsabilizado a *região das usinas* pelos males sociais do estado, a Zona da Mata concentrava a maior parte desses estabelecimentos em Pernambuco. Continuando seus ataques direcionados à elite açucareira, Arraes criticou a monocultura da cana-de-açúcar e, por conseguinte, a grande concentração de terra, que não permitia aos pequenos agricultores diversificar ou ampliar a produção de mais gêneros alimentícios. Sendo ainda mais duro, o governador se voltou para o ciclo vicioso da baixa produtividade – baixos salários – má alimentação. Essa situação era constantemente reproduzida na região: come-se pouco, produz-se pouco, recebe-se pouco salário. Uma série de estudos realizados por Josué de Castro, Nelson Chaves e Malaquias Batista comprovavam o baixo nível de alimentação daquela população. Tal processo é descrito por José Marcelo Marques Ferreira Filho como a *indústria dos corpos exauridos*,

---

<sup>334</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*, sessões de 10 de março a 30 de abril de 1963, p. 22.

onde a zona canavieira é descrita como uma “sociedade crônica e endemicamente desnutrida”<sup>335</sup>.

A solução proposta por Arraes é resumida em duas palavras: salário mínimo. O desfecho seria a redenção da região, onde o comércio, a produção e as condições de vida da população seriam elevados. Segundo Christine Dabat “geralmente, esse item fazia parte das eternas lamúrias dos plantadores de cana (fornecedores e usineiros) para obter aumentos de preço do governo, numa atividade que perdia apenas, em termos de proteção do Estado, para seus similares no mundo então dito socialista”<sup>336</sup>. O mesmo argumento era agora utilizado para fins diferentes. Arraes procurava inverter o jogo. No cumprimento deste intento, dois órgãos desempenharam funções importantes: a polícia e a Secretaria Assistente.

## 2.1 ANTIGAS ESTRUTURAS... NOVAS FUNÇÕES: A POLÍCIA E A SECRETARIA ASSISTENTE

*A Assessoria Sindical do governo Arraes às vezes torna desnecessária, isto sim a diligência policial. Se a policia não é chamada para um caso aberto de conflito, seguem para o local, primeiro, os assessores sindicais, que vão ver que necessidade há de emprego policial de força. Frequentemente os assessores resolvem a questão antes de chegarem os policiais.*

Antônio Callado<sup>337</sup>.

Ao assumir o cargo de governador de Pernambuco Miguel Arraes procurou remodelar a atuação da polícia e da Secretaria Assistente. A primeira deveria deixar de servir aos interesses dos grandes proprietários, enquanto a segunda desempenharia o papel de mediadora dos conflitos no campo. Nesta seção, analisaremos o trabalho desempenhado por esses dois órgãos, discutindo os processos de mudanças por quais passaram e como eles foram importante na concretização de duas finalidades opostas. A primeira, capitaneada pelos apoiadores do governo, buscava apresentar Miguel Arraes como legítimo representante do povo; a segunda, liderada pelos que se colocavam contrários, usavam as novas diretrizes da polícia e da Secretaria Assistente para expor Pernambuco como estando a beira de um processo de convulsão social.

<sup>335</sup> FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos..* Op. cit., p. 94.

<sup>336</sup> DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho...* Op. cit., p. 602.

<sup>337</sup> CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit., p. 50.

### 2.1.1 Questão social não é caso de polícia

*Fracasso da polícia em 1963 seria o motivo da substituição dos delegados.*

*Diario de Pernambuco, 04/01/1964, p. 07.*

*Polícia presta contas: ordem sem violência.*

*Última Hora Nordeste, 06/02/1964, p. 07.*

No dia 09 de janeiro de 1963, em atendimento a solicitação de proprietários de usinas e engenhos, o então Secretário de Segurança Pública do governo Cid Sampaio, general Salvador Batista do Rego, enviou volantes da polícia militar a fim de realizar um policiamento preventivo na zona açucareira<sup>338</sup>. Posteriormente, o promotor público de uma das cidades, endereçou carta a Assembleia Legislativa denunciando diversas arbitrariedades cometidas pelos policiais<sup>339</sup>. Segundo reportagem do *Última Hora Nordeste*, espancamentos, prisões, torturas, deixaram trabalhadores rurais em pânico. Muitos deles, com medo de morrer, desapareceram da região, abandonando suas famílias<sup>340</sup>.

Pouco menos de um mês antes de Miguel Arraes assumir o mandato, este era o retrato da Zona da Mata. Contra essas arbitrariedades, o governador eleito vinha se colocando há algum tempo. No dia 15 de janeiro de 1963, em entrevista a jornais cariocas, abordando especificamente a questão das Ligas Camponesas, afirmou que problemas de ordem socioeconômicos não deveriam ser tratados pela polícia<sup>341</sup>.

Quarenta e cinco dias após tomar posse, na mensagem enviada à Assembleia Legislativa, em 15 de março de 1963, foi delimitado um protocolo de intenções pelo qual a Secretaria de Segurança Pública deveria nortear suas atividades:

como órgão do Poder Executivo e, pois, inteiramente sintonizada com a política administrativa do atual governo, a Secretaria de Segurança não terá em sua esfera de ação exclusiva o tratamento dos problemas político-sociais, que melhor se enquadram nas atribuições de outros órgãos governamentais, e só eventualmente se pode apresentar, como questões de polícia. No entanto, pelo fato mesmo de integrar este governo, que se caracteriza pela homogeneidade, e que pretende atuar, no fundamental, como equipe, não ficará alheia a tais problemas e, especialmente, não se descuidará de sua obrigação de exercer ação preventiva e até repressiva que neles lhe couber, notadamente naqueles casos em que o governo ainda não assegurar as soluções adequadas, por estarem, nelas, implicadas a transformação de mentalidades, o acordar de consciências novas, o aprimoramento de compreensões e a erradicação de hábitos e costumes seculares, tudo o que se há de conseguir em

<sup>338</sup> *JC*, 10/01/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>339</sup> *A Hora*, 19 a 26/01/1963, p. 06. Hemeroteca/APEJE.

<sup>340</sup> *UH-NE*, 15/01/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>341</sup> *DP*, 16/01/1963, p. 01. Microfilmagem/FUNDAJ.

processo relativamente demorado, mediante a adoção de uma política correta e seriamente planejada e uma consequente atuação governamental firme, continua, persistente<sup>342</sup>.

De acordo com a Mensagem, as questões político-sociais deixavam de ser responsabilidade da SSP e passavam para a órbita de outros órgãos governamentais, notadamente a Secretaria Assistente. Contudo, não se descartava a aplicação de ações repressivas. A justificativa dada era que determinados hábitos e costumes levariam tempo para serem erradicados. Portanto, nestes casos, caberia utilização destes métodos.

Para dar início ao projeto de mudanças, os cargos de secretário de Segurança Pública e comandante da polícia militar foram entregues a pessoas não nascidas, e que também não tiveram suas carreiras desenvolvidas, em Pernambuco. Desse modo, o sergipano radicado no Rio de Janeiro, coronel Humberto Freire de Andrade, foi convidado para o cargo de secretário de Segurança Pública<sup>343</sup>. Enquanto o paulista Hangho Trench, que havia sido transferido para Recife um ano e meio antes de Arraes se eleger governador, assumiu a função de comandante da polícia<sup>344</sup>. Muito provavelmente, por querer imprimir um modelo de gestão que, de algum modo, se distanciasse dos poderes locais exercidos pelos grandes proprietários, Arraes tenha preferido pessoas exteriores a este universo.

Na prática, mesmo num espaço marcado pela hierarquia, as deliberações tomadas pelo governador e patentes superiores não significavam imediato cumprimento por seus subalternos, viciados em antigas posturas. Diante disso, as mudanças que se pretendia, vindas de cima para baixo, precisavam de um tempo para ser assimiladas. Nesse sentido, uma das primeiras atitudes do novo comando foi oferecer cursos aos policiais, com o objetivo de apresentar o papel que deveriam desempenhar na sociedade. Segundo Hangho Trench:

para a polícia poder oferecer alguma coisa diferente tinha que ser feita, antes, uma politização. [...] Porque de uma pessoa que não é politizada dificilmente se consegue alguma coisa. Ao comandar uma polícia, muito mais importante do que você dar ordens é você atingir o psiquismo de seus comandados no sentido mais profundo, saber quais são as vitórias e as derrotas, o que é certo e o que é errado. Muito mais importante do que defender a ordem é saber qual a ordem que deve ser defendida. E esse foi um trabalho muito grande. Então, tratei de organizar na polícia militar o sistema de conferências, [...] tocando assim em temas de debates muito abertos, mostrando qual era a situação do país, qual era o sentido da polícia, quais eram as reivindicações e o papel que ela devia ter nisso tudo<sup>345</sup>.

---

<sup>342</sup> Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Miguel Arraes de Alencar à Assembleia Legislativa do Estado em 15 de março de 1963. pp. 60-61. Fundo Secretaria do Governo/APEJE

<sup>343</sup> UH, 03/02/1963, p. 06. Hemeroteca/APEJE.

<sup>344</sup> Entrevista com Hangho Trench, realizada por Eliane Moury Fernandes, em maio de 1986. Acervo Movimento Político-Militar de 1964, CEHIBRA/INDOC/FUNDAJ.

<sup>345</sup> Ibidem.

Deolindo Moura, que na época era delegado, lembra que essas palestras nem sempre eram vistas com bons olhos pela corporação. Alguns classificavam tais procedimentos como sinônimo de “comunização”.

sempre havia palestras no auditório da polícia militar, para melhorar os conhecimentos dos oficiais, palestras de pessoas de várias classes e quando aparecia um palestrante que dava uma conotação de caráter social e político, achavam que isso era uma espécie de “comunização” da polícia militar<sup>346</sup>.

Esse processo de conscientização, seja pela resistência de alguns oficiais, seja pelo curto espaço de tempo em que foi aplicado, parece não ter surtido muito efeito. De acordo com Trench, outras medidas mais rígidas tiveram que ser tomadas, sendo expulsos “mais de cento e tanto militares, por espancamento, por violência policial, por corrupção principalmente”<sup>347</sup>.

A primeira expulsão foi divulgada pelo *Boletim de Imprensa do Governo*, em 08 de maio de 1963. Tratava-se de um policial da cidade de Triunfo, que durante o carnaval, com sinais de embriaguez, havia disparado sua arma contra a população, ferindo algumas crianças<sup>348</sup>. Segundo Hangho Trench, tal fato teria motivado a realização de uma verificação de sanidade mental em todos os policiais, através de testes. O resultado foi surpreendente, “o que apareceu de policiais, isso naturalmente na faixa de soldados e cabos, portadores de personalidades psicopáticas, foi uma coisa inacreditável. Então foi um outro trabalho que nós fizemos e tivemos que afastar até alguns desses aí”<sup>349</sup>.

Outra medida tomada pelo governo Arraes, foi determinar que os delegados se afastassem das disputas eleitorais, principalmente, nas cidades do interior. Em comunicado, datado de 15 de maio de 1963, o secretário de Segurança Pública recomendava completa isenção das autoridades policiais nos fatos políticos<sup>350</sup>. Entretanto, em muitos casos, a determinação não foi cumprida. Uma série de denúncias nos jornais atestava a perseguição de opositores políticos durante as eleições municipais daquele ano.

---

<sup>346</sup> Entrevista com Deolindo Mello Moura, realizada por Eliane Moury Fernandes, em setembro de 1986. Acervo Movimento Político-Militar de 1964, CEHIBRA/INDOC/FUNDAJ.

<sup>347</sup> Entrevista com Hangho Trench, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>348</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 76, 08/05/1963, pp. 01-03. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>349</sup> Entrevista com Hangho Trench, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>350</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 83, 16/05/1963, p. 03. Fundo Primeiro Governo/IMA.

“Naquela época, a política em Pernambuco era feito muito à base do delegado de polícia”<sup>351</sup>, lembrava Trench. E isso tinha muito a ver com o processo de nomeações desses cargos, a maioria feita por indicações políticas. “Arraes queria mudar isso, queria que os delegados tivessem uma atuação profissional, e não uma atuação a favor de determinado deputado, ou fazendo o jogo do mesmo, prendendo inimigos”<sup>352</sup>, continuava Trench. Entretanto, num conjunto de cento e setenta e quatro despachos do governador, datados de 05 de novembro de 1963 a 30 de março de 1964, é possível perceber que pouca coisa havia mudado nesse sentido. Em diversas ocasiões, o governador solicitou ao secretário de Segurança Pública e ao comandante da polícia, pedidos de lideranças políticas para promoções, transferências ou nomeações de delegados, comissários, oficiais etc.<sup>353</sup>.

Entre todas as medidas tomadas no processo de tentativa de mudança da polícia, uma solução que ganhou bastante repercussão foi o aumento das diárias percebidas pelos policiais durante os deslocamentos, principalmente no tocante ao policiamento realizado nos engenhos e usinas.

O soldado, quando era destacado para usina e para os engenhos, a diária para alimentação e pousada que ele recebia era uma coisa iníqua, não dava nem para comer nem para dormir. Então o que acontece? É fácil concluir. O senhor de engenho, o latifundiário, o dono da terra, recolhia o soldado, dava alimentação e pousada de graça a ele. Agora, se ele dava, passava a usar a polícia como sendo sua<sup>354</sup>.

A diária para aos Serviços de Racho, que incluía o café, almoço e janta, era de Cr\$ 130,00. Através de ofício datado de 08 de julho de 1963, o comandante da polícia solicitou que fosse adicionado o valor de Cr\$ 40,00 sobre essas diárias, resultando num total de Cr\$ 170,00<sup>355</sup>. Diante disso, a polícia passou a não depender diretamente dos proprietários, tendo assim a possibilidade de resolver os problemas do campo numa posição mais equidistante. Posteriormente, numa atitude nunca antes tomada por nenhum governante, tentou-se promover o desarmamento das usinas. Após assassinato de um trabalhador rural, a polícia, com mandato de busca e apreensão, localizou armas privativas do exército numa usina em Rio Formoso<sup>356</sup>.

---

<sup>351</sup> Entrevista com Hangho Trench, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>352</sup> Ibidem.

<sup>353</sup> Despachos do governador. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>354</sup> Entrevista com Hangho Trench, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>355</sup> Ofícios recebidos. Fundo Secretaria do governo/APEJE

<sup>356</sup> *A Hora*, 10 a 16/08/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

Retirar esse antigo mecanismo de controle provocou grande reação por parte da classe patronal. Acostumados a ter o poder de mando sobre a polícia, não aceitavam a nova realidade que tentava ser imposta. Um ofício endereçado ao Secretário de Segurança Pública, proveniente de um proprietário de engenho no município de Paudalho, demonstra a reação dessa classe diante do novo contexto. No documento era dado prazo de vinte quatro horas para que reforços policiais fossem enviados no intuito de coibir uma greve de trabalhadores rurais. Ao fim, em tom de ameaça, eram feitas as seguintes afirmações:

no dia 18, às 6 horas da manhã, com ou sem proteção policial, estarei nas minhas terras, para dirigir os trabalhadores rurais com aqueles que não querem greve. Naturalmente, snr. cel. secretário da Segurança Pública, não estaremos desprevenidos. As agressões serão repelidas à altura, se de fato ocorrerem. [...] A todos quero assegurar que não serei afugentado, nem enxotado das minhas terras. Defendê-las-eis, a qualquer preço, com a ajuda dos meus filhos, dos meus trabalhadores e das autoridades que, creio, não se omitirão nesse momento<sup>357</sup>.

A ideia que se passava era que o governo era omissivo e permitiria todo tipo de violência. Mais ainda, que estava disposto a colocar trabalhadores rurais contra patrões. A imprensa veiculava constantemente essas informações. O *Diário de Pernambuco*, em editorial, afirmava que “sob a alegação mistificadora de que ‘questão de social não é problema de polícia’, o governo estadual se omite na preservação da ordem”<sup>358</sup>. Num levantamento realizado na imprensa pernambucana, identificamos que em 56 ocasiões a palavra agitação apareceu nas manchetes deste jornal. Com títulos agressivos como “para Pernambuco, 1963 foi o ano da agitação” ou “governo é responsável pela agitação em Pernambuco”. Com conotações semelhantes, no *Jornal do Commercio* o mesmo termo apareceu em 18 manchetes.

Em dezembro de 1963, o governo criou um programa radiofônico, veiculado pela Rádio Jornal do Commercio, com o objetivo “de promover, sem intermediários, divulgação de notícias acerca da administração estadual e de fatos relacionados ao Estado, que vêm sendo deturpados em âmbito nacional”<sup>359</sup>. Entretanto, tal medida parece não ter surtido muito efeito. Em 1964, numa nota oficial, Miguel Arraes denunciou que “grupos já demais conhecidos da população reiniciaram em Pernambuco verdadeira guerra psicológica de notícias e boatos alarmantes (...), que servem tão somente aos profissionais do golpe e aos grupos antinacionais”<sup>360</sup>.

<sup>357</sup> JC, 16/04/1963, p. 11. Hemeroteca/APEJE.

<sup>358</sup> DP, 14/08/1963, p. 04. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>359</sup> Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco, Nº 246, 05/12/1963, p. 08. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>360</sup> Idem, Nº 312, 27/02/1964, (sem numeração de página). Fundo Primeiro Governo/IMA.

No relatório do primeiro ano de mandato, encaminhado a Assembleia Legislativa em 15 de março de 1964, a mudança de orientação na ação policial foi ponto que recebeu mais destaque na parte que cabia à Secretaria de Segurança Pública.

Notadamente no tocante à orientação geral da ação policial e aos processos empregados nessa ação, a mudança foi radical e completa. De tal forma, que se pode assegurar já ter sido atingido em sua plenitude a primeira e mais importante meta fixada pelo governo no setor de segurança pública – a de retirar da polícia a função tradicional de instrumento de opressão dos mais humildes, criando, assim, condições para o livre exercício dos direitos e para o usufruto das garantias individuais por parte de todos, e não apenas de uma minoria, detentora secular de privilégios<sup>361</sup>.

Para os principais defensores do governo este foi o seu maior mérito. Nos dizeres de Antônio Callado, “a polícia de Pernambuco é hoje uma polícia de verdade, uma polícia de vigilância e não de repressão”<sup>362</sup>. De acordo com Jocelyn Brasil, “foi estabelecida uma nova ordem. A partir daquele instante, os policiais de Pernambuco não tinham mais que meter o nariz nas atividades dos piquetes de greve. Era ficar espiando. Deixar os grevistas em paz”<sup>363</sup>. Segundo Gregório Bezerra, “pela primeira vez na história de Pernambuco, a polícia atuou no sentido de manter a ordem justa, sem espancar nem prender camponeses, pois, até então, a polícia vinha sendo usada para defender os latifundiários e o patronato espoliador dos camponeses”<sup>364</sup>. E, para Paulo Cavalcanti, “no interior, a polícia deixava de exercer, pela primeira vez, o papel de acólito dos proprietários de terra, cúmplice de seus crimes contra o povo”<sup>365</sup>.

Por outro lado, alguns dos principais críticos do governo elaboraram seus questionamentos em torno da postura que a polícia assumiu a partir de então. A maioria deles pertencia a classe dominante, não disposta a perder seus antigos mecanismos de controle. Entrementes, algumas críticas chegaram a partir mesmo das esquerdas, que não apoiavam determinadas atitudes tomadas pelo aparato policial. Sendo, inclusive, vítimas deste. O trotskista Carlos Montarroyos, quando detido pela Secretaria de Segurança Pública, disse que “ninguém considerou a hipótese de que o governo de Pernambuco, que se dizia o mais democrático de toda a Federação depois da eleição de Miguel Arraes, pudesse se utilizar de efetivos policiares para impedir a realização de uma reunião de camponeses”<sup>366</sup>.

<sup>361</sup> DOE (edição especial), 22/03/1964, p. 32. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>362</sup> CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit., p. 49.

<sup>363</sup> BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular...* Op. cit., p. 40.

<sup>364</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 514.

<sup>365</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 349.

<sup>366</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., pp. 05-06.

A questão colocada por Montarroyos era totalmente prudente. Até então, as medidas tomadas por Arraes eram no intuito de garantir a liberdade de reivindicação dos trabalhadores. Nesse sentido, a postura que a polícia vinha tomando até então, apesar de avanços e recuos, não condizia com a prisão de lideranças rurais. A atuação do governo na organização de trabalhadores do campo, através da Secretaria Assistente, não deixava espaço para que grupos políticos que atuassem fora da chamada frente única agissem por conta própria. No capítulo III, abordaremos como a prisão dos estudantes trotskistas promoveu desgaste do governo perante os movimentos sociais. Por enquanto, trataremos da atuação da Secretaria Assistente.

### 2.2.2 O entendimento entre as classes em conflito: a Secretaria Assistente

*Zemaria: não vendi a você uma ilusão. Transmiti-lhe uma ilusão que eu próprio havia comprado. Na época, Zemaria, eu estava convicto de que o mundo seria melhor, e que isso dependeria de homens e mulheres como você, organizados e liderados por quem viesse a emergir da própria sociedade. Hoje eu sei que era ilusão, Zemaria, mas naquela época era um ideal.*

Antônio Carlos Cintra do Amaral<sup>367</sup>

Durante o governo Arraes, a Secretaria Assistente assumiu um amplo papel no processo de entendimento entre trabalhadores e patrões. Esta forma de atuação não estava prevista quando de sua criação durante o governo Cid Sampaio. A principal mudança constatada se deu junto aos trabalhadores rurais, décadas a fio negligenciados pelos poderes públicos e que, fruto de sua organização e reivindicação, viram surgir, na década de 1960, documentos legais onde suas especificidades estivessem previstas.

Entender as modificações pelas quais passou a Secretaria Assistente, seus mecanismos de atuação, as críticas favoráveis e contra que lhe eram feitas, são alguns dos problemas tratados nesta seção. Os relatórios e *Boletins de Imprensa* do governo, os *Anais da Assembleia Legislativa*, os jornais e as entrevistas com pessoas que viveram o período, forneceram suporte para compor o quadro exposto abaixo.

---

<sup>367</sup> Trecho do conto *Zemaria* In: AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Manga com leite: fragmentos de memória*. São Paulo: Jogo de Amarelinha, 2010. p. 33. Em outro livro, o autor afirma que o conto foi inspirado nas experiências vividas na época de Secretário Assistente. AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Desvio de rota*. Op. cit., p. 39.

## No governo Cid Sampaio

Durante o governo Cid Sampaio (31/01/1959 a 30/01/1963) foi criado, pela Lei N.º 3.319, de 02/02/1960<sup>368</sup>, o cargo de Secretário Assistente. A regulamentação do cargo ocorreu no ano seguinte, através do Decreto n.º 557, de 13/01/1961<sup>369</sup> e suas atribuições lhe foram conferidas no artigo 11:

### ART. 11 do Decreto N.º 557 de 13 de janeiro de 1961

Ao Secretário Assistente incumbe:

- a) – promover articulações de caráter especial e urgente, no sentido de dar o mais rápido encaminhamento às iniciativas governamentais;
- b) – proporcionar ao Governador do Estado, pronto e exato conhecimento de elementos e situações indispensáveis a deliberações de urgência;
- c) – estabelecer contatos imediatos do Chefe do Governo com órgãos e entidades públicas e privadas, para estudo e solução de problemas de interesse geral;
- d) – executar na medida das possibilidades, os planos governamentais de estímulo aos órgãos de classe, com os quais deva manter contato permanente, mediante:
  - 1) assistência aos trabalhadores, no limites dos recursos que lhe forem conferidos e em harmonia com a legislação em vigor,
  - 2) divulgação de assuntos que interessem, de modo geral, às relações entre comerciantes, industriais e trabalhadores;
  - 3) manutenção de cadastro e outras fontes de informações sobre disponibilidade de mão-de-obra especializada e outros dados de evidente importância;
- e) – orientar e supervisionar a Assessoria Técnica;
- d) – encargos outros que lhe forem expressamente atribuídos pelo Chefe do Governo<sup>370</sup>.

Em concepção, a principal atribuição do cargo consistia em assistir ao Governador do Estado nos mais variados aspectos, sobretudo, no que se referia à manutenção de contatos juntos aos órgãos de classe. No que tange aos trabalhadores, o texto legal não fazia referência às especificidades dos trabalhadores rurais – algo comum naquela época, vide a CLT –, o que já demarcava o meio urbano como espaço privilegiado de atuação.

Não foi realizada uma pesquisa específica a respeito da atuação da Secretaria Assistente durante o governo Cid Sampaio. O parco conhecimento levantado deve-se aos relatórios elaborados ao final de cada ano de gestão e que eram enviados como mensagem do governador para a Assembleia Legislativa<sup>371</sup>. Estes eram muito sucintos e apresentavam sempre uma visão oriunda do governo, sendo necessário o cruzamento destes dados com

<sup>368</sup> DOE, 03/02/1960, p. 645. Hemeroteca/APEJE.

<sup>369</sup> Idem, 14/01/1961, p. 285. Hemeroteca/APEJE

<sup>370</sup> Idem, 03/02/1960, p. 286. Hemeroteca/APEJE.

<sup>371</sup> No APEJE foi possível consultar os relatórios do governo Cid Sampaio referentes aos anos 1959, 1960, 1961 e 1962. Também existe um relatório do quadriênio 1959-1962, intitulado *Quatro Anos de Governo*, publicado pela imprensa oficial, no final do mandato eletivo, em 1963. Em fevereiro de 1964, houve o lançamento da 2ª edição do relatório *Quatro Anos de Governo*, desta vez publicada pela Mousinho Artefatos de Papel. Sobre esta 2ª edição ver: JC, 27/02/1964, p. 10. Microfilmagem/FUNDAJ

notícias de jornais, por exemplo. Este exercício foi realizado para o relatório produzido pelo governo Arraes, contudo no que tange ao período de Cid Sampaio as informações contidas nos relatórios de gestão foram suficientes.

Em 1962, na *Mensagem do governador Cid Sampaio apresentada à Assembleia Legislativa*, foram dedicadas três laudas para a exposição da Secretaria Assistente, onde, já nas primeiras linhas, eram mostradas as dificuldades oriundas “da exiguidade dos recursos orçamentários a ela destinados”<sup>372</sup>. Embora não esteja explicitado – o relatório aponta ser “por motivos alheios ao Executivo”<sup>373</sup> – a falta de recursos pode ser atribuída a duas questões principais: o fato de ser uma secretaria nova e, desse modo, contar com orçamento reduzido e também ao pouco caso dado pelos poderes públicos aos problemas da classe trabalhadora, já que as dotações orçamentárias são aprovadas pelo Legislativo.

O relatório elaborado, em 1963, no final do governo Cid Sampaio, compreendendo o quadriênio 1959-1962, proporciona um exame mais amplo no que tange a atuação da Secretaria Assistente. O artigo 12 do Decreto nº 557, de 13/01/1961<sup>374</sup>, estabelecia que o gabinete do Secretário Assistente fosse constituído pela Assessoria Técnica, pela Seção Administrativa e pela Seção de Execução. Às duas últimas cabia realizar tarefas de administração geral e executar ações determinadas pelo Secretário Assistente, respectivamente. Já a Assessoria Técnica deveria auxiliar nas demandas do Governador, principalmente no tocante aos órgãos de classe. Desse modo, foi subdividida em Assessoria Jurídica e Assessoria Sindical. É justamente sobre a atuação dessas duas últimas assessorias que se debruça o relatório *Quatro Anos de Governo*.

No que se refere ao assessoramento do governador, o relatório apresentava, como parte da atuação da Assessoria Jurídica, a criação de uma biblioteca especializada em assuntos jurídicos e a elaboração de 700 documentos distribuídos entre pareceres, minutas de projetos de lei, redação de convênios etc.<sup>375</sup>.

Em relação às atividades desenvolvidas junto aos trabalhadores, pertinentes a Assessoria Sindical, o relatório de 1962 destacava a publicação de um semanário, chamado de *Boletim Sindical*; a instalação de um auditório com 300 poltronas, denominado de Fórum Sindical; a apresentação de um programa radiofônico diário, intitulado *Jornal do*

---

<sup>372</sup> *Mensagem do governador Cid Sampaio apresentada à Assembleia Legislativa*, 1962, p. 167. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>373</sup> *Mensagem do governador Cid Sampaio apresentada à Assembleia Legislativa*, 1962, p. 167. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>374</sup> DOE, 14/01/1961, p. 285. Hemeroteca/APEJE.

<sup>375</sup> QUATRO ANOS DE GOVERNO. Recife: Casa Civil / Imprensa Oficial, 1963. p. 82. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

*Trabalhador*; e a atuação nas greves de bancários, trabalhadores em panificação e de securitários<sup>376</sup>. No relatório *Quatro Anos de Governo*, de 1963, aparecem ainda uma série de cursos e conferências oferecidos aos trabalhadores, a criação de um cadastro de trabalhadores para o mercado de trabalho e o concurso de monografia sobre Direito de Greve.

Como dito antes, estas informações representam apenas o ponto de vista do governo, ou seja, transmitiram-se apenas as notícias que se tinha interesse em torná-las oficiais. O cruzamento de dados obtidos em jornais e entrevistas com o relatório produzido pelo primeiro ano do governo Arraes, por exemplo, trouxe a tona uma série de fatos que não aparecia no registro oficial produzido pelo Executivo, como será visto adiante.

Quanto à Secretaria Assistente no governo Cid Sampaio, principalmente no que tange a Assessoria Sindical, percebe-se, pelos dados oferecidos nos relatórios, que não havia uma preocupação em mediar os conflitos entre trabalhadores e patrões. Por outro lado, deu-se ênfase na política de amparo, que estava preconizada no texto do Decreto nº 557, de 13/01/1961, especificamente na alínea *d* do artigo 11. Acontece que durante o governo Arraes ocorreu uma interpretação diferente quanto às funções da Secretaria Assistente. Erroneamente, observadores da época afirmaram que “não atuara convenientemente no governo passado. Na gestão Arraes estava em ação”<sup>377</sup>. Na verdade, foi durante o governo Arraes que a Secretaria Assistente passou a exercer funções estranhas ao que estava posto no Decreto. Dito de outro modo, “Arraes simplesmente manteve a Secretaria e o seu nome, mas deu a ela uma outra forma de operar. Ela deixou de fazer assistencialismo, de fazer doações (...)”<sup>378</sup>.

Do ponto de vista legal, a partir de 1963, a Secretaria Assistente distanciou-se daquilo que estava previsto em sua concepção. Entretanto, para boa parte dos observadores no período, esta nova maneira de atuação era, na verdade, aquela que mais gerou benefícios para a classe trabalhadora. Em suas reportagens, Antônio Callado contava que a Secretaria Assistente praticamente dispensava o trabalho da polícia. Esta avaliação positiva certamente não era comungada por todos. Contudo, uma nova maneira de encarar os conflitos de classe se inaugurou em 1963. O nome Secretaria Assistente permaneceu o mesmo, a atuação se apresentou bem diferente. As reivindicações dos trabalhadores, a priori, não deveriam ser

---

<sup>376</sup> *Mensagem do governador Cid Sampaio apresentada à Assembleia Legislativa*, 1962, p. 168. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>377</sup> BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular...* Op. cit., p. 62.

<sup>378</sup> Entrevista com Antônio Leite Falcão, realizada por Eliane Moury Fernandes, em novembro de 1983. Acervo Movimento Político-Militar de 1964, Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira (CEHIBRA), do Instituto de Documentação (INDOC), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

tratadas como casos de polícia. Os problemas do campo, agora, dividiam atenções com os da cidade.

### No governo Arraes

Como dito antes, os relatórios de gestão poucas informações traziam a respeito da Secretaria Assistente. No caso do governo Arraes esta situação se torna mais evidente. Na *Edição Especial do Diário Oficial do Estado de Pernambuco*<sup>379</sup>, publicada em 22 de março de 1964, em suas oitenta e sete páginas, as atividades da Secretaria Assistente não foram citadas. Deliberadamente não houve interesse em oficializar as ações desenvolvidas por ela durante o governo Arraes. Considerando que a publicação aludida acima foi produzida pelo próprio governo, conclui-se que este foi o mecanismo encontrado para que a nova diretriz daquela pasta governamental fosse omitida do relatório oficial.

A reação da bancada oposicionista, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, ao tomar ciência da nova orientação dada à Secretaria Assistente, em fevereiro de 1963, fornece indicativos para os motivos deste proposital apagamento.

Segundo o jornal *Última Hora Nordeste*, ao serem informados da decisão do governador “de transferir do âmbito da Secretaria de Segurança para o da Secretaria Assistente o tratamento das questões ligadas aos Sindicatos Rurais e Ligas Camponesas”<sup>380</sup>, os deputados udenistas reagiram violentamente. Em plenário, o deputado Drayton Nejaim defendeu que “só a SSP, com uma ação policial enérgica, pode dar solução ao ‘indiscutível clima de subversão que lavra o campo’”. A decisão foi considerada uma modificação absurda comparada à aproximação do ‘estopim ao barril de pólvora’”<sup>381</sup>. Acostumados em ter o poder policial sempre ao seu lado, a classe patronal, representada pela maioria dos legisladores, não aceitava de maneira alguma este novo posicionamento aos problemas sociais do campo.

Embora essas críticas tivessem sido rebatidas pelo deputado Paulo Viana, líder do governo na Assembleia, afirmando que

a decisão significa que as reivindicações dos trabalhadores agrícolas não serão mais tratadas como “questões de polícia”, mas como problemas sociais a exigirem

---

<sup>379</sup> DOE (edição especial), 22/03/1964. Toda edição é dedicada a *Mensagem Apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Miguel Arraes de Alencar à Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1964*. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>380</sup> UH-NE, 06/02/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>381</sup> Ibidem.

urgentes soluções humanas. Significa, na prática, que a Polícia pernambucana não terá mais a função de odioso “capitão do mato”, compactuando com o espancamento e assassinato de trabalhadores agrícolas.

e trazendo argumentos como

aqui nunca chegou um latifundiário sequer agredido de leve, mas já chegaram dezenas de camponeses arrebatados por latifundiários que, para isso dispunham sempre do concurso da Polícia. Tal coisa é que não podia continuar sob pena de o novo Governo trair o povo. A partir de agora, os camponeses não mais perambularão humilhantemente, pelos corredores da Polícia, mas a exemplo dos operários, irão ao Palácio do Governo discutir os seus problemas, democraticamente, com o Secretário Assistente<sup>382</sup>.

Em apenas cinco dias após ter assumido, o governo já enfrentava duras críticas por defender esta nova postura. E embora nos meios de comunicação, nos meios políticos, nos meios acadêmicos e no cotidiano esta nova forma de conduzir os problemas sociais fossem criticadas e defendidas de maneira veemente, o governo optou por não apresentá-la em sua mensagem enviada à Assembleia Legislativa.

Se em fevereiro de 1963, quando a nova diretriz da Secretaria Assistente foi anunciada, o clima era de esperança; em março de 1964, quando o relatório de gestão foi publicado, o clima era de pessimismo. A Secretaria Assistente como órgão responsável pela mediação entre patrões e empregados durante as paredes, dedicou grande parte dos seus esforços para esta atividade no ano de 1963. O Executivo, ao negar prestar estas informações, não se mostrou disposto a fornecer munição aos seus opositores. O gesto pode ser entendido como uma estratégia para não quantificar o número de greves ocorridas naquele ano, por exemplo. As muitas paralisações de trabalhadores, principalmente no campo, eram vistas por uma parte da sociedade como exemplo de democracia. Entrementes, eram também utilizadas como argumento de agitação pelos principais detratores do novo governo.

### **Antônios, Fernando e um cargo**

O nome escolhido para ocupar o cargo de Secretário Assistente foi Antônio Carlos Cintra do Amaral, Chefe de Gabinete de Miguel Arraes na prefeitura do Recife, e sobrinho de Barbosa Lima<sup>383</sup>. De “convicção socialista democrática (...) meramente teórica”<sup>384</sup>, Cintra do

<sup>382</sup> UH-NE, 06/02/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>383</sup> Governador de Pernambuco entre 1948 a 1951.

Amaral não era filiado a nenhum partido político, “embora fosse simpatizante do Partido Socialista Brasileiro”<sup>385</sup>, onde participou da criação do Movimento Estudantil Socialista de Pernambuco (MESP), ligado ao PSB<sup>386</sup>.

Amaral recebeu o cargo, em fevereiro de 1963, de João Monteiro, Secretário na gestão Cid Sampaio, e “não teve dificuldades ao assumi-la”<sup>387</sup>. Conquanto considerasse Monteiro “homem digno e cordato”<sup>388</sup>, reconhecia falta de “vontade política para atuar”<sup>389</sup> por parte do governo anterior, onde a Secretaria “mal teve tempo de se instalar”<sup>390</sup>. Amaral permaneceu na pasta até junho de 1963, quando se afastou para ser candidato a vice-prefeito do Recife na chapa de Pelópidas Silveira. Derrotado no pleito, assumiu, em outubro, o cargo de Secretário Particular de Miguel Arraes.

Durante o afastamento de Antônio Carlos Cintra do Amaral para disputar as eleições municipais, o cargo de Secretário Assistente ficou sob responsabilidade de Fernando Augusto de Mendonça Filho. Formado em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, foi, na época de estudante, presidente do Diretório Acadêmico e Secretário da União Nacional dos Estudantes (UNE) e, posteriormente, trabalhou como jornalista no *Jornal do Commercio* até ser convidado para compor os quadros da Secretaria Assistente<sup>391</sup>.

Inicialmente, Mendonça Filho desempenhou a função de Assessor Sindical, principalmente nos assuntos ligados ao campo. Depois assumiu, interinamente, o cargo de Secretário Assistente, entre junho a outubro de 1963, quando foi convidado, juntamente com Cintra do Amaral, para o cargo de Secretário Particular. Para Mendonça Filho sua atuação como Secretário “foi mais um prolongamento desse trabalho inicial [desenvolvido] na zona rural, na zona camponesa (...). De tal maneira que a experiência acumulada na zona rural, na Zona da Mata, ela passou a existir também entre os sindicatos urbanos”<sup>392</sup>.

Ao deixar o cargo, Fernando Mendonça Filho assim descreveu seu sucessor:

pelas suas qualidades e firmeza de atitudes confio no êxito do Secretário Assistente, Antônio Fausto do Nascimento, no desempenho das novas funções que lhe foram atribuídas. A sua nomeação representa a participação legítima dos trabalhadores no

---

<sup>384</sup> AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Desvio de rota*. Op. cit., p. 33.

<sup>385</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, por e-mail, em abril de 2012.

<sup>386</sup> AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Desvio de rota*. Op. cit., p.47.

<sup>387</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>388</sup> *Ibidem*.

<sup>389</sup> *Ibidem*.

<sup>390</sup> *Ibidem*.

<sup>391</sup> FERNANDES, Eliane Moury (org.). *O movimento político-militar de 1964 no Nordeste*: catálogo da história oral. Recife: Massangana, 2004. p. 48.

<sup>392</sup> Entrevista com Fernando Augusto de Mendonça Filho, realizada por Cristina Inojosa, em junho de 1982. Arquivo Movimento Político-Militar de 1964, CEHIBRA/INDOC/FUNDAJ.

Governo Miguel Arraes, uma vez que sua conduta como líder bancário, o credenciou perante todo movimento sindical do nosso Estado<sup>393</sup>.

Antônio Fausto do Nascimento foi o último Secretário Assistente do governo Arraes. Natural do Ceará veio para Recife trabalhar no Banco do Brasil, onde foi presidente do Sindicato dos Bancários, no biênio 1961/1963<sup>394</sup>. “Embora não houvesse filiação formal por motivos legais, participava das atividades e seguia a orientação política do Partido Comunista”<sup>395</sup>. Antes de ser nomeado Secretário, “já era Assessor Sindical desde o início do governo”<sup>396</sup>. Diferente de Mendonça Filho, sua Assessoria Sindical

era voltada para o movimento sindical urbano, prospectava vagas no mercado de trabalho e funcionava como agência de colocação de mão-de-obra. Também prestava assessoria jurídica na fundação de novas entidades, ajudava na organização de eventos (encontros, seminários, conferências, congressos). Também exercia atividades assistenciais junto a desempregados, migrantes e excluídos. Como instância política, contava com um Conselho Sindical, constituído de representantes das principais entidades, nomeados pela Secretaria Assistente, sem remuneração e com independência política. Realizava reuniões plenárias periódicas, no auditório da Assessoria Sindical, onde eram vocalizadas as principais insatisfações em face da atuação do governo<sup>397</sup>.

Pela descrição feita por Nascimento, percebe-se que a atuação da Secretaria Assistente no meio urbano assemelhava-se com o modelo preconizado e desenvolvido no governo Cid Sampaio. O que corrobora a tese de que a grande modificação de direcionamento, que se deu no governo Arraes, foi na sensibilidade de também tratar dos problemas do campo.

Antônio Nascimento esteve no cargo de outubro de 1963 a março de 1964, quando foi deposto pelos agentes do Golpe Militar. O tempo de mandato exercido por cada um dos secretários foi curto, como também foi curto o próprio governo. Contudo, as marcas que estes jovens ocupantes de cargo público deixaram na memória dos trabalhadores foram duradouras. Ao ponto de os cinquenta e nove trabalhadores rurais entrevistados por Christine Rufino Dabat, para elaboração de sua tese, rememorarem “com emoção esse período (...) que lhes trouxe uma mudança histórica: o benefício da lei”<sup>398</sup>.

---

<sup>393</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 196, 03/10/1963, p. 5. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>394</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, por e-mail, em junho de 2012.

<sup>395</sup> *Ibidem*.

<sup>396</sup> *Ibidem*.

<sup>397</sup> *Ibidem*.

<sup>398</sup> DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho...* Op. cit., p. 700.

### “Os meninos da Secretaria de Assistência”

Das várias características comuns entre os Secretários Assistentes que passaram pelo governo Arraes uma chama bastante atenção: a pouca idade ao assumirem os cargos. 30, 28 e 26 anos possuíam, respectivamente, Antônio Carlos Cintra do Amaral (11/11/1932), Fernando Augusto de Mendonça Filho (14/12/1934) e Antônio Fausto do Nascimento (13/06/1937) quando aceitaram a empreitada de dirigir esta pasta governamental.

Um dos funcionários da Secretária Assistente, Antônio Leite Falcão, lembra-se de Fausto do Nascimento como “um sujeito muito moço, na época, devia ter uns 24 anos e de acordo com a Constituição do Estado de Pernambuco ele não podia nem assumir uma secretaria de Estado, no entanto assumiu”<sup>399</sup>. Num outro contexto, Cintra do Amaral rememora uma situação em que “Alarico Bezerra<sup>400</sup>, figura folclórica em Pernambuco, procurou a Secretaria Assistente para mediar um conflito com os trabalhadores em sua propriedade rural. Encarreg[ando] Fernando Mendonça de ir ao local falar com os trabalhadores. Alarico procurou Arraes e queixou-se: ‘isso é governo de Estado ou jardim de infância?’”<sup>401</sup>.

O engajamento da juventude no governo Arraes era algo que vinha desde a campanha eleitoral. “Tudo que era possível mobilizar no setor estudantil foi jogado na campanha. (...) A juventude estudantil mobilizou-se e fez o que pode naquela campanha, fez o que podia fazer na campanha de Arraes. Foi uma linda campanha”<sup>402</sup>, afirmou Nelson Rosas, que depois veio a compor os quadros da Secretaria Assistente. Ainda segundo Rosas, posteriormente, “houve uma absorção do pessoal que estava saindo do movimento estudantil pelo governo”<sup>403</sup>.

Diante das várias atribuições, a juventude se apresentava quase que como um pré-requisito para participação na Secretaria Assistente. O dinamismo das funções era constante. Em 09 de fevereiro de 1963, ocorreu no município de Limoeiro, a primeira visita<sup>404</sup> realizada pelos assessores sindicais, para apurar denúncias de expulsão de trabalhadores das terras

<sup>399</sup> Entrevista com Antônio Leite Falcão, realizada por Eliane Moury Fernandes, em novembro de 1983. Acervo Movimento Político-Militar de 1964, CEHIBRA/INDOC/FUNDAJ.

<sup>400</sup> Proprietário do Engenho Serra, em Vitória de Santo Antão e ex-Secretário de Segurança Pública de Pernambuco. (ver páginas 108, 112 e 205)

<sup>401</sup> AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Desvio de rota*. Op. cit., p. 38.

<sup>402</sup> Entrevista com Nelson Rosas Ribeiro, realizada por Eliane Moury Fernandes, em julho de 1985. Acervo Movimento Político-Militar de 1964, CEHIBRA/INDOC/FUNDAJ.

<sup>403</sup> Ibidem. O centro catalizador desses jovens era o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado na gestão de Miguel Arraes na prefeitura do Recife, tendo sido ampliado durante o mandato de governador. De acordo com as fontes analisadas, a juventude engajada no MCP participou de uma série de programas criados pelo governo. Alfabetização de adultos, ampliação de crédito rural para pequenos e médios produtores e assistência médica para o interior, foram alguns desses programas.

<sup>404</sup> Primeira visita no sentido de localização nas fontes pesquisadas. É possível ter havido outras anteriores a esta.

pertencentes a um latifundiário da cidade. Fernando Mendonça e José Alberto Lisboa “entenderam-se com o latifundiário e ao mesmo tempo debateram com os trabalhadores os seus problemas”<sup>405</sup>. O jornal *A Hora* repercutiu a notícia afirmando “que se fortaleceu na consciência daqueles homens do campo que receberam a visita do representante do governo, de que realmente estamos diante de um governo diferente”<sup>406</sup>. Após este, outros tantos encontros se sucederam em municípios diferentes e com objetivos diversos.

Para citar alguns exemplos, acompanhamos a atuação da Secretaria Assistente em abril de 1963, quando já havia passado mais de um mês da instalação do novo governo, tempo suficiente para que a nova diretoria fosse colocada em prática. No dia 16, após ofício enviado pelo presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Palmares, Fernando Mendonça acompanhado de Enoch Saraiva, Delegado do Trabalho, foi para Catende resolver impasses com relação ao pagamento do 13º salário na Usina Catende<sup>407</sup>. Na cidade a reunião foi realizada em praça pública, com a participação de mais de mil trabalhadores rurais<sup>408</sup>. Dois dias depois, em 18 de abril, Fernando Mendonça já se encontrava em Joaquim Nabuco para resolver litígios entre trabalhadores e proprietários da Usina Pumaty. No local, foi verificada a participação de um vereador adulterando informações e promovendo movimento artificial na cidade<sup>409</sup>. Mendonça Filho “apelou para os camponeses a que não se deixassem levar, em suas reivindicações, por agitadores que têm objetivos eleitoreiros. Suas ponderações foram acatadas imediatamente pelos trabalhadores, que retornaram às atividades normais”<sup>410</sup>. Em 25 de abril, Fernando Mendonça Filho, viajou à Sirinhaém para “se inteirar de movimento paredista que estaria ocorrendo em engenhos da Usina Trapiche”<sup>411</sup>. No dia seguinte, após entendimentos com o enviado do governo, jornais<sup>412</sup> e a Assessoria de Imprensa do Governo<sup>413</sup> noticiaram que a greve havia terminado.

Nos meses seguintes, com maior ou menor intensidade, esse ritmo de atuação se manteve. Pelos exemplos acima, nota-se que o deslocamento entre os municípios eram constantes. Além do mais, os locais visitados se encontravam na zona rural, geralmente de

<sup>405</sup> *A Hora*, 16 a 23/02/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>406</sup> *Ibidem*.

<sup>407</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 58, 15/04/1963, p. 6. Fundo Secretaria do Governo/APEJE

<sup>408</sup> *Idem*, Nº 59, 16/04/1963, p. 06. Fundo Secretaria do Governo/APEJE

<sup>409</sup> *Idem*, Nº 60, 18/04/1963, p. 08. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>410</sup> *DP*, 19/04/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>411</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 67, 25/04/1963, p. 06. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>412</sup> *DP*, 26/04/1963. Hemeroteca/APEJE e *UH-NE*, 26/04/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>413</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 68, 26/04/1963, p. 07. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

difícil acesso, o que tornava a circulação ainda mais sacrificante. Afora os deslocamentos e caminhos de difícil tráfego, ao chegarem ao local “os meninos da Secretaria de Assistência”<sup>414</sup> precisavam ouvir as queixas de trabalhadores e classe patronal, debater e propor soluções consensuais. O trabalho era difícil e parece ter deixando marcas nas histórias de vida desses jovens homens, onde as responsabilidades eram bem maiores do que a experiência derivada da pouca idade.

Fernando Mendonça Filho considera que estas experiências foram importantes por que lhe “possibilitou o contato direto com as necessidades mais elementares da população rural, que se situa na Zona da Mata e, ao mesmo tempo aferir melhor o pensamento do chamado patronato rural, desde as usinas de açúcar, desde os usineiros, até os grandes, médios e pequenos fornecedores de cana”<sup>415</sup>. Sua auto avaliação é positiva: “nessa experiência, eu acho, entendo que me sai bem. Me sai bem, na medida em que me situei como um negociador que tinha as suas convicções e posições político-ideológicas, mas não deixou, em nenhum instante, que essas convicções político-ideológicas preponderassem sobre a razão”<sup>416</sup>. Mas seu juízo de valor é feito levando em consideração a abdicação. Era preciso deixar de lado suas concepções de mundo, suas ideologias, para se deixar estar na posição de negociador. As emoções deveriam ser sufocadas diante da razão. Na visita à Usina Trapiche (Sirinhaém), referida acima, uma das reivindicações dos trabalhadores era a “revisão da pesagem da cana em algumas balanças, sobre cuja precisão havia dúvidas”<sup>417</sup>. Mecanismos que a classe patronal utilizava para aviltar ainda mais a remuneração desses trabalhadores. O “roubo na medida e no peso”<sup>418</sup>, nas palavras de Christine Rufino Dabat, a “balança viciada”<sup>419</sup>, nas palavras de Severino Antônio do Nascimento, um de seus entrevistados. Nestas e noutras situações, onde a injustiça prevalecia, fazia-se necessário um negociador. A busca era por consenso, que muitas vezes não significava justiça. Fernando Mendonça Filho e outros tantos jovens, que passaram pela Secretaria Assistente, conviviam com situações como esta quase que diariamente.

Para Antônio Carlos Cintra do Amaral, a experiência como Secretário Assistente lhe proporcionou um impacto ainda maior do que aquele vivenciado como Chefe de Gabinete na

---

<sup>414</sup> Como se refere, em várias ocasiões, BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular...* Op. cit., p. 63-65.

<sup>415</sup> Entrevista com Fernando Augusto de Mendonça Filho, realizada por Cristina Inojosa, Op. cit.

<sup>416</sup> *Ibidem*.

<sup>417</sup> Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco, Nº 68, 26/04/1963, p. 07. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>418</sup> DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho...* Op. cit., p. 594.

<sup>419</sup> *Idem*, p. 595

Prefeitura, onde passou “a ter contato direto com a miséria do povo do Recife”<sup>420</sup>. Na Secretaria Assistente, os problemas da capital dividiam espaço com os da Zona da Mata e, mesmo que em menor quantidade, com os do Agreste e Sertão. Nas palavras de Amaral, aquela “foi uma experiência pessoalmente desgastante, mas inesquecível. Na Secretaria Assistente [havia aprendido] o significado concreto da expressão ‘igualdade de oportunidades’”<sup>421</sup>. O novo cargo, portanto, possibilitava ampliar o conhecimento sobre as várias realidades e dificuldades a que estava submetido o povo pernambucano.

Para Antônio Falcão, o aprendizado se deu na prática cotidiana. Ao recordar suas atividades, ele assim descreveu: “nós jovens nos desdobrávamos e atuávamos politicamente, algumas vezes até de forma brilhante, algumas vezes de forma desastrada, mas com frequência imbuídos de muita serenidade e respeito”<sup>422</sup>. Era um grande aprendizado. Mas era um aprender fazendo. Não havia escola que ensinasse a negociar. Rômulo Lins, que pertenceu aos quadros da Secretaria Assistente, assim se recorda das atividades desempenhadas:

e tudo [era] feito por pessoas muito jovens, a gente ia aprendendo e fazendo. Aquela coisa de ter de superar e enfrentar, discutir com setores radicais e ficar contra eles de frente, é um processo difícil para jovens de 20 anos sem experiência. Tanto que, de lá para cá, nunca mais me apavorei com esse negócio de fazer concessões aos radicalismos. Acho que ser revolucionário é isso, é enfrentar esse tipo de coisa que é mais difícil, às vezes, que enfrentar a polícia porque não tem heroísmo nenhum. A gente não acertava sempre, errava aqui e acolá<sup>423</sup>.

O aprendizado preconizava acertos e erros. Havia diversos projetos para organização de trabalhadores no campo, alguns moderados, outros mais radicais. Sem distinções, ao governo cabia abrir os canais de negociação. Fazer concessões, estipular limites. A possibilidade de agradar a todos era bastante difícil. Entretanto, ainda segundo Lins, mais difícil que o relacionamento com as lideranças sindicais, era aquele estabelecido com a classe patronal:

a capacidade da classe dominante em Pernambuco, a questão do poder, é uma coisa incrível. Eles trabalham e manipulam muito bem essa questão do poder. Imagine um jovem de 20 anos que vai resolver um negócio numa usina. O usineiro convida para almoçar, uma mesa de dez metros de comprimentos e senta nas cabeceiras, os dois. É complicado, viu? A tentativa de queimar as pessoas com o camponês. O mediador teve que desenvolver habilidade política para não se chocar com umas das partes e

<sup>420</sup> AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Desvio de rota*. Op. cit., p. 33.

<sup>421</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>422</sup> Entrevista com Antônio Leite Falcão, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>423</sup> Entrevista com Rômulo Fernando Aguiar Lins, realizada por Eliane Moury Fernandes, em outubro de 1986. Acervo Movimento Político-Militar de 1964, CEHIBRA/INDOC/FUNDAJ.

não perder a confiança da outra, trabalhar isso daí; porque eles jogam para queimar. É muito difícil, complicado<sup>424</sup>.

Nas memórias de Lins, ficaram registradas as relações de poder estabelecidas. Diante de vários interesses divergentes, o trabalho dos assessores sindicais seguia uma linha tênue. Tentava-se uma neutralidade, que era difícil ser atingida. Simples gestos, como a escolha do local onde a reunião seria feita: se num sindicato ou na casa de algum usineiro, poderiam ter significados diferentes para as partes envolvidas. Todas as possibilidades precisavam ser pensadas num curto espaço de tempo. As decisões, com certeza, não satisfaziam a todos, como será visto adiante.

### **Funcionamento e atuação da Secretaria Assistente**

A Secretaria Assistente “funcionava no Palácio do Governo. A estrutura era mínima. Basta dizer que todos os funcionários trabalhavam em duas salas, uma delas era o Gabinete do Secretário”<sup>425</sup>. Labutavam nela “cerca de vinte funcionários, a maioria dos quadros do Estado, e os delegados assistentes, militantes políticos, oriundos do movimento estudantil, que exerciam cargo comissionado e não eram servidores públicos”<sup>426</sup>. A Assessoria Sindical funcionava “à Avenida Marquês de Olinda, 55, 3º andar”<sup>427</sup>, portanto em outro prédio, e estava subdividida “em duas partes: uma que toma[va] conta dos sindicatos urbanos e outra que toma[va] conta dos sindicatos rurais”<sup>428</sup>.

Embora Joseph Page descreva, em suas reportagens, que Arraes deu suporte aos comunistas no processo de organização de sindicatos<sup>429</sup>; que a imprensa não cansasse de publicar que “Arraes é o Grande Comissário do Comunismo Russo no Brasil”<sup>430</sup>; e que, alguns elementos da esquerda, como o trotskista Carlos Montarroyos, defendesse que o instrumento do trabalho de Arraes no campo “era o organismo denominado de Secretaria Assistente, que dispunha de um bom número de assessores sindicais. Era apoiado em recursos

---

<sup>424</sup> Entrevista com Rômulo Fernando Aguiar Lins, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>425</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>426</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>427</sup> *Mensagem Apresentada pelo Exmo. Sr. Governador Miguel Arraes de Alencar à Assembleia Legislativa do Estado, em 15 de março de 1964*, p. 123. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>428</sup> BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular...* Op. cit., p. 64.

<sup>429</sup> PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Op. cit., p. 189.

<sup>430</sup> Manchete do jornal *O Globo*, citada no discurso do deputado Artur Lima. *Diário do Congresso Nacional*, 23/03/1963, p. 825.

do Governo Estadual e na sua máquina burocrática posta à sua disposição pelo PCB”<sup>431</sup>, Antônio Carlos Cintra do Amaral garantia que a participação do Partido Comunista na Secretaria Assistente era “nenhuma. Nem o PCB, nem qualquer outro. Pelo menos no [seu tempo]”<sup>432</sup>.

Antônio Fausto do Nascimento explicou que “o Partido Comunista, embora influente, não aparelhava a Secretaria Assistente, tendo em vista o caráter plural do governo, uma coalizão política que ia da esquerda, mais ou menos institucional, até segmentos conservadores, representados pelo antigo Partido Social Democrático–PSD”<sup>433</sup>. Ele próprio, tendo feito parte dos quadros, não deixa de negar a participação do PCB. Entretanto, de acordo com Miguel Arraes “não havia compromisso partidário com ninguém. [Ele] chamava pessoas do Partido Comunista, outros que eram simpatizantes, mas por razões diferentes, pelo que esse pessoal podia fazer. [Ele] tinha a necessidade de ter gente assim para ajudar no relacionamento com a população, mas não era a questão de adotar as teses do PCB”<sup>434</sup>.

Existia, portanto, uma dupla relação de interesses. Para o governo, embora não havendo compromisso partidário, a utilização dos canais já abertos (associações de bairro, sindicatos etc.) pela militância comunista ajudava na aproximação com as camadas populares urbanas e rurais. Para o Partido Comunista, a partir dos encaminhamentos expressos na Declaração de Março de 1958 e na Resolução do V Congresso em 1960, o Brasil ainda possuía resquícios feudais e a revolução deveria acontecer por etapas: a primeira democrático-burguesa, que, por sua vez, abriria caminho para a segunda, de cunho socialista. Para o cumprimento de tais objetivos seria necessária uma ampla aliança (formada pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena-burguesia, burguesia nacional), onde a hegemonia caberia à classe operária, dirigida pelo Partido. A estratégia pregava ainda, dentro das possibilidades dos marcos legais vigentes, a defesa de um governo nacionalista e democrático. Mesmo estando na ilegalidade, o Partido Comunista emergiu como grande força política no início da década 1960<sup>435</sup>. Particularmente em Pernambuco, participou ativamente das mobilizações de trabalhadores urbanos e rurais, das alianças políticas durante eleições municipais e estaduais e, naquele momento, alguns militantes estavam atuando no governo.

---

<sup>431</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., p. 45.

<sup>432</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor. Op. cit.

<sup>433</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor. Op. cit.

<sup>434</sup> Entrevista com Miguel Arraes In: BARRETO, Túlio Velho et al. *A nova república: visões da redemocratização*. Recife: Ed. dos Autores, 2006. p. 79. Esta mesma entrevista pode ser consultada em BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (org.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: Fundaj, 2004.

<sup>435</sup> SEGATTO, José Antônio. “O PCB e a revolução nacional-democrática”. In: MAZZEO, Antônio Carlos. LAGOVA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos...* Op. cit., pp. 123-134.

As Ligas Camponesas seguiam um caminho diferente daquele proposto pelo PCB. Em 1961, durante o I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocorrido em Belo Horizonte, houve rompimento de fato entre os dois grupos. As Ligas discordavam do modelo etapista e da realização de alianças propostas pelo PCB e, por outro lado, defendiam soluções radicais. Com o lema “reforma agrária na lei ou na marra”, mesmo estando em minoria no Congresso, suas teses saem vencedoras<sup>436</sup>. O governo não enxergava com bons olhos esse preceito de atuação. Dizia Cintra do Amaral: “as Ligas Camponesas estavam em declínio. Com slogans defasados e demagógicos, só atrapalhavam o governo. Eram entidades de agitação social. Não tinham a mínima vocação para a democracia”<sup>437</sup>.

As bases sociais das Ligas eram os pequenos proprietários e parceiros, enquanto para o PCB o setor prioritário era a dos assalariados rurais<sup>438</sup>. Segundo Shepard Forman “não foi o trabalhador assalariado quem fez as reivindicações radicais em favor de mudanças no sistema social, mas sim o arrendatário e o parceiro, ameaçados com a perda de sua terra”<sup>439</sup>. Essa radicalização do movimento levou Fausto do Nascimento a considerar “que as Ligas Camponesas trilhavam um caminho equivocado, ao privilegiar a ocupação de terras e a violência de classe”<sup>440</sup>.

A ocupação de terras, vista por um governo que primava pela aplicação da lei, não era considerada a estratégia a ser seguida. Neste ponto, prevalecia uma concepção não muito diferente de governos anteriores “a ocupação de terra era inconstitucional. A rigor, questão de polícia, embora gerada por causas sociais”<sup>441</sup>. Garantia-se o direito à propriedade privada e, embora exigindo a participação policial, nos casos analisados não foi verificada violência no processo de reintegração de posse. No mais emblemático: a ocupação do Engenho Serra (*ver página 205*), após decisão judicial, Miguel Arraes vai pessoalmente buscar soluções junto aos ocupantes das terras de Alarico Bezerra.

Por outro lado, junto aos assalariados rurais, o PCB defendia a criação e o fortalecimento de sindicatos. A prioridade eram as lutas salariais e por melhores condições de trabalho<sup>442</sup>. Neste aspecto, “a relação da Secretaria Assistente com os sindicatos rurais era de mútua colaboração e toda ajuda possível no aumento dos filiados e criação de novas

---

<sup>436</sup> BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., pp. 78-85.

<sup>437</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor. Op. cit.

<sup>438</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 32.

<sup>439</sup> FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979, p. 239.

<sup>440</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>441</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>442</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 32.

entidades”<sup>443</sup>. Em 12 de abril de 1963, voltando de viagem ao Sul do país, onde “entrou em entendimentos com o Ministro do Trabalho, Almino Afonso, a fim de tratar da coordenação de esforços entre os governos federal e estadual, com finalidade de conseguir a sindicalização no meio rural, no menor espaço de tempo possível”<sup>444</sup>, Antônio Carlos Cintra do Amaral afirmou: “a sindicalização rural é pra já!”<sup>445</sup>.

Em levantamento realizado por Maria do Socorro de Abreu e Lima, o número de sindicatos rurais saltou de 14, em 1962, para 71, em março de 1964<sup>446</sup>, aumento este na ordem de quase 81% durante o governo Arraes. De acordo com a autora, não era apenas o PCB que estava imbuído nesta tarefa. A Igreja Católica, o PCdoB, trotskistas e as Ligas Camponesas passaram a organizar os trabalhadores rurais no início da década de 1960. A amplitude destes passou a ser tamanha que num pronunciamento intitulado “*A bença, Mãe*”<sup>447</sup>, Francisco Julião afirmava que “as Ligas são as mães dos sindicatos”<sup>448</sup>, no intuito de encorajar os membros das Ligas a se sindicalizarem e, por sua vez, que os sindicalizados também adquirissem as carteiras das Ligas.

Perguntado sobre “a influência das Ligas Camponesas no seu governo” Miguel Arraes respondeu que

as consequências podem ser resumidas no amplo processo de sindicalização rural, do qual participaram não somente Julião, como a Igreja Católica, o Partido Comunista, pessoas independentes, lideranças camponesas que surgiram e que não pertenciam a nenhum grupo, espontaneamente surgidas do meio rural, que assumiram a direção dos sindicatos, em decorrência do trabalho de base, de conscientização, de politização, que foi realizado por Julião anteriormente<sup>449</sup>.

Note-se que Arraes procurou situar a importância do trabalho de Julião junto as massas rurais a um processo que teria seu ápice na criação dos sindicatos. Ou seja, as atividades iniciadas pelas Ligas Camponesas, em 1955, têm seu ponto alto no desenvolvimento das organizações sindicais, que por sua vez, tiveram grande amplitude durante o primeiro mandato de Arraes. Para o então governador, embora as heranças estivessem na década de 1950, a sindicalização dos trabalhadores rurais foi um valoroso legado para os homens e mulheres do campo conquistado, principalmente, em seu governo.

<sup>443</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, op. cit.

<sup>444</sup> *UH-NE*, 12/04/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>445</sup> *Ibidem*.

<sup>446</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 47.

<sup>447</sup> CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit., p. 84.

<sup>448</sup> PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Op. cit., p. 190.

<sup>449</sup> MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*, por Fernando Mendonça e Cristina Tavares. Belo Horizonte: Vega, 1979. p. 12. [o livro é composto por uma grande entrevista realizada por Fernando Mendonça e Cristina Tavares como Miguel Arraes]

Segundo Antônio Fausto do Nascimento “o governo Arraes não discriminava correntes políticas atuantes nos sindicatos rurais”<sup>450</sup>, entretanto esta visão não era comungada pelos diversos segmentos. Alguns sindicatos vinculados à Igreja Católica, às Ligas Camponesas e aos trotskistas tiveram problemas com o governo, a ponto de ganharem destaque nos jornais e nos debates políticos da época.

Em se tratando da Igreja, a atuação do padre Antônio Melo, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho, e a acusação de que na casa paroquial funcionava uma agência do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), deteriorou as relações com o governo. Nas eleições de 1962, o padre Melo havia prestado apoio a Miguel Arraes<sup>451</sup>. Entretanto, após o cumprimento do decreto presidencial determinando o fechamento dos postos do IBAD (*ver página 196*), sua postura passou a ser bem diferente. Em entrevista concedida à Televisão Rádio Clube “denunciou o plano do sr. Miguel Arraes, de retirar pela força e coação a influência da Igreja sobre os sindicatos rurais do interior”<sup>452</sup>. Numa outra entrevista, concedida a Antônio Callado, afirmou que “sob o pretexto de conciliar, os assessores sindicais, por motivos ideológicos, criam a divisão dos próprios sindicatos”<sup>453</sup>.

Fausto do Nascimento reconheceu que “a atuação da Igreja Católica foi em geral positiva e ajudou a amortecer as resistências dos proprietários e das camadas intermediárias”<sup>454</sup>, mas fazia a ressalva: “com a única exceção do Sindicato Rural da cidade do Cabo”<sup>455</sup>. Contudo, as duras críticas de elementos da Igreja ao trabalho da Secretaria Assistente não foram elaboradas apenas pelo padre Melo. Em Jaboatão dos Guararapes, o sindicato rural daquele município, alvo de uma contenda envolvendo o padre Ennes Paulo Crespo e militantes do PCdoB, precisou da intermediação do governo no processo (*ver página 194*). O posicionamento do Executivo, favorável aos comunistas, provocou reação dos deputados da bancada de oposição em favor do “Sindicato dos Padres”. Fortalecido pelo apoio dos parlamentares, o clérigo Crespo organizou uma passeata de trabalhadores rurais, com destino à Assembleia Legislativa, em agravo ao Delegado Regional do Trabalho, Enoch Saraiva, e ao governo do Estado.

Nas Ligas Camponesas, o trabalho desenvolvido por Joel Câmara, na Zona da Mata Norte, e Júlio Santana, na Zona da Mata Sul, foi bastante contestado pelo governo Arraes.

---

<sup>450</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>451</sup> PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve...* Op. cit., p. 182.

<sup>452</sup> DP, 06/09/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>453</sup> CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit., p. 77.

<sup>454</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>455</sup> Ibidem.

Ambos estiveram presos, em momentos diferentes, pela Secretaria de Segurança Pública, enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

Privados de sua liberdade pela mesma Lei, um grupo de trotskistas, formado por Carlos Montarroyos, Cláudio Cavalcanti e Aymbirê Ferreira de Sá – que, assim como Joel Câmara, desenvolviam suas atividades na Zona da Mata Norte, e, com Júlio Santana, dividiram espaço na Casa de Detenção –, passaram a questionar a política desenvolvida pelo Poder Executivo no campo. Segundo Montarroyos, ao apoiar a organização de sindicatos rurais, o objetivo do governo “era afastar o radicalismo das lutas camponesas, fazendo minguar as Ligas e as disputas por terras, que traziam sempre em seu bojo a violência”<sup>456</sup>. Ainda de acordo com Montarroyos, a atuação do governo

era conservadora e paternalista, quase sempre servindo de intermediários entre os donos de engenho e os camponeses. Os assessores sindicais, dirigidos pela Secretaria Assistente, tinham normalmente uma atuação elitista. Muitas vezes passavam por cima do Sindicato e das assembleias de camponeses, para fazerem acordos diretamente com os donos de engenho. Acordos esses, que eles depois tratavam de impor aos assalariados. Tinham um medo pânico de que os camponeses se organizassem de forma independente. O Sindicato era um centro político e organizativo, mas os assessores sindicais eram um centro alternativo, sempre que as direções sindicais não se enquadravam nos objetivos do Governo<sup>457</sup>.

De fato, não havia interesse, por parte do Executivo, no acirramento das disputas entre proprietários e trabalhadores. A criação de sindicatos rurais era estimulada e o direito de greve garantido, sempre objetivando a aplicação da legislação trabalhista vigente. Felipe Gallindo, ao estudar o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) em Pernambuco, chegou a conclusão que “a linha política de Arraes não era a da confrontação, mas a da conciliação, como um árbitro da luta de classes, que respeitava os limites da propriedade privada”<sup>458</sup>. A busca era por entendimentos. Entre as esquerdas, esse tipo de atuação só era vista com bons olhos pelos militantes do PCB. Já para as Ligas e os trotskistas, era moderado ao extremo. Os militantes do PCdoB, embora valorizassem, “cada vez mais, o trabalho político no campo, visto como caminho da luta armada no país”<sup>459</sup>, não se confrontavam com os assessores sindicais. A atitude do governo, em favor dos comunistas, diante do impasse no Sindicato de Jaboatão, parece ter contribuído para um alinhamento. Em suas memórias, Clóvis Campello se reporta a várias ocasiões em que Miguel Arraes lhe havia solicitado ajuda.

<sup>456</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., p. 43.

<sup>457</sup> Idem, p. 45.

<sup>458</sup> GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”*. Dissertação (apresentada ao final do curso de pós-graduação *stricto sensu* em História – Programa de Pós-Graduação em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p. 71

<sup>459</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 54.

Numa entrevista concedida por Antônio Fausto do Nascimento, publicada no *Boletim de Imprensa do Governo*<sup>460</sup>, e republicada pelo semanário *A Hora*<sup>461</sup> e *Jornal do Commercio*<sup>462</sup>, o governo deixou claro que repudiava quaisquer tipos de excessos praticados por dirigentes rurais. Sem citar nomes ou correntes políticas, foram censuradas “intimidações, através de cartas e bilhetes a administradores de engenhos e a vários outros proprietários”<sup>463</sup> e, também, a coação feita para que trabalhadores rurais aderissem a movimentos grevistas contra suas vontades, considerando tais fatos uma violação do princípio sindical<sup>464</sup>. Ainda na reportagem, afirmou que tais atitudes serviriam “de pretexto para provocações contra as liberdades populares, por parte dos inimigos do Governo e dos trabalhadores”<sup>465</sup>.

Nesta fala, Nascimento colocava o Executivo ao mesmo lado da classe trabalhadora. O inimigo era comum: a classe patronal. No entendimento do Secretário Assistente, a luta dos trabalhadores – e dos grupos políticos que atuavam na organização – se alinhava aos objetivos do governo, quando se referiam ao cumprimento da legislação trabalhista. Para que tal aliança fosse efetivada e tivesse sucesso, se fazia necessária a manutenção da ordem. Excessos, não seriam tolerados. Quaisquer deslizes serviriam de munição para que detratores fizessem acusações de que o Estado estava tomado pela agitação.

Embora os secretários assistentes classificassem o relacionamento com a classe patronal de “respeitoso e educado”<sup>466</sup> e marcado pelo “diálogo e entendimento”<sup>467</sup>, Cintra do Amaral afirmou que “seria estranho se eles aprovassem a atuação da Secretaria...”<sup>468</sup>. De fato, “foi difícil para quem estava acostumado a ter a polícia a seu lado”<sup>469</sup>, entender “que em uma democracia as partes teriam que resolver seus litígios mediante negociação, respeitadas as regras e os direitos constitucionais”<sup>470</sup>. Segundo Fausto do Nascimento, as dificuldades de relacionamento tendiam a se agudizar “quando havia excessos de ambos os lados [classe patronal e classe trabalhadora]”<sup>471</sup>.

Durante a invasão do Engenho Serra, numa contenda envolvendo Antônio Fausto do Nascimento e o proprietário Alarico Bezerra, essas relações conflituosas se mostraram

<sup>460</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 226, 11/11/1963, p. 05-07. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>461</sup> *A Hora*, 16 a 22/11/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

<sup>462</sup> *JC*, 12/11/1963, p. 15. Hemeroteca/APEJE.

<sup>463</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 226, 11/11/1963, p. 05. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>464</sup> *Idem*, p.06

<sup>465</sup> *Idem*, p. 07.

<sup>466</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>467</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>468</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>469</sup> *Ibidem*.

<sup>470</sup> *Ibidem*.

<sup>471</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

bastante evidentes. Em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, Bezerra acusou o Secretário Assistente de não estar cumprindo as ordens enviadas por Miguel Arraes. Nas suas palavras “esse homem [Fausto do Nascimento] recebia ordens do governador para conseguir a retirada dos invasores e, quando chegava no engenho, fazia justamente o contrário: incentivava-os a reagir e permanecer na propriedade, sob alegação de que o senhor de engenho submetia seus moradores a um regime de terror”<sup>472</sup>. No mesmo dia em que a reportagem foi publicada, Fausto do Nascimento, utilizando o *Boletim de Imprensa do Governo*<sup>473</sup>, divulgou uma nota, afirmando que em nenhum momento havia contrariado as determinações do governador. Ao se referir a Bezerra, o Secretário Assistente não se absteve em levar a tona uma série de acusações, envolvendo violências e assassinatos, imputadas ao proprietário pelos trabalhadores rurais. Posteriormente, em 26 de fevereiro de 1964, interpelado pelo *Jornal do Commercio*<sup>474</sup>, Bezerra afirmou que estava estudando uma resposta para dar a Fausto do Nascimento, e que não tinha palavras para referir-se aquele auxiliar do governo, incriminando-o de ter roubado gado abatido de suas terras. Esta última declaração levou Antônio Fausto do Nascimento, a entrar na Justiça com uma representação contra Alarico Bezerra, cujo teor foi integralmente divulgado pelo semanário *A Hora*<sup>475</sup>.

Conquanto seja um caso isolado, tal fato demonstra o quão conflituosa eram as relações entre a Secretaria Assistente e a classe patronal. Em alguns momentos os acirramentos se tornavam latentes. Para o governo, que procurava agir dentro dos ditames da lei, era fundamental que atitudes como estas fossem evitadas. O que para trotskistas e Ligas Camponesas significava o esvaziamento da luta dos trabalhadores rurais; para Miguel Arraes, representava a formação de uma frente única – envolvendo homens e mulheres do campo, governo e lideranças sindicais –, lutando pela efetivação da legislação trabalhista, contra proprietários que se recusavam a cumpri-la.

Noutra reportagem, intitulada “*Governo ajuda a quem une e organiza*”<sup>476</sup>, Antônio Fausto do Nascimento, deixava claro o posicionamento do governo visando a formação de uma aliança com (e entre) as lideranças sindicais. “A Secretaria Assistente orienta-se no sentido de colaboração e ajuda a todos aqueles que se interessam realmente pela organização dos trabalhadores e do povo, sem qualquer discriminação ou preferência por grupos ou

<sup>472</sup> DP, 20/02/1964, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

<sup>473</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 306, 20/02/1964, pp. 02-03. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>474</sup> JC, 26/02/1964, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>475</sup> *A Hora*, 14 a 20/03/1964, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

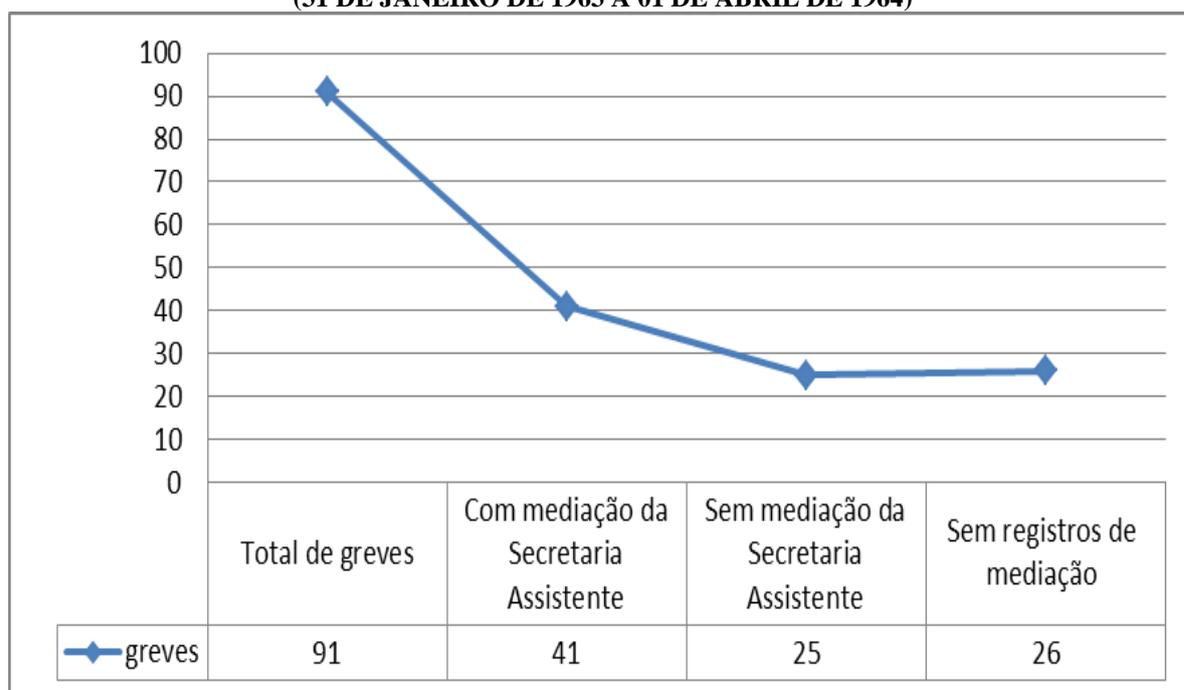
<sup>476</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 263, 26/12/1963, pp. 06-07. Fundo Primeiro Governo/IMA.

peessoas”<sup>477</sup>. Sob a liderança do governo, a tentativa era de aglutinar os vários segmentos políticos que atuavam no campo. Atitudes concretas, neste sentido foram realizadas, vide a elaboração da *Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo*<sup>478</sup> (ver página 164), que contou com a participação das várias representações.

Para Gregório Bezerra, foi “apoiados no ascenso democrático do país, na portaria do Ministério do Trabalho que concedia aos trabalhadores rurais o direito à sindicalização e na orientação democrática do governo de Miguel Arraes”, que a organização dos trabalhadores rurais pode ser efetivada. Como já afirmou Maria do Socorro de Abreu e Lima, havia muitas *lutas, partidos e projetos* com esse intento. Alguns se confrontando, outros se complementando, e o governo tentando aglutiná-los sob sua égide. Contra quase todos estava a classe patronal.

À parte as críticas favoráveis ou contra, a participação da Secretaria Assistente mediando greves foi algo constante durante todo período do governo Arraes. Em levantamento realizado nos jornais pernambucanos<sup>479</sup> chegou-se aos seguintes dados:

**GRÁFICO 1 – GREVES EM PERNAMBUCO  
(31 DE JANEIRO DE 1963 A 01 DE ABRIL DE 1964)**



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados nos jornais *DP, JC, A Hora, UH*.

<sup>477</sup> Idem, p. 06.

<sup>478</sup> Nas fontes pesquisadas, a designação da proposta aparece com vários títulos: *Tabela de Remuneração das Tarefas do Homem do Campo, Tabela da Paz, Tabela de Salários para o Camponês, Tabela das Tarifas de Campo* etc.. Entretanto, utilizaremos o termo que aparece no livro de Antônio Callado, por ser aquele mais referenciado na produção historiográfica. Ver: CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit., (apêndice) p. 01.

<sup>479</sup> Ver apêndice A.

Evidencia-se, a partir do Gráfico 1, como a Secretaria Assistente foi protagonista nos processos de negociação das paredes ocorridas durante o governo de Miguel Arraes. Do total de greves identificadas, tanto no campo quanto na cidade, os assessores sindicais estiveram presentes em quase metade das ocorrências que foram publicadas pelos periódicos de Pernambuco. Se excluirmos aquelas onde não constavam “registros de mediação”, este número subiria para mais da metade.

Nas palavras de Fausto do Nascimento, durante as mediações, os assessores sindicais “promoviam essencialmente negociações e acordos entre trabalhadores e empregadores, como forma de se evitar conflitos que, em alguns casos, chegavam a descambar para a violência e o assassinato de lideranças”<sup>480</sup>. Percebe-se que o objetivo era evitar o conflito. Caso a greve chegasse a acontecer, objetivava-se, então, coibir violências e posições extremadas, que geralmente partiam dos proprietários rurais. O caminho proposto pela Secretaria Assistente era o de negociação entre as partes, para que a legislação fosse cumprida.

Como exemplo, numa situação ocorrida na Usina Caxangá (Ribeirão), trabalhadores rurais fizeram greve, reivindicando aumento salarial. Um grupo entrou em choque com o vigia da empresa, Osório Tenório Cavalcanti, que assassinou o trabalhador José Alves de Lima. Nesta ocasião, Rômulo Lins, assessor sindical, esteve no local para apurar os fatos e buscar entendimentos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares. Lins compareceu a assembleia organizada pelos líderes sindicais, e garantiu que o governo se empenharia na prisão do criminoso. Esse tipo de atitude visava evitar que outras violências patronais pudessem acontecer. No caso analisado, com as garantias dadas, durante a assembleia, ficou definida a realização de uma concentração de protesto, em Ribeirão, para o dia seguinte<sup>481</sup>.

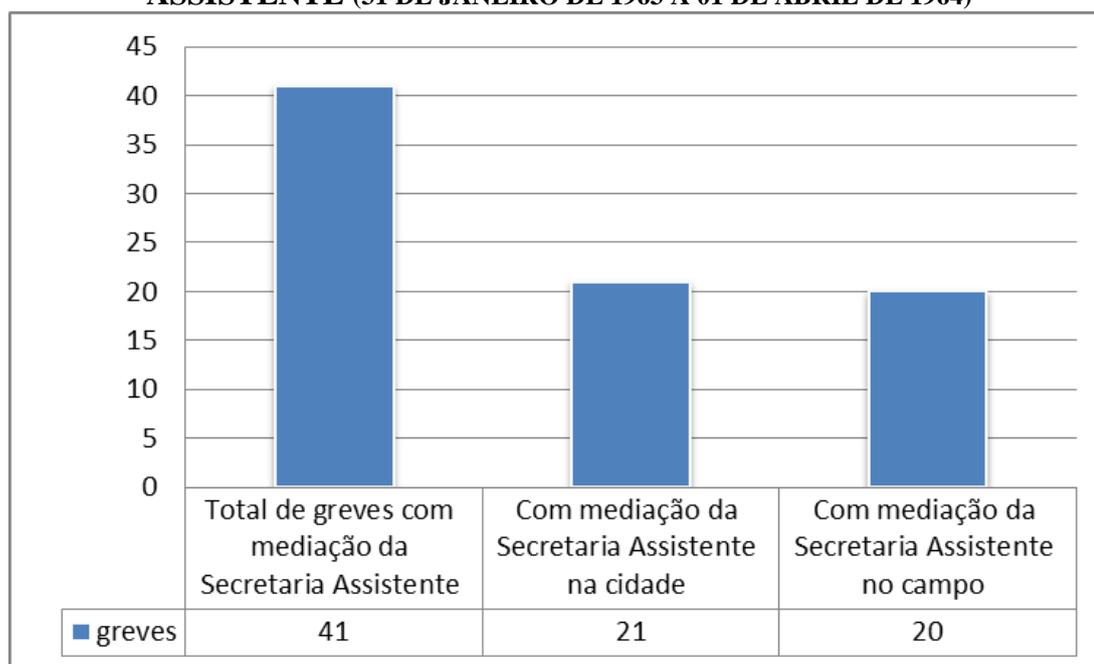
Ao analisar apenas os dados que tiveram “mediação da Secretaria Assistente”, chegou-se aos seguintes apontamentos:

---

<sup>480</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>481</sup> DP, 26/07/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE. Gregório Bezerra fez uma descrição bastante detalhada de como ocorreu o protesto. “Revoltados com o covarde assassinato, os operários e os trabalhadores agrícolas da usina, que já estavam em greve havia quase dez dias, desenterraram o corpo do irmão tombado na luta e levaram-no para a sede do sindicato rural, onde lhe deram um caixão decente e velaram seu corpo toda a noite. Sepultaram-no no dia seguinte no cemitério local, com a presença de milhares de camponeses e da maioria da população da cidade. Houve muitos discursos, inclusive um discurso meu, condenando a onda de assassinatos de camponeses, praticados por usineiros ou a mando deles”. BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 514.

**GRÁFICO 2 – GREVES EM PERNAMBUCO COM MEDIAÇÃO DA SECRETARIA ASSISTENTE (31 DE JANEIRO DE 1963 A 01 DE ABRIL DE 1964)**



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados nos jornais *DP, JC, A Hora, UH*.

Observa-se, pelo Gráfico 2, que não houve distinção entre o trabalho de mediação realizado no campo e na cidade. Entretanto, essa quase igualdade numérica deve ser analisada com pesos diferentes. Além dos empecilhos de acesso à zona rural, havia ainda as dificuldades geradas pela falta de informação. Com medo de repressão, homens e mulheres do campo viviam silenciados. Muitas vezes, só se tinha conhecimento de alguma ocorrência quando o conflito já estava instalado, como podemos observar neste telegrama enviado pelo padre Crespo ao governo:

Peço sua interferência urgente, a fim de evitar novas chacinas, mandar desarmar capangas do município de Condado, especialmente no Engenho do Prefeito, o qual ameaçou matar o presidente do Sindicato e procura criar brigas simuladas para matar. A mesma coisa ocorre no Engenho Tracunhaém, cujo administrador, indivíduo perigoso, ameaça os pobres camponeses moradores há mais de 20 anos. Pedimos procurar o presidente do Sindicato e delegados para ajudar nas diligências<sup>482</sup>.

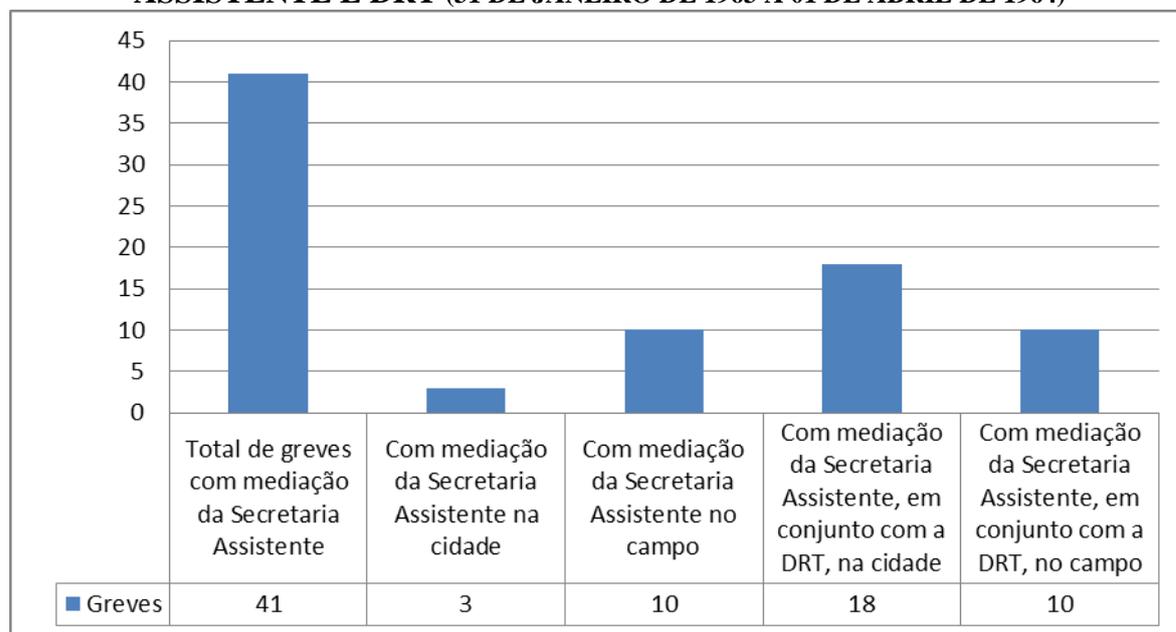
Nesse sentido, foi muito importante o papel de lideranças sindicais ao exporem as condições vividas pelos trabalhadores rurais. No telegrama citado, as denúncias não eram nenhuma novidade, se perpetuavam há mais de duas décadas. Contudo, tinha-se a esperança de que o novo governo poderia encontrar soluções. Tantas outras situações como esta não chegaram a ser denunciadas. Pelos números do Gráfico 2, percebe-se que, mesmo com as

<sup>482</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 156, 16/08/1963, p. 04. Fundo Primeiro Governo/IMA.

dificuldades de locomoção e de acesso a informação, os assessores sindicais procuraram desenvolver suas atividades seja no campo ou na cidade.

De acordo com Antônio Fausto do Nascimento, “a Secretaria Assistente atuava em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho”<sup>483</sup>. Tal afirmação pode ser confirmada analisando os dados abaixo:

**GRÁFICO 3 – GREVES EM PERNAMBUCO COM MEDIAÇÃO DA SECRETARIA ASSISTENTE E DRT (31 DE JANEIRO DE 1963 A 01 DE ABRIL DE 1964)**



Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados coletados nos jornais *DP, JC, A Hora, UH*.

Ainda segundo Fausto do Nascimento, o trabalho realizado em conjunto com a DRT se dava “basicamente no movimento sindical urbano, na mediação de movimentos grevistas e de outros conflitos trabalhistas”. O gráfico 3, mostra que nas vinte e uma ocasiões em que a Secretaria Assistente atuou nas greves urbanas, em dezoito delas a Delegacia Regional do Trabalho se fazia também presente. No campo, os números se mostraram equitativos. Como a maior parte das greves na cidade estavam concentradas no Recife, o trabalho de parceria acontecia com maior facilidade. Por outro lado, as greves no campo estavam distribuídas em diversos municípios da Zona da Mata, e tal fator dificultava o deslocamento concomitante.

[A Secretaria Assistente desempenhava] trabalho quase igual ao do delegado do Trabalho. Os meninos do Antônio Carlos [Cintra do Amaral] deviam resolver, em primeira instância, as questões do campo, evitando sobrecarregar o delegado Enoch. Se havia denúncia de uma ameaça de perturbação da ordem em tal lugar, logo partia

<sup>483</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

para aquela região o encarregado respectivo e lá parlamentava com os camponeses a fim de resolver ou contornar a situação<sup>484</sup>.

Destacou-se nesse processo Enoch Mendes Saraiva, Delegado Regional do Trabalho. Nos jornais, seu nome era citado com frequência. Segundo Jocelyn Brasil “Enoch [foi] um dos homens que mais trabalharam em Pernambuco, no ano de 1963. Mais do que ele, ninguém. Pode ser que tenham empatado com ele, mais do que ele, não”<sup>485</sup>. Seu trabalho foi reconhecido por Antônio Carlos Cintra do Amaral, cuja memória registrou a seguinte descrição: “Enoch era um moderador, além de ser uma pessoa muito dinâmica e competente”<sup>486</sup>.

Extrapolando o território abrangido por Pernambuco, as ações desenvolvidas pela Secretaria Assistente ganharam repercussão também em estados vizinhos. Em 22 de agosto de 1963, sete trabalhadores rurais do Engenho Mamona, pertencente à Usina Porto Rico, localizada em Alagoas, compareceram ao “Palácio do Governo para prestar queixas ao Secretário Assistente e procurar providências que solucionassem a demissão coletiva que sofreram”<sup>487</sup>.

Em seus relatos, afirmaram “que, por motivo de greve justa, pois pretendiam reivindicar direitos, foram demitidos, com mais outros quatro colegas do emprego e, como indenização, apenas receberam 1/10 do que tinham direito”<sup>488</sup>. Afora a arbitrariedade do não ressarcimento devido, chama atenção a forma como foi conduzida a retirada/expulsão desses trabalhadores: “um reforço de dez policiais, em seguida, os prendeu e os escoltou, dentro de uma caminhoneta da Usina, trazendo-os a território do Estado de Pernambuco e deixando-os em lugares distantes, à razão de um para cada lugar, com o objetivo de que não mais se encontrassem”<sup>489</sup>.

É flagrante a complacência do Estado em tal situação. Os policiais agiam como capatazes da Usina, seguindo as ordens do proprietário, e utilizando os recursos da mesma, neste caso, a caminhoneta. Por esse período, Alagoas era governado pelo Major Luiz de Sousa Cavalcante (UDN), cujo mandato, diferentemente de seu antecessor Sebastião Marinho Muniz Falcão (PSP), foi marcado pela repressão aos movimentos sociais<sup>490</sup>. Shepard Forman chama

<sup>484</sup> BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular*. Op. cit., p. 62.

<sup>485</sup> Idem. p. 61.

<sup>486</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, op. cit.

<sup>487</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 161, 22/08/1963, p. 05. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>488</sup> *UH-NE*, 23/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>489</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 161, 22/08/1963, p. 5. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>490</sup> COSTA, Rodrigo José. “Antes do Golpe: repressão e movimentos sociais em Alagoas (1961-1964)”. In: *Anais Eletrônicos*, V Encontro Cultura e Memória. Recife: UFPE, 2011.

atenção que mesmo as Ligas Camponesas, que na Paraíba, outro estado vizinho a Pernambuco, ganharam ampla repercussão, tiveram fracassadas suas incursões em Alagoas<sup>491</sup>.

A maneira como eram conduzidas as lutas dos trabalhadores rurais pelo governo pernambucano parecia incomodar bastante os proprietários de terras e agroindustriais alagoanos. Em 24 de setembro de 1963, durante a realização da assembleia geral da agroindústria, no clube Internacional, em Recife, Olival Tenório, representante da agroindústria de Alagoas, esteve no local “para acompanhar as providências adotadas em Pernambuco, no sentido que sejam normalizadas a situação das usinas locais”<sup>492</sup>. Nesta ocasião “os industriais do açúcar e fornecedores de cana agradeceram o interesse dos alagoanos pelos destinos da agroindústria do açúcar de Pernambuco”<sup>493</sup>. Desse modo, denota-se que havia um amplo conhecimento das relações que vinham sendo estabelecidas entre governo e trabalhadores pernambucanos e uma apreensão no sentido de que tais procedimentos não fossem reivindicados pela população rural naquele estado vizinho.

Não por acaso o destino dado aos onze trabalhadores rurais do Engenho Mamona tenha sido territórios pernambucanos, para onde deveriam ser despejados aqueles que não se adequavam ao regime do silêncio<sup>494</sup> imposto nos canaviais. “Já em nosso Estado, sete dos 11 camponeses conduzidos presos voltaram a se encontrar, no Município de Palmares, ali mantendo entendimentos com o Sindicato Rural, que os mandou ao Secretário Assistente”<sup>495</sup>. A esperança de encontrar uma solução para seus destinos parecia estar próxima de ser realizada. O Sindicato Rural de Palmares, organizado pelo PCB, mantinha boas relações com o governo e via naquele canal uma possível solução para estes trabalhadores. Contudo, coube a Fernando Mendonça Filho, Secretário Assistente em exercício, informar “que nada podia fazer o Governo pernambucano no caso, já que as irregularidades tinham verificado-se fora dos seus limites”<sup>496</sup>.

Mesmo não se propondo a resolver querelas que extrapolassem suas jurisdições, o governo pernambucano foi acusado por políticos alagoanos de ter interferido nas questões internas daquele ente da federação. Em 05 de março de 1964, o deputado Medeiros Neto (PSD-AL), em discurso no plenário da Câmara dos Deputados, fez duras acusações ao governador de Pernambuco:

<sup>491</sup> FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Op. cit., p. 260. [ver, em especial, nota 50 do referido livro].

<sup>492</sup> *JC*, 26/09/1963, p. 03. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>493</sup> *Ibidem*.

<sup>494</sup> Christine Rufino Dabat usa o termo “lei do silêncio” expressão já mencionada, segundo a autora, por Paulo Freire e Francisco Julião, em seus escritos. DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho...* Op. cit., p. 440.

<sup>495</sup> *UH-NE*, 23/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>496</sup> *Ibidem*.

[...] principalmente em Pernambuco, uma situação das mais aflitivas e de maiores preocupações para a vida nacional. Além disto para que se agrave esta concepção do quanto vai de intranquilidade e desordem em Pernambuco, as Ligas Camponesas, chefiadas, inspiradas, orientadas pelo Governador Miguel Arraes e pelo seu caudatário Francisco Julião querem transpor as fronteiras do meu Estado e ali incitar uma onda de inquietação e subversão, que venha a quebrar o estado de coisas ali dominante. Quero afirmar desta tribuna que isto as Ligas Camponesas de Pernambuco não farão. Alagoas nesta hora é a Coréia do Sul e deixa para Pernambuco a boa característica de Coréia do Norte. Não seremos vencidos senão pelo sangue, nunca pela desordem, com a indiferença dos olhos contemplativos. As Ligas Camponesas não criarão, em Alagoas, a desordem que criaram em Pernambuco. Sou homem por índole e formação reformista, chego a ser revolucionário de ideias e chego a ser revolucionário de pensamento, mas, tudo isso coloco em função do bem estar do meu País, de sua grandeza, de sua homogeneidade territorial, de sua integridade nacional, do bem-estar do povo que sofre. [...]<sup>497</sup>

De acordo com as informações apresentadas nas fontes pesquisadas, não havia indício algum de que Miguel Arraes incentivasse a criação de Ligas Camponesas, quer em Pernambuco ou em outro estado da federação. O “estado de coisas dominantes” em Alagoas não esteve ameaçado de ser quebrado, pelo menos no que dependesse das ações do governo Arraes. Dois dias antes do discurso de Medeiros Neto, o *Diário de Pernambuco*, em 03 de março de 1964, publicou em sua capa a seguinte notícia: *Jango, informado sobre situação em Pernambuco, demonstra preocupação*. A matéria apontava que João Goulart estava preocupado com a extensão das greves no campo e que recebia constantes boletins do IV Exército informando-lhe sobre a situação. Entretanto, o que mais chama atenção é o parágrafo final: “acrescente-se que Pernambuco e Alagoas (onde não há qualquer tipo de agitação social) são hoje os grandes exportadores de açúcar, o que significa grandes fornecedores de cambiais ao governo”<sup>498</sup>. Ou seja, tal afirmação, invalidava as acusações que seriam feitas pelo pessedista alagoano dois dias depois. Em contraste com Pernambuco, Alagoas apresentava a tranquilidade que um governo repressivo impunha, gerando as condições ideais para os desmandos da classe patronal, sem que houvesse contestação alguma.

Quanto aos trabalhadores rurais alagoanos, jurados de morte caso retornassem ao Engenho Mamona, não se sabe quais foram os caminhos percorridos por Cícero José, Alcides Tibúrcio da Silva, Cláudio Alves, José Mariano, José Correia da Silva, Cícero Pereira da Silva e Enok Galdino da Silva<sup>499</sup>, depois daquele breve encontro com Fernando Mendonça Filho. As fontes pesquisadas não forneceram outras informações. Conseguiram outro trabalho?

<sup>497</sup> Discurso de Medeiros Neto, *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 06/03/1964. p. 1341. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD06MAR1964.pdf#page%3D7> acesso em: 14 jan. 2011.

<sup>498</sup> DP, 03/03/1964, p. 01. Hemeroteca/APEJE. (grifo nosso)

<sup>499</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 161, 22/08/1963, p. 05. Fundo Primeiro Governo/IMA.

Reencontraram seus familiares? Continuaram vivendo em Pernambuco ou Alagoas? São algumas das perguntas sem respostas. Ao historiador coube, ao menos, registrar aqui seus nomes. Aos outros quatro, nem isso.

### **A Secretaria Assistente se amplia: criação e atuação das Delegacias Assistentes**

Em 23 de agosto de 1963, foi finalizada a elaboração da *Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo*. Na manhã de 02 de setembro de 1963, realizou-se uma reunião, entre governo e representantes da classe patronal da indústria do açúcar, tendo como objetivo discutir “todos os aspectos e implicações das divergências que têm surgido, apesar da aceitação geral da tabela homologada”<sup>500</sup>. A presidência da reunião coube ao governador Miguel Arraes, que esteve assessorado por Humberto Freire (Secretário de Segurança Pública), Hélio Mariano (Secretário de Governo), Jorge Carneiro da Cunha (Chefe da Casa Civil), e Fernando Mendonça Filho (Secretário Assistente, em exercício). Por parte da classe patronal, estiveram presentes Renato Bezerra de Melo, Múcio Monteiro, Marcelo Cabral da Costa, Fernando Pessoa de Melo, Camilo Steiner e Reinaldo Meira Lins<sup>501</sup>.

Entre outras deliberações, foi acertado que caberia à Secretaria Assistente mediar as partes interessadas a fim de dissipar os problemas que surgirem em relação à Tabela<sup>502</sup>. A notícia foi publicada com grande alarde pelo jornal *Última Hora Nordeste*, ganhando espaço na primeira página com a seguinte manchete: “*Arraes: equipes volantes garantirão paz no campo*”<sup>503</sup>. Embora anunciada neste momento, desde antes a ideia de expandir a atuação da Secretaria Assistente vinha sendo discutida pelo governo. Prova disso, é o Ofício n. 354 de 22 de agosto de 1963, contendo o Projeto de Lei N.º 472, enviado para Assembleia Legislativa, apresentando a exposição de motivos para solicitação de crédito especial destinada àquela Secretaria:

---

<sup>500</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, N° 170, 02/09/1963, p. 04. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>501</sup> *Ibidem*, p. 05. (A fonte não cita os cargos ocupados pelos representantes da classe patronal. Embora seja sabido que Renato Bezerra de Melo fosse Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar).

<sup>502</sup> *Ibidem*, p. 04.

<sup>503</sup> *UH-NE*, 03/08/1963, p. 01. Hemeroteca/APEJE.

### Ofício n. 354, contendo o Projeto de Lei N.º 472

Recife, 22 de agosto de 1963.

Ofício n. 354

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa:

1. Tenho a satisfação de enviar a V. Exa., em anexo, projeto de lei, no qual é solicitado um crédito especial da ordem de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinados a realização de programas de trabalho da Secretaria Assistente, no meio rural, e, particularmente, na zona da Mata.

2. O referido programa elaborado pela Secretaria destina-se principalmente a instalar na zona rural os organismos necessários no sentido de promover através de entendimentos mútuos o encaminhamento e a solução pacífica das reivindicações e problemas dos trabalhadores.

3. Aguarda o Governo o cumprimento de promessa do Ministério do Trabalho que deveria, através de convênio com o Estado e com o aparelhamento de sua Delegacia, proporcionar parte dos meios necessários para esse trabalho.

4. Esses meios, entretanto, podem tardar em face das naturais demoras que sofrem a assinatura e registro de convênios. Aproximando-se a safra de açúcar e tendo o Governo a necessidade de assegurar a realização dos trabalhos na zona canavieira – dentro de um clima de entendimentos entre trabalhadores e patrões – resolveu solicitar dessa egrégia Assembleia os recursos necessários.

5. Esses recursos deverão ser solicitados:

a) na instalação de delegacia da Secretaria Assistente nos diversos municípios da zona da Mata, com o objetivo principal de, através de entendimentos, solucionar reivindicações e problemas dos trabalhadores rurais junto aos seus empregadores;

b) aquisição de veículos para os referidos órgãos;

c) proporcionar assistência médica e auxiliar a promover – através da Delegacia do Trabalho a sindicalização rural.

6. Não desconhecendo os senhores deputados que só através de uma rápida sindicalização rural e de órgãos que possam tratar de solucionar pacificamente por meio de entendimentos as reivindicações dos camponeses, e que terá o Governo as condições necessárias para assegurar a realização dos trabalhos da zona canavieira dentro de um espírito de compreensão e disciplina.

Inspirado nesse objetivo é que venho apresentar a presente solicitação que, espero, venha a merecer o apoio dos senhores Deputados.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos do meu apreço e consideração.

a) Miguel Arraes de Alencar

Governador do Estado

ANEXO

Ao Exmo. Sr.

Deputado Inácio de Lemos

M. D. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

1963 – PROJETO DE LEI N.º 472

ART. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até a importância de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros) destinados à instalação de Delegacias da Secretaria Assistente nos municípios da zona da Mata e em outras cidades onde se fizerem necessárias para a aquisição de viaturas para as referidas Delegacias e para auxiliar através da Delegacia do Trabalho a sindicalização rural.

ART. 2º – Correrá a despesa por conta da maior arrecadação do corrente exercício.

ART. 3º – Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

– As 2ª e 3ª Comissões<sup>504</sup>.

No ofício, estão contidas todas as novas diretrizes de atuação, que vinham sendo colocadas em prática pela Secretaria Assistente, desde o início do governo Arraes, tais como: a Zona da Mata como espaço privilegiado, a busca pelo entendimento entre patrões e trabalhadores, o colaboracionismo junto à Delegacia do Trabalho e, principalmente, o incentivo à sindicalização rural. Nota-se, ainda, o apelo feito no sentido de que o Projeto de

<sup>504</sup> Ofícios expedidos. Fundo Secretaria do governo/APEJE. O mesmo documento pode ser consultado em: *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 01 de julho a 30 de agosto de 1963, pp. 380-381.

Lei fosse aprovado no menor tempo possível: a aproximação da safra de açúcar. Ou seja, àqueles deputados, a maioria deles representando interesses de classe ligados à agroindústria canavieira, era destinada urgência na condução das discussões e debates que considerassem necessários à aprovação do Projeto.

Mesmo com o apelo, a tramitação seguiu caminho lento na Assembleia Legislativa. Em 02 de setembro de 1963, o deputado Fernando Sampaio (Frente Popular Democrática)<sup>505</sup>, questionava a urgência na votação do Projeto de Lei N.º 472, argumentando que:

Não conhecemos, sr. Presidente, srs. Deputados, autoridade à Secretaria de Assistência para resolver esses problemas na zona rural do Estado, quando o problema, sr. Presidente, é de ordem pública, é de segurança pública. O que falta no interior é garantia; que ela seja dada ao proprietário ou seja dada ao camponês quando ele necessitar. O Secretário Assistente, sr. Presidente, todos conhecem suas tendências de esquerda. É esse homem a quem o Governador do Estado quer entregar a solução para os problemas pacíficos na zona rural. Mais de uma vez já tem sido denunciado à imprensa pernambucana que a agitação parta da polícia do Governo através da Secretaria de Assistência. Essas foram as palavras do Padre Melo, arauto da sindicalização rural no Estado, esse homem que é apontado como orientador da agitação no interior de Pernambuco, é a esse homem que o Governador do Estado propõe que esta Assembleia dê um crédito de confiança votando a mensagem de trinta milhões de cruzeiros para que S. Exa. vá ao interior continuar a comunização já iniciada desde que tomou posse no Governo de Pernambuco, o Governador Alencar. [...]

Nós, da bancada de oposição, negamos autoridade ao Secretário Assistente para servir de mediador na solução do problema do campo e, por essa razão, sr. Presidente, srs. deputados, impugnamos a urgência para a mensagem governamental<sup>506</sup>.

As críticas elaboradas pelo deputado Fernando Sampaio não traziam nenhuma novidade. Já acompanhavam o governo desde sua posse. Nas suas palavras, o dinheiro seria utilizado no “fantasioso” processo de comunização do Estado, onde a Secretaria Assistente era o órgão responsável no cumprimento deste intento. Defendendo os interesses da classe patronal, em sua concepção, os problemas no campo deveriam ser resolvidos pela Secretaria de Segurança Pública.

Enquanto o Projeto de Lei não era votado na Assembleia Legislativa, uma série de conflitos eclodiu no campo e demandaram esforços da Secretaria Assistente nos processos de negociação. Em 05 de setembro de 1963, a pedido de Fernando Mendonça Filho, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar resolveu adiar, de 09 para 17, a data

<sup>505</sup> A Frente Popular Democrática foi formada da aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Nacional Democrática (UDN) na disputa das eleições de 1962. Houve grande discussão na Assembleia Legislativa quanto à permanência da aliança após as eleições, uma vez que, ao formarem as comissões técnicas, as representações partidárias eram feitas de modo proporcional. Para maiores aprofundamentos ler: *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 10 de março a 30 de abril de 1963, pp. 191-195.

<sup>506</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 02 de setembro a 31 de outubro de 1963, pp. 25-26. (grifo nosso).

da greve que aconteceria naquele mês<sup>507</sup>. No dia 12, contanto com a participação de representantes da Secretaria, foi cessada a parede iniciada no dia anterior, na Usina Tiúma, em São Lourenço da Mata<sup>508</sup>. Numa entrevista concedida em 23 de setembro, Mendonça Filho garantiu que haviam sido finalizadas as greves ocorridas nos municípios de Jaboatão dos Guararapes e Barreiros<sup>509</sup>. Mesmo assim, no dia seguinte, ao anunciar que após entendimentos com emissário da Secretaria Assistente, os trabalhadores da Usina Trapiche (Sirinhaém) haviam voltado ao trabalho, foi preciso reafirmar que a moagem nas usinas seguia normalmente<sup>510</sup>.

No início de outubro, já sob o comando de Antônio Fausto do Nascimento, nova entrevista foi concedida para relatar as providências tomadas pelos assessores sindicais enviados para entendimentos na Usina Ipojuca (Ipojuca), Usina Cucaú (Rio Formoso), Usina Trapiche (Sirinhaém) e Engenho Bom Jardim (Cabo de Santo Agostinho)<sup>511</sup>. Posteriormente, em 25 daquele mês, o Secretário Assistente se reuniu com o diretor da Usina Nossa Senhora Auxiliadora e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moreno, com objetivo de discutir acordo para por fim a greve iniciada naquela indústria açucareira. Durante a noite, o assessor sindical, Rômulo Lins, viajou acompanhado do Delegado do Trabalho até Jaboatão dos Guararapes com a finalidade de negociar, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele município, o fim da greve na Usina Bulhões<sup>512</sup>. No dia seguinte, Fausto do Nascimento afirmou que em parceria com a Delegacia Regional do Trabalho, haviam finalizado, além daquelas referidas acima, as paredes ocorridas nos engenhos Milão (Palmares) e Duas Barras (Gameleira)<sup>513</sup>.

A intensificação dos conflitos no campo, entre setembro e outubro de 1963, ocorreu paralelamente ao período de moagem da cana-de-açúcar. Ou seja, para os trabalhadores rurais era um momento estratégico – bastante propício para reivindicações –, uma vez que as paralisações aconteciam numa época de grande necessidade de mão-de-obra nos engenhos e usinas. Os motivos das greves eram variados, iam desde desentendimentos com relação à *Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo* a pagamentos de salários atrasados. Afora estas questões, o momento coincidiu com o envio da mensagem do presidente João

---

<sup>507</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 173, 05/09/1963, p. 03. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>508</sup> Idem, Nº 178, 12/09/1963, p. 07. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>509</sup> Idem, Nº 187, 23/09/1963, p. 08-09. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>510</sup> Idem, Nº 188, 24/09/1963, p. 04. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>511</sup> DP, 09/10/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>512</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 215, 25/10/1963, p. 03. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>513</sup> Idem, Nº 216, 26/10/1963, p. 11-12. Fundo Primeiro Governo/IMA.

Goulart ao Congresso Federal decretando estado de sítio<sup>514</sup>. Em Pernambuco, houve grande mobilização das entidades sindicais e do governador em oposição às medidas tomadas por Goulart. Miguel Arraes realizou um comício na Praça da República, no Recife, conclamando o povo contra a atitude presidencial<sup>515</sup>. Em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, Antônio Fausto do Nascimento chegou a justificar a ocorrência de movimentos grevistas na Zona da Mata pernambucana diante da ameaça do estado de sítio vir a ser efetivada<sup>516</sup>.

Quaisquer que fossem as motivações das paredes, com a demora na aprovação do crédito especial, o trabalho dos assessores sindicais ficava ainda mais complicado. Os deslocamentos entre os vários municípios eram constantes. Desse modo, a aquisição de transportes e a instalação de sub-sedes da Secretaria Assistente otimizariam e diminuiriam as distâncias percorridas para dirimir os conflitos.

Embora o Projeto de Lei N.º 472 continuasse parado na Assembleia Legislativa, os deputados não pareciam estar alheios ao que acontecia no campo. Em várias ocasiões a situação foi discutida no plenário. Em 05 de setembro, o deputado Diógenes Wanderley (PTN), um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar, apelou para que a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e o Sindicato da Indústria do Açúcar atendessem ao pleito salarial dos operários, no intuito de que a greve não fosse deflagrada<sup>517</sup>.

Entre os dias 09 e 12 de setembro de 1963, os deputados da Frente Popular Democrática, principais opositores na aprovação do crédito especial destinado à Secretaria Assistente, subiram ao plenário e fizeram duras acusações ao governo do Estado. Em 09 de setembro, Fábio Corrêa, Edson Moury Fernandes e Inácio Valadares, citando fatos ocorridos no município de Gameleira, responsabilizaram o governador e sua equipe de promoverem agitação na zona canavieira<sup>518</sup>. Posteriormente, no dia 10, Paulo Rangel Moreira, requerendo ao governo federal o fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)<sup>519</sup>, acusou Miguel Arraes de incentivar a agitação e de não ter meios para detê-la<sup>520</sup>. Em 11 de setembro,

---

<sup>514</sup> O pedido do estado de sítio recebeu grandes críticas por parte de correntes políticas tanto de direita como de esquerda. Sobre o assunto ver: BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. p. 126-131. De acordo com Joseph Page havia indícios de que Miguel Arraes e Carlos Lacerda seriam destituídos de seus cargos por Goulart durante o estado de sítio. PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Op. cit., p. 217.

<sup>515</sup> Particularmente no jornal *Última Hora Nordeste* é possível acompanhar as notas de repúdio, as reuniões e comício realizado por Arraes.

<sup>516</sup> DP, 09/10/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>517</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 02 de setembro a 31 de outubro de 1963, pp. 74-76.

<sup>518</sup> Idem, p. 114-115.

<sup>519</sup> Organização intersindical, criada em 1962, durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, reunindo vários sindicatos, federações e confederações.

<sup>520</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 02 de setembro a 31 de outubro de 1963, p. 150.

Fernando Sampaio, Cláudio Braga, Gervásio Pires e Pedro Duére, criticaram o chefe do Poder Executivo de se fazer presente, acompanhado de Gregório Bezerra, num comício em Palmares, enquanto ocorriam greves no período de moagem da cana-de-açúcar<sup>521</sup>. No dia seguinte, Antônio Corrêa voltou a tecer críticas à presença de Arraes em Palmares, acusando o governador de preferir a companhia dos movimentos sociais, de que dialogar com os órgãos de classe patronais e empregadores<sup>522</sup>.

Em outubro de 1963, a bancada da Frente Popular Democrática continuou a incriminar o governo Arraes. O principal alvo das censuras foi a atuação do Executivo diante de problemas que ocorreram nos municípios de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém. Em datas diferentes, os deputados Olímpio Mendonça<sup>523</sup> e Antônio Corrêa<sup>524</sup> acusaram o governo de apoiar Júlio Santana, um dos envolvidos nas disputas pela liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros. Sobre Santana, recaíam denúncias de invasão da sede do sindicato e desacato a autoridade policial (*ver página 197*) e o governo, por sua vez, era apontado como complacente e omissivo diante da situação.

Segundo os deputados opositores, as greves, comícios, passeatas, invasões de sindicatos e paralisações da moagem, eram fruto da política de atuação do governo no campo. Com estes argumentos, o crédito especial destinado a Secretaria Assistente não era colocado em pauta de votação, sendo preterido por outras matérias consideradas mais urgentes. Entretanto, um fato novo promoveu mudanças nesse estado de coisas. Durante o mês de outubro, uma campanha pelo aumento de 80% no salário dos trabalhadores rurais começou a ganhar corpo. A adesão de sindicatos, Ligas Camponesas e federação levavam crer que, caso o pleito não fosse atendido, uma greve geral seria deflagrada no campo (*ver página 176*).

No dia 22 de outubro de 1963, o deputado governista Gilberto Azevedo (PTB) requereu no plenário que “seja dirigido veemente apelo ao Sindicato da Indústria do Açúcar e ao Sindicato dos Empregados (*sic.*) [Empregadores] na Lavoura Canavieira, visando a que seja atendido com urgência o pleito formulado pelos trabalhadores rurais, que pretendem, com toda razão, que lhes seja reajustados os salários em 80%”<sup>525</sup>. Os deputados da Frente Popular Democrática, Antônio Corrêa, Paulo Rangel e Fernando Sampaio, protestaram o requerimento feito por Azevedo, questionando que sem o aumento do preço do açúcar não seria possível

---

<sup>521</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 02 de setembro a 31 de outubro de 1963, pp. 166-168.

<sup>522</sup> *Idem*, pp. 202-203.

<sup>523</sup> *Idem*, pp. 474-479.

<sup>524</sup> *Idem*, pp. 638-639.

<sup>525</sup> *Idem*, p. 712.

majorar os soldos. Entretanto, a iminência de uma greve de proporções nunca vistas provocou outras reações da bancada oposicionista.

No mesmo dia que Gilberto Azevedo apresentou o requerimento exposto acima, Fábio Corrêa, deputado pela Frente Popular Democrática, submeteu para votação um Substitutivo ao Projeto N° 472, com o seguinte teor:

### **Substitutivo ao Projeto N.º 472**

ART 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial até a importância de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), destinados à realização de programa de trabalho da Secretaria Assistente nos municípios da Zona da Mata, e em outras cidades onde se fizer necessário, inclusive a aquisição de viaturas, no sentido de procurar através de entendimentos entre as partes, o encaminhamento e a solução pacífica das reivindicações e dos litígios decorrentes das relações de trabalho no meio rural.

ART. 2º – O referido programa de que trata o artigo anterior, terá como centro o encaminhamento das reivindicações dos trabalhadores, e a obtenção de solução pacífica, sempre que houver interesse em conflito.

ART. 3º – Incluem-se, ainda, entre as finalidades do referido crédito:

a) promover, conjuntamente com a Delegacia Regional do Trabalho, a sindicalização do meio rural, em convênio com a Federação dos Trabalhadores Rurais;

b) instalar, nos municípios da Zona da Mata, todo organismo e instrumento necessário à execução do programa, através do artigo 1º.

ART. 4º – Ao Poder Executivo, incumbirá a regulamentação da presente Lei, no prazo de 30 (trinta) dias.

ART. 5º – Correrão as despesas por conta da maior arrecadação do corrente exercício.

ART. 6º – A presente Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 22.10.1963.

a) Fábio Corrêa<sup>526</sup>.

A proposição feita por Corrêa não diferia, quanto aos objetivos, daquela apresentada por Arraes (*ver página 122*). Substancialmente, a única grande mudança foi a inclusão da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco como conveniada no processo de promoção da sindicalização rural. Conforme afirma Maria do Socorro Abreu e Lima, neste período, a FTRP, muito vinculada à Igreja Católica, integrava-se “num projeto conservador, anticomunista e moderado”<sup>527</sup>. Sua inclusão estava associada a uma tentativa de garantir que os novos sindicatos surgidos não estivessem ligados às esquerdas, notadamente ao PCB e as Ligas Camponesas.

Entretanto, a grande novidade não estava no teor do Substitutivo, mas sim, de quem partiu a proposição. Depois de quase dois meses relegado ao segundo plano, era de surpreender que um membro da oposição trouxesse à tona novamente a discussão do Projeto N.º 472. A possibilidade da deflagração de uma greve geral no campo deixou receosos os deputados oposicionistas e os interesses de classe que eles representavam. A ampliação do trabalho desenvolvido pela Secretaria Assistente, antes vista com pesar, passou a ser

<sup>526</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 02 de setembro a 31 de outubro de 1963. p. 717.

<sup>527</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 215.

considerada, naquele momento, como uma alternativa para conter os ânimos dos trabalhadores rurais.

O Substitutivo do deputado Fábio Corrêa foi aprovado, em segundo turno de votação, no mesmo dia em que foi proposto. Na edição do *Jornal do Commercio*, de 23 de setembro de 1963, foram apresentados alguns trechos de discursos realizados na primeira rodada de votação, que, por sua vez, não foram transcritos nos *Anais da Assembleia Legislativa*. Pelo tom acalorado das discussões, foi possível perceber que a aprovação do projeto seguiu um caminho tenso. A bancada oposicionista se mostrou dividida e os parlamentares utilizaram o plenário para expor suas opiniões.

De acordo com o periódico, a Frente Popular Democrática foi a primeira a se posicionar. “O deputado Fernando Sampaio manifestou-se contrariamente à proposição, dizendo que ‘a agitação só acabar[ia] em Pernambuco depois que o Governador Miguel Arraes deixa[sse] o Palácio do Campo das Princesas’”<sup>528</sup>. Logo em seguida, Olímpio Mendonça também se colocou contrário à abertura de crédito, e fez o seguinte apelo aos seus colegas da Oposição: “não podemos ser suicidas dando meios para novas agitações no interior”<sup>529</sup>.

O governista Cláudio Braga (PTB) saiu em defesa do Projeto N.º 472. Em aparte ao discurso de Mendonça, afirmou que “o Governo do Estado quer dar uma assistência mais concreta aos trabalhadores rurais e precisamos dar meios para que seja solucionado o problema na Zona da Mata”<sup>530</sup>. Fernando Sampaio, aproveitando a deixa de Braga, rebateu dizendo “que receia dar meios ao Governo para estimular a agitação”<sup>531</sup>. Fábio Corrêa, tentando convencer a Frente Popular Democrática, “disse que está convencido dos bons propósitos da Secretaria Assistente do Governo e que o projeto de crédito de 30 milhões contará com seu voto”<sup>532</sup>. A fala de Corrêa levou à ira Olímpio Mendonça, que pediu novamente a palavra, e informou que o Secretário Assistente havia dito que era preciso fazer novas contratações. Naquele momento, apenas três funcionários qualificados estavam aptos ao trabalho da Secretaria. “‘Quem são essas pessoas estranhas?’ – perguntou [Mendonça]. E respondeu alteando a voz: ‘são os comunistas, do tipo de Gregório Bezerra e Davi Capistrano, que estão instalados no Governo’”<sup>533</sup>.

---

<sup>528</sup> *JC*, 23/10/1963, p. 18. Hemeroteca/APEJE.

<sup>529</sup> *Ibidem*.

<sup>530</sup> *Ibidem*.

<sup>531</sup> *Ibidem*.

<sup>532</sup> *Ibidem*.

<sup>533</sup> *Ibidem*.

As alegações para não aprovação do projeto continuavam sendo a ideia falaciosa de comunicação do Estado. Embora não estivesse presente em suas falas, o receio de uma greve geral eclodir no campo era um fator a ser considerado na mudança de opinião de parte da bancada oposicionista. O voto de confiança dado ao governo poderia ser utilizado, nas rodadas de negociação entre trabalhadores e patrões, como argumento para que a parede não fosse deflagrada no período economicamente estratégico da moagem.

No segundo turno de votação, Fernando Sampaio (o mesmo que propôs a retirada do pedido de urgência da mensagem governamental, em 02 de setembro de 1963), sendo o único deputado da Frente Popular Democrática a votar contra o projeto, manifestou, no plenário, sua insatisfação:

Srs. Deputados, vários colegas da bancada de Oposição e companheiros da bancada governista, entendem que esta Casa aprovou a mensagem solicitada pelo Sr. Governador do Estado, para que ele possa, no dizer de S. Exa., manter a ordem no Estado, adquirindo viaturas e contratando pessoal para encaminhar-se à zona da Mata e promover a pretendida conciliação. Sou daqueles que não dão crédito de confiança a esse Governo e por isso, votarei contrariamente à mensagem. Não confio nos bons propósitos desse Governo, não tenho razões para confiar e daqui lanço o meu protesto contra a aprovação dessa mensagem e Pernambuco agora, verá que não foi por causa da bancada da Oposição, que acha, talvez, de boa tática, conceder esse crédito ao Governador do Estado. Neste momento, parte da nossa bancada, acha que deve conceder esse crédito de confiança. Terá apenas o meu voto contrário à mensagem e ao substitutivo e em nome da liderança, declaro questão aberta no seio da bancada de Oposição<sup>534</sup>.

Voto vencido, os protestos de Fernando Sampaio não surtiram efeito. Naquela sessão iniciada às 14h, o crédito especial para a Secretaria Assistente havia sido aprovado na Assembleia Legislativa. Oito dias depois, o antigo projeto foi publicado no *Diário Oficial do Estado de Pernambuco* sob a Lei N.º 4.778 de 29 de outubro de 1963<sup>535</sup>. O governo tinha até trinta dias para regulamentá-la. Nesse meio tempo, a grande greve que paralisou duzentos mil trabalhadores rurais, pela majoração de 80% nos salários, havia eclodido. Todos os esforços do Executivo estavam voltados para resolver este impasse. A aplicação dos recursos destinados à Secretaria Assistente deveria esperar mais um pouco. Só quando finalizada a parede, em 20 de novembro de 1963, é que o governo pôde regulamentar a Lei. Sete dias após, em 27 de novembro, foi publicado no *DOE*, o Decreto N.º 893. No dia da publicação, Antônio Fausto do Nascimento fez questão de ressaltar que a medida só se tornou possível

<sup>534</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 02 de setembro a 31 de outubro de 1963. p. 723. (grifo nosso).

<sup>535</sup> *DOE*, 30/10/1963, p. 5975. Hemeroteca/APEJE.

graças ao “crédito aberto pela Assembleia Legislativa”<sup>536</sup>, informando, ainda, “que os trabalhos de instalação das novas delegacias ser[iam] iniciados imediatamente, já tendo sido tomado algumas providências preliminares”<sup>537</sup>.

### Decreto N.º 893, de 26 de novembro de 1963

Ementa: – Regulamenta a Lei N.º 4.778 de 29 de outubro de 1963.

O GOVERNADOR DO ESTADO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no artigo 4º da Lei N.º 4.778 de 29 de outubro de 1963.

DECRETA:

ART. 1º – Nos municípios de Barreiros, Palmares, Cabo, Moreno, São Lourenço, Limoeiro e Goiana, serão instaladas delegacias locais do Gabinete do Secretário Assistente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Mediante solicitação do Secretário Assistente, outras delegacias poderão ser instaladas nos municípios onde se fizerem necessárias.

ART. 2º – Cada um dos órgãos previstos nos artigo anterior será dirigido por um Delegado, credenciado para esse fim pelo Gabinete do Secretário Assistente.

§ 1º – Para o exercício das funções de Delegado serão designados, de preferência, servidores do Estado ou de suas autarquias, ficando estes, então, desligados das repartições a que sirvam sem prejuízo dos respectivos vencimentos.

§ 2º – Aos Delegados poderão ser atribuídas ajudas de custo e diárias, na forma prevista nos artigos 162 e 165 da Lei N.º 1.691, de 16 de outubro de 1953.

ART. 3º – O Gabinete do Secretário Assistente providenciará nos municípios mencionados no art. 1º, as instalações necessárias ao funcionamento de cada uma das delegacias.

ART. 4º – Incumbe a cada delegacia, no âmbito de sua circunscrição territorial:

a) – promover, através de entendimentos entre as partes, o encaminhamento e a solução pacífica dos litígios decorrentes das relações de trabalho no meio rural;

b) – da execução local ao programa de trabalho elaborado pelo Secretário Assistente;

c) – manter contato com as entidades sindicais e classistas sediadas no município, propiciando ao Gabinete do Secretário Assistente pronto e exato conhecimento de elementos e situações indispensáveis a deliberações de urgência;

d) – facilitar o encaminhamento, ao Poder Judiciário, de quaisquer reclamações decorrentes das relações de trabalho no meio rural, para isso articulando-se, desde que necessário, com o órgão local do Ministério Público;

e) – facilitar, o encaminhamento, às instâncias administrativas competentes, inclusive aos órgãos do Ministério do Trabalho, das reclamações decorrentes das mesmas relações trabalhistas;

f) – estimular a sindicalização do meio rural, para isso articulando-se com o Ministério do Trabalho e Previdência Social, a Federação dos Trabalhadores Rurais e outros órgãos públicos sindicais;

g) – encaminhar sugestões ao Gabinete do Secretário Assistente, visando à solução de problemas ligados ao trabalho rural;

h) – divulgar, no meio rural, as normas legais que disciplinam as relações de trabalho, prestando, aos interessados, em cada caso, os necessários esclarecimentos;

i) – facilitar, aos necessitados, o acesso aos serviços assistenciais de qualquer natureza, mantidos pelo Estado, pela União, ou pelo Município;

j) – colaborar com as autoridades locais e procurar a colaboração destas no desempenho das atribuições de que trata o presente artigo e na solução de outros assuntos de interesse social ou econômico da localidade.

ART. 5º – As despesas decorrentes da execução deste Decreto, correrão por conta do crédito especial aberto pelo Ato N.º 4.687, de 30 de outubro de 1963.

ART. 6º – Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, em 26 de novembro de 1963.

a) MIGUEL ARRAES DE ALENCAR

João Evangelista de Souza Guerra<sup>538</sup>

<sup>536</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, N° 238, 26/11/1963, p. 03. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>537</sup> *Ibidem*.

<sup>538</sup> *DOE*, 27/11/1963, p. 6449. Hemeroteca/APEJE.

Com a elaboração deste documento, o Governo fixava legalmente as novas diretrizes de atuação da Secretaria Assistente. Mais uma vez, era explicitado o trabalho de sindicalização e negociação de conflitos a ser desenvolvido junto aos trabalhadores rurais, com prioridade na Zona da Mata. Juridicamente, o Decreto transformava uma política de governo em política de Estado. Ou seja, como marco legal vigente, não vinculava este modelo de atuação apenas ao mandato de Miguel Arraes. Os futuros ocupantes do Poder Executivo teriam que cumprir ou, de modo contrário, revogar esta regulamentação. Desse modo, ao menos na forma da Lei, tentou-se garantir que os problemas dos homens e mulheres do campo não fossem, facilmente, deixados para segundo plano.

Chama atenção a designação dos novos órgãos e de seus ocupantes: Delegacia e delegados, respectivamente. O semanário *A Hora* deu destaque a estes nomes em matéria publicada: *Secretaria Assistente cria Delegacias no interior*<sup>539</sup>. Essa estratégia não era nova, Francisco Julião já chamava “delegacias” os escritórios das Ligas Camponesas fundados nos municípios, que, para os trabalhadores rurais, se constituíam no cerne do movimento<sup>540</sup>. De acordo com Joseph Page, tal fato “deu um estímulo psicológico aos camponeses. Eles normalmente associavam o termo com as delegacias de polícia. Agora tinham sua própria ‘delegacia’, o que lhes dava um sentimento de proteção que ajudava a contrabalancear seu medo da polícia”<sup>541</sup>. Este mesmo princípio era seguido pelas equipes do governo Arraes. Era uma maneira de conferir autoridade e respeito no desempenho das funções e, por outro lado, encorajar os trabalhadores rurais a procurar assistência. Simbolicamente, a escolha do nome representava “a substituição da repressão policial pelo contrato coletivo de trabalho e a negociação”<sup>542</sup>. Numa região, historicamente, marcada pela parcialidade em favor da classe dominante, a escolha não parece ter sido aleatória.

As sedes das Delegacias também foram criteriosamente selecionadas para que tivessem “jurisdição sobre vários municípios, de maneira a cobrir toda Zona da Mata”<sup>543</sup>. É importante ressaltar que o único documento, nas fontes pesquisadas, que especificou a área de abrangência, foi o *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 239 de 27 de novembro de 1963, localizado no Instituto Miguel Arraes. A partir dele, foi elaborado o Mapa 1 com a jurisdição das Delegacias Assistentes. Algumas dúvidas surgidas a partir da análise deste documento não puderam ser resolvidas, já que o cruzamento com outros dados não pôde

---

<sup>539</sup> *A Hora*, 07 a 13/12/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>540</sup> BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 67.

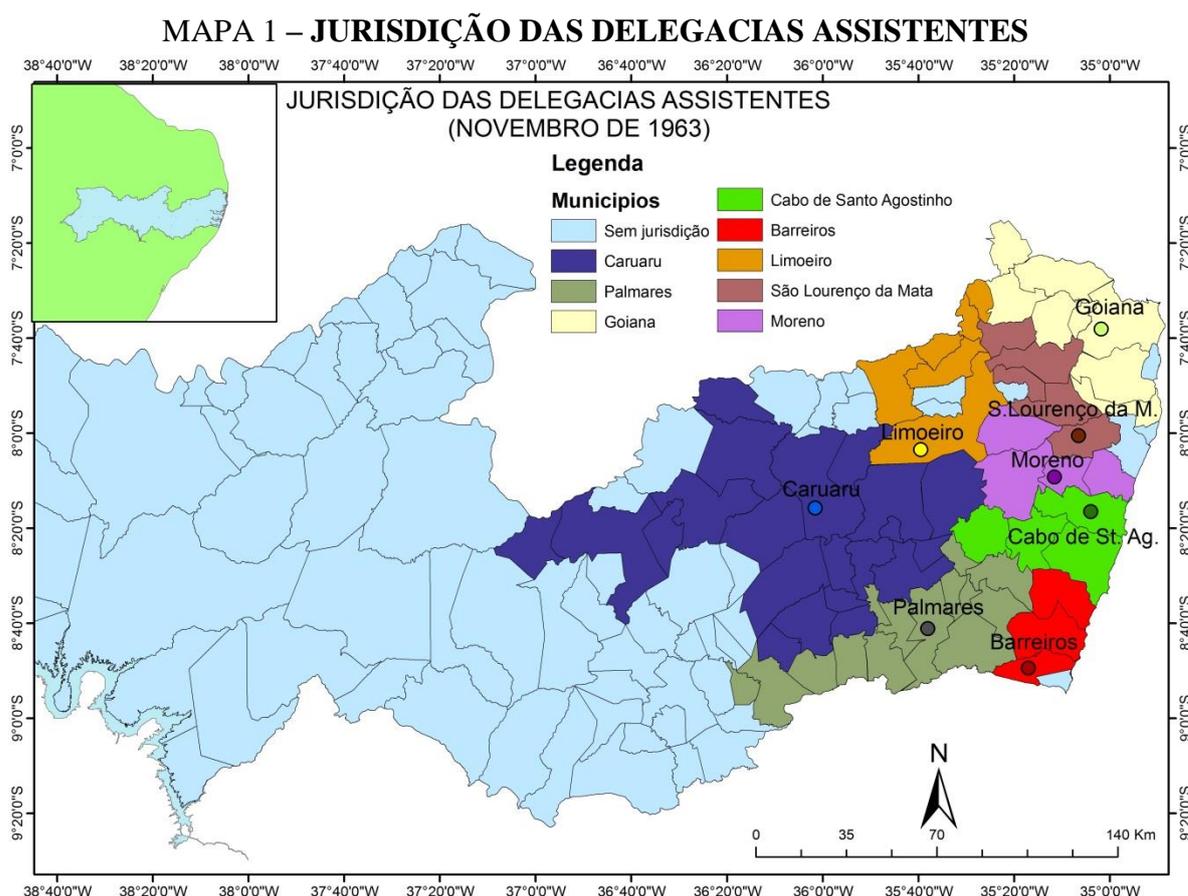
<sup>541</sup> PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve*. Op. cit., p. 64.

<sup>542</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, op. cit.

<sup>543</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 239, 27/11/1963, p. 05. Fundo Primeiro Governo/IMA.

ser efetivado. Mesmo as entrevistas realizadas com antigos funcionários da Secretaria foram pouco elucidativas. Desse modo, ao apresentar a jurisdição das Delegacias Assistentes, alguns questionamentos foram feitos em nota de rodapé.

Outro inconveniente nesta demarcação foi a criação de sessenta novos municípios, em 20 de dezembro de 1963<sup>544</sup>. Ou seja, quase um mês após a divulgação da jurisdição das Delegacias Assistentes, o estado de Pernambuco já apresentava uma nova divisão política. Como muitas dessas cidades foram extintas em outubro de 1964<sup>545</sup>, o Mapa 1 abaixo foi elaborado na configuração espacial de novembro de 1963.



Fonte: Elaborado por Diogo Galvão, a partir de dados fornecidos pelo autor e coletados no *Boletim de Imprensa*, Nº 239 de 27 de novembro de 1963.

<sup>544</sup> Ver *DOE*, 21/12/1963. Foram criados os seguintes municípios: Calumbi, Itacuruba, Camutanga, Bernardo Vieira, Sairé, Ibirajuba, Parapatama, Feira Nova, Saloá, Camêla, Calçado, Lagoa do Carro, Pontas de Pedra, Tracunhaém, Fazenda Nova, Ferreiros, Iguaracy, Santa Maria do Cambucá, Ibimirim, Trindade, Terezinha, Tupanatinga, Ponte dos Carvalhos, Chá Grande, Itaquitinga, Cedro, Guararapes, Sítio dos Moreiras, Lagoa de Itaenga, Nossa Senhora da Conceição, Xucuru, Solidão, Buenos Aires, Ingazeira, Granito, Santa Cruz da Baixa Verde, Salgadinho, Rainha Isabel, Orocó, Frei Miguelinho, Serra dos Ventos, Nossa Senhora do Ó, São Benedito do Sul, Passira, Tacaimbó, Afrânio, Primavera, Chã de Alegria, Cumarú, Caetés, Camaragibe, Pombos, Santa Terezinha, Sapucarana, Cavaleiro, Abreu e Lima, Machados, Iati, Brejinho e Perpétuo Socorro.

<sup>545</sup> Pelo Acórdão do Tribunal de Justiça, Mandado de Segurança N.º 56889, de 27 de outubro de 1964.

De acordo com o *Boletim*, a Delegacia de Barreiros compreendia também as cidades de Rio Formoso e Sirinhaém<sup>546</sup>, mesma área correspondente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, que, aquela altura, tinha enfrentado disputas internas, envolvendo Júlio Santana. Nesta região encontravam-se as usinas Central Barreiros e Rio Una (Barreiros), Cucaú e Santo André (Rio Formoso) e Trapiche (Sirinhaém)<sup>547</sup>. Até o final de novembro de 1963, sete greves, envolvendo trabalhadores rurais, já haviam sido deflagradas naqueles municípios<sup>548</sup>. Considerando a extensão territorial, era a menor Delegacia. Entretanto, todas essas ocorrências justificavam a abrangência em apenas três localidades.

Escada, Amaraji e Ipojuca, que faziam parte do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, estavam jurisdicionadas à Delegacia do Cabo de Santo Agostinho, que, por sua vez, possuía sindicato próprio. A liderança do Padre Melo, neste último município, deve ter influenciado em sua escolha como sede. A presença constante de representantes do governo, dirimindo conflitos, poderia ser utilizada para minar a influência deste pároco junto aos trabalhadores rurais. Na região, até novembro de 1963, já haviam ocorrido cinco greves de trabalhadores rurais<sup>549</sup> e funcionavam onze usinas: Bom Jesus, José Rufino, Maria das Mercês, Santo Inácio e Sibéria (Cabo de Santo Agostinho), Barão de Suassuna, União e Indústria, Massauassu, e Timboassu (Escada), Ipojuca e Salgado (Ipojuca)<sup>550</sup>.

A Delegacia de Moreno compreendia os municípios de Glória do Goitá, Jaboatão dos Guararapes e Vitória de Santo Antão. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão dos Guararapes havia enfrentado disputas envolvendo a Igreja Católica e PCdoB. E, em Vitória de Santo Antão, as Ligas Camponesas eram bastante atuantes. Situada entre esses dois polos, Moreno ocupava uma posição estratégica, o que deve ter contribuído para sua escolha como sede. Até novembro de 1963, um grande número de greve, dezesseis ao todo, já tinham sido deflagradas pelos trabalhadores rurais na região<sup>551</sup> em que funcionavam as usinas Bulhões, Jaboatão e Muribeca (Jaboatão dos Guararapes), Nossa Senhora Auxiliadora (Moreno) e Nossa Senhora do Carmo (Vitória de Santo Antão)<sup>552</sup>.

---

<sup>546</sup> Nota-se a ausência do município de São José da Coroa Grande, vizinho a Barreiros, e que de acordo com o documento não aparecia jurisdicionado por nenhuma Delegacia.

<sup>547</sup> Dados obtidos em INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 04.

<sup>548</sup> Ver apêndice A.

<sup>549</sup> Ibidem.

<sup>550</sup> Dados obtidos em INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 04.

<sup>551</sup> Ver apêndice A.

<sup>552</sup> Dados obtidos em INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 04.

São Lourenço da Mata sediou a Delegacia que compreendia as cidades de Paudalho, Carpina, Nazaré da Mata e Vicência<sup>553</sup>. As usinas Matarí (Nazaré da Mata), Mussurepe e Petribu (Paudalho), Capibaribe e Tiúma (São Lourenço da Mata), Barra e Laranjeiras (Vicência)<sup>554</sup> funcionavam na região. Até novembro de 1963, a ocorrência de cinco greves<sup>555</sup> de trabalhadores rurais, todas localizadas em São Lourenço da Mata, deve ter contribuído para a escolha deste município como sede.

À Delegacia com sede em Limoeiro estavam vinculadas as cidades de Macaparana, São Vicente Férrer, Bom Jardim, Orobó e Surubim<sup>556</sup>. Possuindo apenas uma usina, Nossa Senhora de Lourdes (Macaparana)<sup>557</sup>, não foram identificadas ocorrências de greve, organizadas por trabalhadores rurais, até novembro de 1963<sup>558</sup>. Como os demais municípios estavam mais próximos da fronteira com a Paraíba, o fator localização deve ter concorrido para a definição de Limoeiro como sede.

Igarassu, Paulista, Condado, També (atual Itambé), Aliança, Timbaúba e Itabaiana<sup>559</sup>, estavam sob a jurisdição da Delegacia de Goiana. Estavam ali localizadas as usinas Aliança (Aliança), Nossa Senhora das Maravilhas e Santa Tereza (Goiana), São José (Igarassu), Brasil e Central Olho d'Água (També) e Cruangi (Timbaúba)<sup>560</sup>. Até novembro de 1963, apenas duas greves envolvendo trabalhadores rurais haviam eclodido na região<sup>561</sup>, justamente em Goiana, que – aliada a sua localização central, entre os municípios jurisdicionados – pode ter influenciado na sua escolha como sede.

Abrangendo, praticamente, a mesma jurisdição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares, a Delegacia de Palmares englobava os municípios de Joaquim Nabuco, Ribeirão, Maraial, Belém de Maria, Água Preta, Gameleira, Cortês, Catende, Quipapá, São Benedito do

---

<sup>553</sup> Isoladamente, mesmo estando numa região de convergência entre as Delegacias de São Lourenço da Mata, Limoeiro e Moreno, o município de Lagoa do Carro não aparece jurisdicionado.

<sup>554</sup> Dados obtidos em INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 04.

<sup>555</sup> Ver apêndice A.

<sup>556</sup> Localizado no centro da jurisdição da Delegacia de Limoeiro, o município de João Alfredo, atualmente desmembrado em Salgadinho, não aparece citado no documento.

<sup>557</sup> Dados obtidos em INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 04.

<sup>558</sup> Ver apêndice A.

<sup>559</sup> Conforme Censo de 1960, realizado pelo IBGE, o município de Itabaiana pertencia à Paraíba. A sua inclusão na jurisdição da Delegacia de Goiana não encontrava respaldo legal, uma vez que, não competiria ao Estado de Pernambuco envolvimento em problemas internos de outro ente da Federação. Por outro lado, Itamaracá, não estava incluída na jurisdição.

<sup>560</sup> Dados obtidos em INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 04.

<sup>561</sup> Ver apêndice A.

Sul, Canhotinho e Angelim<sup>562</sup>. Organizado pelo PCB, a sede do sindicato ficava em Palmares e, muito provavelmente, por esse mesmo motivo, a cidade foi escolhida para acolher a Delegacia Assistente. Na região, oito greves de trabalhadores rurais haviam sido deflagradas até novembro de 1963<sup>563</sup>. Com dezesseis usinas, a saber: Santa Terezinha (Água Preta), Crauatá (Canhotinho), Catende e Roçadinho (Catende), Pedrosa (Cortês), Cachoeira Lisa (Gameleira), Pumati (Joaquim Nabuco), Frei Caneca (Maraial), Pirangi, Serro Azul e Treze de Maio (Palmares), Água Branca e Perí-Perí (Quipapá), Aripibu, Caxangá e Estreliana (Ribeirão)<sup>564</sup>, aquela delegacia possuía a maior extensão territorial na Zona da Mata.

A infraestrutura fornecida por algumas cidades também deve ser considerada com um fator para a escolha das setes sedes citadas acima. De acordo com Antônio Fausto do Nascimento, as Delegacias Assistentes “muitas vezes assumiam um caráter itinerante, não eram repartições públicas, no sentido estrito do termo. Nem dispunha de funcionários burocráticos. Em alguns casos funcionavam numa sala, cedida por um sindicato rural ou uma prefeitura do interior”<sup>565</sup>. Desse modo, como os deslocamentos entre os vários municípios eram constantes, ter uma base tornava-se importante para quando alguém viesse procurar os serviços prestados pela Delegacia.

Sem muita precisão quanto às datas<sup>566</sup>, o semanário *A Hora* e o *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco* divulgaram a inauguração de algumas Delegacias Assistentes. A partir dessas fontes, foi possível identificar alguns nomes convidados para ocupar os cargos de Delegados, foram eles: Abel Rodrigues Alves, em Goiana; Antônio Leite Falcão, em Palmares; Romero Figueiredo, em Barreiros; Néelson Rosas Ribeiro, em Cabo de Santo Agostinho; Heromir Walber Martins Viana, em São Lourenço da Mata; Severino Nunes de Araújo, em Moreno; e Manuel Messias da Silva, em Caruaru.

Segundo Rômulo Lins, sua função era a de coordenar o trabalho dos vários delegados assistentes<sup>567</sup>. A comunicação entre eles, e também com o Secretário Assistente, não ficou

---

<sup>562</sup> O *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 239 de 27 de novembro de 1963, não cita os municípios que fazem parte da Delegacia de Palmares, indicando apenas que abrangia as mesmas cidades que compunham o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares. Após a criação da Delegacia de Caruaru, onde foram citados os municípios a ela jurisdicionados, foi possível, por eliminação, chegar aos nomes daqueles que faziam parte da Delegacia de Palmares.

<sup>563</sup> Ver apêndice A.

<sup>564</sup> Dados obtidos em INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco...* Op. cit., p. 04.

<sup>565</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>566</sup> Como, por exemplo, a Delegacia de Goiana, que no *A Hora* aparece inaugurada em 06/01/1964 e, no *Boletim de Imprensa*, em 05/01/1963. Nas fontes, não foram localizadas informações sobre a Delegacia de Limoeiro.

<sup>567</sup> “Eu fazia a coordenação desses delegados sindicais, delegados assistentes, que era uma estrutura informal, no próprio aparelho de governo, na própria estrutura de governo”. Entrevista com Rômulo Fernando Aguiar Lins, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

evidente nas fontes pesquisadas: “geralmente quando havia uma agitação qualquer, os usineiros telefonavam para o palácio do governo, a Secretaria de Assistência era informada e então, era contatado o delegado, quando o delegado não se encontrava no palácio, ele era contatado para sua sede”<sup>568</sup> afirmou Nelson Rosas. Noutra situação “o Secretário Assistente, snr. Fausto do Nascimento, informou haver providenciado o deslocamento do Delegado da Secretaria em Palmares, snr. Antônio Falcão, (...) tendo recebido comunicação, à tarde, de que o movimento paredista havia cessado”<sup>569</sup>. Pelos exemplos acima, nota-se que não eram explicitados os canais de comunicação. Muito provavelmente se valiam dos recursos disponíveis: telefones, telegramas, bilhetes enviados por portadores etc.. De todo modo, esse não parece ter sido um problema no desempenho de suas funções, já que gozavam de bastante autonomia.

As inaugurações das Delegacias Assistentes ocorreram em momentos festivos, com a participação da população e de autoridades locais, além de Antônio Fausto do Nascimento. Para citar alguns exemplos: em Goiana, a solenidade aconteceu em praça pública, estiveram presentes várias delegações de trabalhadores rurais, representantes sindicais e o prefeito do município, Lourenço Gadelha<sup>570</sup>; Em Palmares e Barreiros, as cerimônias estiveram ligadas a programação do chamado Encontro de Palmares (*ver página 84*), e compunham o conjunto de inaugurações previstas para a Zona Mata do Sul, tais como: rede elétrica, escolas, estradas etc.<sup>571</sup>.

Como estava previsto no Decreto N.º 893, novas Delegacias Assistentes poderiam ser criadas por solicitação do Secretário. Este foi o caso de Caruaru, que teve sua sede inaugurada em 06 de fevereiro de 1964, com jurisdição nos seguintes municípios: Gravatá, Bezerros, São Caetano, Belo Jardim, Sanharó, Pesqueira, Arcoverde, Camocim de São Félix, Bonito, São Joaquim do Monte, Guabiraba, Agrestina, Altinho, Cupira, Panelas, Brejo da Madre de Deus, Riacho das Almas, Lagoa dos Gatos, Jurema, Fazenda Nova e Santa Cruz do Capibaribe (Mapa 1).

Para Antônio Fausto do Nascimento “Caruaru era uma exceção, mais voltada à região do Agreste, onde foram maiores as dificuldades de atuação, considerando a pouca densidade do assalariamento agrícola e o grande fracionamento das classes proprietárias, em grandes,

<sup>568</sup> Entrevista com Nelson Rosas Ribeiro, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit. (grifo nosso).

<sup>569</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, N.º 294, 04/02/1964, p. 09. Fundo Secretaria do Governo/APEJE. (grifo nosso).

<sup>570</sup> *A Hora*, 11 a 17/01/1964, p. 05. Hemeroteca/APEJE.

<sup>571</sup> Idem, 18 a 24/01/1964, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

médios e pequenos”<sup>572</sup>. Estes obstáculos foram sentidos pelo Delegado Assistente Manuel Messias da Silva, como pode ser observado na reportagem “*Latifundiários agrediram Delegado Assistente e camponês de Brejão*” do *Última Hora Nordeste*:

(...) Alegando que “gente do Governo também morre”, o Prefeito da cidade deu ordem de prisão ao Delegado Assistente, quando este presidia a reunião conciliatória entre o camponês Pedro Carneiro e o latifundiário Antônio Barbosa Sobrinho, que ordenara fosse seu rebanho solto nas plantações de mamonas do pequeno agricultor. Levado a resolver o assunto sob o arbítrio do Governo, insistia o cafeicultor em oferecer Cr\$ 20 mil, como pagamento dos prejuízos causados pela boiada ao colono Pedro Carneiro. Este, firmado nos seus direitos, exigia indenização de Cr\$ 800 mil, como ressarcimento dos danos causados pela boiada do cafeicultor. Apresentando sua condição de representante do Governo Estadual, recusou-se o Delegado Assistente Manoel Messias a cumprir as determinações do Prefeito, tendo este mandado que homens a seu serviço investissem contra o pequeno grupo, inclusive com ordens de arrastar o Delegado até a cadeia pública local. Nesta ocasião começou o conflito, sendo o camponês Pedro Carneiro e sua esposa, as maiores vítimas, pois receberam de imediato diversas pancadas de mão-de-pilão, desferidas pelos capangas do prefeito (...)<sup>573</sup>.

As tentativas de levar as experiências já desenvolvidas na Zona da Mata se mostraram de difícil execução. Numa região onde o silêncio imperava, a resistência dos grandes proprietários e autoridades locais tornava-se o principal empecilho. Acostumados a todo tipo de desmando, a palavra negociar não era algo muito presente em seus vocabulários. A presença de um representante do governo estadual era vista como uma afronta aos poderes estabelecidos. Na perspectiva da classe patronal, Manoel Messias era considerado um elemento estranho e precisava ser intimidado, o recurso utilizado já era bem conhecido pelos trabalhadores rurais e pequenos proprietários da região: a violência física. Em menos de um mês de funcionamento da Delegacia Assistente de Caruaru, a classe dominante já demonstrava sua insatisfação e deixava claro o recado: não estavam dispostos a perderem alguns dos seus privilégios de classe, como, de algum modo, já vinha acontecendo na Zona da Mata.

Pelo exemplo acima, o exercício das funções de Delegado Assistente exigia bravura e perseverança para enfrentar os desafios. Estes não eram pré-requisitos exclusivos para quem fosse trabalhar no Agreste. Nas memórias de Néelson Rosas, que atuou na Delegacia do Cabo de Santo Agostinho, sua “coragem era frequentemente admirada pelos usineiros”<sup>574</sup>. Ao relatar suas experiências, a Zona da Mata é descrita como um ambiente “envenenado e tenso,

<sup>572</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>573</sup> *UH-NE*, 04/03/1964, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>574</sup> Entrevista com Nelson Rosas Ribeiro, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

em que camponeses e usineiros já não conversavam”<sup>575</sup>. Em sua narrativa, o diálogo aparece como principal recurso de negociação utilizado: “algumas dessas confusões resolvi com uma conversa, ouvia um lado, ouvia o outro e pronto, estava resolvido o problema”. Embora pudesse parecer simples, a iniciativa estava marcada por tensões. Ao descrever uma contenda numa usina, Néilson Rosas deixou evidentes as dificuldades do trabalho exercido:

A sede da usina estava fortemente armada e com muitos capangas e quando me informei do que tinha acontecido, (...) eles não sabiam a razão. Perguntei por que não sabiam e eles disseram: “que não iam lá e que eles não vinham cá e pronto”. Quando disse que ia lá, o gerente da usina (...) me perguntou se eu ia sozinho e eu disse que ia, ele ficou espantado com minha valentia. Como é que eu tinha coragem de entrar naquela coisa. Isso foi um problema resolvido com muita facilidade, só com a conversa. Conversa de um lado, conversa com outro e pronto, está resolvido. Houve outros mais complicados, muito difíceis, de muita tensão; mas felizmente nunca chegou-se a ter tiroteio depois que estive lá. Não digo que tenha sido por mérito meu, pode ter sido muita sorte<sup>576</sup>.

Ao decidir ir sozinho ao encontro dos trabalhadores rurais, Rosas ganhava a confiança de ambos os lados na disputa. A classe patronal ficava admirada com sua “valentia” e a classe trabalhadora não vinculava a imagem do mediador àqueles que os oprimiam. A opção pelo diálogo se mostrou a mais acertada, entretanto, Rosas deixou escapar que houve outros momentos mais tensos. Num período de grandes acirramentos, como foram os meses iniciais de 1964, Nelson Rosas não soube distinguir, se por mérito ou pelo acaso, seu trabalho foi bem desenvolvido.

Antônio Falcão, que atuou na Delegacia de Palmares, rememorou com mais detalhes suas experiências. Em seu relato diversos recursos de negociação foram evidenciados. O fato lembrado por Falcão aconteceu na Usina Santa Terezinha (Xexéu)<sup>577</sup>, na divisa entre Pernambuco e Alagoas. O fornecimento de cana era oriundo dos dois estados, e a paralisação só ocorreu nos engenhos pernambucanos, fazendo com que a greve não surtisse o efeito desejado, uma vez que, a usina continuava moendo.

Para solucionar os impasses, um grupo mais radical quis arrancar os trilhos dos trens da usina. A nossa intervenção foi no sentido de proibir, porque estávamos também para garantir os meios de trabalho dos empresários. Seria muito desagradável usarmos a polícia, até porque, não temos vocação policiaesca. Nós não vamos permitir que isso ocorra; vamos arranjar um meio de negociação. Os trabalhadores foram mais inteligentes que qualquer um de nós... Aliás, historicamente, eles são mais inteligentes que qualquer um de nós. Eles fizeram uma ampla assembleia, a qual compareceu um delegado da indústria do açúcar, do sindicato do açúcar, da

<sup>575</sup> Entrevista com Nelson Rosas Ribeiro, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>576</sup> Ibidem.

<sup>577</sup> Município desmembrado de Água Preta, em dezembro de 1963.

parte industrial [Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar]; que era um pelego confesso, um instrumento do patrão, mas ele compareceu a grande assembleia; a qual estava também o líder Gregório Bezerra. A habilidade do Secretário Geral do Sindicato de Palmares, que era Manuel Félix – eu suponho que tenha morrido – foi tal que, anunciou a presença do Delegado do Sindicato da Indústria, como: “afinal, aqui está companheiros, fulano de tal (não me recordo o nome do velho), que aqui veio hipotecar solidariedade, propondo parar as máquinas”. O cara não queria isso coisa nenhuma, mas a maneira como foi anunciado, diante de três mil pessoas, o sujeito não teve como recuar confirmou: “realmente; nós, os operários, estabelecendo uma aliança com os camponeses, pararemos as máquinas que estão moendo as canas alagoanas”<sup>578</sup>.

Neste trecho percebem-se vários elementos de negociação postos em prática. Primeiro por parte dos trabalhadores, que ao verem frustrado seu primeiro recurso – a greve – resolveram arrancar os trilhos dos trens, atitude esta não respaldada pela legislação. Depois, Antônio Falcão, numa posição já consolidada pelo governo, de não tolerar radicalismos, ameaça utilizar o aparato policial, para evitar excessos. Havia um impasse. A solução encontrada pelos trabalhadores surpreendeu Falcão. O constrangimento gerado ao líder sindical dos operários da cana surtiu o efeito desejado. A usina estava parada. A negociação passaria agora para uma nova fase, com a inclusão dos proprietários.

Então, foram os advogados dos trabalhadores e dos patrões, juntamente com o patrão, o presidente do sindicato e eu como representante do governo. Isso às três horas da manhã... outro episódio disso aí, é que nós não comíamos; com muita saúde na época, nós não comíamos, emendávamos direto, eu já estava com fome. Por uma questão ética e política, você estando em uma mesa de patrão, convinha pelo menos aos trabalhadores rurais – eles eram muito radicais nisso – que você não aceitasse sequer o café do patrão. Quer dizer, é um negócio super primário, pelo menos do ponto de vista civilizatório. Então, como nós éramos políticos, não aceitávamos<sup>579</sup>.

O relato de Falcão apresenta os elementos simbólicos de quando a negociação chegava ao estágio que envolvia a classe patronal. Estar à mesa, parlamentando em igual posição com o proprietário, era um momento cercado de grande simbologia, onde qualquer gesto poderia ser interpretado como uma concessão feita. Como esfera que se pretendia neutra, a representação do governo – neste caso Antônio Falcão – deveria seguir a risca as convenções estabelecidas. O comportamento descrito por Falcão nem sempre era seguido por outros seus colegas da Secretaria Assistente. Segundo Carlos Montarroyos, ao acompanhar Rômulo Lins numa visita em Goiana, o representante do governo havia procedido de maneira bem diferente. No engenho estava ocorrendo uma greve e a chegada de Lins já era esperada. “Ao final da conversa [entre Lins e o proprietário], houve até cafezinho e biscoitos para regar o

<sup>578</sup> Entrevista com Antônio Leite Falcão, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>579</sup> Ibidem.

acordo”<sup>580</sup>. Ainda conforme Montarroyos, os trabalhadores rurais não aceitaram o acordo proposto por Rômulo Lins e decidiram permanecer em greve.

Voltando às memórias de Antônio Falcão, outras estratégias foram apresentadas. A fase agora era a da elaboração dos itens de um possível acordo.

Lembro que dos doze itens, cinco foram negociados para a empresa e sete para os trabalhadores; houve um ganho. Ai entra também o macete da malandragem política. Eu vou contar: às vésperas quando fomos participados de que havia paralisação naqueles engenhos, o líder sindical me fez ver a existência de seis itens legítimos e amparados legalmente. Mas quando você vai para a mesa de negociação, você age como um comerciante faz com seu produto. Se alguém lhe pede dez mil cruzeiros nessa blusa, ele admite um abatimento na margem de lucro que vai ser vendida por nove a oito mil cruzeiros. Então, convêm sempre, quando você vai vender uma coisa... Na negociação é isso... Nós, embora muito jovens, avisamos que, sem dúvida, ele podia levar aqueles itens para a mesa de negociação, pois seguramente ali ele teria que renunciar a dois. Como eram seis itens essenciais, porque eles não somavam mais que seis, igualmente legítimos, porém não tão fundamentais, no confronto da negociação, nós atuávamos como parte do governo, parte neutra, mas naturalmente dando uma aqui e outra lá. Então, assim foi feito. Na verdade, esses cinco que a usina ficou, não eram os essenciais, eles foram para os trabalhadores e isso aí foi uma forma democrática de como se negociar<sup>581</sup>.

Caso quisessem algum ganho no acordo, os trabalhadores teriam que ampliar suas propostas. Tal estratégia foi realizada com anuência do Delegado Assistente. Se não por deslize, traído pelas palavras, Antônio Falcão contradisse toda posição de neutralidade que vinha defendendo ao rememorar suas experiências. Ele estava ao lado dos trabalhadores, mas sua estratégia era de que isso não transparecesse para a classe patronal. Como negociador, seu trabalho era deixar as partes satisfeitas. Para que isso acontecesse toda uma gama de recursos de negociação eram postos em prática: desde impedir radicalismos até agir nos bastidores.

As experiências narradas, tanto por Néelson Rosas como por Antônio Falcão, demonstram que não havia uma cartilha a ser seguida. Cada momento de negociação era único. As estratégias e recursos utilizados eram múltiplos, às vezes, muito sutis, como uma conversa ou a recusa em aceitar café oferecido pelo patrão. Seja como fosse, exigia bastante habilidade e desenvoltura dos envolvidos no processo.

Antes do Golpe Militar de 1964, as Delegacias Assistentes estavam em pleno funcionamento, prova disso foi a reportagem publicada no jornal *Última Hora Nordeste*, em 04 de março de 1964, que afirmava: “sete delegados da Secretaria Assistente continua[va]m cobrindo toda a região canavieira, mantendo contatos diretos com trabalhadores e suas

<sup>580</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., p. 51.

<sup>581</sup> Entrevista com Antônio Leite Falcão, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

lideranças, assim como os responsáveis pelas usinas”<sup>582</sup>. Nas palavras de Antônio Falcão a experiência “durou muito pouco. A nossa investidura se deu em janeiro e em 1º de abril estava havendo o golpe”<sup>583</sup>. O sentimento era de algo interrompido. Toda uma prática que vinha sendo experimentada foi sustada com a repressão.

Perguntado se o modelo de negociação aplicado pela Secretaria Assistente havia sido o ideal, Antônio Fausto do Nascimento respondeu que não sabia se o “ideal, mas o possível nas condições de uma sociedade conservadora e de classes antagônicas”<sup>584</sup>. As marcas deixadas nas histórias de vida desses jovens homens, fez Antônio Carlos Cintra do Amaral escrever o conto “Zemaria”, que tomamos como epígrafe no início desta seção. Nele, a posição exposta pelo primeiro Secretário Assistente do governo Arraes foi de pessimismo. “Não havia possibilidade de que uma democracia social pudesse prosperar na América Latina, em plena guerra fria e diante do fantasma da Revolução Cubana. Anos após, o Chile tentou, e deu no que deu”<sup>585</sup>.

Ao escrever a história da Secretaria Assistente foi preciso apresentar os vários ângulos. O que estava dando certo e que vinha dando errado na visão dos próprios atores sociais. Mais do que pensar numa instituição, apresentou-se as histórias de vidas de pessoas que tiveram seus caminhos cruzados em alguns momentos daqueles 1963 e inícios de 1964. A História da Secretaria Assistente é uma história de pessoas, como, aliás, é toda História, e por conta disso, foi feita de acertos, de erros, de contradições, mas, acima de tudo, de uma tentativa de fazer algo diferente do que se tinha feito até então.

---

<sup>582</sup> UH-NE, 04/03/1964, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>583</sup> Entrevista com Antônio Leite Falcão, realizada por Eliane Moury Fernandes, Op. cit.

<sup>584</sup> Entrevista com Antônio Fausto do Nascimento, realizada pelo autor, Op. cit.

<sup>585</sup> Entrevista com Antônio Carlos Cintra do Amaral, realizada pelo autor, Op. cit.

*Capítulo 3*  
**ENTRE CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES NO CAMPO: MOVIMENTOS  
 SOCIAIS, ÓRGÃOS DE CLASSE PATRONAL E GOVERNO DE  
 PERNAMBUCO**

*(...) O conflito é uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso e a distribuição de recursos escassos. (...) Obviamente o Conflito, é apenas uma das possíveis formas de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades. Uma outra possível forma de interação é a cooperação. Qualquer grupo social, qualquer sociedade histórica pode ser definida em qualquer momento de acordo com as formas de conflito e de cooperação entre os diversos atores que nela surgem.*

Verbete Conflito, Dicionário de Política<sup>586</sup>.

Este capítulo tem como objetivo entender como se deu a relação do governo Arraes, frente às reivindicações dos órgãos de classe patronais e dos movimentos sociais, durante os catorze meses em que exerceu o cargo de chefe do Poder Executivo em Pernambuco. Desse modo, foram identificadas as principais demandas levantadas pelo patronato e pelos trabalhadores rurais e, ao mesmo tempo, analisaram-se os recursos encontrados pelo governo para atender e/ou conter a ação desses grupos.

### 3.1 GREVES EM PERNAMBUCO DURANTE O GOVERNO ARRAES

*As associações rurais e comerciais, as confederações das indústrias, enfim, todas as entidades patronais podiam expressar-se, livremente, inclusive insuflar a guerra civil e a deposição do governo, sem qualquer constrangimento. Os sindicatos dos trabalhadores, não. o proletariado não tinha o direito de participar da política, pois as classes dominantes julgavam que somente elas deviam influir nas decisões do seu estado. A democracia não podia ser tão democrática assim. Seria comunismo. A legalidade, subversão. Na verdade, todos os esforços de organização e mobilização da vontade popular assombravam a burguesia.*

Moniz Bandeira<sup>587</sup>

<sup>586</sup> BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 13ª ed. Tradução de Carmen C. Varrialle et al. Brasília: UnB, 2009, v.1, p. 225.

<sup>587</sup> BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart...* Op. cit., pp. 120-121.

A análise feita por Moniz Bandeira apresenta os limites da democracia brasileira no início da década de 1960. Aos trabalhadores urbanos e rurais não estavam abertos os canais de reivindicação política. Marcada por greves em vários estados da federação, a gestão João Goulart conviveu com as críticas diariamente.

Em Pernambuco não era diferente, a maioria das críticas que recaiam sobre a gestão de Miguel Arraes estavam vinculadas ao quantitativo de greves deflagradas e a condução dada pelo governo na resolução desses conflitos. As novas diretrizes de atuação da polícia e da Secretaria Assistente, que transpunham as questões trabalhistas para o âmbito social, eram vistas, para os que apoiavam o governador, como sinônimo de democracia. Já para os que se colocavam contra, tal contexto era associado a desgoverno e agitação social.

Sem especificar suas fontes, na década de 1980, José Arlindo Soares identificou, em Pernambuco, a existência de cinquenta e três movimentos paredistas no período de 1955 a 1964. Para o espaço de tempo compreendido pelo governo Arraes, este número correspondia a trinta e duas greves<sup>588</sup>. Posteriormente, na primeira década do século XXI, Maria do Socorro Abreu e Lima, mesmo reconhecendo a ausência de dados para as pequenas e médias paralisações ocorridas no campo, ampliou este número para quarenta e quatro paredes, a partir de uma entrevista concedida por Enoch Saraíva ao *JC*, em 01 de janeiro de 1964<sup>589</sup>.

O levantamento que ora realizamos tem por base a leitura dos jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio*, *Última Hora Nordeste* e *A Hora*. Desse modo, o conhecimento produzido aqui diz respeito ao quantitativo de vezes que estas paredes se tornaram notícias nestes periódicos. A partir do cruzamento de fontes foi possível identificar o início e o fim das greves, as categorias envolvidas, as reivindicações e os resultados<sup>590</sup>. Entretanto, as informações são lacunares. Muitas vezes, um jornal noticiava apenas o início ou fim de um movimento, e a complementação da informação precisava ser buscada em outro. Noutras situações, havia divergências, e até contradições, entre as fontes. O cruzamento nem sempre se mostrava elucidativo. Assim, mesmo levando em consideração todas essas variáveis na realização das quantificações, a ausência de estatísticas oficiais produzidas pelo governo ou por órgãos de classe, torna o registro jornalístico a fonte que mais traz informações sobre as greves no período.

Entre 31 de janeiro de 1963 e 01 de abril de 1964 identificamos noventa e uma greves ocorridas em Pernambuco. Este número supera em muito as estimativas apresentadas até

---

<sup>588</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo Arraes...* Op. cit., pp. 137-142.

<sup>589</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 60.

<sup>590</sup> Ver Apêndice A, que contém um quadro detalhado dessas greves.

então. Tal processo pode ser observado em outros estudos. Para citar um exemplo, numa pesquisa realizada por Marcelo Badaró Mattos, referentes às greves ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, para o período de 1945 a 1964, localizou-se quatrocentos e oitenta greves. Este número acresceu em quase quatro vezes os levantamentos realizados anteriormente<sup>591</sup>. Isto demonstra que o estado do conhecimento sobre os movimentos paredistas, principalmente, anteriores a Ditadura Militar, está em constante estágio de construção.

**TABELA 5 – GREVES EM PERNAMBUCO – 31 DE JANEIRO DE 1963 A 01 DE ABRIL DE 1964**

<b>Mês*</b>	<b>Número de Greves</b>
Fev/63	11
Mar/63	10
Abr/63	06
Mai/63	06
Jun/63	08
Jul/63	04
Ago/63	04
Set/63	08
Out/63	08
Nov/63	06
Dez/63	05
Jan/64	08
Fev/64	04
Mar/64	03
<b>Total</b>	<b>91</b>

\*Algumas greves se estendiam de um mês para outro. Entretanto, foi considerado o maior quantitativo de dias num determinado mês.  
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do *JC, DP, UH-NE, A Hora*.

A posse de Arraes e suas declarações de que as reivindicações dos trabalhadores não seriam reprimidas, trouxe grande ânimo para a classe. Não por acaso, o maior quantitativo de greves foi registrado nos dois primeiros meses posteriores ao início do governo, conforme pode ser observado na Tabela 5. Nos meses seguintes, sempre houve informações de mais de um movimento paredista acontecendo. Para a classe trabalhadora, a presença de um governante que procurava identificar seus discursos ao povo, tornava-se um elemento motivador na luta pela garantia e ampliação de direitos. Não que este fosse o ponto principal. Na análise de Luciana de Barros Jaccoud “foi principalmente o desvendamento das relações sociais de expropriação e subordinação, quer econômico, quer político, vivenciados no

<sup>591</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2004, v. 24, n. 47, pp. 241-270.

período tanto no campo quanto nas cidades, que aguçou aquele processo”<sup>592</sup>. Entretanto, a própria autora reconhece que a eleição de um governante comprometido com a democracia, aliada a diminuição da “histórica repressão governamental sobre os movimentos sociais”<sup>593</sup>, também teve papel importante no crescimento da organização e da mobilização dos trabalhadores.

### As greves no campo

Em quase todos os meses o governo Arraes conviveu com paralisações de trabalhadores, concomitantemente, nos espaços urbanos e rurais. As exceções foram agosto de 1963 e março de 1964, onde não foi noticiada nenhuma greve na cidade e no campo, respectivamente.

**TABELA 6 – LOCALIZAÇÃO DAS GREVES EM PERNAMBUCO –  
31 DE JANEIRO DE 1963 A 01 DE ABRIL DE 1964**

Mês	Número de Greves	Localização	
		Campo	Cidade
Fev/63	11	07	04
Mar/63	10	03	07
Abr/63	06	05	01
Mai/63	06	03	03
Jun/63	08	06	02
Jul/63	04	03	01
Ago/63	04	04	-
Set/63	08	03	05
Out/63	08	03	05
Nov/63	06	03	03
Dez/63	05	02	03
Jan/64	08	02	06
Fev/64	04	03	01
Mar/64	03	-	03
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>47</b>	<b>44</b>

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do *JC, DP, UH-NE, A Hora*.

Embora ampliadas durante o início da década de 1960, as greves organizadas pelo operariado citadino não eram nenhuma novidade no cenário pernambucano. Numericamente, comparando com outros estados da federação, Paulo Cavalcanti lembra de que “em termos

<sup>592</sup> JACCOUD. Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)*. Op. cit., p. 117.

<sup>593</sup> Idem, p. 116.

absolutos, houve mais greves operárias em São Paulo e no Estado da Guanabara, com Adhemar de Barros e Carlos Lacerda, do que em Pernambuco, com um governo de frente popular”<sup>594</sup>. Contudo, a forma de conduzir os conflitos, pautada na repressão aos trabalhadores, isentava estes governantes da oposição sistemática realizada pela classe dominante através dos meios de comunicação que controlavam. Com Miguel Arraes acontecia justamente o contrário.

Além disso, em Pernambuco foram as paredes ocorridas no campo aquelas que mais causaram impactos na classe dominante. As greves apareciam como a grande novidade no repertório de lutas dos trabalhadores rurais. De acordo com Maria do Socorro Abreu e Lima “em 1961, o jornal *A Hora* registrou apenas uma, no engenho Botafogo, em Igarassu, porque houve aumento da exigência da quantidade de cana a ser cortada, sem aumentar o salário. Em 1962, também aparece uma greve no engenho Águas Compridas, em Vitória, por aumento salarial”<sup>595</sup>.

Essa baixa recorrência de greves no campo fez Álvaro de Azevedo de Oliveira, presidente em exercício da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, dar a seguinte declaração ao jornal *Última Hora Nordeste*, em 28 de janeiro de 1963: “não tomei conhecimento, ainda, de nenhum movimento grevista de camponeses em Pernambuco, mas tenho a impressão de que o mesmo não se realizará, pois o pagamento do 13º salário está se processando normalmente nas usinas”<sup>596</sup>. Os fatos provam que Oliveira estava bastante equivocado em sua afirmação. No decorrer de 1963, foram registradas quarenta e sete paredes, como pode ser observado na Tabela 6.

### 3.1.1 As lutas pela efetivação de direitos no campo

*Dia de domingo é dia de cambiteiro comprar coisas. Cambiteiro é quem carrega a cana cortada do local do corte para onde o transporte vai apanhar para levar para usina. Os burros que voltavam das feiras com o lombo folgado, carregando um quilo de carne ou dois de farinha, passam agora pela gente carregando colchão, camas e fazendas. É tanta coisa que eles estão comprando, que só vendo. Eu vi um trabalhador mandar cortar 3 quilos de charque, a 1.000 cruzas o quilo, seu coronel. Eu, da Assessoria do governo, não posso mandar fazer isso não.*

Relato de um funcionário do governo Arraes<sup>597</sup>.

<sup>594</sup> CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi...* Op. cit., p. 364.

<sup>595</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 59.

<sup>596</sup> *UH-NE*, 29/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>597</sup> Citado por BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular...* Op. cit., p. 67.

Nesta seção abordaremos como a greve foi utilizada como principal recurso de negociação pelos trabalhadores rurais no ano de 1963. Na busca pela efetivação e ampliação de direitos, a paralisação das atividades, associadas a outras estratégias, surgiu como importante instrumento de pressão sobre a classe patronal e o governo.

### O 13<sup>a</sup> salário

Pela Lei Nº 4.090, de 13 de julho de 1962, o presidente João Goulart instituiu a Gratificação de Natal para os trabalhadores. Em 14 de dezembro daquele ano, pelo Decreto Nº 1.881, a lei foi regulamentada e, desse modo, estava apta para entrar em vigor. Todas as categorias estavam contempladas pela legislação, incluindo os empregados que recebiam salário variável ou parte da remuneração em forma de utilidade.

Como lembra Clóvis Campello, “os usineiros e os proprietários de engenho nada haviam pago, até então, desprezando a lei, pois que lei nos campos era feita por eles. Haviam se acostumado a isso, jamais cumpriram uma lei que beneficiasse os trabalhadores”<sup>598</sup>. Entretanto, se para a classe patronal a situação deveria se manter a mesma, para a classe trabalhadora aquele era o momento da mudança. Era chegada a hora de lançar mão de uma nova estratégia de luta, que passaria a ser utilizada de forma sistemática: a greve.

Em janeiro de 1963, os primeiros a se mobilizarem foram os operários da usina Muribeca, em Jaboaão dos Guararapes, que iniciaram uma greve no dia 03<sup>599</sup>. Antes deles, parados desde 29 de dezembro de 1962, estavam os operários da usina Caxangá, em Ribeirão<sup>600</sup>. Em ambos os casos a situação foi contornada. No primeiro, com um financiamento do Banco do Brasil, através da Carteira de Crédito Agrícola<sup>601</sup> e, no segundo, através de acordo proposto pelo Delegado do Trabalho, Enoch Saraiva, “ficou acertado o retorno do pessoal ao trabalho, mediante pagamento do 13º salário em duas parcelas”<sup>602</sup>.

Já para os demais trabalhadores rurais, ligados diretamente ao trabalho com a terra, o tratamento foi bem diferente. Em 07 de janeiro, um grupo<sup>603</sup> de moradores dos engenhos São Miguel, São José dos Palhados e Esperança, de posse de ofício do Delegado do Trabalho, que

---

<sup>598</sup> CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos modernos*. Op. cit., p. 29.

<sup>599</sup> DP, 04/01/1963, p. 03. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>600</sup> Idem, 05/01/1963, p. 05. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>601</sup> Idem, 04/01/1963, p. 03. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>602</sup> Idem, 05/01/1963, p. 05. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>603</sup> 70 de acordo com o DP e 50 conforme o UH-NE.

ratificava que eles teriam direito ao 13º salário, reivindicaram pagamento ao proprietário da usina Estreliana (Ribeirão), José Lopes de Siqueira Santos, na época deputado estadual pelo PTB. Alegando que a lei era omissa quanto aos trabalhadores rurais e que era preciso que os mesmos recolhessem contribuições a qualquer instituição de previdência, a solicitação foi prontamente refutada. Diante da negativa, os moradores ameaçaram fazer greve e a resposta dada por Siqueira Santos foi abrir fogo contra o grupo, deixando um saldo de cinco mortos e três feridos<sup>604</sup>.

O crime ficou conhecido como “A tragédia da Estreliana”<sup>605</sup> e, mesmo sem incriminar os verdadeiros culpados (o que nunca foi feito pela Justiça), a imprensa deu visibilidade ao caso. O *Diário de Pernambuco* chegou a publicar fotografia dos mortos na esplanada da usina em primeira página<sup>606</sup>. As notícias deste jornal procuravam colocar José Lopes de Siqueira Santos na posição de vítima, agindo em legítima defesa. Entretanto, num manifesto, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco contestava esta versão e perguntava: “como iriam os camponeses com a intensão de agredir, acompanhados de suas famílias? Como se explica que 100 homens armados nem sequer conseguiram arranhar o suposto agredido? Como se explica que tenham morrido, ao contrário, seis dos supostos agressores?”<sup>607</sup>.

No editorial intitulado “Subversão em marcha”, o *Diário de Pernambuco* fez relação dos acontecimentos com a proximidade da posse de Miguel Arraes:

no curso ligeiro de uma semana e às vésperas da instauração de uma nova administração, três incidentes sucessivos ocorrem em estabelecimentos rurais, um deles, o da Usina Estreliana, acusando saldo lamentável de ferimentos graves e mortes, por um triz escapando a brutal trucidamento o dono da empresa, deputado e industrial José Lopes de Siqueira Santos. (...)

Uma corrente política – os fatos ainda estão vivos na memória geral – adotou como linha de sua luta triunfante de conquista do poder, o programa revolucionário de apontar os donos de terras, sobretudo da mata, como os responsáveis supremos pelas desgraças da coletividade. (...)

Natural, assim, que próximo a concretizar-se a hegemonia político-administrativa dos “donos” da nova cruzada, o meio rural, perigosa e criminosamente trabalhado, comece a movimentar-se, atacando engenhos e usinas, na sofreguidão incontida do vitorioso que vê tardar a consecução dos objetivos por que lutou e venceu<sup>608</sup>.

Como o intuito era isentar Siqueira Santos de qualquer culpa, o novo governo que se anunciava, e o apoio dado pela esquerda durante a campanha eleitoral, eram colocados como

<sup>604</sup> DP, 08/01/1963, p. 07. Microfilmagem/FUNDAJ e UH-NE, 18/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>605</sup> Idem, 09/01/1963, p. 01. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>606</sup> Ibidem.

<sup>607</sup> UH-NE, 15/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>608</sup> DP, 09/01/1963, p. 04. Microfilmagem/FUNDAJ.

os verdadeiros culpados do crime em Ribeirão. De acordo com o editor, a subversão que estava em marcha, possuía uma liderança: Miguel Arraes e o grupo político que o havia apoiado, que eram acusados de incitar a população rural a agir contra os proprietários de engenhos e usinas. Desse modo, a justa reivindicação pela efetivação de direitos era marginalizada. A possibilidade de greve, aventada por um dos trabalhadores rurais, era incluída num plano subversivo que estava prestes a se concretizar tão logo iniciasse a nova administração.

De fato havia uma subversão em marcha: a conscientização e o reconhecimento dos moradores de engenho enquanto trabalhadores, amparados por uma legislação, que ansiavam em ver cumprida. A postura de José Lopes de Siqueira Santos demonstrava que a tarefa não seria fácil. Deveria servir de exemplo para que outros trabalhadores rurais não seguissem as mesmas atitudes dos companheiros assassinados. Em nota conjunta<sup>609</sup>, a Cooperativa dos Usineiros e o Sindicato da Indústria do Açúcar, hipotecaram “irrestrita solidariedade” ao “ilustre associado”. A classe patronal, unida, estava disposta a manter a ordem vigente.

Entretanto, a “tragédia da Estreliana” não promoveu arrefecimento na luta pelo 13º salário. Pelo contrário, liderados pelo Sindicato Rural de Escada, com jurisdição também sobre Ipojuca e Amaraji, e pelo Sindicato Rural de Jaboatão, que abrangia Moreno, Paudalho, Glória do Goitá e São Lourenço, os trabalhadores passaram a exercer ainda mais pressão sobre os proprietários. Em assembleia, realizada no dia 09 de janeiro de 1963, o Sindicato de Jaboatão, além de dar um prazo de apenas três dias para o pagamento do 13º salário, deliberou

manifestar solidariedade às famílias dos mortos no conflito da Usina Estreliana, bem como a celebração de uma missa em memória dos camponeses abatidos no tiroteio. Além disso, os camponeses declaram-se solidários com os Sindicatos Rurais de Ipojuca, Escada e Amaraji e aos trabalhadores da Fábrica de Papel de Jaboatão que ameaçaram entrar em greve, caso não receb[essem] o 13º mês<sup>610</sup>.

A chacina em Ribeirão passava a ser um marco pela efetivação dos direitos trabalhistas. Persistir significava honrar a morte dos companheiros. Durante as assembleias, debater a situação de outros trabalhadores, discutir a realidade dos demais sindicatos, hipotecar solidariedade, tornava-se importante no processo de se reconhecerem enquanto categoria. A batalha pelo 13º surgiu como elemento de coesão no meio rural. A ameaça de greve passou a ser um recurso utilizado nos processos de negociação caso a legislação continuasse sendo descumprida.

<sup>609</sup> UH-NE, 12/01/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>610</sup> Idem, 10/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

Diante da pressão exercida, a classe patronal começou a mudar o discurso. Se antes não admitiam que os trabalhadores rurais tivessem direito ao 13º salário, naquele momento passaram a ter outro entendimento. Em entrevista ao *Última Hora Nordeste*, o presidente do IAA, Gomes Maranhão, “disse que seu ponto de vista pessoal [era] de que o 13º deve[ria] ser pago aos camponeses”<sup>611</sup>. O Sindicato da Indústria do Açúcar, em nota dirigida a ameaça de greve pontuada pelo Sindicato de Escada, reconheceu “que o 13º mês de salário [era] devido aos trabalhadores rurais”<sup>612</sup>. E, justificando o atraso no pagamento, salientava dois pontos: primeiro as dificuldades em calcular os salários em “face ao caráter temporário em que a prestação de serviços [era] feita e às conhecidas migrações ocorrentes na zona canavieira do estado”<sup>613</sup>, e, segundo, a necessidade de novo financiamento do Banco do Brasil, para além daquele utilizando no pagamento dos operários das usinas.

Como medida prática, foi realizada, no dia 10 de janeiro de 1963, uma reunião na Delegacia Regional do Trabalho, onde estiveram representados trabalhadores e patronais em mesa-redonda<sup>614</sup>. No dia seguinte, o acordo foi publicado em nota pela DRT. O pagamento do 13º seria efetuado, através de financiamento do Banco do Brasil, até 31 de janeiro. Em contrapartida, os trabalhadores retornariam as suas funções, aguardando o “levantamento do pessoal rurícola que exerceu atividades no exercício de 1962, no campo das usinas e nos engenhos dos proprietários rurais, a fim de fixar a média salarial devida”<sup>615</sup>.

Salienta-se que durante os processos de negociação, em nenhuma das fontes consultadas, foi mencionada a participação do governo estadual, ainda na gestão de Cid Sampaio. A não ser na garantia dada pelo Secretário de Segurança Pública, general Salvador Batista do Rêgo, de que manteria volantes compostas por dez policias para atender as solicitações dos proprietários de engenhos<sup>616</sup>.

O acordo firmado foi comemorado pela classe patronal. Rui Carneiro da Cunha, presidente da Cooperativa dos Usineiros, afirmou sentir-se “confortado diante do alto espírito de compreensão das classes que se ligam a agroindústria do açúcar pelo encontro de uma solução de paz e harmonia”<sup>617</sup>. Eugênio Bandeira dos Santos, vice-presidente da Associação dos Fornecedores de Cana, foi mais enfático e declarou “que a assinatura daquele compromisso não deve[ria] ser entendida, na sua opinião pessoal, como uma vitória dos

---

<sup>611</sup> *UH-NE*, 10/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>612</sup> *JC*, 10/01/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>613</sup> *Ibidem*.

<sup>614</sup> *UH-NE*, 10/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>615</sup> *Idem*, 11/01/1963, p.02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>616</sup> *Idem*, 10/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>617</sup> *DP*, 11/01/1963, p. 03. Microfilmagem/FUNDAJ.

camponeses, e sim como o reconhecimento de uma lei, que todos os patrões concorda[va]m em cumprir”<sup>618</sup>.

De fato, naquele momento, os trabalhadores rurais não teriam nada a comemorar. No dia 14 de janeiro, o Sindicato de Escada reafirmou, através de ofício ao Delegado do Trabalho, que esperaria “até o dia 31 do corrente o cumprimento do acordo assinado pelos patrões usineiros e fornecedores de cana”<sup>619</sup>, caso contrário entrariam em greve. O receio não era injustificado. No dia 25 de janeiro, Rui Carneiro da Cunha dava sinais de que o acordo não viesse a ser cumprido. Afirmava que para os operários das usinas, as listas necessárias para efetuar o pagamento estavam praticamente concluídas. Entretanto, no que dizia respeito aos trabalhadores rurais, havia dificuldade “na fixação de um nível médio para os que trabalham à base de produção semanal ou são contratados eventualmente”<sup>620</sup>.

O não cumprimento do acordo implicaria que o primeiro dia da gestão Miguel Arraes seria marcado pela eclosão de uma grande greve no campo. Para o estudante, João Alfredo dos Anjos, porta-voz do Sindicato de Escada, as justificativas da classe patronal eram infundadas: “apesar de vivermos numa região em que os trabalhadores ainda ganham Cr\$ 80,00 por dia, os salários correspondentes ao ‘13º’ deverão ser na base do mínimo do Estado. Os proprietários de engenhos e usinas já receberam o empréstimo do Banco do Brasil e esperamos que cumpram a lei”<sup>621</sup>.

O calendário marcava 28 de janeiro quando Alfredo dos Anjos deu a declaração acima. Restavam apenas três dias para que o prazo final expirasse. Estrategicamente, usineiros e proprietários de engenhos, protelaram a situação, objetivando gerar desconforto na posse de Miguel Arraes. Demonstrando que estavam dispostos a deflagrar greve, o Sindicato de Jaboatão organizou, no dia 29, uma passeata com mais de mil trabalhadores rurais pelas ruas do Recife, percorrendo as redações dos jornais e estações de rádio<sup>622</sup>.

Enquanto isso, representantes das classes patronais e dos trabalhadores, eram convocados às pressas para uma reunião na DRT no dia 30. O objetivo de Enoch Saraiva era, mais uma vez, evitar a parede<sup>623</sup>. Grande apoiador de Arraes, o Delegado do Trabalho não desejava que os festejos que vinham sendo preparados para a cerimônia de posse fossem ofuscados pela paralisação dos campos.

---

<sup>618</sup> *UH-NE*, 11/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>619</sup> *Idem*, 15/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>620</sup> *DP*, 16/01/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>621</sup> *UH-NE*, 29/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>622</sup> *Idem*, 30/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>623</sup> *Idem*, 29/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

No dia seguinte, em nota assinada por Manuel Gonçalo Ferreira, pela Federação dos Sindicatos (*sic*) [de Trabalhadores] Rurais de Pernambuco, Francisco Falcão, pela Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco, Ernesto Gonçalves Pereira Lima, pela Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Marcos Martins de Souza, pelo Sindicato de Escada, Amaraji e Ipojuca, José Tavares Valença, pelo Sindicato da Indústria do Açúcar, além de Enoch Saraiva<sup>624</sup>, evitou-se a greve no campo marcada para a zero hora de 01 de fevereiro de 1963. Pelo protocolo assinado, os trabalhadores continuariam suas atividades e aguardariam, por mais oito dias, o início do pagamento do 13º salário, que deveria ser quitado até o fim daquele mês. Graças aos esforços do Delegado do Trabalho, a posse de Arraes não dividiu espaço nos jornais com aquela que prometia ser a maior greve rural em Pernambuco.

Entretanto, como anunciava o *Última Hora Nordeste*, o acordo assinado na DRT precisava passar por uma assembleia dos trabalhadores rurais, a ser realizada em Escada, na noite de 31 de janeiro de 1963<sup>625</sup>. Durante a assembleia

os trabalhadores filiados ao Sindicato de Escada, Ipojuca e Amaraji se declararam inconformados com o protocolo de 29 (*sic.*) de janeiro. Dizem que a Federação assinou o documento à revelia da maioria dos sindicatos filiados e das massas de associados. E não se conformam com o fato de ter o presidente de seu sindicato, Marcos Martins da Silva, também assinado o documento sem os consultar<sup>626</sup>.

Nota-se o nível de consciência dos trabalhadores, que se sentiram traídos pela Federação e Sindicato, ao não serem consultados. Entendiam que a assembleia era a instância superior de qualquer organização trabalhista. Muitos deles, a revelia, paralisaram suas atividades em “mais de quatro engenhos e outros tantos da usina Massauassu”<sup>627</sup>, em Escada. A greve iniciada, não se restringia mais ao pagamento do 13º salário. Ganhava também conotações políticas, ao rejeitarem o acordo assinado pelos seus órgãos de classe.

Em Vitória de Santo Antão, região com bastante influência das Ligas Camponesas, outros trabalhadores rurais iniciaram greve a partir de lideranças locais reivindicando a gratificação natalina. No engenho Arandu de Cima, onde as fontes consultadas não informaram os resultados, “os cabeças do movimento [eram] Sebastião Francisco Barbosa, que tem 12 filhos e ganha[va] Cr\$ 200,00 por dia; carreiro Manoel Crispim, com 11 filhos e receb[ia] apenas Cr\$ 100,00 por dia; e um cabo do corte de cana, que tem 7 filhos e ganha[va]

<sup>624</sup> *A Hora*, 02 a 08/02/1963, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>625</sup> *UH-NE*, 31/01/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>626</sup> *JC*, 02/02/1963, p. 16. Hemeroteca/APEJE.

<sup>627</sup> *UH-NE*, 02/02/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

Cr\$ 500,00 por semana”<sup>628</sup>. Noutra engenho a parede foi liderada pelo trabalhador José Roque. Nesta ocasião, o arrendatário do Marmajuda, Severino Melo, ao tomar conhecimento da greve,

conseguiu empréstimo num banco e efetuou o pagamento de parte da gratificação [13º], ficando de pagar o restante ainda [naquela] semana. Na mesma ocasião, Severino Melo entrou em acordo com o líder dos camponeses, José Roque, estabelecendo um aumento de Cr\$ 50,00 no pagamento do “cento de fecho de cana”, que agora ser[ia] pago a razão de Cr\$ 150,00, em lugar de Cr\$ 100,00<sup>629</sup>.

Estes exemplos ilustram o trabalho de conscientização das massas que vinham desempenhando os diversos movimentos sociais no campo. Além disso, mesmo se tratando de um caso particular, nota-se uma mudança de postura da classe patronal. Diferente de José Lopes Siqueira Santos na Estreliana, o arrendatário do engenho Marmajuda realizou acordo com os trabalhadores. A greve, enquanto recurso de negociação, passava a ter importante papel na resolução de litígios no campo.

Expirado o prazo de oito dias para início do pagamento da gratificação natalina, “o descontentamento no campo continua[va] porque certos proprietários de terra ainda não [havia]m pago] o 13º salário aos camponeses”<sup>630</sup>. No dia 11 de fevereiro, o Sindicato de Jaboatão organizou uma comitiva, que se dirigiu a Delegacia Regional do Trabalho, para “denunciar o não cumprimento do protocolo firmado”<sup>631</sup>, em 30 de janeiro, na DRT. Enoch Saraiva se mostrou inconformado com a situação. Afirmou que não promoveria mais nenhuma reunião, uma vez que, “tudo ficou resolvido, restando tão somente o cumprimento integral da lei que manda pagar o 13º salário ao trabalhador rural. E numa roda, aborrecido, chegou a dizer: ‘estão pensando que eu sou fiador de usineiro’”<sup>632</sup>.

Diante da impossibilidade de avanços via Delegado do Trabalho, o Sindicato de Jaboatão passou a investir em estratégias combinadas de negociação. No dia 18 de fevereiro, além de paralisar as atividades em engenhos de várias usinas, organizou-se uma passeata com cinco mil pessoas pelas ruas centrais do município. Durante as manifestações, os trabalhadores rurais foram “aplaudidos pelo povo. Desfila[ram] com as foices e enxadas. Menores de 10, 11 e 12 anos desfila[ram] e grita[ram] que [eram] obrigados a trabalhar o dia

<sup>628</sup> UH-NE, 14/02/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>629</sup> Ibidem.

<sup>630</sup> UH-NE, 12/02/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>631</sup> Ibidem.

<sup>632</sup> Ibidem.

todo, de manhã à noite, por um salário de Cr\$ 50,00 e quando mais, de Cr\$ 100,00, por dia”<sup>633</sup>.

Nas memórias de Clóvis Campello ficaram registrados os preparativos para a greve. Durante a noite, após deliberarem a realização da parede, José Xavier<sup>634</sup> reuniu cinco homens de cada engenho e passou as instruções:

vocês não deixem ninguém trabalhar; se houver alguém trabalhando, parem o serviço; primeiro, aconselhem o companheiro a entrar na greve; se não quiser para por bem, vocês já sabem como é... Cortem umas canas, e, do lombo deles, façam zabumba. (...) Botem piquetes nas estradas dos engenhos; não deixem ninguém entrar ou sair. Não deem água ou comida aos animais. Se chegar algum caminhão com cana, parem o caminhão, botem a cana toda no chão [...]. Se os usineiros ou donos de engenho reagirem, com violência, contra vocês, reajam da mesma maneira. [...] Se o negócio endurecer demais, arranquem os trilhos; virem locomotivas e carros; toquem fogo nas canas, mas, isso só em último lugar; e se forem agredidos pelos donos ou seus capangas<sup>635</sup>.

Cerca de dez mil trabalhadores, dos duzentos engenhos pertencentes às usinas Jaboaão, Muribeca e Bulhões, paralisaram seus serviços<sup>636</sup>. O único incidente registrado aconteceu quando um morador, de nome Manoel Inácio da Silva, “foi surpreendido pelos seus companheiros tentando furar greve. O ‘furão’ foi surrado. Apesar disso, o camponês protestou dizendo não ter ‘furado’ a greve e que até fazia parte do ‘piquete’. Contudo, antes de explicar por que conduzia para o Engenho Suassuna seis enxadas e quatro foices, foi malhado sem dó”<sup>637</sup>. Além desta, os jornais não noticiaram nenhuma ocorrência durante a parede. Não era do feitio dos trabalhadores rurais promoverem atos de violência.

Para o dia 19 de fevereiro, uma nova passeada, de proporções ainda maiores, foi programada. Dessa vez, com destino à capital. A estratégia de “manifestações periódicas, atos públicos, marchas, principalmente como forma de exercer pressão para agilizar a solução de problemas, ações judiciais, aprovação de lei”<sup>638</sup>, não era algo novo, vinha sendo utilizada desde meados da década de 1950 pelas Ligas Camponesas. Segundo Clovis Campello, o objetivo era de

<sup>633</sup> UH-NE, 19/02/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>634</sup> Clóvis Campello reputa José Evangelista, Joaquim Camilo, Pedro Jacinto, Luís Serafim, José Xavier, além dele próprio, como dirigentes do sindicato e, possivelmente, ligados ao PCdoB. CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos modernos*. Op. cit., p. 19. Maria do Socorro Abreu e Lima fala, ainda, de Amaro Luís de Carvalho, conhecido como Palmeira e, também, como Capivara. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 54. Ainda segundo informações de Abreu e Lima, Joaquim Camilo pertencia ao PCB. Fato este que aproximava aquele sindicato ao governo estadual.

<sup>635</sup> CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos modernos*. Op. cit., p. 32.

<sup>636</sup> A Hora, 23/02 a 01/03/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>637</sup> UH-NE, 19/02/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>638</sup> BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Op. cit., p. 30.

pressionar o governo de Arraes, que mal assumira o poder, a fim de lhe conseguir o apoio para aquele justo movimento legal – uma vez que se tratava de fazer cumprir uma lei – e, ao mesmo tempo, despertar Recife, abalando-o em sua imobilidade, para lhe atrair a atenção, enquanto se fazia sentir aos usineiros e donos de engenhos que a hora era chegada<sup>639</sup>.

Os preparativos para a passeata também foram lembrados por Clóvis Campello. Quem se encarregou de conversar foi Luís Serafim: “amanhã, todos aqui ao meio-dia. Iremos ao Recife falar com o governador Miguel Arraes. Tragam seus instrumentos de trabalho: foices, enxadas, estrovengas, o diabo, entenderam? Cada um levará para a passeata, no Recife, os instrumentos com os quais trabalha no campo. Ouviram?”<sup>640</sup>. O *Diário de Pernambuco* noticiou que “a passagem dos camponeses pelas ruas do centro da cidade causou espanto, e mesmo algum medo, àqueles que, não prevenidos, se depararam com aquela massa humana armada de afiadas foices e facões”<sup>641</sup>. Não foi citado que aqueles eram instrumentos de trabalho, usados no dia-a-dia, por pessoas humildes, que estavam reivindicando seus direitos.

A partir do meio-dia, em torno de três mil<sup>642</sup> trabalhadores rurais foram deslocados de trem para o Recife. O deputado Cláudio Braga, presidente do Sindicato dos Ferroviários, conseguiu passagens gratuitas para todos<sup>643</sup>. A passeata seguiu da Estação Central até o Palácio do Campo das Princesas, onde foram realizados vários discursos. Entre os que tomaram a palavra estava o padre Paulo Crespo, que “declarou: lembrai-vos de que o sindicato só será forte quando estiver unido. É preciso que sejamos unidos, como as varas formando um só feixe. Porque alguém pode quebrar uma vara, mas não pode quebrar um feixo (*sic.*) de varas”<sup>644</sup>. Em sua fala, ao tratar de união, é possível perceber que a cisão e a disputa pelo sindicato, entre o grupo liderado pelo PCdoB e aquele sob orientação do pároco, já estava instalada. Entretanto, a presença conjunta das duas lideranças, demonstra também, que naquele momento de justa reivindicação, as diferenças foram deixadas de lado.

O último a discursar foi Miguel Arraes. Até aquele momento o Executivo estadual não havia se pronunciado sobre o problema do 13º salário. Inicialmente, Arraes agradeceu a confiança depositada na ação do seu governo e alertou que àquela união dos trabalhadores rurais poderia ser tachada de agitação pelos inimigos de seu mandato. Logo em seguida, afirmou que era o Delegado do Trabalho o responsável por questões relativas ao pagamento

<sup>639</sup> CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos modernos*. Op. cit., p. 30.

<sup>640</sup> Idem, p. 31.

<sup>641</sup> DP, 20/02/1963, p. 03. Microfilmagem/APEJE.

<sup>642</sup> JC, 20/02/1963, p. 10. Hemeroteca/APEJE.

<sup>643</sup> DP, 20/02/1963, p. 03. Microfilmagem/APEJE.

<sup>644</sup> UH-NE, 20/02/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

do abono de natal, mas que zelaria pelo cumprimento dos acordos. Por fim, pediu que os trabalhadores normalizassem as atividades, enquanto as démarches que o governo realizaria com a classe patronal, em conjunto com a DRT, fossem resolvidas<sup>645</sup>. Ao terminar o discurso, o microfone foi passado para Luís Serafim que afirmou: “os camponeses confiam na vossa palavra, mas só voltarão ao trabalho quando receberem, no caixa, o 13º mês”<sup>646</sup>. O governador tornou a falar e disse: “não pedi que os camponeses abrissem mão de direito algum. Entendo que a volta ao trabalho deve ser decida pela direção da greve, pelos líderes da greve”<sup>647</sup>.

Na manhã daquele 19 de fevereiro, Miguel Arraes havia se encontrado com Renato Bezerra de Melo, presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar. A classe patronal havia condicionado o pagamento do 13º salário após publicação de um critério legal por parte da Delegacia do Trabalho<sup>648</sup>. A estratégia dos usineiros e proprietários de engenhos era protelar ainda mais o abono de Natal e desgastar o governo perante os trabalhadores, que aquela altura estava se dirigindo ao Palácio das Princesas.

Os objetivos do patronato foram frustrados por Enoch Saraiva, que atendeu prontamente a solicitação. O cálculo ficou definido da seguinte maneira: dividia-se o salário mínimo da região, em dezembro de 1962, por doze e multiplicava-se o resultado pelo número de meses trabalhado, quem trabalhou menos de quinze dias num determinado mês não teria direito aquele respectivo percentual<sup>649</sup>. Quando discursou no final da tarde, Miguel Arraes já possuía garantias de que o abono de natal seria pago. Portanto, pode falar com segurança diante da massa, que esperava ávida por um posicionamento do governador.

Em assembleia realizada a noite, já em Jaboatão, os trabalhadores deliberaram por finalizar a greve, que durou três dias. Enoch Saraiva e Antônio Carlos Cintra do Amaral prestigiaram a reunião<sup>650</sup>. O movimento foi considerado vitorioso, sendo atendidas as seguintes reivindicações:

- 1) – cumprimento da lei que instituiu o 13º mês (abono de Natal), sem prejuízos dos supremos interesses dos trabalhadores; 2) – anistia para todos os grevistas, inclusive o pagamento dos dias de greve a todos aqueles que foram forçados a tomar parte na

<sup>645</sup> DP, 20/02/1963, p. 03. Microfilmagem/APEJE. JC, 20/02/1963, p. 10. Hemeroteca/APEJE. UH-NE, 20/02/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE. A Hora, 23/02 a 01/03/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>646</sup> JC, 20/02/1963, p. 10. Hemeroteca/APEJE.

<sup>647</sup> UH-NE, 20/02/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>648</sup> Ibidem.

<sup>649</sup> DP, 06/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>650</sup> UH-NE, 21/02/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

“parede”; 3) – retificação dos pagamentos errados; 4) – abolição do montepio; 5) – reconhecimento dos empreiteiros, mulheres e crianças<sup>651</sup>.

Além dos ganhos materiais, a vitória teve outros mais simbólicos. A estratégia da greve, aliada as passeatas, surtiu o objetivo desejado. A pauta reivindicatória ganhou espaços nos jornais e, o mais importante, o governo estadual se viu compelido a tomar partido nos processos de negociação. A experiência adquirida passou a ser utilizada em outros processos reivindicatórios e o sindicato saía fortalecido perante os associados.

Para citar alguns exemplos, em 04 de março de 1963, trabalhadores de engenhos pertencentes às usinas Santa Tereza e Nossa Senhora das Maravilhas, em Goiana, entram em greve, pois ainda não haviam recebido o 13º salário. A estratégia vitoriosa foi repetida, realizando-se concentração no centro da cidade. O acordo foi assinado na Cooperativa dos Usineiros, contanto com a participação de Enoch Saraiva e Fernando Mendonça. Os ganhos foram semelhantes àqueles de Jaboatão, com a extinção do montepio, o pagamento dos dias de greve e da gratificação natalina<sup>652</sup>. Alguns trabalhadores demitidos durante a parede tiveram a promessa, do proprietário da usina Santa Tereza, Arthur Carneiro, de serem reconduzidos ao serviço<sup>653</sup>.

Negligenciados pelas gestões anteriores, os trabalhadores rurais sentiam-se mais amparados no mandato que se iniciava. Algumas medidas práticas foram tomadas no sentido de fiscalizar os acordos firmados. Muitos proprietários desviaram o financiamento concedido pelo Banco do Brasil e não pagaram seus funcionários. Em abril de 1963, o executivo estadual montou comissões itinerantes, formadas por funcionários civis do governo e oficiais da polícia militar, para percorrerem quase todos os engenhos (cerca de 600) e verificarem os que apresentavam problemas desse tipo<sup>654</sup>. Um relatório foi montado, mas sem que nenhuma punição jurídico-financeira fosse tomada. As práticas seculares de negação de direitos, perpetuadas pelo patronato rural, continuavam impunes.

As mudanças que se almejavam, percorriam um caminho lento e difícil. Prova disso é que, em 07 de maio de 1963, José Eduardo de Lima Filho, presidente do Sindicato Rural de Palmares, com jurisdição sob 21 municípios, denunciava que João Azevedo, proprietário da usina Catende, não estava “cumprindo o acordo feito com eles para pagar o restante do 13º mês aos camponeses que conseguissem provar ter direito ao seu recebimento”<sup>655</sup>.

---

<sup>651</sup> *A Hora*, 23/02 a 01/03/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>652</sup> *DP*, 06/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>653</sup> *UH-NE*, 07/03/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>654</sup> *Idem*, 12/04/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>655</sup> *Idem*, 07/05/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

Os trabalhadores rurais seguiam lutando e sabiam que qualquer batalha vencida viria a partir de muitos esforços. A conquista do 13º salário era fruto da pressão exercida, de baixo para cima, frente aos proprietários e aos poderes públicos instituídos. Não era uma dádiva concedida por governantes, mesmo quando estes se mostravam sensíveis as causas trabalhistas. Sem punir os descumpridores de uma legislação vigente, o Estado, permeado pela classe dominante, mais uma vez, demonstrava seu caráter elitista e excludente.

### **O salário mínimo**

Diante da pressão exercida pelos trabalhadores rurais, através da realização de greves e atos públicos, na busca pela efetivação da lei que instituía o 13º salário, o governo estadual passou a tomar outras medidas práticas, que contribuíssem para elevação dos níveis salariais e condições de vida da população do campo. A primeira delas foi a convocação de uma reunião, em 09 de março de 1963, com a participação das principais lideranças rurais.

O objetivo do encontro era debater o movimento dos trabalhadores do campo, que com os embates pelo abono de natal, entrava numa nova fase lutas, onde a greve aparecia como principal instrumento de negociação. Na convocação para a reunião, a Assessoria de Imprensa do Palácio divulgou que

o governo é de opinião que as reivindicações dos trabalhadores do campo, quando legalmente fundamentadas, devem ser prestigiadas; promovendo-se um trabalho de esclarecimento, em caso contrário. Os órgãos governamentais atuarão, ainda, junto aos proprietários de terra a fim de assisti-los nos seus contatos junto às “ligas” e sindicatos, até bem pouco tempo tumultuados, à falta de um trabalho coordenador<sup>656</sup>.

Para além das discussões sobre os movimentos sociais no campo, o Executivo estadual possuía outros objetivos com a reunião. Buscava se apresentar como defensor da legalidade. A imagem que se deixava transparecer era de neutralidade, agindo dentro dos marcos legais. Portanto, não se colocaria nem de um lado, nem de outro. Mas sim, a favor da lei. Desse modo, sua função seria de agente mediador de conflitos entre classe patronal e classe trabalhadora, desempenhando funções de esclarecimento junto aos primeiros e de assistência em relação aos últimos.

Este posicionamento era difícil de ser mantido. Uma vez que ambos os lados na disputa buscava o apoio governamental na consecução de seus interesses. O amparo dado por

---

<sup>656</sup> UH-NE, 09/03/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

Miguel Arraes aos trabalhadores, restrito aos ditames da lei, e fruto da pressão exercida pelos movimentos sociais, representava para estes um caminho para efetivação e ampliação de direitos. Por outro lado, o patronato rural não estava disposto a ceder seus privilégios de classe. Nesse sentido, criou-se um impasse difícil de ser mantido em longo prazo.

Estiveram presentes na reunião os padres Paulo Crespo, Antônio Melo, Gonçalo Pereira de Lima e frei Eliseu, e outros representantes da FTRP e Ligas Camponesas, deputado Diógenes Wanderley (ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar), deputado Gilberto Azevedo (representante do Conselho Sindical dos Trabalhadores – CONSINTRA)<sup>657</sup>, Enoch Saraíva, Fernando Jungman (Secretário de Justiça), Antônio Carlos Cintra do Amaral, além do próprio Miguel Arraes<sup>658</sup>.

Os debates realizados no encontro absorveram todo o expediente do governador. O primeiro a falar foi Arraes, que inicialmente procurou situar o posicionamento do governo durante os movimentos grevistas pelo 13º salário, assegurando o direito de reivindicações aos trabalhadores rurais, bem como a ordem e o respeito à propriedade. Logo em seguida, “propôs que se fixasse uma pauta de reivindicações, pela vigência das quais o governo, juntamente com o Ministério do Trabalho, desenvolveria os esforços possíveis, dentro de um esquema prático e objetivo, aprovado pelas organizações de classe do campesinato”<sup>659</sup>.

Encabeçando as reclamações estava o cumprimento imediato da legislação trabalhista no campo e o pagamento do salário mínimo regional. Seguindo os debates, o padre Crespo alertou para a exigência de oito horas de trabalho diárias, que a classe patronal poderia fazer diante do cumprimento do salário mínimo na zona canavieira. E salientou a impossibilidade física de tal carga horária ser executada pelos trabalhadores, ante as peculiaridades dos serviços desempenhados. Propôs, então, que seria necessário “determinar uma tarefa-padrão para efeito de pagamento do campo”<sup>660</sup>.

Por sua vez, Enoch Saraiva chamou atenção do zoneamento salarial do estado, onde a maior parte das usinas se encontrava localizadas na terceira zona, enquanto empresas menores situavam-se na primeira e segunda, cujos salários eram maiores. Nesse sentido, aventou a possibilidade de elevar, da terceira para a segunda zona, todas as indústrias açucareiras localizadas na Mata.

---

<sup>657</sup> “O CONSINTRA foi organizado em 1958, a partir do Pacto de Unidade Sindical, que congregava 35 entidades sindicais de Pernambuco”. ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 221. (Ver especificamente nota 44).

<sup>658</sup> *JC*, 10/03/1963, p. 16. Hemeroteca/APEJE.

<sup>659</sup> *UH-NE*, 10/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>660</sup> *JC*, 10/03/1963, p. 16. Hemeroteca/APEJE.

O representante das Ligas Camponesas, João Alfredo, exigiu que fosse incluída na pauta uma “posição de luta contra o imperialismo e o latifúndio”<sup>661</sup>. Nesse momento, Arraes tomou a palavra e disse “que o problema do imperialismo e do latifundiário não est[ava] em debate”<sup>662</sup> naquele momento e pediu para que fossem discutidas “coisas práticas [naquela] reunião e não aspectos políticos”<sup>663</sup>. Estas palavras do governador ganharam apoio do deputado eleito Gilberto Azevedo. Na mesma direção, o presidente da FTRP conclamou as Ligas a uma ação unitária, deixando as divergências ideológicas de lado, para a busca de soluções urgentes<sup>664</sup>.

A proposta de elaboração de uma pauta única de reivindicações, pela qual o governo pudesse acionar os dispositivos legais em favor de seu cumprimento, visava vincular a ação dos movimentos sociais ao Executivo estadual. Os grupos políticos que não se enquadrassem, ou se afastassem, desta frente única, não receberiam apoio governamental. No caso dos trotskistas e de alguns membros das Ligas Camponesas, como Júlio Santana e Joel Câmara, suas atividades foram, de fato, cerceadas.

Por outro lado, o governo buscava apoio para aplicação de medidas que já vinha colocando em prática. Na oportunidade, Miguel Arraes apresentou seu ponto de vista em relação à aplicação do Fundo de Desenvolvimento da Indústria Açucareira, instituído por Jânio Quadros, através do Decreto Nº 51.104, de 01 de agosto de 1961. No artigo 3º ficava definido que, pelo menos, 20% dos recursos do Fundo seriam aplicados em serviços de assistência aos trabalhadores da agroindústria açucareira<sup>665</sup>. Contudo, já sob o regime parlamentarista, pelo Decreto do Conselho de Ministros Nº 156, de 17 de novembro de 1961, definiu-se, no artigo 6º, que o mínimo de 20% fosse aplicado, apenas, em cada período de cinco anos<sup>666</sup>.

Assim, Arraes deu ciência aos presentes que já havia enviado carta ao presidente João Goulart pedindo sustação deste último Decreto e sugerindo as seguintes medidas:

- a) – aplicação do Fundo no estímulo à sindicalização rural, para que camponeses possam, em contratos de acordo com a peculiaridade de seu trabalho, regular as

<sup>661</sup> UH-NE, 10/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>662</sup> UH-NE, 10/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>663</sup> Ibidem.

<sup>664</sup> Ibidem.

<sup>665</sup> Decreto Nº 51.104, de 1º de agosto de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51104-1-agosto-1961-390628-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11/07/2012.

<sup>666</sup> Decreto Nº 156, de 17 de novembro de 1961. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeministros-156-17-novembro-1961-355931-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11/07/2012.

condições de trabalho; b) – entrega direta de gêneros e roupas, a preço de custo, aos camponeses, através de cooperativas; c) – educação primária e profissional; d) – fortalecimento da estrutura da economia canavieira, mediante a elevação dos índices de produção, com a mecanização da lavoura, pessoal especializado, adubos, irrigação etc.<sup>667</sup>.

O apoio capitaneado por Arraes tornava-se necessário, uma vez que, a classe patronal, através de seus representantes políticos, fazia pressão quanto à aplicação do Decreto Nº 156. Prova disso, em 18 de março de 1963, o deputado Fernando Sampaio requereu que fosse constituída uma comissão interpartidária para, junto ao presidente da República e do IAA, solicitar imediata regulamentação do Fundo<sup>668</sup>. Nesse mesmo sentido, no dia 27 daquele mês, Edson Moury Fernandes, apresentou requerimento semelhante<sup>669</sup>.

As medidas propostas por Arraes poderiam melhorar, em muito, as condições de vida dos trabalhadores. Também demonstrava que o Executivo já vinha se esforçando para o cumprimento desse intento. Contudo, ao apresentá-las durante o encontro com as lideranças rurais, corroborava para vincular o projeto governista às ações desenvolvidas pelos movimentos sociais, numa pauta conjunta. Mais ainda, ampliava o apelo em torno de seu nome, como liderança popular, que se colocava contra um inimigo comum: a reação de usineiros e proprietários de engenhos frente à luta por direitos dos moradores do campo.

O plenário da reunião aprovou várias recomendações de caráter prático, cuja adoção poderia ser imediata. Foram elas:

a) – prazo de 90 dias para a aplicação da legislação trabalhista já existente, no campo, inclusive salário mínimo; b) – rezoneamento dos níveis de salário mínimo estabelecidos para o Estado, de modo que haja um nível único na zona das usinas de açúcar; c) – possível redução de margem de lucro dos proprietários da agroindústria canavieira, como forma de colaboração para melhorar a difícil solução do povo; d) – ampliação dos fundos destinados a atender a situação social dos trabalhadores rurais; e) – criação de uma comissão para sugerir ao governo do estado, medidas para melhoria da situação dos trabalhadores do campo; f) – apoio à posição do governo com relação ao Fundo da Agroindústria Canavieira; g) – constituição de uma comissão (dois representantes da Federação dos Sindicatos (*sic*) [Trabalhadores] Rurais, dois das Ligas Camponesas, um do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar) para apresentar sugestões quanto à forma de se realizarem as recomendações apresentadas com a assistência do DRT e Secretaria Assistente<sup>670</sup>.

Da pauta apresentada, os itens A e B foram aqueles que receberam maiores esforços no sentido de serem efetivados. Dos itens C e D, que dependiam da colaboração e aval da classe patronal, não se tem notícia, nas fontes pesquisadas, de seu desenvolvimento. O mesmo

<sup>667</sup> *UH-NE*, 10/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>668</sup> *Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco*. Sessões de 10/03/1963 a 30/04/1963, p. 26.

<sup>669</sup> *Idem*, p. 189.

<sup>670</sup> *JC*, 10/03/1963, p. 16. Hemeroteca/APEJE.

pode ser dito das comissões elencadas nos itens E e G. A formação de uma frente única de atuação, e o apoio desejado por Arraes ao seu projeto, aparece concretizada nos itens E, F e G. Especificamente quanto ao item F, não houve pronunciamento de João Goulart sobre o assunto.

Em 1963, pela escala salarial do Ministério do Trabalho, Pernambuco estava dividido em três zonas com valores distintos para o salário mínimo. Na primeira faixa, Cr\$ 16.500, estavam incluídos os municípios de Recife, Olinda e Moreno; na segunda, Cr\$ 15.100, os de Caruaru, Jaboatão, Palmares, Paulista, Petrolina, Timbaúba, São Lourenço e Vitória de Santo Antão; e, na terceira, Cr\$ 12.300, os demais municípios do estado<sup>671</sup>.

Os trabalhadores da zona canavieira estavam bem distantes dessa realidade. Nas fontes consultadas os valores que percebiam diariamente variavam de Cr\$ 300, na melhor das hipóteses, a números ínfimos como Cr\$ 80. Considerando o primeiro valor e multiplicando por trinta dias, chegaríamos a uma renda mensal de Cr\$ 9.000, o que ainda assim, não correspondia a realidade da grande maioria. As compras de gêneros de primeira necessidade eram feitas nos barracões dos engenhos e usinas. Preços exorbitantes e baixa qualidade das mercadorias eram características dessa relação comercial. “Farinha – 120 cruzeiros o quilo; feijão – 220 cruzeiros; açúcar – 60 cruzeiros; carne de xarque (*sic*) – 600 cruzeiros; bacalhau – 800 cruzeiros; lombinho – 530 cruzeiros; sardinha – 530 cruzeiros; café (pacote de 250 gramas) – 35 cruzeiros; querosene (*sic*) – 50 cruzeiros o litro; fósforos – 6 cruzeiros a caixa”<sup>672</sup>, publicou o semanário *A Hora*, numa reportagem-denúncia sobre a relação do salário dos trabalhadores rurais com o preço cobrado nos barracões.

Diante desse contexto, não era de se espantar que o cumprimento do artigo 28 do Estatuto do Trabalhador Rural – onde estava preconizado “qualquer que seja a forma, tipo ou natureza de contrato, nenhum trabalho rural assalariado poderá ser remunerado em base inferior ao salário mínimo regional”<sup>673</sup> – encabeçasse a lista de reivindicações formulada no encontro de 09 de março de 1963.

Passado exato um mês, em 09 de abril de 1963, Miguel Arraes reuniu-se com San Tiago Dantas, Ministro da Fazenda, para definir uma fórmula que permitisse aos usineiros e proprietários de engenho o pagamento do salário mínimo regional. Uma nota foi distribuída pela Assessoria de Imprensa do Palácio, informando o resultado do encontro:

---

<sup>671</sup> *UH-NE*, 30/04/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>672</sup> *A Hora*, 23/02 a 01/03/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>673</sup> Lei Nº 4.214 de 02 de março de 1963. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 12/07/2013.

(...) entre outros assuntos discutidos, ventilou-se a situação social na região açucareira, onde os salários pagos se acham abaixo dos níveis legais e geram descontentamentos, com prejuízo da própria produção.

O Ministro da Fazenda anunciou o propósito do presidente de assegurar imediatamente recursos financeiros que permitam atender especificamente a essa situação, através de financiamentos a serem posteriormente liquidados por ocasião do estabelecimento de preços mais justos para o produto. (...) <sup>674</sup>

A classe patronal havia condicionado a aplicação do salário mínimo à majoração do preço do açúcar. A solução encontrada pelo governo foi, mais uma vez, atender suas exigências, através de financiamento concedido pelo Banco do Brasil. O pagamento seria realizado posteriormente, onde já se acenava para a possível elevação do preço do açúcar. Ou seja, proprietários de engenhos e usineiros tinham seus objetivos duplamente realizados. Semelhante ao que havia acontecido com o pagamento do 13º salário, o Estado, a partir do justo pleito dos trabalhadores, beneficiava também o patronato rural.

Em maio de 1963, as agências do Banco do Brasil foram autorizadas a iniciar o financiamento da lavoura canavieira <sup>675</sup>. As greves realizadas no engenho Jundiá (Rio Formoso) e na usina Jaboatão, em junho; e nas usinas Cachoeira Lisa (Gameleira) e Caxangá (Ribeirão), em julho <sup>676</sup>, todas reivindicando o pagamento do salário mínimo regional, indicam que muitos patrões continuaram descumprindo a legislação vigente.

Posteriormente, em 21 de junho de 1963, uma nota da Delegacia Regional do Trabalho, esclarecia os novos salários que os trabalhadores rurais deveriam receber por dia. Cr\$ 503,00 para os que estavam localizados na segunda zona e Cr\$ 410,00 para os da terceira. Na mesma nota, Enoch Saraiva divulgada que estava lutando junto ao Ministério do Trabalho pelo rezoneamento salarial, para que toda região canavieira estivesse localizada na segunda faixa <sup>677</sup>.

Este pleito contou com o apoio da classe patronal. Era uma reivindicação antiga dos plantadores. Em fevereiro de 1963, numa reunião da Associação dos Fornecedores de Cana, a possibilidade já havia sido aventada <sup>678</sup>. Como a menor parte das empresas açucareiras estavam localizadas na segunda zona, as despesas eram maiores para um grupo menor de proprietários. Funcionando em sistema de cooperativa, os custos com o rezoneamento seriam divididos por um número maior de associados e a maioria sairia beneficiada.

---

<sup>674</sup> UH-NE, 10/04/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>675</sup> Idem, 11/05/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>676</sup> Ver apêndice A, especificamente greves 36, 37, 43 e 44.

<sup>677</sup> A Hora, 23 a 27/06/1963, p. 06. Hemeroteca/APEJE.

<sup>678</sup> UH-NE, 12/02/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

A classe patronal tentou capitanear para si a consecução desse objetivo, transmutando em benfeitoria aos trabalhadores. Em 09 de julho de 1963, o deputado federal Ney Maranhão (PTB) realizou um discurso de agradecimento aos proprietários:

(...) conforme notícia de Pernambuco, os usineiros, em reunião no Sindicato da Indústria do Açúcar, os produtores açucareiros pernambucanos decidiram pleitear no Ministério do Trabalho a elevação de suas propriedades de terceira para segunda zona, para efeitos do pagamento do salário mínimo regional. (...) Está é uma prova evidente de que os usineiros pernambucanos estão de acordo com as reivindicações do proletariado de minha terra contra essa injustiça praticada, pois que há dois anos, com abaixo assinados, documentos de toda natureza vêm fazendo apelos ao governo federal e até hoje, essa solução não foi resolvida. Assim sendo eu me congratulo com os usineiros pela presente atitude em benefício da classe operária de minha terra. (...) <sup>679</sup>.

Embora não houvesse diminuição na margem de lucro dos proprietários, a vigência do salário mínimo e o rezoneamento das faixas definidas pelo Ministério do Trabalho trouxeram benefícios econômicos aos trabalhadores, como demonstra o relato descrito por Jocelyn Brasil, utilizado como epígrafe nesta seção (*ver página 146*). Nas memórias de Gregório Bezerra “em março de 1963, já tínhamos conseguido fazer com que o salário mínimo de 450 cruzeiros estivesse sendo pago em 97% da zona açucareira do estado de Pernambuco e, em fins de abril, essa situação pode ser consolidada. O patronato rural capitulou diante da lei e da unidade da massa camponesa sindicalizada”<sup>680</sup>. Se houve capitulação de usineiros e proprietários de engenho, esta se deu, muito mais, no campo simbólico. Dobrar-se a pagar o salário mínimo e o 13º possuía significado de derrota para uma classe que perpetuava seu poder geração após geração. No âmbito financeiro, não aconteceu revés.

### **“A Tabela da Paz”. A Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo**

Ainda no bojo da efetivação do salário mínimo para os trabalhadores rurais e, conseqüentemente, da aplicação da legislação trabalhista, uma das muitas questões que apareciam dizia respeito à carga horária. O artigo 25 do Estatuto do Trabalhador Rural versava o seguinte:

<sup>679</sup> Discurso de Ney Maranhão. *Diário do Congresso Nacional*. Seção I, 10/07/1963 p. 4260. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD10JUL1963.pdf#page=24>>. Acesso em: 14/01/2011.

<sup>680</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 516.

**Art. 25.** Os contratos de trabalho rural, individuais ou coletivos, estipularão, conforme os usos, praxes e costumes de cada região, o início e o término normal da jornada de trabalho, que não poderá exceder oito horas por dia.

Parágrafo único. Em qualquer trabalho contínuo, de duração superior a seis horas, é obrigatória a concessão de um Intervalo para repouso ou alimentação, observados os usos e costumes da região. O intervalo não será computado na duração do trabalho<sup>681</sup>.

Na reunião com as lideranças rurais de 09 de março de 1963, o padre Paulo Crespo já havia alertado para uma possível cobrança de oito horas diárias, sobre a qual não concordava (*ver página 159*). Segundo ele, “o trabalhador da cana é um homem normalmente doente, incapacitado fisicamente para uma tarefa de tamanha envergadura”<sup>682</sup>. Crespo propunha, em contrapartida, a determinação de uma tarefa-padrão para o campo que correspondesse a duração de trabalho proposta pelo ETR.

Essa preocupação não partia apenas das lideranças rurais. A classe patronal, pressionada a atender o pagamento do salário mínimo, não estava disposta a conceder aumento na remuneração sem que isso representasse ampliação de seus lucros.

O salário para os trabalhadores rurais, de forma geral, sempre equivalia a uma diária, medida por *braça* de 2,20m. (...) Na prática, quem sempre definia o *quantum* de trabalho que deveria equivaler à diária (normalmente 10x10 braças) eram os proprietários, os quais tendiam cada vez mais a aumentá-lo. (...)

O pulo da vara era uma das formas de ampliar a quantidade de trabalho que deveria ser efetuado. A cada novo dia de trabalho, por vezes toda semana, era efetuada uma medição do terreno a ser trabalhado. A vara (cuja medida deveria equivaler a uma braça) era a unidade de medida utilizada para essa operação. Estendia-se a vara no chão e, a partir daí, uma das extremidades da mesma sempre deveria estar em contato com o solo, sob o risco de uma medição falha. Os funcionários das empresas, entretanto, no momento de contar cada nova braça desprendiam a vara do solo ampliando com isso a área a ser trabalhada. Essa prática, comum em canaviais de todo Brasil, e fora dele, fazia com que a empresa ganhasse vários metros de cana cortada sem remunerar o trabalhador. Em alguns casos a vara utilizada poderia chegar a 2,50 metros que, somado com 30 cm ou mais de cada *pulo da vara*, poderia chegar a metros cada braça real.<sup>683</sup>

Desse modo, era a tarefa desempenhada por dia que determinava a remuneração do trabalhador. Além disso, as diversas formas de burla desenvolvidas pela classe patronal eram eficientemente praticadas neste modelo de pagamento.

O trabalho medido por hora não seria interessante para a classe patronal por outras razões. Ao findar o dia, muitos trabalhadores não conseguiam cumprir sua tarefa. Seja pelo esforço físico aplicado por uma população mal alimentada e sem assistência médica; seja pela

<sup>681</sup> Lei Nº 4.214 de 02 de março de 1963. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 12/07/2013.

<sup>682</sup> *JC*, 10/03/1963, p. 16. Hemeroteca/APEJE.

<sup>683</sup> FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos...* Op. cit., p. 39. (Grifos do autor).

“quantidade de trabalho impossível de ser realizada num dia de trabalho, exigindo dois dias ou mais do morador”<sup>684</sup>. Assim, os proprietários tinham ciência de que o cumprimento das oito horas diárias não significaria aumento de produção. Era preciso encontrar uma fórmula que garantisse os lucros do patronato e, ao mesmo tempo, cumprisse, mesmo que de forma aparente, a legislação.

Foi assim que, em 11 de março de 1963, estiveram reunidos o ministro do Trabalho e Previdência Social (Almino Alfonso), Miguel Arraes, Gomes Maranhão e classe patronal, no Palácio das Princesas. O objetivo do encontro era debater “problemas ligados ao preço do açúcar e às relações de trabalho na região canavieira de Pernambuco”<sup>685</sup>. Nesta ocasião, foi entregue ao ministro um memorial elaborado por usineiros e fornecedores de cana, onde expunham seus pontos de vista sobre a situação.

O memorial era composto por sete pontos. No primeiro, pregava-se a aplicação gradativa do ETR; no segundo, a criação de sindicatos rurais sem orientação de grupos esquerdistas e com jurisdição sobre apenas um município; no terceiro, o reaparelhamento da Delegacia Regional do Trabalho; e, no sétimo, a validade das obrigações previdenciárias previstas no ETR a partir da próxima safra (setembro de 1963). Quanto às relações de trabalho, elas eram tratadas no quarto, quinto e sexto pontos:

4º – Considerando as peculiaridades do trabalho agrícola na zona canavieira e a prestação de serviços por tarefa, seria oportuna a criação de um grupo de trabalho para fixar normas no tocante a salários, relativos ao plantio, limpa, corte e colheita da cana, tomando-se por base a produção equivalente a uma jornada de trabalho de oito horas, conforme determina a Consolidação das Leis Trabalhistas. As tarefas dos rurícolas correspondentes a uma jornada de trabalho de 8 horas, deveriam ser uniformizadas por portaria da autoridade competente.

5º – Face ao caráter específico da agricultura canavieira, com período descontínuos de trabalho em certas atividades, impõe-se a elaboração de contratos tipos para os trabalhadores do período das safras.

6º - Criar igualmente normas especiais para a regulamentação do trabalho dos empreiteiros que exercem suas atividades à época da colheita da safra<sup>686</sup>.

Se a preocupação levantada pelo padre Crespo não aparece, de maneira explícita, na pauta de reivindicações assinadas na reunião de 09 de março de 1963 (*ver página 161*), a classe patronal demonstrava pleno interesse na fixação de normas para as relações de trabalho na zona canavieira. Para que a jornada de oito horas fosse cumprida, o patronato precisava que seus mecanismos de controle, de abuso de poder e de lucros financeiros fossem garantidos.

<sup>684</sup> DABAT, Christine Rufino. *Moradores de engenho...* Op. cit., p. 594.

<sup>685</sup> *UH-NE*, 12/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>686</sup> *Ibidem*.

Com esse intuito, em 28 de junho de 1963, quando as agências do Banco do Brasil já estavam autorizadas a realizar o financiamento destinado ao pagamento do salário mínimo (*ver página 163*), a classe patronal capitaneou uma reunião para debater a uniformização de tarefas no campo. O encontro foi realizado na Cooperativa dos Usineiros, contando com a participação de representantes do Sindicato da Indústria do Açúcar, da Federação dos Trabalhadores Rurais, do Sindicato Rural de Igarassu e de alguns fornecedores de cana<sup>687</sup>. Nenhum representante do governo estava presente.

A partir desta atitude, a classe patronal reafirmava seu interesse na regulamentação das atividades desempenhadas pelos trabalhadores. Mais ainda, tomava para si a liderança da empreitada, deixando de fora o governo, e disposta a manter seus mecanismos de exploração. Devido à complexidade dos debates, a reunião durou o dia inteiro. Os participantes reconheceram que o estudo estava apenas em sua fase inicial, sendo necessária a realização de consultas aos seus respectivos associados, com o intuito de ampliarem os debates. O trabalho se mostrava cansativo e difícil.

As fontes consultadas não apontaram para a ocorrência de outros encontros durante o mês de julho, indicando que, provavelmente, não aconteceram. Para a classe patronal, mesmo demonstrando interesse, aquela não era uma prioridade. Esse hiato abriu espaço para que o governo assumisse a condução dos trabalhos. A posição de mediador, que o Executivo procurava chamar pra si nos conflitos do campo, estava pronta para ser retomada.

Marcado para setembro de 1963, o período da moagem se aproximava. Era a primeira safra sob a vigência do Estatuto dos Trabalhadores Rurais. Urgia a necessidade de uniformização das tarefas no campo. A primeira reunião, sob a égide do governo, foi realizada em 12 de agosto de 1963, no Palácio das Princesas. Nela esteve presente, além de Miguel Arraes e Fernando Mendonça, apenas a classe trabalhadora, representada por cerca de quarenta pessoas, entre lideranças sindicais e trabalhadores rurais. Os debates foram exaustivos, com reuniões sucessivas de manhã, tarde e noite. Uma proposta preliminar da tabela foi elaborada para ser apresentada aos órgãos de classe patronal<sup>688</sup>.

A segunda reunião aconteceu no dia 14 de agosto de 1963, também no Palácio das Princesas. Coube ao governador apresentar, aos representantes do Sindicato dos Empregadores da Lavoura de Cana e do Sindicato da Indústria do Açúcar, a proposta elaborada no encontro anterior. Simbolicamente, era o chefe do Executivo – na posição que

---

<sup>687</sup> DP, 29/06/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>688</sup> Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco, Nº 152, 12/08/1963, p. 07. Fundo Primeiro Governo/IMA. e UH-NE, 13/08/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

discursava ser: “o povo no poder” – que levava a pauta de reivindicações dos trabalhadores. Os debates ocorreram das 16 às 20h, e uma contraproposta da classe patronal foi elaborada<sup>689</sup>.

Nesta ocasião, estava presente, pelos corredores do Palácio, Júlio Santana, que foi entrevistado pelo *Última Hora Nordeste*. Ele questionou o número de duzentos feixes de canas por dia trabalhado, proposto pela classe patronal, sem fazer distinção entre os chamados “canaviais ruins”. Para o presidente da Junta Governativa do Sindicato de Barreiros

há, realmente, zona em que o homem pode produzir os 200 feixes. Mas isso, exclusivamente, na cana despalhada, ou limpíssima. O perigo aí é justamente a confusão que poderá surgir mais tarde, numa só usina, por exemplo, com a distribuição de camponeses para uma produção fixada naquele número de feixes, em terreno misto, com cana limpa, média e ruim<sup>690</sup>.

As discussões em torno da tabela desmascaravam a exploração sofrida pela classe trabalhadora. De um lado, os proprietários tentavam incluir o máximo de tarefas para o pagamento da diária; de outro, os trabalhadores, pela primeira vez, passavam a questionar os quantitativos estabelecidos. Diante de atividades exercidas em condições variadas e com interesses conflitantes em jogo, chegar a um ponto de vista comum não aconteceria facilmente.

Na terceira reunião, ocorrida no dia 16 de agosto, vinte três representantes dos trabalhadores rurais receberam de Miguel Arraes a contraproposta da classe patronal. O governo, mais uma vez, se colocava como mediador dos conflitos de classe. Durante quatro horas e dez minutos, de modo já feito por Júlio Santana dois dias antes, foram questionados os quantitativos de tarefas, propostos pelo patronato, para efeito de pagamento das diárias. Elaborou-se uma nova tabela, que seria levada para uma reunião conjunta entre trabalhadores, proprietários de engenhos e usineiros<sup>691</sup>.

Havia chegado o momento do confronto. Pela primeira vez, desde que o governo assumiu o papel de capitanear a elaboração de uma Tabela de Tarefas, estavam sentados na mesma mesa, frente a frente, classe patronal e classe trabalhadora. A finalidade era a mesma; os interesses, entretanto, eram bastante diferentes. As reuniões aconteceram em três dias seguidos, entre 19 e 21 de agosto, no Palácio das Princesas<sup>692</sup>. O clima tenso e o tom

<sup>689</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 154, 14/08/1963, p. 13. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>690</sup> *UH-NE*, 15/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>691</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 156, 16/08/1963, p. 08. Fundo Primeiro Governo/IMA e *UH-NE*, 17/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>692</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 158, 19/08/1963, pp. 03-06. Nº 159, 20/08/1963, p. 06-08. Nº 160, 21/08/1963, p. 07. Fundo Primeiro Governo/IMA.

acalorado dos debates aparecem no relato deixado por Clóvis Campello, que esteve presente nas reuniões:

foram três dias e três noites de trabalho, em Palácio, sem cessar. Iniciávamos às 9 horas da manhã e terminávamos às 22 horas, com intervalo, apenas, para almoço e jantar. Foi duro; duríssimo mesmo. Arraes, imperturbável, qual juiz, presidia os trabalhos. Os usineiros e os senhores de engenho, de um lado da mesa, lutando para firmarem seus pontos de vista; nós, camponeses, do outro lado, combatendo, inabalavelmente, por nossas reivindicações!<sup>693</sup>

Noutro momento, Campello rememora os embates quanto aos cálculos de tarefas por dia. A classe patronal exigindo números exorbitantes; enquanto os trabalhadores demonstravam ser humanamente impossível a execução:

(...) O caso era o da adubagem.  
Quantos buracos um camponês poderia fazer, por dia, e nele executar o trabalho? Por dia ou por produção? (...)  
Um buraco é feito com a distância de um passo para outro. Ora, um dia de oito horas de trabalho representa quatrocentos e oitenta minutos. Admitamos que, para fazer esse serviço, ou seja, dar um passo à frente, baixar o corpo, fazer o buraco, depositar o adubo e em seguida tapá-lo, levantar o corpo, de novo, o camponês precise de, pelo menos, trinta segundos. Logo, só poderá fazer novecentos e sessenta buracos, nessas oito horas de trabalho, nos quatrocentos e oitenta minutos, considerando-se, no mínimo, trinta segundos para cada buraco. Assim opino, não podendo ser, de maneira alguma, os mil e quinhentos buracos solicitados pela classe patronal, que seja de novecentos e sessenta buracos matematicamente falando, quando, em realidade, só o deveriam ser novecentos buracos, pois assim o exige a vida. Ainda é preciso levar mais em consideração que o pobre homem não poderá parar um segundo para acender um cachimbo, beber água ou despertar o corpo! Era preciso que o camponês não fosse um camponês e, sim uma máquina de levantar e baixar o corpo, o dia todo!<sup>694</sup>

Findado o terceiro dia, esgotaram-se os debates. Um acordo havia sido firmado. O texto foi redigido por uma comissão composta por representantes das classes, em conjunto com Enoch Saraiva e Fernando Mendonça<sup>695</sup>. A assinatura da Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo foi realizada no dia 23 de agosto de 1963 (*ver Anexo A*). Subscreveram o documento: Manoel Gonçalo Ferreira, presidente da FTRP, Adauto Freire, representante das Ligas Camponesas, Gustavo Colaço representante do Sindicato da Indústria do Açúcar, Enoch Saraiva e Fernando Mendonça<sup>696</sup>.

Nesta ocasião, com perspectivas diferentes, os depoimentos fornecidos foram otimistas. Pela classe patronal, Gustavo Colaço afirmou que acreditava “plenamente no êxito

<sup>693</sup> CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos modernos*. Op. cit., p. 95.

<sup>694</sup> Idem, pp. 95-97.

<sup>695</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 160, 21/08/1963, p. 07. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>696</sup> Idem, Nº 162, 23/08/1963, p. 06. Fundo Primeiro Governo/IMA.

desse trabalho”, no seu entender aquela era “a única maneira viável de se poder contar com um ambiente tranquilo para o trabalho no campo”. Pela classe trabalhadora, Manoel Gonçalo Ferreira declarou sentir “como os demais trabalhadores”, que começava “a nascer uma compreensão entre as classes”<sup>697</sup>.

As manchetes dos jornais acompanharam esse otimismo. No *Última Hora Nordeste*: “Paz no campo. Acordo final foi assinado ontem no Palácio”<sup>698</sup>; no *Diario de Pernambuco*: “Acordo entre os líderes, camponeses e usineiros”<sup>699</sup>; e no *Jornal do Commercio*: “Plantadores, usineiros e camponeses já assinaram acordo”<sup>700</sup>.

As palavras tranquilo, compreensão, paz e acordo, presentes nas falas e nos títulos, demonstram que a Tabela era encarada de forma redentora. Para a classe patronal, no período da moagem, o campo precisava de tranquilidade, ou seja, trabalhadores, ordeira e pacificamente, desempenhando suas funções sem questionar. Para a classe trabalhadora, a Tabela era vista como sinônimo de entendimento, como o início de mudanças nas relações estabelecidas até então. Para a imprensa, paz e acordo, resumiam a situação. Entretanto, havia diferenças significativas nesses otimismo. O que para um lado era sinônimo de retorno a uma posição de controle e dominação, exercida sem questionamentos; para outro, significava o começo de uma época pautada em transformações.

Fernando Mendonça, representando o governo, foi mais pragmático. Inicialmente, reconheceu “o espírito de cooperação existente entre ambas as partes, para que se chegasse a uma conclusão satisfatória”. Contudo, compreendia que “essas assinaturas serv[iam] apenas para formalizar os entendimentos. O importante [era] o cumprimento das cláusulas do acordo”<sup>701</sup>. Mendonça sabia, como ficou acertado nas reuniões, que o documento era de caráter preliminar. Deveria ser levado às bases dos trabalhadores rurais para aprovação em assembleias gerais, para só depois ser firmado oficialmente pelos delegados dos órgãos de classe<sup>702</sup>. Havia, ainda, um longo caminho a ser percorrido. Aquele era, por assim dizer, um período de testes.

No dia posterior a assinatura, Miguel Arraes concedeu uma entrevista coletiva, quando retornava de seu depoimento na CPI do IBAD. Sobre a Tabela afirmou:

<sup>697</sup> Esta e as demais citações no parágrafo em: *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 162, 23/08/1963, p. 06. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>698</sup> *UH-NE*, 24/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>699</sup> *DP*, 24/08/63, p. 05. Hemeroteca/APEJE.

<sup>700</sup> *JC*, 24/08/63, p. 16. Hemeroteca/APEJE.

<sup>701</sup> *UH-NE*, 24/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>702</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 160, 21/08/1963, p. 07. Fundo Primeiro Governo/IMA.

congratulo-me como todos pela assinatura do acordo em torno das tabelas que deverão vigorar em toda a zona canavieira do Estado. Ela representa o esforço de todos aqueles que sempre quiseram solucionar pacificamente as divergências. Vem demonstrar, afinal, que tínhamos razão nas posições até aqui adotadas. Os que pretendiam levar o Estado a um clima de intranquilidade, começaram a se isolar, pois a maioria procurou agir com bom senso porque a ninguém interessa as dissensões e as lutas estéreis, nascidas do desespero de alguns políticos e muitos diferentes de outras que se firma no cumprimento da lei e no estabelecimento da justiça social. Tenho a satisfação de ver que os esforços dispendidos desde a posse do atual governo não foram em vão<sup>703</sup>.

O governador buscava tomar proveito da situação. A Tabela fora formulada com sua ajuda. Representava uma maneira de calar os críticos. Assumindo o papel de mediador, procurava demonstrar que o Executivo estadual tinha razão nas posturas que vinha assumindo. O jornal *A Hora*, seguindo linha semelhante, divulgou a assinatura do documento com a seguinte manchete: “Governo é fiador de acordo entre camponeses e usineiros”<sup>704</sup>.

O papel desempenhado por Arraes não deve ser menosprezado. De fato, houve grande esforço para que o acordo fosse concluído. Ao ponto de Gustavo Colaço, representante das classes patronais, reconhecer que

o governador Miguel Arraes se empenhou a fundo no sentido de efetivar essa solução, a ponto de estar presente durante todas as reuniões que se prolongaram por várias horas e dias consecutivos desta semana e da passada, num trabalho realmente cansativo, não medindo esforços para uma rápida e satisfatória solução do problema<sup>705</sup>.

A realização da Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo foi capitaneada como uma vitória do governo. Em 26 de agosto de 1963, o deputado monsenhor Arruda Câmara (PDC), realizou um discurso inflamado no Congresso Federal, respondendo às acusações que lhe foram feitas por Miguel Arraes na CPI do IBAD. Nas suas críticas, Câmara acusava Arraes de insuflar trabalhadores rurais contra donos de engenhos. Em aparte, o Deputado Artur Lima Cavalcanti (PTB), saiu em defesa do governador:

e com relação a agitação no campo, em Pernambuco, aproveito o discurso de V. Exa [Arruda Câmara], para dizer que houve, em nosso estado um clima de agitação pela fome, pela miséria e pelo desajustamento social em que vive a massa camponesa. Entretanto, para alegria nossa, de pernambucanos, acaba de ser realizado um contrato, um acordo entre os senhores de engenho, em Pernambuco, e os camponeses. Eu assisti a uma dessas reuniões, realizadas no Palácio do Governo,

<sup>703</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 163, 24/08/1963, p. 12. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>704</sup> *A Hora*, 24 a 30/08/2013, p. 06. Hemeroteca/APEJE.

<sup>705</sup> *DP*, 24/08/63, p. 05. Hemeroteca/APEJE.

onde recentemente este acordo foi firmado, e creio que com o encerramento deste acordo o problema do campo em nosso estado será solucionado<sup>706</sup>.

Utilizando como argumento a aprovação da Tabela, Cavalcanti procurava livrar Arraes das críticas elaboradas por Câmara. Segundo o deputado petebista, todos os problemas existentes no campo estariam resolvidos a partir daquele momento. O governador de Pernambuco, responsável pela negociação entre as partes, havia encontrado a solução.

Por outro lado, mesmo reconhecendo o esforço pessoal de Miguel de Arraes, a classe patronal creditava a para si a chegada de uma solução na elaboração da Tabela. Jorge Britto, diretor da usina Maria das Mercês, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, no dia 25 de agosto, afirmou que o acordo celebrado

foi um testemunho da boa vontade dos produtores de açúcar para dirimir as divergências quanto às tarefas no campo. (...) [Houve] cessão e transigências, em muitos casos, dos usineiros e fornecedores, o que pode ser creditado como uma demonstração eloquente de sinceridade de propósitos da agroindústria e do desejo de liquidar qualquer pretexto que se possa evocar para a continuidade da agitação na zona rural<sup>707</sup>.

Se haviam feito mesmo cessões e transigências, estas foram para seus benefícios. Com propósitos de cercear o movimento de lutas desempenhadas pelos trabalhadores rurais, a classe patronal passava a usar a Tabela como instrumento regulador. Agir contra ela, representava a quebra de um acordo. Neste sentido, Britto, na mesma entrevista, conclamava Miguel Arraes a

uma efetiva providência governamental para punir, sem criar mártires, os elementos subversivos e conter a alarmante sequencia de graves delitos contra a propriedade privada, contra a autoridade e a segurança e a tranquilidade comunitárias. Será uma forma de o governador do Estado desmentir o que, com justa razão, se há proclamado quanto às suas responsabilidades na onda agitacionista dia a dia crescente na Zona da Mata; e afirmar à opinião pública que não compactua com esse estado de coisas nem estimula, pela omissão, fatos que somente comprometem, com severidade, o progresso de Pernambuco e a estabilidade das instituições<sup>708</sup>.

Este posicionamento de Jorge Britto foi oficializado pela classe patronal, em 31 de agosto de 1963. Diante de algumas divergências ocorridas em relação à aplicação da Tabela, o Sindicato da Indústria do Açúcar, divulgou a seguinte nota:

---

<sup>706</sup> Discurso de Arruda Câmara, *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 27/10/1963, p. 5342. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD27AGO1963.pdf#page%3D6807>>. Acesso em: 21/12/2010.

<sup>707</sup> *DP*, 25/08/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>708</sup> *Ibidem*.

Malgrado as transigências e cessões dos produtores de açúcar verifica-se, agora, na prática, com a sucessão de atos desrespeitosos ao convênio celebrado, que parece haver o propósito de desfazer tudo o que foi feito naquele sentido, levando à derrocada o clima de paz e conciliação que indicava se haver concertado no que tange a padronização de tarefas e uniformização de salários a alas correspondentes, num esforço notável para a boa disciplina do trabalho.

Consciente de que todos os seus associados estão cumprindo rigorosamente as obrigações legais, confiamos que não falem as providências que se fazem necessárias a fim de garantir um acordo de que o próprio Exe. Chefe do Poder Executivo estadual foi testemunha e promotor; ao mesmo tempo em que se aguarda as medidas capazes de conter o trabalho impatriótico dos agitadores e restaurar, na zona canavieira, a tranquilidade e a segurança que Pernambuco e o seu povo reclamam<sup>709</sup>.

Disposta a usar a Tabela de Tarefas contra os trabalhadores, a classe patronal rejeitava a ideia de que precisava ainda ser homologada por aqueles que labutavam no campo, onde possíveis divergências poderiam acontecer. Mais ainda, tendo sido o governo o promotor dos entendimentos, toda ação contestatória à Tabela era incluída, pelo patronato, como uma atitude contrária também ao Executivo.

Diante dessa situação, uma reunião com representantes das classes patronais foi convocada por Miguel Arraes, em 02 de setembro de 1963. Pressionado, o governo montou um plano de fiscalização da Tabela, que seria executado por equipes móveis da Secretaria Assistente e Polícia Militar<sup>710</sup>. O coronel Humberto Freire deixava claro “que o objetivo dessa medida é concretizar a disposição do governo do Estado em manter a ordem e assegurar o cumprimento da lei em toda Zona da Mata, onde o órgão policial se encontrará apenas com essa finalidade, sem ‘contra’ ou ‘a favor’ de ninguém”<sup>711</sup>.

Apesar do posicionamento de Freire, Miguel Arraes solicitou que os representantes da agroindústria “formalizassem todas as queixas junto às autoridades locais”<sup>712</sup>, para que fossem tomadas providências rápidas. Esta determinação foi seguida a risca, como demonstra um conjunto de correspondências dos órgãos de classe patronais dirigidas ao Executivo.

No mesmo dia, o Sindicato da Indústria do Açúcar remeteu ao Palácio correspondência proveniente da usina Ipojuca. Nela, afirmava que os trabalhadores se recusavam a iniciar o corte na base de vinte canas por feixe e duzentos feixes por conta diários, conforme constava na Tabela. Propondo, em contrapartida, quinze canas por feixe<sup>713</sup>. Em outras correspondências, situação semelhante foi relatada nas usinas Catende, Aripibu e

<sup>709</sup> DP, 31/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>710</sup> Ver discussão realizada no capítulo II, sobre a solicitação de crédito especial para a Secretaria Assistente, página 120.

<sup>711</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 170, 02/09/1963, p. 05. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>712</sup> *Ibidem*, p. 04.

<sup>713</sup> Ofícios recebidos. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

Salgado. Esta última anexou duas correspondências enviadas ao Sindicato Rural de Escada, Ipojuca e Amaraji. Na primeira, perguntava se o sindicato estaria de acordo com a tabela. Cujas respostas foram afirmativas. Na segunda, questionava a atuação de um trabalhador, com o seguinte teor:

Ilmo sr.  
 Presidente do Sindicato Rural de [Escada] Amarají e Ipojuca  
 Prezado senhor,  
 Ref. [nome do referenciado]  
 Pela presente, solicitamos a fineza de nos informar se o referenciado faz parte desse Sindicato, porque o mesmo não está querendo fazer o serviço por tarefa, e pregando também que o feixe de cana é de 15 (quinze) canas por feixe e não de 20 (vinte) como reza a tabela elaborado pelo governo do Estado, seus assessores e classes interessadas.  
 Agradecemos as s/atenções e informações a respeito, subscrevemo-nos,  
 Mui respeitosamente,  
 [assinatura do diretor]<sup>714</sup>

Se por receio de que outros seguissem o mesmo caminho, ou se para criar pressão sobre o governo, aumentando o volume de divergências em relação à Tabela, a ação de um trabalhador foi contestada pela empresa. Quando se referiu ao acordo, o diretor da usina fez questão de salientar que havia sido elaborado pelo governo e pelas classes interessadas. Indicando que sua contestação representava uma quebra do protocolo firmado. Na correspondência constava, à mão, resposta do sindicato informando que o trabalhador referido não fazia parte dos seus associados. Não se sabe, mas muito provavelmente, tenha sido dispensado pela empresa. Naquela ocasião, o Sindicato de Escada ainda não havia feito sua assembleia, que estava marcada para 08 de setembro<sup>715</sup> e, portanto, não poderia assumir concordância sem consultar as bases.

A usina Cucaú, noutra correspondência, informava que seus trabalhadores não estavam de acordo com a Proposta das Tabelas de Tarefas. Desse modo, procedeu à empresa estabelecer o trabalho por hora, com expediente das sete às dezessete, e intervalo para almoço de duas horas. Tal deliberação provocou ainda mais insatisfação, sendo deflagrada uma greve<sup>716</sup>.

Como demonstra reportagem do *A Hora*, outras tantas contestações foram ocorrendo à medida que a Tabela ia sendo aplicada no campo. A principal insatisfação eram os quantitativos referentes ao corte das canas. Na notícia, o jornal fez críticas aos líderes

<sup>714</sup> Ofícios recebidos. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>715</sup> DP, 05/09/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>716</sup> Ofícios recebidos. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

sindicais que “não souberam, no Palácio do Governo, ao discutir com os usineiros, defender as legítimas reivindicações dos trabalhadores do campo”<sup>717</sup>.

A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, num ofício enviado aos órgãos das classes patronais, em 29 de setembro de 1963, procurava desfazer o mal entendido:

Sr. Presidente:

Fomos informados de que nos engenhos localizados no município de Carpina, está ocorrendo um lamentável equívoco. É que os fornecedores de cana, estão divulgando que a Tabela de Serviço do Campo, tal qual foi inicialmente acertada, com assistência do governo do Estado, está vigorando, e tem “força de lei”, sendo obrigatório o corte na base de 200 x 20 canas.

Ora, todos sabemos que ela foi apenas uma proposta conjunta elaborada nas reuniões realizadas no Palácio do Governo. A tabela então sugerida somente vigoraria após a necessária homologação, exigida por lei, nas assembleias gerais dos sindicatos interessados. Antes disso, nenhuma eficácia de direito possui.

No caso específico, o Sindicato dos Trabalhadores da Lavoura de Carpina realizou no dia 14 do corrente, uma assembleia para estudar e resolver o assunto, tendo os associados resolvido alterar a tabela para 150 x 20 canas, dadas as condições locais.

Assim sendo, os trabalhadores rurais de Carpina, a exemplo aliás, do seus companheiros do Sindicato de Nazaré, e já de outros municípios pernambucanos, somente aceitam a referida tabela com modificações acima, homologada na citada assembleia geral.

Solicitamos-lhes, finalmente, esclarecer seus associados daquele município do conteúdo da presente, afim de serem evitados mal entendidos que inevitavelmente originarão confusões, greves, mal-estar, etc.

Se outro assunto para o momento, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

Manoel Gonçalo Ferreira

Pela diretoria<sup>718</sup>

Entretanto, deliberadamente, a classe patronal continuava a promover discórdia entre os trabalhadores rurais e suas lideranças e destas com o governo. No dia seguinte ao ofício da FTRP, os jornais publicavam:

protestando contra o corte de 200 feixe por 20 canas, em virtude de considerarem tarefa incompatível para a jornada de oito horas, trabalhadores rurais de Carpina, Timbaúba, Glória do Goitá, Vicência, Aliança, Paudalho, Condado e Nazaré da Mata, resolveram suspender as suas atividades normais declarando-se em greve até à solução do impasse.

Segundo apurou a reportagem, junto a porta-vozes camponeses na Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, a classe pleiteia uma tarefa de 150 feixes por 20 canas. Sabe-se que o pleito resulta da homologação da medida (com alteração da tabela) em assembleias realizadas pelos órgãos sindicais daqueles municípios, as quais foram devidamente convocadas para estudar e debater o assunto.

Por outro lado, mantem-se a classe patronal na exigência da primeira tarefa, alegando que a mesma fora aprovada entre as duas classes e autoridades governamentais<sup>719</sup>.

<sup>717</sup> *A Hora*, 07 a 13/09/1963, p. 06. Hemeroteca/APEJE.

<sup>718</sup> Ofícios recebidos. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>719</sup> *DP*, 01/10/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

Em carta enviada para Secretaria Assistente, o Sindicato de Palmares denunciava o desrespeito do patronato ao não observarem as variações que a Tabela propunha, quanto ao tipo de cana<sup>720</sup>. Na usina Ipojuca, por exemplo, foi adotado “corte mínimo diário de 170 feixes de cana, sem observar a discriminação determinada pela Tabela”<sup>721</sup>, foi o relato feito pelo Sindicato de Escada, em audiência com Fernando Mendonça.

Antigas formas de burla praticadas pelos proprietários continuavam sendo realizadas. Ainda segundo os trabalhadores da Ipojuca “a cana que v[inha] sendo destinada ao corte [era] de péssima qualidade, não sendo possível atingir o corte estabelecido pelos proprietários da usina que, dessa forma, não possibilita[va] ao trabalhador perceber a diária de Cr\$ 503,00 correspondente ao salário mínimo local”<sup>722</sup>. Entretanto, conscientes, os trabalhadores não estavam dispostos a verem seus direitos, mais uma vez, desrespeitados. As divergências continuaram sendo reclamadas. A Proposta Conjunta das Tabelas das Tarefas do Campo, só foi ratificada em novembro de 1963, após uma greve geral na zona canavieira.

### **200 mil trabalhadores rurais parados. Greve geral, aumento de salário e contrato coletivo de trabalho**

O segundo semestre de 1963 foi marcado por vários movimentos grevistas reivindicando aumento salarial. No campo, os operários das usinas iniciaram uma campanha pela majoração de 100%. As negociações se estenderam durante quase todo mês de setembro. Por intermédio do delegado do Trabalho e do governador, chegou-se a um acordo com o patronato, onde ficou definido o percentual de 35 a 45% sob os salários<sup>723</sup>.

Pelos trabalhadores rurais, em 13 outubro de 1963, a FTRP publicou o “Manifesto dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco”. Esta nota era composta por várias reivindicações e denúncias. Nela, alertavam para o fato de trabalhadores rurais estarem sendo vítimas de uma campanha, encetada nos meios de comunicação, que os acusavam pelos males da pátria. Solicitavam registro de nascimento, construção de escolas e hospitais; aplicação do ETR; extinção do cambão, da condição, da meia, da terça e do foro extorsivo; providências para deter a ação de agitadores profissionais estranhos aos trabalhadores; e, como já haviam feito outras categorias antes, requeriam aumento salarial:

---

<sup>720</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 179, 13/09/1963, p. 01. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>721</sup> *Idem*, Nº 191, 27/09/1963, p. 02. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>722</sup> *Ibidem*.

<sup>723</sup> *A Hora*, 21 a 27/09/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

Perguntamos: Será possível viver com o salário de Cr\$ 200,00 ou mesmo Cr\$ 500,00 por dia? Pois bem, esse é o salário atual que percebemos e muitos ainda não nos querem pagar. Sabemos que o aumento do salário não resolverá em definitivo a situação do trabalhador. Só com as reformas de base. Enquanto elas não veem, queremos um salário que não nos deixe morrer de fome. Por isso, exigimos imediatamente 80% sobre os salários atuais. Não seremos os únicos sacrificados. Todas as classes trabalhadoras já tiveram dois aumentos salariais este ano. Somos os últimos a reivindicar nosso aumento. Não é agitação, mas necessidade de sobrevivência. Queremos receber o salário família, recentemente aprovado pelo Presidente da República. Reivindicamos para os funcionários públicos das Prefeituras do Interior, especialmente para as professoras rurais, o salário mínimo<sup>724</sup>.

Embora atrelasse o aumento à revisão dos preços do açúcar, nas fontes consultadas, esta era a primeira vez que aparecia a reivindicação pelos 80%. A FTRP que, àquela altura, vinha sendo contestada no meio sindical, dava o primeiro passo na realização da campanha salarial. No final da nota, questionavam a ideia de criação da Central Sindical dos Trabalhadores Rurais, aventada pelas Ligas, PCB e PCdoB, como oposição a Federação. E, por fim, conclamavam a união de todos na consecução dos objetivos expostos no Manifesto.

Gradativamente esta operação foi ganhando adesão maciça de outras entidades representativas dos trabalhadores. A entrada do Sindicato de Palmares, com jurisdição sob vinte e um municípios, e a adesão do pessoal das Ligas Camponesas, proporcionariam um aumento significativo ao movimento. A diversidade de correntes políticas que atuavam no campo, cada qual com seus projetos e sem que suas lutas específicas fossem deixadas de lado, caminhavam para a unidade, em torno da majoração salarial.

O Sindicato da Indústria do Açúcar e o Sindicato dos Empregadores na Lavoura de Cana, em nota conjunta, responderam ao manifesto elaborado pela FTRP. Diziam estar se esforçando ao máximo para aplicação do ETR, citando, como exemplo, a elaboração da Tabela de Tarefas. Reafirmavam que o aumento salarial só seria possível com a elevação do preço do açúcar; e que eram solidários a Federação, quanto à expulsão de pessoas estranhas ao meio rural no processo de mobilização das massas. Em dado ponto da nota, a classe patronal dizia-se simpática ao pleito salarial dos trabalhadores. Chegando, inclusive, a convidá-los para entendimentos, “visando a um trabalho comum em favor do estabelecimento das condições às empresas para concessão do aumento salarial examinado”<sup>725</sup>. Desse modo, o patronato vislumbrava, a partir do pleito dos trabalhadores, a justificativa necessária na consecução de seus objetivos financeiros.

Entretanto, a pauta inicial proposta pela FTRP foi sofrendo modificações à medida que os sindicatos autônomos foram aderindo. Se, de algum modo, a classe patronal encontrava

<sup>724</sup> DP, 13/10/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE. (Grifo nosso).

<sup>725</sup> UH-NE, 25/10/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

pontos de concordância no manifesto elaborado pela Federação, estes foram sucumbindo. No dia 19 de outubro, um anteprojeto de contrato coletivo foi encaminhado a DRT. Nele estavam contidos os seguintes pontos:

1º - Ficam reajustados, a partir da data do início da vigência do contrato coletivo de trabalho, os salários de todos os trabalhadores rurais da zona canavieira, compreendidos na jurisdição dos sindicatos dos trabalhadores rurais contratantes, na base de oitenta por cento (80%).

2º - No prazo de quinze dias, os sindicatos contratantes indicarão, paritariamente, representantes para uma comissão visando a promover, junto ao governo federal, ao Instituto do Açúcar e do Alcool e ao governo do Estado, o apressamento da interiorização da Previdência Social, da assistência médica e assistência escolar.

3º - Em cada engenho haverá um delegado sindical, escolhido pelos trabalhadores, o qual não poderá ser demitido, sem o competente inquérito policial.

4º - Comprometem-se as empresas compreendidas no âmbito da jurisdição dos sindicatos contratantes a realizar, mediante notificação do órgão de classe interessado e de acordo com o art. 545, da CLT, o desconto das contribuições devidas ao sindicato e arbitradas na forma da lei.

5º - Fica certo, nos termos da legislação em vigor, que as empresas representadas pelos órgãos de classe da categoria econômica somente admitirão empregados com a devida obediência aos dispositivos legais sobre a carteira profissional e registro de empregados. No prazo improrrogável de sessenta dias será regularizada a situação de todos os trabalhadores cujos contratos individuais de trabalho não estejam legalmente assentados sem prejuízo do seu tempo de serviço<sup>726</sup>.

Diferente do Manifesto, não havia menção ao preço do açúcar. Da pauta inicial, proposta pela Federação, permanecia o índice de reajuste salarial e a assistência médica e escolar. As reivindicações incorporadas passavam a ter cunho mais específico. A partir de então, uma série de assembleias foram organizadas por cada um dos sindicatos que ia aderindo ao anteprojeto de contrato coletivo. No dia 20 de outubro, o Sindicato de Barreiros, Rio Formoso e Sirinhaém; no dia 24, o Sindicato de Palmares; no dia 25, o Sindicato de Quipapá<sup>727</sup>. E assim foram os demais, numa demonstração de fidelidade às bases.

Nesse meio tempo, no dia 22 de outubro, trabalhadores e patrões foram convocados pelo delegado do Trabalho para debaterem o anteprojeto de contrato coletivo, sem nenhum avanço. Serviu apenas para que, em Catende e Jaboatão, uma greve fosse sustada<sup>728</sup>. As lideranças rurais pediam que os trabalhadores aguardassem prazo de trinta dias, enquanto as negociações se desenrolavam<sup>729</sup>.

Disposta a selar a unidade no campo, a Federação dos Trabalhadores Rurais lançou uma “proclamação-chamamento a todos os líderes de sindicatos rurais, aos representantes dos vários grupos de tendências existentes no campo, e particularmente, aos dirigentes das Ligas

<sup>726</sup> *A Hora*, 19 a 25/10/1963, p. 06. Hemeroteca/APEJE.

<sup>727</sup> *JC*, 20/10/1963, p. 21. Hemeroteca/APEJE.

<sup>728</sup> *DP*, 22/10/1963, p. 05. Hemeroteca/APEJE.

<sup>729</sup> *A Hora*, 26/10 a 11/11/1963, p. 06. Hemeroteca/APEJE.

Camponesas”<sup>730</sup>, para uma reunião na sua sede. O encontro ocorreu no dia 27 de outubro. Após as várias assembleias realizadas, e com anuência das bases, a pauta de reivindicações foi fechada.

Organizou-se um Comando Unificado da Campanha, composto por Manoel Gonçalo (FTRP), Manoel Araújo (Sindicato de Nazaré), José Evangelista (Sindicato de Jaboatão), Marcos Martins da Silva (Sindicato de Escada), assessorados pelos advogados Rildo Souto Maior e Geraldo Carreiro. Ficando acertada para o dia 17 de novembro, uma concentração no Recife<sup>731</sup>. Em nota, assinada por todas as lideranças, foi fixado o prazo de vinte dias para atendimento dos pleitos. E, pela primeira vez, repudiou-se o aumento do preço do açúcar.

Lutamos por aumento de salário. Mas, não podemos condicionar um tal aumento à elevação do preço do açúcar ou de qualquer outro produto. Nossa luta visa à própria sobrevivência, é uma luta de trabalhadores. Ainda mais: é a luta dos trabalhadores mais injustiçados e espoliados. Não pode, por isso, ser uma luta que favoreça a carestia de vida – uma de nossas maiores inimigas<sup>732</sup>.

Ao fim da nota, era consolidada a união dos movimentos sociais que atuavam no campo. Afirmava-se que no dia 29 de outubro, “unidos como um só homem”, todos estariam na Delegacia Regional do Trabalho, para debater com os empregadores as questões propostas.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, que representava os operários das usinas, divulgou nota apoiando os assalariados agrícolas, principalmente, no que se referia a inscrição destes no IAPI. E saudou “a demonstração de pujança e unidade dos sindicatos rurais da lavoura canavieira, [...] pois é de uma posição unitária que nasceram as vitórias mais caras dos trabalhadores”<sup>733</sup>.

Enquanto isso, a classe patronal continuava firme nos seus propósitos. “É impossível conceder o aumento de 80 por cento pleiteado pelos sindicatos rurais, a não ser que o governo federal determine novo aumento no preço do açúcar”<sup>734</sup>, afirmou o porta-voz da Cooperativa dos Usineiros, após reunião a portas fechadas com Gomes Maranhão, presidente do IAA.

Entretanto, os trabalhadores rurais também estavam firmes. Diante da unidade demonstrada, a classe patronal aceitou, com exceção do pleito salarial, todos os demais pontos da pauta de reivindicação. Desse modo, estava aprovada a formação de uma comissão para promover junto aos governos federal e estadual e ao IAA, a interiorização da previdência

<sup>730</sup> UH-NE, 24/10/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>731</sup> A Hora, 07 a 16/11/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>732</sup> JC, 29/10/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

<sup>733</sup> A Hora, 02 a 09/11/1963, p. 05. Hemeroteca/APEJE.

<sup>734</sup> UH-NE, 04/11/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

social e da assistência médica e escolar; a presença de um delegado sindical em cada engenho; o desconto das mensalidades sindicais em folha de pagamento; e a admissão, e regularização dos demais trabalhadores, com assinatura da carteira profissional e registro de empregos<sup>735</sup>.

Mesmo sem os 80%, o Comando Unificado divulgou nota considerando a aprovação dos pontos 2º, 3º, 4º e 5º do contrato coletivo como uma vitória inicial. Contudo, reafirmavam que a luta continuaria pela majoração dos salários. Mais ainda, sem qualquer vinculação com o aumento do preço do açúcar.

No que diz respeito ao item primeiro do CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO, até o momento, os empregadores se mantêm irredutíveis quanto à condição de somente concederem aumento se os trabalhadores cerrarem fileiras com eles na reivindicação de majoração do preço do açúcar. Como trabalhadores, nossa posição, já definida anteriormente, é lutar sem descanso pelos 80% de aumento de salários. Tão somente. E dessa posição não recuaremos. Caso não tenhamos uma resposta favorável e definitiva até o dia 18 do corrente, só teremos um caminho: a greve geral.

Conclamamos por fim a todos os trabalhadores rurais a reforçar a organização dos seus sindicatos para a grande concentração no dia 17 no Recife.

Fazemos um chamamento a todos os nossos companheiros dos sindicatos urbanos, estudantes e povo em geral, para que apoiem a nossa luta, justa por todos os sentidos<sup>736</sup>.

A estratégia da classe patronal era cooptar os trabalhadores, para que juntos, lutassem pelo aumento do preço do açúcar. Entrementes, a postura assumida pelo Comando Unificado não dava margens para que essa aliança fosse concluída. Não estavam dispostos a apoiar a elite dominante e compactuar com o aviltamento da população.

Ao final da nota, trabalhadores rurais, urbanos, estudantes e população em geral eram conclamados para a concentração a ser realizada no Recife. Este apelo foi prontamente atendido. No dia 14 de novembro, em nota conjunta, o Conselho Sindical dos Trabalhadores, a Federação das Associações de Bairros, a Federação dos Servidores do Estado e a Liga Feminina, prestavam seu apoio. Além disso, convidavam “os trabalhadores da cidade e o povo em geral, a comparecerem à concentração monstro, dos nossos irmãos do campo, demonstrando a união invencível de operários e camponeses na luta por melhores condições de vida e de trabalho”<sup>737</sup>.

Enquanto isso o impasse continuava. Era uma tarde de quinta-feira. 14 de novembro. Reunidos, mais uma vez na sede da DRT, estavam trabalhadores e patronato. Nenhum dos lados cedia. Às dezesseis horas e trinta minutos, o ministro do Trabalho, Amauri Silva (que

<sup>735</sup> *A Hora*, 07 a 16/11/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>736</sup> *UH-NE*, 09/11/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE. (Grifo nosso).

<sup>737</sup> *Idem*, 14/11/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

havia substituído Almino Alfonso), ligou para Enoch Saraiva, solicitando que o prazo dado pelo Comando Unificado, que expirava no dia 18, fosse dilatado. “O ministro sugeria que se desse novo prazo até o dia 12 de dezembro, com o que as autoridades teriam mais tempo no sentido de resolver a situação evitando a eclosão da greve”<sup>738</sup>.

Os representantes dos trabalhadores rejeitaram o apelo feito por Amauri Silva. “Continua[vam] mantendo seu ponto de vista contrário a qualquer aumento do preço do açúcar, a pretexto do aumento salarial a ser concedido. Afirma[ram] que o reajustamento e atualização de preços do açúcar são problemas dos industriais e plantadores”<sup>739</sup>. Sem sucesso, uma nova reunião foi marcada para sábado à noite, 16 de novembro. Nas vésperas da concentração em Recife.

Durante a nova reunião esteve presente Fernando Mendonça<sup>740</sup>. Era a primeira vez que as fontes consultadas mencionavam a participação de um representante do governo estadual. Disposto a chegar num acordo, Enoch Saraiva propôs a seguinte solução:

considerando – disse ele – que nas discussões travadas para atendimento das reivindicações dos trabalhadores rurais, durante as quatro reuniões já realizadas, os empregadores concordam com o aumento de salário pleiteado pelos rurícolas, desde que lhes seja asseguradas as condições de mensuração e atualização do preço do açúcar; considerando que já foram iniciados, a pedido dos empresários, os estudos para exame do assunto, provendo-se breve solução para o pleito dos usineiros e fornecedores; considerando que uma greve geral de trabalhadores do campo representaria “grave problema para todo o Estado”; e considerando que as partes já chegaram a acordo quanto aos demais itens do contrato coletivo de trabalho – propôs, “para consideração das partes”, a assinatura de um acordo nas bases já combinadas, com aumento de 80% a partir de 30 de novembro corrente<sup>741</sup>.

Os representantes dos trabalhadores aceitaram a fórmula, que propunham levar para suas assembleias. Entretanto, a classe patronal rejeitou. Afirmaram que estavam de acordo com o percentual do aumento. Mas que só o concederiam com a majoração do preço do açúcar. Para ter seus ganhos financeiros atendidos, estavam dispostos a permitir que a maior greve do sindicalismo pernambucano fosse deflagrada. Além disso, o governo de Miguel Arraes ficaria marcado pela realização daquela parede.

Utilizando novamente a estratégia de passeata combinada com deflagração de greve, os trabalhadores rurais concentraram-se na Avenida Dantas Barreto. O governador, que até então não havia participado das negociações, passava a ser convocado pela massa trabalhadora.

---

<sup>738</sup> *UH-NE*, 15/11/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>739</sup> *Ibidem*.

<sup>740</sup> *UH-NE*, 17/11/1963, p. 01. Hemeroteca/APEJE.

<sup>741</sup> *JC*, 17/11/1963, p. 21. Hemeroteca/APEJE.

Enquanto estavam concentrados, Miguel Arraes realizou uma última tentativa para evitar a greve. Reunido no Palácio com as partes, propôs um acordo, mais uma vez frustrado. O representante dos usineiros, Romero Cabral da Costa deu sentença final: “impossível dar aumento aos camponeses se não fosse majorado o preço do açúcar”<sup>742</sup>. Aos líderes sindicais, em companhia de Enoch Saraiva e Fausto do Nascimento, restou ir ao encontro da massa concentrada na Dantas Barreto.

De lá seguiram para a sede do governo. Miguel Arraes já os esperava. Discursando, saudou a unificação dos movimentos. Sem apresentar nenhuma solução para multidão, Arraes procurou se colocar entre eles. Usando sempre o pronome nós.

Isto é um fato novo e positivo que deve corresponder à unidade do povo e dos trabalhadores – unidade que é a única força capaz de nos levar a fazer as reformas e as modificações indispensáveis à solução dos problemas não só de Pernambuco, mas do Brasil inteiro.

Saúdo a unidade dos trabalhadores da cidade e do campo. Saúdo e digo que ela nos custou muito trabalho e sacrifício. Não é por acaso que aqui estão homens de todas as organizações. Não foi sem dores, sem sacrifícios e sem erros que a alcançamos<sup>743</sup>.

Por fim, com o objetivo de ganhar a confiança dos trabalhadores, lembrou-se da luta pelo 13º salário, que haviam conquistado no seu governo.

Ao assumir o governo do Estado as lutas no campo se acirravam porque não se pretendia pagar o décimo terceiro mês de salário – questão pacífica hoje, questão sobre a qual nenhum empregador levanta mais nenhuma objeção, em virtude das condições de organização dos camponeses e dos trabalhadores. Esse novo passo representa, portanto, uma conquista de todas as organizações de trabalhadores de Pernambuco<sup>744</sup>.

A única medida prática anunciada por Arraes foi a vinda do ministro do Trabalho, Amauri Silva, que tentaria resolver pessoalmente o problema. Diante da situação, aquilo representava pouco. O Comando Unificado deu a ordem. No dia seguinte: “200 mil camponeses em greve: parou o campo”<sup>745</sup>.

A manhã de segunda-feira, 18 de novembro “parecia um domingo, ou feriado nacional. Nos caminhos, nas estradas, nos engenhos, só andavam os piquetes, impedindo que os patrões tentassem furar a greve”<sup>746</sup>. Segundo Gregório Bezerra, o momento escolhido para

<sup>742</sup> UH-NE, 18/11/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>743</sup> Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco, Nº 231, 18/11/1963, p. 08. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>744</sup> Ibidem, p. 09.

<sup>745</sup> UH-NE, 18/11/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>746</sup> A Hora, 23 a 30/11/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

a greve foi estratégico: “era a época da moagem, os canaviais estavam cheios de cana cortada, secando no palhado, sem transporte”<sup>747</sup>.

Os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar, que já haviam prestado apoio em nota, reafirmaram sua posição, e ameaçaram entrar em greve de solidariedade caso não fosse encontrada uma solução rápida<sup>748</sup>. Amauri Silva seguia as démarches. Pela manhã do dia 18, três reuniões com Arraes<sup>749</sup>. Logo em seguida, conversa informal com os líderes sindicais no Palácio. À noite, desmarcou reunião com o patronato prevista na DRT<sup>750</sup>.

Enquanto isso, a greve se intensificava no campo. As usinas Bom Jesus e Estreliana, que amanheceram funcionando, tiveram suas atividades cessadas ao meio dia<sup>751</sup>. O Comando Unificado organizou piquetes-volantes para percorrer toda Zona da Mata. Para arrecadar fundos, foram instaladas duas barracas no Recife e carros com autofalantes percorriam as cidades do interior<sup>752</sup>. Por seu turno, os trabalhadores usavam diversas estratégias para paralisarem a produção. Por exemplo, no engenho Bosque, em Escada, as estradas foram empquetadas, para que nenhum caminhão carregado de cana chegasse à usina. Noutras ocasiões, a carga era descarregada e o transporte seguia vazio<sup>753</sup>. Nenhuma ação de violência fora registrada partindo dos trabalhadores. O movimento seguia pacífico.

No dia 19 de novembro, às catorze horas, na Delegacia do Trabalho, Amauri Silva, Miguel Arraes, Carlos Galisa (chefe de gabinete do ministro da Agricultura) e o deputado federal Jorge Nasser se reuniram com as lideranças sindicais. Na ocasião foi apresentada nova fórmula para acordo: “aumento imediato de 80% sobre as diárias de 503 cruzeiros, e concessão do 13º mês sem alteração, em dezembro, devendo a diferença ser pago em parcelas, nos meses de fevereiro, março e abril”<sup>754</sup>. Posteriormente, juntamente com Gomes Maranhão, Silva seguiu para a Cooperativa dos Usineiros onde manteve contato, a portas fechadas, com proprietários e fornecedores.

Ao passo que uma solução não era anunciada, violências patronais eram cometidas nos campos. No engenho Oiteirão, em Moreno, o delegado sindical Erasmo Marinho de Freitas foi assassinado, em casa, pelo proprietário Antônio Vicente Veloso. No engenho Capelinha, em Jaboatão, outro delegado sindical, João Alves da Silva foi morto pelo administrador. A

<sup>747</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 516.

<sup>748</sup> *UH-NE*, 19/11/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>749</sup> *Ibidem*.

<sup>750</sup> *DP*, 19/11/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>751</sup> *Idem*, 20/11/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>752</sup> *UH-NE*, 19/11/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>753</sup> *A Hora*, 23 a 30/11/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>754</sup> *DP*, 20/11/1963. Hemeroteca/APEJE.

Secretaria Assistente se pronunciou sobre os casos, afirmando que o governo não deixaria os criminosos impunes. Nas fontes consultadas constava-se diligência feita pela SSP e apreensão de armas dos proprietários e seus prepostos. Nenhuma prisão havia sido noticiada<sup>755</sup>. Os crimes tinham conotação política. Dirigidos, nos dois casos, a delegados sindicais. Não podendo frear a greve deflagrada, o patronato se utilizava da violência física como forma de intimidar os trabalhadores. Acostumados a impunidade, seguiam cometendo antigas práticas. Por outro lado, ressalta-se que qualquer violência policial aos trabalhadores não foi registrada.

Ignorando estes fatos, no Congresso Federal, o deputado Arruda Câmara deliberadamente deturpava os acontecimentos. “Já se encontram várias usinas e engenhos parados, mas parados a força, parados a custa de violência, parados sem garantia, porque os trabalhadores querem trabalhar e os agitadores, levando grupos armados, chamados piquetes, não permitem que esses homens trabalhem”<sup>756</sup>. Augusto Novaes (UDN) seguiu o mesmo caminho, acusando comunistas de atearem fogo nos canaviais. E aproveitou a ocasião para pedir que o preço do açúcar fosse majorado pelas autoridades<sup>757</sup>. Seu colega de legenda, Magalhães Melo (UDN), pensava diferente e afirmava “se é justo o pleito do aumento de salários dos trabalhadores da indústria do açúcar em meu estado, ele terá de vir de uma outra solução que não seja simplesmente a do aumento do produto, que vai ao lado da inflação dessorar ainda mais orçamentos de milhares e milhares de pernambucanos”<sup>758</sup>.

A tese defendida por Magalhães Melo era correta. Vivendo um período de crise econômica, o aumento de um item básico como o açúcar, prejudicaria a população mais pobre. Entretanto, não foi assim que pensaram os homens do governo em Pernambuco. A greve foi encerrada em 20 de novembro de 1963. Os oitenta por cento pleiteados pelos trabalhadores foram atendidos. Mais uma vez, o preço do açúcar foi reajustado.

No meio sindical a parede foi considerada vitoriosa, com todos os itens reivindicados sendo atendidos. Para os patrões, mesmo calculando os prejuízos em “100 milhões de cruzeiros diários”<sup>759</sup>, havia o que comemorar. Num mesmo ano, o açúcar era majorado duas

---

<sup>755</sup> *A Hora*, 23 a 30/11/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>756</sup> Discurso de Arruda Câmara, *Diário do Congresso Nacional*, Seção I (Suplemento), 21/11/1963, p. 20. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21NOV1963SUP.pdf#page%3D1>>. Acesso em: 21/12/2010.

<sup>757</sup> Discurso de Augusto Novaes, *Diário do Congresso Nacional*, Seção I (Suplemento), 21/11/1963, p. 11. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21NOV1963SUP.pdf#page%3D1>>. Acesso em: 14/01/2011.

<sup>758</sup> Discurso de Magalhães Melo, *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 21/11/1963, p. 9067. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21NOV1963.pdf#page%3D9029>>. Acesso em: 14/01/2011.

<sup>759</sup> *DP*, 21/11/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

vezes. Se, de fato, houve perdas financeiras durante a greve, estas seriam recuperadas nos meses subsequentes.

O contrato coletivo de trabalho foi assinado com alguns adendos em relação a proposta inicial, apresentados em destaque abaixo:

### **Contrato Coletivo de Trabalho referente a greve geral do campo de novembro de 1963**

<p>1º - Ficam reajustados a partir da presente data (19/11), os salários de todos os trabalhadores da lavoura canavieira, compreendidos nas jurisdições dos sindicatos rurais contratantes, na base de 80%, <u>com início de pagamento a partir de 1º de dezembro próximo.</u></p> <p><u>Parágrafo único – O governo federal, pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, resolve assegurar, através de adequadas revisões e remuneração do preço do açúcar, as indispensáveis condições econômicas e financeiras para o cumprimento deste contrato.</u></p> <p>2º - Haverá, em cada engenho, um delegado sindical eleito pelos trabalhadores, <u>dentre os pertencentes à categoria profissional e residente, há pelo menos três meses na propriedade, o qual não poderá ser demitido sem o competente inquérito judicial e gozará de ponto facultativo. Levantado pelo empregador incompatibilidade da empresa com o delegado eleito, será a questão submetida a uma comissão composta de um representante dos sindicatos dos empregadores, um dos trabalhadores e o delegado do Trabalho. Fica certo que a ausência do delegado eleito não será remunerada pelo empregador, ressalvando-se, porém, o direito à percepção do repouso remunerado, no caso da ausência de um dia, apenas, ao serviço. O prazo do mandato do delegado sindical será de dois anos.</u></p> <p>3º - No prazo de 15 dias os sindicatos contratantes indicarão, paritariamente, representantes para uma comissão visando mover, junto ao governo federal, ao Instituto do Açúcar e do Alcool e ao governo do Estado, o apressamento da interiorização da Previdência Social, da assistência médica e da assistência escolar.</p> <p>4º - Comprometem-se as empresas compreendidas no âmbito da jurisdição dos sindicatos contratantes a realizar, mediante notificação do órgão de classe interessado e de acordo com o art. 541 da CLT o desconto das contribuições devidas ao sindicato a arbitradas na forma da lei. <u>O trabalhador que não desejar participar do seu sindicato está isento, devendo para isto, no entanto, comunicar, por escrito, sua decisão ao sindicato, obrigatoriamente, e ao empregador.</u></p> <p>5º - Fica certo, nos precisos termos da legislação em vigor, que as empresas representadas pelos órgãos de classe da categoria econômica somente admitirão empregados com as devidas obediências aos dispositivos legais sobre carteira profissional e registro de empregados. No prazo improrrogável de 60 dias será regularizada a situação de todos os trabalhadores cujos contratos individuais de trabalho não estejam legalmente assentados, sem prejuízo do seu tempo de serviço. <u>No caso de o trabalhador não possuir carteira profissional, ressaltar-se-á o empregador quanto à obrigação de anotar a mesma, persistindo, no entanto, a de fazer, com o tempo efetivo de serviço, o devido registro. Ocorrendo dúvidas quanto ao tempo de serviço, serão as mesmas decididas pela comissão que trata da cláusula n. 2º.</u></p> <p>6º - Fica certo que a Proposta Conjunta de Tabela das Tarefas de Campo, aprovadas pelas lideranças sindicais no Palácio do Governo, continuará servindo de norma, obrigando-se os sindicatos de trabalhadores a submetê-las, no prazo de 60 dias, à aprovação de suas assembleias. <u>A comissão instituída na cláusula 2ª, do presente contrato resolverá as dúvidas sobre a sua aplicação, apresentadas pelas partes.</u></p> <p>7º - Fica, desde já, acertado que, em face das novas condições salariais aqui previstas, o 13º mês será pago, no mês de dezembro, na base do salário vigente em 30 de outubro de 1963, sendo a complementação do novo salário paga em três parcelas iguais e mensais, nos meses de fevereiro, março e abril de 1964.</p> <p>8º - Será antecipado o pagamento da importância correspondente ao valor de dois dias de trabalho à base de Cr\$ 503,00, na primeira semana de serviço, e referente às faltas aos serviços dos dias 18 e 19 do andante, como adiantamento feito pelo empregador da parcela do 13º mês de salário, a ser paga no mês de abril próximo futuro.</p> <p><u>Parágrafo único – Fica, desde logo, esclarecido que o pagamento das faltas acima referidas será submetido à decisão da Justiça do Trabalho que, considerando a legalidade ou ilegalidade das mesmas, determinará ou não seu pagamento. A falta ao serviço do dia 20 do corrente será paga aos trabalhadores na base da remuneração ora acordada, por inteira responsabilidade do Instituto do Açúcar e do Alcool.</u></p> <p>9º - <u>Institui não demissão de qualquer operário, mesmo grevista</u><sup>760</sup>.</p>
---

<sup>760</sup> A Hora, 23 a 30/11/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE. (Grifo nosso).

Além do já mencionado aumento salarial, condicionado à majoração do preço do açúcar, outros pontos considerados vitoriosos pelos trabalhadores, foram relativizados pela classe patronal. A escolha do delegado sindical poderia ser contestada; o 13º salário seria pago sob a base anterior ao aumento; e os dias não descontados da greve seriam computados como adiantamento do 13º.

Contudo, com aumento das diárias de Cr\$ 503,00 para Cr\$ 902,00, algumas mudanças ocorreram na vida da população. Nas memórias de Gregório Bezerra:

(...) o nível de vida dos trabalhadores começou a melhorar; começaram a comer mais e melhor. Passaram até a poder vestir-se melhor. Alguns substituíram as camas de varas por camas de madeira com colchões. Compravam mesas e cadeiras, até filtros para a água. Multiplicaram-se, no meio deles, os rádios transistores. Os mais jovens compravam bicicletas<sup>761</sup>.

Ainda segundo Bezerra, outros ganhos com o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores foram percebidos. Principalmente

(...) ao setor dos comerciantes e dos pequenos empresários de transportes coletivos. O movimento de compra e venda nas feiras chegava a lembrar um formigueiro: era um nunca acabar de gente entrando e saindo das lojas, das mercearias, dos açougues, dos bares, dos hotéis baratos, dos barracos de comida, das sapatarias, das casas de móveis, das oficinas de consertos, das alfaiatarias. Era um vaivém, uma lufa-lufa de cansar a vista dos observadores. Antes, essa gigantesca multidão, submetida ao barracão do senhor de engenho ou usineiro, não dispunha sequer de um real, mesmo que fosse para comprar o mínimo do mínimo do que necessitava. Agora, tinha a liberdade de escolher produtos e mercadorias, não aceitava mais as imposições de seus exploradores<sup>762</sup>.

Para Maria do Socorro de Abreu e Lima a greve de 18 a 20 de novembro de 1963, “foi um sinal importante de como os trabalhadores rurais estavam se constituindo, efetivamente, em uma classe social”<sup>763</sup>. Ainda segundo a autora:

ao participar das lutas específicas nos engenhos e usinas, os camponeses tiveram que, minimamente, discutir seus problemas, buscar argumentos, posicionar-se, enfrentar resistências, construir união e solidariedade, correr riscos, criar coragem, assumir uma ação coletiva de enfrentamento aos proprietários e seus prepostos, firmando lideranças e descobrindo-se enquanto categoria capaz de ser ouvida e de garantir seus interesses. Claro que isto não atingia, uniformemente, a todos, nem eliminava, de um só golpe, o medo e o sentimento de subserviência ou de dependência em relação aos proprietários. Contudo, era parte de um processo que estava se mostrando bastante positivo para a constituição dos canavieiros enquanto classe. Ao eclodir esta greve, sua experiência atingiu um patamar mais alto, pois aí a unidade foi geral, e as discussões foram sendo tratadas de maneira mais política. Se,

<sup>761</sup> BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Op. cit., p. 518.

<sup>762</sup> *Ibidem*.

<sup>763</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., p. 61.

de um lado, a mediação do governo poderia criar uma certa visão de dependência em relação ao poder constituído, de outro, poderia levar os camponeses a perceber melhor a importância de uma atuação política e a necessidade de se comprometerem com ela<sup>764</sup>.

As vitórias alcançadas pelos trabalhadores rurais em 1963 representaram um grande marco na vida daquelas pessoas. Muitos deles creditaram a mudança de vida a Miguel Arraes. A alcunha “Pai Arraia” denota o respeito que ficou pelo governador. De fato, dar prioridade aos homens e mulheres do campo e transferir seus problemas do âmbito policial para o social, foram méritos da gestão Arraes. Entretanto, a mobilização e lutas desempenhadas pelos próprios trabalhadores e lideranças sindicais não podem ser menosprezadas. Muitas vezes, fazendo pressão sobre o governo é que puderam ter suas reivindicações atendidas.

As transformações que vinham acontecendo eram seguidas de perto pela ação retroativa da classe patronal. Prova disso, em 06 de março de 1964, pouco tempo antes do Golpe Militar, a Secretaria Assistente divulgava que muitos proprietários vinham desrespeitando o acordo da Tabela de Tarefas<sup>765</sup>. O que já vinha sendo difícil tornou-se ainda pior após os acontecimentos de 1º de abril daquele ano.

A experiência vivida no governo Arraes foi, de fato, singular. Uma parcela da população, antes esquecida, passou a ganhar espaço político e social. No âmbito econômico, passou a comer mais e a viver melhor. Entretanto, a melhoria dos trabalhadores rurais não significou redução de lucros por parte do patronato. Estes se sentiam desprestigiados pelo governo na medida em que foram perdendo seus antigos mecanismos de controle social. Financeiramente, mesmo trazendo benefícios aos assalariados do campo, o Estado permanecia como mantenedor da elite açucareira.

### 3.2 ÓRGÃOS DE CLASSE PATRONAL E A CAMPANHA PELO “JUSTO PREÇO DO AÇÚCAR”

*Quanto ao abuso do crédito o remédio não é mobilizar a propriedade; é punir o devedor velhaco. Não pode haver crédito onde não há garantia para o credor; não pode haver crédito num país, em que todo o mundo tem muita compaixão do devedor executado e nenhuma consideração para com o credor iludido; em que todos têm horror a prisão por dívidas e ninguém pergunta, se os tomadores de dinheiro já estavam insolventes, quando contraíram empréstimo; em que o governo, abusando de uma autorização caduca e inconstitucional*

<sup>764</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural...* Op. cit., pp. 61-62.

<sup>765</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 319, 06/03/1964, p. 06. Fundo Primeiro Governo/IMA.

*desde sua origem, abole a prisão por custas e o público recebe indiferente e impassível esse abuso do poder executivo desde sua primeira nomeação e não está garantida nem mesmo no Supremo Tribunal; em que os litígios forenses são verdadeiros bilhetes de loteria; em que as custas judiciais desanimam por sua exageração a maior parte dos que tem direitos litigiosos; em que finalmente os magistrados mais felizes são em regra os partidários cegos e infrenes, que dispensam a leitura dos autos e o exame das provas e contentam-se com saberem o nome do autor ou do réu para decidir pró ou contra, e negar o direito de um para sancionar a usurpação do outro.*

Antônio Coelho Rodrigues<sup>766</sup>

O texto que tomamos como epígrafe faz parte do discurso do proprietário Antônio Coelho Rodrigues e foi proferido durante a realização do Congresso Agrícola do Recife de 1878<sup>767</sup>. Partindo da elite, representava uma exceção. As críticas tecidas versavam sobre a consecução de créditos e, principalmente, o beneplácito do governo diante da não quitação dos mesmos. Rodrigues questionava como, em detrimento de tão poucos, uma maioria vivia sob a égide da negação de direitos. Estas práticas não eram relativas apenas ao seu período, existiram antes e continuaram depois. O fato descrito serve para ilustrar as relações do Estado brasileiro e a elite econômica, pautada na submissão do primeiro aos interesses dos últimos. O *homem cordial*, que, na vida pública, não distinguia o interesse privado do interesse coletivo, no pensar de Sérgio Buarque de Holanda<sup>768</sup>. Num estudo sobre o patronato político brasileiro, Raymundo Faoro, em *Os donos do poder*, indagou “haverá motivo de espanto para que, na crise ou na prosperidade os olhos aflitos ou cobiçosos busquem sempre o Estado, o Estado de onde vem o alívio, a cura e o milagre?”<sup>769</sup>.

Mesmo entrando para a história como aquele que mais concedeu benefícios para a população do campo, durante o governo Arraes não foi diferente. À medida que os trabalhadores lutavam para ter seus direitos efetivados, a classe patronal açucareira encontrava espaço para ampliar seus lucros e/ou transferir/dividir os gastos decorrentes para/com o Estado. Utilizando-se de empréstimos e majoração de preços, era o governo e o próprio povo quem financiava o patronato.

<sup>766</sup> Discurso realizado no Congresso Agrícola do Recife, em outubro de 1878. CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE. *Anais...* Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. (Edição Fac-similar comemorativa do primeiro centenário 1878-1978).

<sup>767</sup> Realizado de 06 a 13 de outubro de 1878, em resposta ao Congresso Agrícola do Rio de Janeiro, que havia excluído as províncias do Norte. O objetivo dos dois congressos era discutir a transição do escravismo para o trabalho livre.

<sup>768</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>769</sup> FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: USP, 1975, v. 2, p. 422.

Esta seção trata das estratégias colocadas em prática pela classe patronal com o objetivo de pressionar o Estado a elevar o preço do açúcar. Desde a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1933, o produto tinha seu preço e cotas de produção e exportação reguladas pelo órgão. Além disso, o IAA era o principal fornecedor de crédito e subsídio ao setor, através dos recursos obtidos no acúmulo de reservas cambiais durante os períodos de expansão das exportações.

Nos anos iniciais da década de 1960, com a abertura do mercado preferencial estadunidense, pós Revolução Cubana (*ver página 48*), houve grande estímulo a produção de açúcar no Brasil. Diante dessa euforia, a elite açucareira, disposta a ampliar seus lucros, lançou mão de várias estratégias para aumentar o preço do produto. O foco dado, na análise aqui proposta, será os argumentos e os meios utilizados pela “açucarocracia” pernambucana para conseguir este intento e como estes se relacionavam ao contexto político-social durante o governo Arraes.

### **“Preço justo do açúcar para garantir melhor assistência aos trabalhadores do campo”**

Enquanto os trabalhadores rurais lutavam pelo 13º mês, salário mínimo e reajuste de 80%, a classe patronal travava uma disputa paralela pela elevação do preço do açúcar. Desse modo, era a batalha desenvolvida pelos primeiros que fornecia as justificativas necessárias para que os objetivos dos últimos fossem atingidos. No âmbito discursivo, os órgãos de classe patronal sempre apoiavam o pleito salarial dos trabalhadores, que funcionava como moeda de troca junto ao governo.

Assim, em nota conjunta publicada pela Cooperativa dos Usineiros, Sindicato da Indústria do Açúcar, Associação dos Fornecedores de Cana e Sociedade Auxiliadora da Agricultura, o patronato rural demonstrou se sentir extremamente injustiçado pelos meios de comunicação. Particularmente a televisão, dizia a nota, cobrava dos usineiros e proprietários o efetivo cumprimento da legislação trabalhista. A resposta dada era que sem um “preço justo” para o açúcar nada disso poderia ser feito.

Queremos referir-nos aos oportunos reptos dirigidos aos empresários canavieiros do estado, no sentido de comprovarem as reiteradas alegações de que vêm servindo, resumidas na afirmação de que, face aos atuais preços oficiais da cana e do açúcar, não existem condições econômicas para tornar efetiva a revisão dos níveis salariais dos seus trabalhadores agrícolas, nos termos em que prescreve a legislação em vigor, como por igual, os benefícios legais concernentes às férias, descanso dominical

remunerado e 13º mês. Não há restrições que se possam levantar contra o exame e a solução do problema, quando posto em torno de tamanha isenção e realismo, à vista de que, os órgãos que esta subscrevem, representantes da lavoura e da indústria canavieira de Pernambuco, lhes dão, de público, seu ostensivo e integral acatamento<sup>770</sup>.

O discurso aponta que os proprietários sempre estavam dispostos a cumprir o que mandava a lei. Contudo, alegando não ter os meios possíveis para isto, transferiam a responsabilidade para o governo. A estratégia utilizada era de publicamente defender os interesses dos trabalhadores. A ideia era não demonstrar contrassenso. Ou seja, empregados e patrões estavam do mesmo lado, cabia aos poderes públicos solucionar o problema de ambos.

Esta determinação era seguida a risca pelos associados dos órgãos de classe patronal. Nas entrevistas concedidas, o posicionamento era sempre o mesmo. “Dar assistência devida ao homem do campo, proporcionando-lhe todos os direitos que a Consolidação das Leis do Trabalho lhe assegura, a exemplo do que já têm os operários da cidade, é uma das preocupações maiores dos industriais do açúcar e proprietários que dedicam suas atividades à agricultura canavieira”<sup>771</sup>, afirmava um dos membros. Após essa premissa, replicava-se a falta de recursos: “como atender a essas prementes necessidades – que demandam investimentos substanciais – a vigorar o preço vil do açúcar, que vem descendo progressivamente desde há trinta anos em relação aos demais produtos?”<sup>772</sup>.

Esse efeito discursivo também ganhava o coro de outras associações de classe. Numa reunião do Conselho Diretor da Associação Comercial, o vice-presidente, Antônio Galvão, defendia que “a concretização de uma melhor assistência e de melhores salários, necessidade unanimemente reconhecida, estará na dependência dos meios financeiros que só poderão ser conseguidos, se o governo federal estabelecer o preço justo para o açúcar”<sup>773</sup>. Discutida por outros órgãos, pretendia-se que a questão do açúcar assumisse status de problema pertencente a toda sociedade. Na verdade, ligados por laços de parentescos, a elite patronal não estava apenas sendo solidária. Defendia interesses comuns, que se imiscuíam até com os cargos ocupados. Na época, Renato Bezerra de Melo, acumulava a presidência do Sindicato da Indústria do Açúcar e da Federação da Indústria de Pernambuco.

Algumas vezes, a classe trabalhadora caía na armadilha de aderir ao discurso patronal. A Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco, durante a luta pelo salário mínimo, divulgou nota, onde fazia apelo conjunto ao pleito dos proprietários:

---

<sup>770</sup> *JC*, 06/03/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>771</sup> *DP*, 02/03/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>772</sup> *Ibidem*.

<sup>773</sup> *JC*, 05/05/1963, p. 36. Hemeroteca/APEJE.

- a) o salário mínimo é de lei e mais que justo, especialmente diante do aumento do custo de vida;
- b) os fornecedores, usineiros e proprietários têm afirmado reconhecer este direito e a disposição sincera de cumprir a lei, alegando, contudo, a impossibilidade de efetuar o pagamento por não serem compensadores o preço da cana e do açúcar.
- c) o choque está à vista com o possível colapso da agroindústria da cana, devendo ocorrer desemprego total;
- d) necessário se faz que os patrões provem, com dados técnicos, as suas afirmativas, e quanto deve ser aumentado o açúcar, e terão nos trabalhadores rurais aliados sinceros para sua batalha visando ao emprego do fundo destinado à modernização da agricultura e ao reequipamento da indústria canavieira<sup>774</sup>.

A concretização dessa aliança era algo bastante almejado pela classe patronal. Confirmaria a tese defendida de que o homem do campo – trabalhadores e proprietários – lutava pelo mesmo objetivo. Otávio Guerra, presidente em exercício da Associação dos Fornecedores de Cana, chegou a cogitar uma marcha de trabalhadores rurais com destino ao Recife, para pressionar as autoridades. E disse: “os camponeses reconhecem que de um preço justo do açúcar depende a possibilidade de lhes serem pagos salários justos e humanos, o que não é possível no momento”<sup>775</sup>.

Os editoriais dos periódicos *Jornal do Commercio* e *Diario de Pernambuco* abriam amplos espaços em suas páginas para defender a ideia de que só com a elevação do preço do açúcar seria possível melhorar a vida dos trabalhadores rurais. Em 22 de fevereiro de 1963, o *DP* clamava pelo fim regulamentação sobre o produto. Justificava que era preciso “dar condições à agroindústria do açúcar a fim de que seus dirigentes possam levar a cabo aquilo que temos que exigir deles, [...] um tratamento reclamado pela própria conceituação do trabalho, da nobreza humana, de realismo social”<sup>776</sup>. Em 13 de março, foi ainda mais enfático: “se a vida do camponês é de miséria – proclamam-no os próprios donos de engenhos e usinas, os quais não podem melhorar-lhes as condições porque o governo federal teima em sujeitar o açúcar a um tabelamento irreal”<sup>777</sup>. O *JC*, por sua vez, em 25 de maio, afirmava que “um preço político, arbitrário, para o açúcar, é providência absolutamente contraditória dos proclamados propósitos de melhorar a condição do camponês da zona canavieira”<sup>778</sup>.

Foi ainda nesses jornais que, durante o mês de maio, a classe patronal realizou uma verdadeira campanha publicitária pelo “justo preço” do açúcar. Usando linguagem e tipografia simples, eram feitas perguntas e respostas, onde o leitor era induzido a identificar a

<sup>774</sup> *DP*, 01/03/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>775</sup> *Idem*, 08/05/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>776</sup> *Idem*, 22/02/1963, p. 04. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>777</sup> *Idem*, 13/03/1963, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>778</sup> *JC*, 25/05/1963, p. 18. Hemeroteca/APEJE.

indústria açucareira em colapso, que só seria resolvido com o aumento do produto, como pode ser observado abaixo:

### Campanha pelo “justo preço” do açúcar

O QUE É QUE?

1. O QUE FOI QUE ACONTECEU?

Aconteceu o Estatuto do Trabalhador Rural (que só agora estendeu ao homem do campo os benefícios e garantias da legislação trabalhista).

Executado, esse Estatuto será a redenção do homem do campo. Será sua integração num quadro social equilibrado e justo (salários condignos, férias, descanso remunerado, 13º mês, previdência, etc.).

Essa integração social, para ser efetiva e permanente, supõe um sistema econômico progressista e firme (estímulos e disponibilidades indispensáveis a que a agroindústria do açúcar seja capaz de se manter e se desenvolver).

O preço do açúcar tem de levar em conta tudo isso. Só no que se refere aos benefícios do Estatuto do Trabalhador Rural, a mão de obra será de 110 a 120% mais cara do que dantes.

2. O QUE VAI ACONTECER?

Vai acontecer que a fome de açúcar aumentará, no Brasil e no mundo. Já está aumentando. Nosso consumo doméstico é, atualmente, de 51 milhões de sacas por ano; será de 80 milhões em 1970. No mercado internacional já faltaram, no ano passado, mais de 5 e meio milhar de toneladas.

Por isso é que o presidente da república proclamou ser necessário elevarmos a produção do açúcar a 100 milhões de sacas dentro de sete anos.

Para que não tenhamos de racionar nosso próprio consumo e para que possamos continuar a obter divisas no comércio mundial do açúcar.

3. E O QUE É QUE ESTÁ ACONTECENDO?

Isso, todo mundo sabe: é a inflação. Mesmo quando o Plano Trienal seja executado integralmente, nele mesmo está previsto que os índices inflacionários continuarão a subir. De, pelo menos, 25%.

Como pensar, então, em integrar efetiva e permanentemente o trabalhador rural num quadro social junto e num sistema econômico progressista, sem levar em conta que os salários aumentam e que os preços de todas as utilidades necessárias à agroindústria do açúcar continuam subindo?

O preço do arroz (cujo beneficiamento extremamente simples não exige a maquinaria complicada da fabricação do açúcar) aumenta todo o dia. Mas o preço do açúcar está fixado há um ano. Quanto custava, em 1962, o quilo de feijão? E o quilo de farinha? E o quilo de charque?

Não haverá segurança para o sistema econômico chamado a responder pela redenção social do trabalhador canavieiro (e, portanto, não haverá segurança para essa redenção) se o preço do açúcar não for revisto periodicamente, no curso da inflação.

PREÇO JUSTO (não arbitrário), REAL (não político) e MÓVEL (em vez de inerte)<sup>779</sup>.

Após o primeiro aumento do preço do açúcar, anunciado pelo Ministério da Fazenda em 08 de junho de 1963, quando o saco passou de Cr\$ 1.600 para Cr\$ 3.800, preço bem abaixo daquele sugerido pelo IAA, Cr\$ 4.700, e mais abaixo ainda que aquele reivindicado pela classe patronal, Cr\$ 5.200, nova campanha foi encetada. Dessa vez com outros argumentos. O protagonista ainda continuava sendo o trabalhador. Mas, ao invés de destacar sua baixa condição de vida, enfocavam-se agora as suas lutas, que eram tratadas como agitação. Logo, o argumento utilizado era: sem novo aumento, a agitação continuaria no campo. Tal fato demonstrava como, visando concretizar seus objetivos financeiros, o patronato rural adequava seu discurso de modo a se aproveitar da justa reivindicação dos trabalhadores em seu próprio benefício.

<sup>779</sup> DP, 16/05/1963. Hemeroteca/APEJE.

### 3.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E O DESGASTE DO GOVERNO ARRAES

*Arraes aparecia como um governo democrático, intérprete das aspirações populares. E de Pernambuco, se dizia que era onde se fazia a experiência mais profunda e popular de todo o Brasil. Como explicar então, que um governo assim mantivesse presos políticos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, a mesma lei que as forças de esquerda combatiam?*

Carlos Montarroyos<sup>780</sup>

Desde os primeiros dias de seu mandato, Arraes apresentava-se como defensor dos interesses da classe trabalhadora, principalmente, dos homens e mulheres do campo. A mudança na orientação da polícia e a atividade desempenhada pela Secretaria Assistente, somadas ao empenho do próprio governador na aplicação da legislação trabalhista, foram medidas concretas neste sentido.

Entretanto, no segundo semestre de 1963, a relação do governo com determinados grupos que atuavam na organização dos trabalhadores rurais, passou a sofrer grande desgaste. Após a elaboração da Tabela de Tarefas, apontada como a solução dos problemas no campo, a classe patronal passou a pressionar ainda mais o governo. Não aceitavam as divergências surgidas contra o quantitativo de canas estabelecidos. Exigiam medidas duras frente a quem se recusasse a aceitá-los. Na imprensa, o ataque continuava sendo constante. O estado era apontado como estando à beira de um colapso social, onde o chefe do Executivo era o líder da propalada agitação.

Politicamente, as eleições municipais de agosto trouxeram algumas respostas negativas. Na capital, a vitória de Pelópidas Silveira, por uma pequena margem de votos, e a derrota do vice, Antônio Carlos Cintra do Amaral, demonstravam um eleitorado reticente com a política da Frente do Recife. Os opositores anunciavam que a população estava se colocando contra o governo e os resultados nas urnas eram uma expressão disso.

Diante desse contexto, a atuação de alguns movimentos sociais no campo passou a ser utilizada como argumento contra o governo. Mesmo disputas internas, entre lideranças, eram postas como sendo fruto da política permissiva desenvolvida por Arraes. Por seu turno, o Executivo, pressionado pela imprensa, pela classe patronal e pelo eleitorado da capital não estava disposto a permitir que grupos no interior manchassem sua posição de liderança popular. Mesmo que para isso, alguns atos praticados tenham sido contra ao que havia pregado no início do mandato: reprimir movimentos sociais no campo.

<sup>780</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., p. 109.

## Os padres Crespo e Melo

Na cidade de Jaboatão dos Guararapes funcionavam dois sindicatos rurais. Um organizado por militantes do PCdoB e outro sob a liderança do padre Crespo. Cada qual querendo ser o legalmente reconhecido, enviaram solicitação ao Ministério do Trabalho. Entretanto, o Ministério só reconhecia a autoridade de um sindicato por município, o que foi feito para aquele orientado pela Igreja<sup>781</sup>.

Acontece que o sindicato liderado pelo sacerdote católico contava com menor número de associados. Assim, os militantes do PCdoB organizaram uma greve exigindo revogação da carta de reconhecimento ministerial. Com intermédio do governo estadual e da Delegacia Regional do Trabalho, tentou-se organizar uma Junta Governativa enquanto o impasse era resolvido, sem muito sucesso<sup>782</sup>.

Em torno de vinte mil trabalhadores rurais parados nos municípios de Jaboatão, São Lourenço da Mata, Moreno, Glória do Goitá e Paudalho, pressionavam o governo a tomar uma atitude. A solução encontrada foi financiar passagem para que um representante do sindicato organizado pelo PCdoB fosse até a Guanabara resolver, junto ao Ministério do Trabalho, o problema do reconhecimento da carta sindical<sup>783</sup>. Uma trégua foi dada e a greve cessada.

Enquanto isso, a imprensa desgastava a imagem do governo perante a Igreja. “Querem sindicatos rurais sob orientação do padre Crespo”<sup>784</sup>, “grevistas invadem engenho em Jaboatão e espancam trabalhadores: queixa-crime”<sup>785</sup>, “camponesa recusou participar de uma reunião e foi seviciada”<sup>786</sup>, eram algumas das manchetes do *Diario de Pernambuco*, afirmando que a maioria dos trabalhadores rurais preferia a liderança católica.

Tentando manobrar a situação, o grupo sob a orientação da Igreja marcou eleições para o sindicato<sup>787</sup>, com chapa única, já que o grupo do PCdoB não havia registrado concorrência<sup>788</sup>. A eleição ocorreria através de liminar expedida pelo juiz do município. Entretanto, no dia marcado, os trabalhadores sob a orientação do PCdoB cercaram a sede do

<sup>781</sup> *UH-NE*, 17/05/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>782</sup> *Idem*, 22/05/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>783</sup> *Idem*, 24/05/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>784</sup> *DP*, 18/05/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>785</sup> *Idem*, 25/05/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>786</sup> *Idem*, 28/05/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>787</sup> *Idem*, 21/06/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>788</sup> *JC*, 23/08/1963, p. 15. Hemeroteca/APEJE.

Sindicato. Com ação de Enoch Saraiva houve anulação das eleições, investidura de uma junta governativa e o agendamento de novo pleito<sup>789</sup>.

O *Diario de Pernambuco* continuava noticiando os fatos a seu modo: “fúria vermelha em Jaboatão: juiz é insultado e padre Crespo refugia-se no Recife”<sup>790</sup>, “comércio de Jaboatão cerra portas temendo camponeses”<sup>791</sup> e “famílias deixam Jaboatão: receiam haja conflito”<sup>792</sup>. Os leitores do jornal eram levados a entender que o governo se colocava contra a Igreja.

A classe patronal não tardou a se manifestar. Em reunião da Associação Comercial de Pernambuco, afirmava-se que os acontecimentos em Jaboatão faziam parte de um plano para tumultuar a produção açucareira. Um dos sócios, Telmo Pontual, denunciava que “a polícia de Pernambuco agora só se apresenta atuante depois que o crime ocorre, para fazer levantamento de corpos e mandar os mortos para o cemitério. Preventivamente o governo não age, como deveria ser o seu dever”<sup>793</sup>.

Aproveitando-se da cobertura favorável realizada pela mídia, os partidários do padre Crespo realizaram uma passeata com destino a Recife, em agravo a Enoch Saraiva e a Miguel Arraes. Uma série de controvérsias envolveu esse ato. Segundo os militantes dos sindicatos católicos, a polícia realizou piquetes nas estradas, impedindo a chegada de boa parte da comitiva. Os jornais *Diario de Pernambuco* e *Jornal do Commercio* noticiaram que o governo havia usado a polícia contra os trabalhadores rurais<sup>794</sup>. O patronato, em nota conjunta do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Sindicato dos Empregadores na Lavoura de Cana, repudiou a interceptação da passeata<sup>795</sup>.

Na Assembleia Legislativa, os opositores de Arraes souberam explorar a situação. O deputado Edson Moury Fernandes afirmou: “nos surpreendeu a notícia que o governo do Estado, através de sua Secretaria de Segurança ou de Insegurança, decretou o bloqueio à altura do município de Jaboatão, de um grupo de camponeses que se dirigia ao Recife”. Emendando, o deputado Fernando Sampaio disse “esta foi a primeira passeata reprimida pelo governador do Estado, pois há mais de um mês Recife foi palco de uma grande passeata, onde os camponeses ostentavam cartazes de Partido Comunista, de Cuba, de Fidel Castro, estes tem a cobertura oficial e contra estes a polícia não intervém”<sup>796</sup>.

<sup>789</sup> *UH-NE*, 30/08/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>790</sup> *DP*, 29/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>791</sup> *Idem*, p. 01.

<sup>792</sup> *DP*, 31/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>793</sup> *Idem*, 01/09/1963, p. 13. Hemeroteca/APEJE.

<sup>794</sup> *JC*, 03/09/1963, p. 03. Microfilmagem/FUNDAJ e *DP*, 03/09/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>795</sup> *Ibidem*.

<sup>796</sup> *Anais da Assembleia Legislativa*. Sessões de 02/09/1963 a 31/10/1963, p. 15.

Aquela altura a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco era majoritariamente formada por sindicatos católicos. A atitude do governo, contrária ao padre Crespo, não foi bem vista pelas lideranças das FTRP. Além do mais, a classe patronal e os opositores políticos souberam explorar o fato, colocando a circunstâncias em termos de governo contra a Igreja.

O conflito do Executivo com outra liderança católica, quase ao mesmo tempo, veio a contribuir ainda mais para que as críticas fossem acentuadas. Durante CPI no Congresso Federal, foi decretado pelo presidente João Goulart, que as atividades do IBAD e da Ação Democrática Popular ficassem suspensas por três meses. Em ofício circular aos governos estaduais, Abelardo Jurema, Ministro da Justiça, solicitou providências administrativas e policiais para que o decreto presidencial, nº 52.425 de 31 de agosto de 1963, fosse cumprido, informando que “a recusa a colaboração implicará no emprego de forças federais para a execução da lei e a caracterização de insubordinação”<sup>797</sup>.

Acusado de manter um posto do IBAD na paróquia, o padre Melo recebeu a visita dos policiais, com determinação de fechar o local e apreender os arquivos<sup>798</sup>. Na versão dada pelo padre, por volta das 22h, “dois investigadores (um deles embriagado), acompanhado de policiais e do sr. Vicente Mendes, prefeito eleito do município, penetraram no prédio arrombando a porta”<sup>799</sup>. Mais uma vez, violências policiais eram imputadas contra membros do clero.

Em entrevista a Televisão Rádio Clube, o padre Melo acusou Miguel Arraes de querer retirar os sindicatos rurais sob influência da Igreja<sup>800</sup>. O *Diário de Pernambuco*, publicou editorial afirmando que para o governo “tudo passa a ser ‘caso de polícia’, quando se trata de pessoas ou instituições que não tragam a marca do ‘humanismo’ comunizante”<sup>801</sup>. Na Câmara Municipal do Recife, o vereador udenista Wandenkolk Wanderley denunciou que a polícia havia desrespeitado o direito de propriedade do padre<sup>802</sup>.

Diante da repercussão negativa, a Secretaria de Segurança Pública publicou nota dando sua versão. Garantiu a abertura de uma sindicância para apurar os fatos e Humberto Freire, acompanhado de Jäder Andrade, foram pessoalmente conversar com padre Melo.

---

<sup>797</sup> UH-NE, 02/09/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>798</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 176, 10/09/1963, p. 08. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>799</sup> DP, 05/09/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

<sup>800</sup> Idem, 06/09/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>801</sup> Idem, p. 04.

<sup>802</sup> Idem, p. 05.

Entretanto, o discurso de que o governo de Pernambuco era contrário aos padres católicos ganhou repercussão fora do estado. Em editorial intitulado “A função da polícia na ‘democracia’ de Arraes”, o jornal *O Estado de São Paulo* publicou:

A missão confiada segunda-feira última à Polícia Rodoviária e à Rádio Patrulha de Pernambuco, encarregadas pelas autoridades estaduais de deter os camponeses que afluíam de numerosas cidades do interior ao Recife, a fim de protestar contra o que chamaram de “peleguismo vermelho”, vem mais uma vez por em evidência não só a sem-cerimônia com que o chamados “líderes” comunistas usam o método dos dois pesos e duas medidas, mas sobretudo a função das forças policiais sob um governo “popular”. [...]

Para as pessoas realmente não comprometidas, porém, essa duplicidade de conduta não pode deixar de oferecer motivo para algumas reflexões. O sr. Arraes cruzou os braços quando elementos ligados às Ligas Camponesas iniciaram uma série de invasões a engenhos da Zona da Mata pernambucana, criando em várias regiões do Estado um tal clima de intranquilidade, que alguém, em Pernambuco, chegou a referir-se a “estas terras nordestinas e semi-sovietizadas”<sup>803</sup>.

Dentro da propalada ideia que o governo pernambucano era comunista, a cisão com a Igreja viria a comprovar tais teses. As críticas sobre a postura de Arraes diante dos movimentos sociais no campo se avolumavam. O governador era acusado de dar cobertura aos comunistas, enquanto as lideranças católicas eram hostilizadas.

### **Júlio Santana e o Sindicato Rural de Barreiros**

Em julho de 1963, o Sindicato Rural de Barreiros passou a ser alvo de uma contenda semelhante àquela de Jaboatão. No dia 19, Moacir Pedro da Silva, presidente daquele órgão de classe, enviou telegrama para os jornais do Recife e para a SSP. Informava que trabalhadores rurais filiados às Ligas Camponesas realizariam uma marcha sobre a cidade com o objetivo de destituir a diretoria<sup>804</sup>.

O juiz da comarca também havia telegrafado para a SSP solicitando reforços. No dia 20, um contingente policial, formado por quinze soldados, foi destacado para a região<sup>805</sup>. Em 21 de julho, cerca de cinco mil trabalhadores rurais desfilaram pelas principais ruas de Barreiros e rumaram para o sindicato. Lá realizaram uma assembleia, onde a diretoria foi destituída. Acusavam Moacir Pedro da Silva de pelego. Não aceitavam a concordância do presidente com a Tabela de Tarefas. Uma junta governativa foi formada por Manoel Tito,

<sup>803</sup> DP, 10/09/1963, p. 01-08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>804</sup> JC, 20/07/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

<sup>805</sup> DP, 21/07/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

José Domingues e Júlio Santana<sup>806</sup>. Nos meses seguintes, os acontecimentos que se processavam em Barreiros ganharam grande repercussão na imprensa e nos debates políticos.

Em 02 de agosto, o *Diário de Pernambuco* publicava que a usina Santo André (Rio Formoso) havia sido invadida por duzentos trabalhadores rurais, liderados por Júlio Santana. A notícia dava conta de um morto e três feridos<sup>807</sup>. Aproveitando-se das notícias alarmistas, a classe patronal criava pânico. No dia 09, o Sindicato da Indústria do Açúcar enviou carta ao governador, com cópias ao presidente do Tribunal de Justiça, aos comandantes do IV Exército, VII Região Militar, II Zona Aérea e III Distrito Naval, informando que Santana estava programando invasão à usina Cucaú<sup>808</sup>. Na Associação Comercial, José Almeida Cavalcanti, presidente em exercício da Associação dos Comerciantes Retalhistas dos Barreiros, denunciava que a população do município estava vivendo em clima de terror, diante das constantes reuniões de trabalhadores rurais, que eram realizadas no centro da cidade<sup>809</sup>.

Cedendo as pressões patronais, a Secretaria de Segurança Pública convidou Júlio Santana para prestar esclarecimentos no Recife<sup>810</sup>. Como foi levado num carro da polícia, os trabalhadores rurais interpretaram que Santana havia sido preso e deliberaram uma greve de solidariedade, que durou apenas duas horas, após intervenção de Enoch Saraiva<sup>811</sup>.

Posteriormente, o antigo presidente do Sindicato de Barreiros conseguiu via mandato judicial, autorização para reassumir<sup>812</sup>. Diante disso, nova greve foi deflagrada pelos partidários de Júlio Santana, que chegaram a ocupar o sindicato para impedir que Moacir Pedro da Silva fosse reintegrado<sup>813</sup>. Novamente, o *Diário de Pernambuco* e o *Jornal do Commercio* cobriram os fatos de maneira tendenciosa. O primeiro denunciava a realização de um “júri” para sentenciar aqueles que não participaram das greves organizadas pelo sindicato<sup>814</sup>; o segundo, afirmava que os trabalhadores rurais teriam dito que Moacir Pedro não reassumiria a presidência do órgão de classe nem com a ajuda da polícia<sup>815</sup>.

A classe patronal, através de nota do Sindicato da Indústria do Açúcar, continuava pressionando o governo:

<sup>806</sup> *UH-NE*, 22/07/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>807</sup> *DP*, 02/08/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

<sup>808</sup> *JC*, 11/08/1963, p. 12. Hemeroteca/APEJE.

<sup>809</sup> *DP*, 11/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>810</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 151, 12/09/1963, p. 07. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>811</sup> *JC*, 13/08/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

<sup>812</sup> *DP*, 30/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>813</sup> *JC*, 03/09/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>814</sup> *DP*, 01/08/1963, p. 11. Hemeroteca/APEJE.

<sup>815</sup> *JC*, 03/09/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

[...] Sem nenhum pleito salarial, sem reivindicações de qualquer espécie, sem nenhuma demanda em que sejam parte os produtores de açúcar, cerca de dois mil camponeses invadiram, na tarde de hoje, a cidade de Sirinhaém, e lá se concentraram, depois de haverem paralisado a atividade rural da usina Trapiche, incluindo-se entre os atingidos pela greve vários engenhos de pequenos proprietários.

Não bastasse o clima de inquietação decorrente da presença de tão elevado número de grevistas na cidade, paira, ainda, a ameaça de invasão, pelos agitadores, da própria usina, sem que o contingente policial de Sirinhaém – apenas cinco soldados se disponha, ante a evidente inferioridade em número e em meios, a intervir para manter a ordem e conter a ação subversiva.

Informa-se, não oficialmente, que motiva a greve o afastamento, por decisão judicial nesse sentido, do dr. Júlio Santana do Sindicato Rural de Barreiros.

A direção deste sindicato e os outros órgãos da agroindústria açucareira, expondo os acontecimentos e solicitando providências, procuraram as altas autoridades do Estado, e esperam que medidas cautelares sejam adotadas ainda a tempo de evitar a irrupção de novos e dolorosos conflitos que agitem e intranquilizem a comunidade rural pernambucana<sup>816</sup>.

Utilizando o *Boletim de Imprensa*, a Secretaria Assistente tentava contornar a situação e informava que em Barreiros a situação era tranquila e que todas as greves deflagradas haviam sido cessadas<sup>817</sup>. Entretanto, os fatos comprovavam o contrário. Numa assembleia com a presença de oito mil trabalhadores, Júlio Santana foi destituído da junta governativa, sob alegação “de não ter moralizado o sindicato, além de, envaidecido pelo fato de ocupar posição com que jamais sonhou, ter praticado toda sorte de desmandos”<sup>818</sup>. Revoltado, Santana teria liderado um grupo que invadiu e saqueou a sede do sindicato<sup>819</sup>.

Na Assembleia Legislativa e no Congresso Federal, o governo de Miguel Arraes virava chacota nos discursos dos opositores políticos. Em Brasília, o deputado Arruda Câmara exibindo uma foto de Júlio Santana discursava

Está aqui, senhores deputados, é um agitador desse quilate, contra o qual foi decretada prisão preventiva pela Justiça, que viaja no avião pessoal do sr. governador, em jipes oficiais, com chapa branca e tudo [...]. Não é fantasia. É uma fotografia autêntica em que o sr. Júlio Santana aparece com seu aspecto lombrosiano, com a pose de quem dita ordens de quem tem voz de comando no Campo das Princesas<sup>820</sup>.

Em Pernambuco, o deputado Silvio Pessoa, ao ouvir a acusação de que Júlio Santana possuía a sua disposição um avião governo, sentenciou: “deputado Antônio Corrêa, depois de

<sup>816</sup> DP, 30/08/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>817</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 187, 23/09/1963, p. 08. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>818</sup> JC, 02/10/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>819</sup> UH-NE, 05/10/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>820</sup> Discurso de Arruda Câmara, *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 22/10/1963, p. 8063. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD22OUT1963.pdf#page%3D8017>>. Acesso em: 21/12/2010.

mais essa denúncia de V. Exa., chega-se à seguinte conclusão: que Júlio Santana tem muito mais prestígio do que os deputados da bancada governista”<sup>821</sup>.

Em 11 de outubro, Júlio Santana foi preso pelo tenente Nelson Santana. Durante a madrugada, o tenente, acompanhado do motorista José Severo, foi surpreendido no hotel onde estava hospedado. O estudante João Zeferino da Silva e o trabalhador Antônio Joaquim de Medeiros, invadiram o local no intuito de resgatar Júlio Santana. Após trocas de tiro, ambos foram presos. O governo admitiu esta versão publicando no *Boletim de Imprensa*<sup>822</sup>. Era mais uma situação vexatória pela qual passava. Contudo, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, Júlio Santana, mesmo preso, ainda traria novos constrangimentos ao Executivo.

### Os trotskistas

No mesmo dia em que Júlio Santana foi preso, três estudantes pertencentes ao Partido Operário Revolucionário Trotskista também eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Carlos Montarroyos, Cláudio Cavalcanti e Aybirê Ferreira de Sá, juntamente com Júlio Santana, João Zeferino da Silva e Antônio Joaquim de Medeiros, foram encarcerados na Casa de Detenção do Recife.

O que até aquele momento era inesperado, pelas posturas que vinha tomando em favor dos movimentos sociais no campo, acontecia sucessivamente. Num intervalo de três meses, a imprensa noticiava que o governo havia hostilizado as lideranças rurais católicas, prendido trabalhadores e impedido que atividades políticas fossem desenvolvidas no campo.

A prisão dos trotskistas aconteceu após o assassinato de outro membro do grupo: Paulo Roberto Pinto, conhecido por Jeremias, dezenove anos. Em agosto de 1963, liderava um grupo de trabalhadores rurais que havia ido ao encontro do proprietário do engenho Oriente, José Borba, reivindicar o 13º salário<sup>823</sup>. Na verdade, era uma emboscada. Foram metralhados<sup>824</sup>.

Atuando na região de També (atual Itambé), os trotskistas há muito vinham incomodando os proprietários da região. Em julho, o *Diário de Pernambuco*, em suas notícias alarmistas, afirmava que estavam invadindo propriedade e ameaçando os trabalhadores que se

<sup>821</sup> *Anais da Assembleia Legislativa*. Sessões de 02/09/1963 a 31/10/1963, p. 529.

<sup>822</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 204, 12/10/1963, p. 08. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>823</sup> *A Hora*, 10 a 16/08/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>824</sup> Sobre o assunto ver estudo bastante detalhado realizado por: GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco...* Op. cit.

opunham à greve<sup>825</sup>. Segundo o Delegado Auxiliar, Francisco Souto, “uma comissão liderada por deputados e proprietários [foi] pedir providências a Secretaria [de Segurança Pública]”<sup>826</sup>. Jeremias chegou a ser detido por Souto e foi interrogado três dias antes de ser assassinado no Oriente.

Segundo Carlos Montarroyos, após a morte de Jeremias, ele, Cláudio Cavalcanti e Aybirê Ferreira de Sá, continuaram desenvolvendo trabalho em També. Então, decidiram

fazer um Congresso de Camponeses, para discutir e sedimentar aquela experiência de trabalho, elevando assim a consciência dos camponeses na região. Era uma oportunidade que havia, para projetar uma vanguarda nova e combativa, que estava surgindo, e sobre a qual pudéssemos apoiar depois a nossa atividade. Porém, rápido e apressado como tudo o que fazíamos, o Congresso não teve nenhuma preparação. Não houve discussões prévias ou preparatórias com os camponeses, que nem sequer sabiam o que era um congresso. Apenas os convocamos. Imprimimos panfletos e os distribuimos por toda a região<sup>827</sup>.

Os panfletos elaborados defendiam um programa bastante radical. Num dos trechos: “a polícia está do lado do latifúndio, defendendo a lei dos ricos. É preciso que os camponeses e operários façam e apliquem a Lei dos Pobres, decretando greve geral no campo e na cidade, ocupando os engenhos, propriedades, formando tribunais populares e matando os assassinos do Povo”<sup>828</sup>. O *Diário de Pernambuco* publicou a íntegra do documento, afirmando que era um incitamento público à desordem e à violência. Num editorial, o mesmo jornal analisava o panfleto e o utilizava como argumento para defender a tese de que eram os ditos agitadores que promoviam violência no campo. Acusava a polícia de ser omissa. Defendia que os latifundiários estavam apenas se protegendo:

ora, se a liderança “leninista”, dominadora do Estado, prega, sem reboços, a união dos trabalhadores para “matar”, para incendiar, para destruir, se as autoridades estaduais se omitem, sob a escusa simplista de que se trata de “questão social” e questão social não é caso de Polícia, o que resta aos donos de terra será estar de atalaia para não serem mortos como bichos<sup>829</sup>.

Ambos, trotskistas e imprensa, criticavam o governo pela omissão. Acusavam-no mutuamente de estar servindo a um dos lados. Usavam o mesmo argumento de que, para se defenderem, estariam dispostos a lançar mão também de violência. Na Assembleia

<sup>825</sup> DP, 16/07/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>826</sup> Entrevista com Francisco Morais Souto, realizada por Eliane Moury Fernandes, em maio de 1986. Acervo Movimento Político-Militar de 1964, Centro de Documentação e Estudos de História Brasileira (CEHIBRA), do Instituto de Documentação (INDOC), da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ).

<sup>827</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., pp. 61-62.

<sup>828</sup> DP, 12/08/1963, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

<sup>829</sup> DP, 15/08/1963, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

Legislativa, a oposição tirava proveito da situação. Em discurso, Antônio Correa citava o panfleto. Acusa Miguel Arraes de estar perdendo a liderança na zona rural e de realizar uma campanha contra os sindicatos católicos<sup>830</sup>.

Encurralando ainda mais o executivo, a classe patronal enviou um ofício assinado pela Federação da Indústria, Associação Comercial, Centro das Indústrias, Sindicato da Indústria do Açúcar, Cooperativa dos Usineiros, Associação dos Fornecedores de Cana, Sindicato dos Empregadores na Lavoura de Cana e Sociedade Auxiliadora da Agricultura. No documento era citada a atuação dos trotskistas, em També, e de Júlio Santana, em Barreiros.

O simples enunciado da sucessão de acontecimentos na zona canavieira do Estado, tornada campo fértil para a ação dos agitadores, demonstra exaustivamente quão grave está o clima no interior de Pernambuco. A perdurar, e gradativamente crescendo, a agitação poderá chegar a extremos altamente danosos, se não vierem, com a presteza e a energia que reputamos indispensáveis e inadiáveis, providências do poder público capazes de coibir os abusos e devolver a comunidade a segurança de que carece para o seu ritmo normal de vida e restaurar, incólumes as instituições democráticas, seriamente arranhadas, senão violentamente comprometidas, com o recrudescimento da ação antinacional desenvolvida na cidade e nos campos<sup>831</sup>.

Assinado pelos maiores órgãos de classe patronal do estado, o ofício funcionava como uma ameaça. Fixava responsabilidades ao governo caso uma medida não fosse tomada. Pressionado, Miguel Arraes autorizou a prisão de Júlio Santana e dos trotskistas. A decisão soava como uma vitória do patronato e representava um duro golpe aos movimentos sociais. O estado mais democrático da nação, nos dizeres de Callado<sup>832</sup>, possuía naquele momento, presos políticos sob a Lei de Segurança Nacional.

Os movimentos de esquerda não aceitavam as atitudes do governo pernambucano. Segundo Francisco Souto “desabou o mundo inteiro em cima de minha cabeça: veio pessoal da UNE a Recife; veio o pessoal da Frente de Mobilização Parlamentar, que era um grupo de deputados que atuavam politicamente na área de esquerda”<sup>833</sup>. Diante das críticas, Arraes procurou dar um tratamento condigno aos presos políticos. Foram transferidos para um anexo da Casa de Detenção. Carlos Montarroyos se lembra que “havia camas nos quartos, mesa e cadeiras nas salas, e até uma geladeira, entre a segunda sala e a cozinha. Comia-se tranquilamente sentados, em pratos de louça, e havia garfo e faca para as refeições”<sup>834</sup>.

<sup>830</sup> *Anais da Assembleia Legislativa*. Sessões de 02/09/1963 a 31/10/1963, pp. 595-596.

<sup>831</sup> Ofícios recebidos. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>832</sup> CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit., p. 127.

<sup>833</sup> Entrevista com Francisco Morais Souto, realizada por Eliane Moury Fernandes. Op. cit.

<sup>834</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., p. 92.

Ao rememorar os fatos, Francisco Souto lamentou muito a morte de Jeremias. “Sem dúvida, o mais triste, o mais lamentável de todos, foi a morte do estudante paulista Paulo Roberto Pinto”<sup>835</sup>. Acreditava que se “realmente tivesse sido mais rigoroso, mantido a detenção, chamado a família dele e entregue, talvez esse rapaz estivesse salvo”<sup>836</sup>. Ao fornecer explicações para Arraes sobre as prisões, Souto se lembra de ter dado as seguintes justificativas:

dr. Arraes me chamou no Palácio, para que eu, de viva voz, transmitisse para ele porque, a partir de um determinado momento, nós passávamos a atuar com maior rigor. Invoquei o sacrifício daquele moço [Jeremias]; que tinha certeza que a família desses três talvez, no futuro, me agradecesse, porque a melhor forma de defender as suas vidas estava sendo mantê-los presos, já que o entusiasmo deles era tão grande que não se continham dentro de limites, que eram realmente intransponíveis, do ponto de vista legal<sup>837</sup>.

Para o governo, a prisão foi a maneira de salvaguardar a vida dos trotskistas. Entretanto, essa atitude atendia a outros interesses. Serviria também para diminuir a pressão que Arraes vinha recebendo da imprensa, dos órgãos de classe patronal e da oposição política. Demonstrava ainda que o Executivo possuía controle sobre a situação. A justificativa dada por Souto para a prisão de Júlio Santana demonstra como o governo estava preocupado em manter sua autoridade:

a prisão de Júlio Santana, que fomos obrigados a efetuar, porque estava se configurando em um quadro de “cangaceirismo” político no canavial. Júlio Santana era um líder camponês absolutamente rude e todas as pessoas que acompanham esses acontecimentos já devem ter falado sobre essa figura que está em reportagens. Era um homem forte, que conseguia se fazer acompanhar de um grupo de liderados, que começaram a praticar abusos realmente que a gente chamava de cangaceirismo. Isso foi uma forma de conter, para dar a demonstração de seriedade. A intenção do governo não era de propiciar desordem nem baderna, mas sim o exercício dos direitos do trabalhador de fazer suas greves, fazer suas reivindicações, mas dentro de um clima que não prejudicasse os princípios básicos de legalidade. O único jeito, com relação a Júlio Santana, foi mandar prendê-lo para fazer cessar os abusos, que realmente cessaram naquela região<sup>838</sup>.

Ao avaliar a situação, Carlos Montarroyos afirmou que, num dado momento, a prisão tornou-se, politicamente, muito cômoda. “Procurávamos tirar partido dela tanto quanto

<sup>835</sup> Entrevista com Francisco Morais Souto, realizada por Eliane Moury Fernandes. Op. cit.

<sup>836</sup> Ibidem.

<sup>837</sup> Ibidem.

<sup>838</sup> Ibidem.

possível”<sup>839</sup>. Podiam receber visitas a hora que quisessem. Uma campanha pela libertação começou a ser organizada e ganhar grande adesão das esquerdas.

Em novembro de 1963, os partidários de Júlio Santana iniciaram greve em Barreiros, exigindo libertação dos presos políticos<sup>840</sup>. As Ligas Camponesas realizaram, no dia 01 de dezembro, uma concentração na Avenida Dantas Barreto, em Recife. Na convocação constava “protestar contra a prisão de dirigentes e militantes camponeses e estudantes e manifestar nossa vigilância e nosso protesto contra a aplicação da lei de Segurança, no Brasil e, principalmente, em Pernambuco”<sup>841</sup>.

Com a mesma finalidade, a Federação dos Trabalhadores Rurais e os Sindicatos Rurais de Palmares, Jaboatão, Barreiros, Igarassu e Quipapá, realizaram concentração, no dia 08 de dezembro, em Palmares. Entre outras reivindicações pediam:

agora, companheiros, podemos e devemos exigir do governo; e particularmente do democrata Miguel Arraes de Alencar, o desarmamento da capangagem das usinas e engenhos. Podemos e devemos protestar, não aceitar como lícita, a aplicação indecorosa da Lei de Segurança Nacional contra camponeses, estudantes e, inclusive, advogados de trabalhadores do campo. Não só estranhamos – condenamos, com veemência particular de trabalhadores que não se apelegaram, que se excetue, como no Estado Novo, a atuação no sentido de organizar e levar à vitória os menos favorecidos<sup>842</sup>.

O contexto dessas reivindicações era particularmente especial. Aconteciam após a vitoriosa campanha pelo aumento dos 80% sobre os salários. Todas as lideranças, movimentos e correntes políticas que atuavam no campo estiveram unidos pelo pleito salarial e, continuavam agora pela liberdade dos presos políticos. Miguel Arraes passava a ser o alvo das críticas. O governo estava enfraquecido perante os trabalhadores rurais.

Tentando contornar a situação, Arraes concedeu entrevista coletiva. Ao tratar sobre as prisões políticas, negou que as tenha feito. Alegou que cumpria apenas determinação judicial e que estava empenhado no mandato de soltura. Entretanto, a imagem do governador estava bastante desgastada. Aquele que se dizia a favor estava agora colocado contra o povo.

A situação tornou-se ainda mais séria, quando em janeiro de 1964, o comandante do IV Exército, general Joaquim Justino Alves Bastos, enviou ofício ao governador. Exigia providências quanto à distribuição de panfletos contra a Lei de Segurança Nacional, que atacavam diretamente ao exército:

---

<sup>839</sup> MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Op. cit., p. 95.

<sup>840</sup> *A Hora*, 16 a 22/11/1963, p. 01. Hemeroteca/APEJE.

<sup>841</sup> *UH-NE*, 26/11/1963, p. 05. Hemeroteca/APEJE.

<sup>842</sup> *Idem*, 30/11/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

## CONVOCAÇÃO

“Exército Anti-povo”

Todos a Praça Dantas Barreto, às 19 horas, numa concentração de repúdio contra a Lei de Segurança Nacional e contra o Exército Nacional.

Contra uma Lei de Segurança Nacional Fascista

E um Exército Nacional de “gorilas”<sup>843</sup>.

Miguel Arraes informou que havia convocado os responsáveis pela manifestação e que estava apurando as responsabilidades. Mais uma vez, o governo era lançado contra a reivindicação popular. Mesmo após a soltura dos três estudantes, o desgaste do governo era bastante evidente. A campanha encetada, na imprensa e nos meios políticos, pela classe patronal surtia o efeito desejado: a incompatibilização de Arraes junto aos movimentos sociais no campo. Quanto a Júlio Santana, ele continuou preso. Recusou-se a deixar a Casa de Detenção durante os acontecimentos de 1º de abril de 1964. Só conseguiu liberdade na década de 1970, morrendo pouco tempo depois.

Nos primeiros meses de 1964, três fatos ligados aos trabalhadores rurais forneceram ainda mais munição para o arsenal de críticas elaboradas pela classe patronal. Foram eles: a ocupação do engenho Serra, a campanha pelo aumento de 60% dos operários das usinas e a greve pela destituição do delegado do IAPI.

Em julho de 1963, as Ligas Camponesas já haviam organizado a ocupação dos engenhos Camarão, Tamatamirim e Coqueiro, em Vitória de Santo Antão. Neste último, foi construída uma vila, que ganhou o nome de João Pedro Teixeira, liderança das Ligas, assassinado em Sapé, na Paraíba. Na ocasião, a situação foi contornada com a mediação de Miguel Arraes. O governador visitou os engenhos e, em discurso, prometeu que se empenharia no encaminhamento da reforma agrária junto ao governo federal e apelou pelo fim da ocupação<sup>844</sup>.

Também em Vitória de Santo Antão, a ocupação do engenho Serra teve contornos mais dramáticos. Segundo Antônio Callado

para driblar a legislação trabalhista e não pagar o salário mínimo e nem o 13º salário e não indenizar ninguém que fosse embora, Alarico Bezerra [o proprietário] queria fazer tudo de ‘empreitada’, chamar trabalhadores de fora e obrigar os seus a partirem. Como não conseguisse resolver as coisas à moda antiga, Alarico foi para sua casa em Recife sem nada paga ou prometer. Sitiou o próprio engenho, depois de desmantelá-lo bastante<sup>845</sup>.

<sup>843</sup> Ofícios recebidos. Fundo Secretaria do Governo/APEJE.

<sup>844</sup> UH-NE, 12/07/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>845</sup> CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit., p. 69.

Numa segunda-feira, 04 de março de 1963, os trabalhadores do engenho foram à Recife denunciar a situação ao delegado Auxiliar, Francisco Souto,

Os camponeses adiantaram que o proprietário intimou-os deixarem suas casas até sábado vindouro, ameaçando-os, ainda, com violência, caso não cumprissem a determinação. O delegado Francisco Souto encaminhou os lavradores à Federação das Associações Rurais, da rua do Jiriqui, onde conseguiram elementos para sua defesa na justiça<sup>846</sup>.

Entretanto, a situação foi protelada durante todo o ano de 1963. Enquanto não se resolvia, a fome se alastrava. João José da Silva, pai de três crianças com 04, 03 e 1 ano e meio de idade, relatou para Callado que se alimentavam apenas de “farinha e sal. Minha mulher foi embora para não ver isso”<sup>847</sup>.

Em fevereiro de 1964, a justiça deu causa ganha para Alarico Bezerra. Com o auxílio do governo, a população foi alocada provisoriamente no Quartel do Derby<sup>848</sup> e, posteriormente, no Parque do Cordeiro. Alguns engenhos tiveram suas atividades paralisadas, pois os trabalhadores estavam se solidarizando com seus companheiros de Serra. Concomitante, os operários das usinas haviam deflagrado greve reivindicando aumento de 60%. O campo estava ameaçado de parar novamente.

O contexto foi agravado quando, em março de 1963, o delegado do IAPI, Gilvan Pio Hansen, foi destituído do cargo. A manobra havia sido arquitetada pelos usineiros. Hansen, em cumprimento ao ETR, vinha realizando a cobrança do imposto que incidia sobre as usinas, relativo à previdência dos trabalhadores rurais. Lideranças sindicais promoveram uma mobilização em frente ao prédio JK, no centro do Recife, onde funcionavam diversos órgãos, entre eles a SUDENE e o próprio IAPI. O cerco realizado impedia que os funcionários das repartições tivessem acesso ao prédio. A imprensa atacou veementemente o governo. Para contornar a situação, Arraes realizou um apelo pela televisão pedindo que as greves e mobilizações fossem cessadas, enquanto buscava soluções. No dia seguinte, os opositores afirmavam que o governador era o líder da agitação em Pernambuco.

---

<sup>846</sup> *JC*, 05/03/1963, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

<sup>847</sup> CALLADO, Antônio. *Tempo de Arraes...* Op. cit., p. 68.

<sup>848</sup> *DP*, 20/07/1964, p. 07. Hemeroteca/APEJE.

### 3.4 A OPOSIÇÃO SISTEMÁTICA DOS ÓRGÃOS DE CLASSE PATRONAL AO GOVERNO ARRAES

*Diferentemente do que ocorreu com os políticos oposicionistas. Que apoiaram a ação dos militares e sacramentaram rapidamente a destituição de Miguel Arraes, na Assembleia Legislativa, por outras razões. Predominantemente locais. Mais terra a terra. Visando a retomada do governo do Estado – perdido nas eleições de 1962 e que não recuperariam pelo voto. Fiéis à velha tradição reacionária e à vocação golpista da UDN. Ou para assumi-lo em sua inteireza, sem as restrições de uma parceria tornada incômoda, os pessedistas. Em função de pretensões contrariadas ou na defesa de antigos privilégios, ameaçados de extinção – muitos empresários e grandes proprietários de terra. Insatisfeitos com o que vinha acontecendo e receosos do que parecia na iminência de ainda acontecer. Agravando os seus problemas. Uns e outros movidos, basicamente, pela lógica dos interesses. Pessoais e de classe. Na sua visão pragmática, mais importante que qualquer coisa.*

Fernando Coelho<sup>849</sup>

A classe patronal, mesmo tendo seu direito de propriedade garantido pelo governo estadual e sendo beneficiada economicamente, através de financiamentos bancários e aumento do preço do açúcar, desenvolveu oposição sistemática a Miguel Arraes do primeiro ao último dia de sua gestão. Entretanto, a reorientação da polícia, que não deveria atuar para atender exclusivamente aos interesses dos proprietários, e o trabalho desenvolvido pela Secretaria Assistente, que apoiava a mobilização dos trabalhadores rurais na busca pela efetivação e ampliação de direitos, ameaçavam antigos privilégios patronais.

Além disso, outras medidas de Arraes contrariaram interesses patronais e contribuíram para a formação de um bloco oposicionista liderado pelos proprietários. Ainda na prefeitura do Recife, Arraes havia obrigado a Cooperativa dos Usineiros a pagar o Imposto de Indústria e Profissões. A cobrança era autorizada desde a Constituição de 1937 e nunca havia sido feita. Mesmo recorrendo em várias instâncias, para não ir a leilão, a CUP passou a efetuar os pagamentos<sup>850</sup>.

Já na gestão estadual, Arraes iniciou estudos, com base na legislação vigente, para punir as usinas que lançassem caldas nos rios<sup>851</sup>. Uma série de reuniões foi realizada para resolver o problema. Em janeiro de 1964, Hélio Mariano, secretário de Governo, anunciou os

<sup>849</sup> COELHO, Fernando V. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004, p. 114.

<sup>850</sup> Idem, p. 117.

<sup>851</sup> *Boletim de Imprensa do Governo de Pernambuco*, Nº 66, 24/04/1963, p. 01. Fundo Primeiro Governo/IMA.

resultados e as sugestões propostas por uma comissão de técnicos, indicando que medidas jurídicas poderiam ser aplicadas às empresas que continuasse praticando o delito<sup>852</sup>.

Em maio de 1963, quando o governo federal estava prestes a anunciar o novo preço para o açúcar, uma crise de abastecimento aconteceu em Pernambuco. Na verdade, visando vender o produto sob a vigência do novo preço, a Cooperativa dos Usineiros fez estoque em seu armazém. Agindo rapidamente, Miguel Arraes, pelo Decreto nº 853 de 16 de maio de 1963, desapropriou quarenta mil sacas estocadas pela CUP, regularizando o abastecimento em todo Estado<sup>853</sup>.

Acostumados a terem o Estado a sua disposição desde o período colonial, as medidas tomadas por Arraes eram vistas como subversivas pela classe patronal açucareira. A simples tentativa de aplicação da lei foi interpretada como um projeto de “comunização”. Ao terem seus privilégios de classe ameaçados, a elite procurou desestabilizar o Executivo, usando diversas estratégias com o objetivo de minimizar a autoridade dos atos governamentais.

Os recursos utilizados pela classe patronal davam a entender que o governo era omissos e ineficiente. Em diversas ocasiões a autoridade do governador foi contestada. Como uma espécie de Estado paralelo, os órgãos de classe patronais elaboravam relatórios, memoriais, recebiam denúncias e estabeleciam comunicação com diversas instâncias federais.

Em abril de 1963, a intitulada Associações das Classes Produtoras, publicou em página inteira no *Diário de Pernambuco*<sup>854</sup> um relatório contendo lista detalhada, por cidade, do que eles consideravam atos de perturbações, agitações e violências. Em apenas dois meses de mandato, o patronato apresentava para a sociedade o retrato de um governo omissos. O documento era endereçado a Miguel Arraes. Ou seja, era como se o Executivo estivesse tomando conhecimento do que acontecia. Cobrava-se atitude.

O governo respondeu à altura. Através da Secretaria de Segurança Pública foi publicada nos jornais, em página inteira, a resposta para cada caso apresentado no relatório patronal. Ao final, a SSP ainda listava uma série de queixas prestadas por trabalhadores rurais sob as violências cometidas por proprietários<sup>855</sup>.

A estratégia de divulgação de memoriais foi utilizada em diversas ocasiões. Em julho de 1963, um relatório foi elaborado e circulava nas reuniões de classes patronais de outros estados.

---

<sup>852</sup> Idem, Nº 08, 11/01/1964, p. 01. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>853</sup> Idem, Nº 83, 16/05/1963, p. 10. Fundo Primeiro Governo/IMA.

<sup>854</sup> DP, 10/04/1963, p. 09. Hemeroteca/APEJE.

<sup>855</sup> JC, 11/04/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

Está tendo grande divulgação entre as classes produtoras de São Paulo, numa espécie de relatório elaborado no Recife, e enfrentando ser um retrato da atual situação do estado, em face do governo esquerdista do snr. Miguel Arraes. Em reuniões da federação das indústrias e da associação comercial, esse relatório vem sendo insistentemente mencionado e a ele se atribui até a tramitação de muitos produtores bandeirantes em revestir capitais em Pernambuco<sup>856</sup>.

O *Jornal do Commercio* publicou a íntegra do documento com o título: “retrato de Pernambuco, sob governo Miguel Arraes, impressiona produtoras paulistas”. Tentava-se demonstrar que o estado era um local inseguro para investimentos financeiros, onde os detentores do capital se recusavam em investir. Para a população mais pobre, criava-se a ideia de que novas vagas de empregos eram impedidas de serem criadas.

Em outubro de 1963, uma comissão de usineiros entregou ao presidente da República “um memorial de alerta ao governo federal, pela situação de alarme, insegurança e intranquilidade social, reinantes em Pernambuco, desde a ascensão do snr. Miguel Arraes ao governo do Estado”<sup>857</sup>. A possibilidade de criar atritos entre João Goulart e Arraes era sempre aventada pela classe patronal. Buscava-se demonstrar apoio as reformas janguistas. Mas, se colocavam contrários a como estas vinham se processando em Pernambuco. Em julho de 1963, durante visita de Jango a Recife, o patronato paralisou suas atividades, para que os trabalhadores fossem ao comício do presidente<sup>858</sup>, e ofereceu um jantar de oitocentos talheres no Clube Internacional<sup>859</sup>.

Em diversas ocasiões, tentou-se incompatibilizar o governo estadual com outras autoridades. Funcionando como um Estado à parte, foi criada a Comissão Permanente das Classes Produtoras para receber ocorrências no interior<sup>860</sup>. As reuniões ocorriam periodicamente e ganhavam repercussão nos jornais<sup>861</sup>. No Tribunal de Justiça de Pernambuco houve grande debate entre os desembargadores, após relatos de que o patronato corria risco de morte em suas propriedades<sup>862</sup>. Além disso, vários telegramas eram enviados para ministros<sup>863</sup> e deputados<sup>864</sup> fazendo denúncias contra Arraes.

Repetindo a experiência exitosa contra o governo Cordeiro de Farias (*ver página 76*), em março de 1964 foi decretado locaute. Uma nota foi divulgada:

<sup>856</sup> *JC*, 14/07/1963, p. 14. Hemeroteca/APEJE.

<sup>857</sup> *Idem*, 23/10/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>858</sup> *DP*, 27/07/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>859</sup> *Idem*, 25/07/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>860</sup> *UH-NE*, 18/04/1963, p. 02. Hemeroteca/APEJE.

<sup>861</sup> *DP*, 01/05/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>862</sup> *JC*, 23/07/1963, p. 03. Hemeroteca/APEJE.

<sup>863</sup> *DP*, 25/07/1963. Hemeroteca/APEJE.

<sup>864</sup> *Idem*, 03/08/1963, p. 04. Hemeroteca/APEJE.

Sem as garantias mínimas de segurança pessoal e de salvaguarda da propriedade privada e das custosas instalações do parque industrial numa área subdesenvolvida e sofrendo escassez de capital, outra escolha não há senão a suspensão das atividades do comércio e da indústria.

Esta atitude das classes produtoras visa tão somente evitar as provocações dos elementos desajustados na esperança que, muito em breve, o Estado retorne o caminho da legalidade e o clima de paz e segurança tão necessárias ao progresso da coletividade pernambucana<sup>865</sup>.

Denunciava-se que o governo não dava as garantias necessárias para o funcionamento da economia. Durante a noite, Miguel Arraes realizou pronunciamento contrário à atitude patronal na televisão<sup>866</sup>. Na manhã seguinte, o locaute foi suspenso. Na verdade, não havia intenção em realizá-lo. Buscava-se criar pânico na população.

Em nota, o patronato rejeitou o apelo feito por Miguel Arraes e credenciou a cessação do locaute a intermediação do general Justino Bastos, comandante do IV Exército:

Ao terminar a presente nota, externamos o apreço das classes produtoras a valiosa e patriótica interferência do exmo. snr. comandante do Quarto Exército, general Joaquim Justino Alves Bastos que, divisando a gravidade da emergência, contribuiu de maneira eficaz para a solução do litígio<sup>867</sup>.

Posteriormente, o general Justino Bastos declarou: “sou profundamente grato ao gesto de elevada consideração e respeito com que fui distinguido pelas classes produtoras do estado de Pernambuco, ao acatarem imediatamente a sugestão que lhes fiz, no sentido de que não adotassem a medida extrema do locaute”<sup>868</sup>. Estava selada a aliança. Com o apoio da classe patronal, em 01 de abril de 1964, o coronel Frederico Pimentel entregava o seguinte ofício a Miguel Arraes:

Trago ao conhecimento de Vossa Excelência que, como medida preliminar de segurança para Vossa Excelência e exma. família e face aos últimos acontecimentos do país, o coronel Frederico Netto dos Reys Pimentel, em nome dos comandos do IV Exército, 3º Distrito Naval e 2ª Zona Aérea, conduzi-los para local previamente escolhido, onde será preservada, com todo rigor e dignidade, a integridade física e moral de Vossa Excelência, evitando que fatos ocorram, em prejuízo da ordem e tranquilidade reinante em todo território sob jurisdição do meu comando.

Gen. Ex. Joaquim Justino Alves Bastos  
Comandante do IV Exército<sup>869</sup>

<sup>865</sup> JC, 0403/1963, p. 01. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>866</sup> Ver íntegra do discurso em: PEREIRA, Jair et al. (org.). *Miguel Arraes: pensamento e ação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, pp. 49-58.

<sup>867</sup> JC, 05/03/1963, p. 03. Microfilmagem/FUNDAJ.

<sup>868</sup> DP, 05/03/1963, p. 08. Hemeroteca/APEJE.

<sup>869</sup> Fundo Primeiro Governo/IMA.

Desse modo, era interrompido o mandato de Miguel Arraes. No curto espaço de tempo em que esteve no poder, Arraes tentou imprimir um modelo de gestão pautado no cumprimento da legislação vigente. Sem atender plenamente aos anseios da classe trabalhadora, os movimentos sociais continuavam lutando pela garantia e ampliação de direitos. Distante em diminuir os privilégios das classes patronais, estas continuavam intransigentes, diante da mínima possibilidade de terem quebrados seus mecanismos de controle. Com o Golpe Militar toda essa experiência foi cerceada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Agitador, sim! Como é possível conceber a vida sem agitação? Porque o vento agita a planta, o pólen se une ao pólen, de onde nasce o fruto e se abotoa a espiga que amadurece nas searas. O gameta masculino busca o óvulo porque há uma cauda que o agita. Se o coração não se agita, o sangue não circula e a vida se apaga. Que dizer da bandeira que se hasteia ao mastro e não se agita? É uma bandeira morta. Qual é, por excelência, o mérito tão grande de Bartolomeu de las Casas? Haver agitado de maneira extraordinária o problema do índio durante sua longa e fecunda existência. É agitando que se transforma a vida, o homem, a sociedade, o mundo. Quem nega a agitação, nega as leis da natureza, a dialética, a ciência, a justiça, a verdade, a si próprio. Sabe o físico que para manter a água cristalina, tem de agitá-la antes de lhe derramar o sulfato de alumínio que toma as partículas de impureza e desce com elas para o fundo. Manda o médico que se agite certos remédios no momento de tomá-los, e o farmacêutico chega a escrever nas bulas este aviso: 'agite antes de usar'".*

Francisco Julião<sup>870</sup>

Exilado no México, Francisco Julião escreveu essa ode à agitação. Possuía orgulho de ser chamado de agitador. A defesa realizada tinha uma razão de ser, soava como um protesto. Durante o final dos anos 1950 e inícios de 1960, nos dois periódicos de maior circulação em Pernambuco, *Jornal do Commercio* e *Diario de Pernambuco*, este era um termo frequente. A alcunha era utilizada para descrever qualquer ato de reivindicação dos trabalhadores, principalmente, quando partia daqueles que viviam no campo. Reuniões, passeatas, comícios, greves etc. eram classificados como atos subversivos na grande imprensa.

Após a Revolução Cubana, o Nordeste do Brasil e, especialmente, Pernambuco, ganharam espaço nos noticiários como sendo foco de um processo revolucionário que estava em marcha. Berço das Ligas Camponesas, e com vitórias sucessivas da Frente do Recife nas eleições para o Executivo estadual e da capital, este estado passou a ter especial atenção da imprensa conservadora com a posse de Miguel Arraes, em 1963. Durante os catorze meses de sua gestão, divulgavam-se imagens de agitação e intranquilidade.

Procurando agir conforme os marcos legais vigentes, o governo Arraes estabeleceu novas diretrizes de atuação para o Executivo estadual. As principais mudanças ocorreram na polícia e na Secretaria Assistente. A primeira deixava de estar ao serviço dos grandes proprietários e a segunda assumia o papel de negociador diante das reivindicações dos trabalhadores rurais.

<sup>870</sup> JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009, p. 51-52.

Inicialmente, a presente pesquisa buscou analisar como ocorreu esse processo de mudança. Na polícia, os cargos de comandante e secretário de Segurança Pública foram entregues a pessoas que tiveram suas carreiras desenvolvidas fora de Pernambuco. Este foi o primeiro passo no intuito de diminuir a influência dos grandes proprietários sobre os efetivos. Em relação à corporação, foram ministrados cursos e palestras, que não tiveram os resultados imediatos esperados. Uma verificação de sanidade mental e expulsões de cabos e soldados tiveram que ser realizadas. Quanto aos delegados, tentou-se diminuir a participação destes nos processos políticos, sem muito sucesso. Um conjunto de despachos do governador comprovou que diversos pedidos de nomeação, remoção e promoção eram feitos por intermédio de lideranças políticas locais.

Das medidas tomadas, aquela que teve efeito positivo imediato sob a corporação, foi o aumento nas diárias de rancho percebidas pelos soldados. Assim, ao se deslocarem, principalmente para as localidades rurais, os policiais não mais precisariam das “benesses” dos proprietários para alojamento e alimentação. Esse distanciamento foi importante para que a polícia não estivesse em favor da classe dominante. Mesmo assim, casos de violências policiais contra trabalhadores rurais, continuaram sendo denunciados na imprensa, notadamente no *Última Hora Nordeste* e *A Hora*. Demonstrando que o processo de mudança esperado não viria na velocidade desejada. Além disso, com exceção da apreensão de armas na usina Santo André, outras sanções não foram tomadas contra assassinatos cometidos no campo. Nas fontes consultadas, não se teve notícias de prisões contra proprietários ou seus prepostos.

Quanto a Secretaria Assistente, embora o nome permanecesse o mesmo de quando foi criada no governo Cid Sampaio, a atuação estava bem distante do assistencialismo presente em seu batismo. A função de mediar conflitos foi incumbida a jovens homens, que passaram a percorrer as distâncias da Zona da Mata buscando acordos entre as partes em litígio.

Contudo, entre os vários movimentos sociais que atuavam no campo, o trabalho dos assessores sindicais não foi bem recebido por todos. O PCB prestava apoio, tendo alguns membros do partido – inclusive, um dos secretários, Antônio Fausto do Nascimento – como funcionários do órgão. Visando a concretização de acordos, o que nem sempre era sinônimo de justiça, a atuação da Secretaria Assistente era considerada moderada pelos trotskistas e Ligas Camponesas. Alegavam que tais procedimentos esvaziavam as lutas dos trabalhadores rurais. Por outro lado, a proximidade com os comunistas, promovia distanciamento por parte da Igreja Católica, que buscava minimizar a influência das esquerdas no campo. O PCdoB,

tendo recebido apoio durante a contenda no Sindicato de Jaboaão, desenvolveu trabalho que não se contrapunha ao governo.

As fontes pesquisadas apontaram para grande participação da Secretaria Assistente na mediação das greves ocorridas no período. Principalmente, em conjunto com a Delegacia Regional do Trabalho. A perspectiva para 1964 era de ampliação do trabalho sindical desenvolvido pelo governo. Com bastante dificuldade, um crédito especial foi aprovado na Assembleia Legislativa, que possibilitou a criação de unidades descentralizadas – chamadas Delegacias Assistentes – na Zona da Mata e Agreste. Com o Golpe Militar, a Secretaria voltou a atuar no modelo preconizado por Cid Sampaio.

Estas novas diretrizes de atuação tiveram impactos diferentes na sociedade. Para a classe trabalhadora, representava um impulso na luta pela efetivação e ampliação de direitos. Para a classe dominante, servia como argumento para acusar o Estado de estar num processo de “comunização”. Mesmo com finalidades distintas, ambas exerceram grande pressão sobre o governo Arraes.

Dispostos a fazer valer a legislação vigente, o principal recurso de negociação utilizado pela classe trabalhadora foi a greve. Em quarenta e sete ocasiões os trabalhadores rurais paralisaram suas atividades durante o governo Arraes. As principais lutas foram pelo 13º mês, salário mínimo e reajuste da remuneração. Em conjunto com as reivindicações financeiras estavam também melhorias nas condições de trabalho, como as paredes contra os quantitativos de cana estabelecidos na Tabela de Tarefas; em solidariedade, como a ocorrida contra a expulsão dos moradores do engenho Serra; e políticas, como a avessa a destituição do delegado do IAPI.

Esse conjunto de greves trouxe importantes ganhos materiais. Além disso, a organização, mobilização e conscientização dos trabalhadores rurais foram relevantes no processo de se reconhecerem enquanto classe, discutindo seus problemas específicos e lutando para a superação dos mesmos. Embora o governo Arraes abrisse espaço para que estas reivindicações acontecessem, isso só foi possível graças à pressão exercida sobre o Executivo. Em várias ocasiões, as passeatas e os comícios aconteciam diante do Palácio das Princesas, num chamamento ao governador tomar partido na situação.

Por outro lado, as fontes indicaram que os ganhos econômicos da classe trabalhadora não representaram diminuição na margem de lucro da classe patronal. Todos os benefícios gerados aos trabalhadores foram financiados pelo governo através de empréstimos do Banco do Brasil e/ou elevação do preço do açúcar. Além disso, o patronato se utilizava do pleito dos empregados como justificativa para ter seus objetivos financeiros atendidos juntos aos órgãos

estatais. Na campanha pelo “justo preço do açúcar” os argumentos utilizados eram melhoria das condições de trabalho, aplicação do Estatuto do Trabalhador Rural, aumento salarial, entre outros.

No curto espaço de tempo em que esteve no governo, Arraes enfrentou a oposição sistemática da classe dominante. Mesmo tendo seus pleitos financeiros atendidos, a mínima possibilidade de perder privilégios foi suficiente para contrariar o patronato. As estratégias utilizadas foram a elaboração de relatórios e memoriais contra o Executivo, que eram levadas a público e a instâncias federais. Os órgãos de classe patronal chegaram a funcionar como uma espécie de Estado paralelo colhendo denúncias e “buscando soluções”. A decretação de locaute e o apoio velado ao comandante do IV Exército, Justino Bastos, foi o auge da campanha encetada pela elite.

Diante dessa oposição sistemática, Arraes buscava amparo nos trabalhadores. Objetivava-se a formação de uma “frente única”, capitaneada pelo governo. A alegada hostilidade aos padres Melo e Crespo, desgastou o governo perante uma sociedade de maioria cristã/católica. Posteriormente, a prisão de militantes trotskistas e das Ligas Camponesas, estremeceu a relação com os movimentos sociais vinculados às esquerdas, que chegaram a realizar uma campanha pela liberdade dos presos políticos.

Agitação e intranquilidade eram palavras continuamente utilizadas para definir Pernambuco no ano de 1963 e início de 1964. Sem os pejorativos, de fato, agitados estavam aqueles que lutavam pela efetivação e ampliação de direitos. Intranquilos estavam os que tinham medo de perder os privilégios de classe. A experiência de gestão realizada pelo governo Arraes foi pautada nas relações estabelecidas com os órgãos de classe patronal e movimentos sociais. Buscava-se a posição de mediador, promovendo entendimentos entre as classes. Na prática, a autoridade do governador foi contestada pelo patronato e as reivindicações dos trabalhadores não foram plenamente atendidas. Contudo, se comparado às gestões anteriores e, principalmente, com as que vieram durante o regime militar, o primeiro governo Arraes virou sinônimo de liberdade democrática e de benefícios para a classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Construindo o Sindicalismo Rural: lutas, partidos, projetos*. Recife: UFPE/Oito de Março, 2005.
- ALMEIA, Flávio Rodrigues de. “Insistente desencanto: o PCB e a revolução burguesa no período de 1945-64”. In: LAGOA, Maria Izabel; MAZZEO, Antônio Carlos (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 83-122.
- ALONSO JÚNIOR, Odir. “O processo revolucionário: 1953/1959”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, pp. 51-64.
- AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. *Desvio de rota*. São Paulo: Jogo de Amarelinha, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Manga com leite: fragmentos de memória*. São Paulo: Jogo de Amarelinha, 2010.
- AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BASTOS, Elide Rugai. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BARRETO, Túlio Velho et al. *A nova república: visões da redemocratização*. Recife: Ed. dos Autores, 2006.
- BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (org.). *Na trilha do golpe: 1964 revisitado*. Recife: FUNDAJ, 2004.
- BARROS, Adirson de. *Ascensão e queda de Miguel Arraes*. Rio de Janeiro: Equador, 1965.
- BARROS, Júlio César. *Do “rebelde romântico” ao “guerrilheiro em descanso”*: a Revolução Cubana na primeira página do Jornal do Commercio e do Diário de Pernambuco (1959). Monografia (apresentada ao final do curso de pós-graduação *lato sensu* em História do Século XX – Programa de Pós-Graduação em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.
- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Ed. Ampliada e atualizada. São Paulo: Boitempo, 2011.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 13ª ed. Tradução de Carmen C. Varrialle et al. Brasília: UnB, 2009, v. 1.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL, Jocelyn. *Arraes um ano de governo popular*. Rio de Janeiro: Opção, 1980.

BUZETTO, Marcelo; MIZUKAMI, Eduardo de Souza. “Revolução inacabada”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, pp. 65-79.

CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco: aspectos da luta pela reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

\_\_\_\_\_. *Tempo de Arraes: a revolução sem violência*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1980.

CAMPELLO, Clóvis. *Diário de um agitador: tempos idos*. Recife: FUNDAJ, 2004.

\_\_\_\_\_. *Diário de um agitador: tempos modernos*. Recife: FUNDAJ, 2004.

CARVALHO, Dorisney de; GUERCIO, Maria Rita. “Cuba e Estados Unidos: uma história de hostilidades”. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Revolução Cubana: história e problemas atuais*. São Paulo: Xamã, 1998, pp. 125-134.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da Coluna Prestes à queda de Arraes: memórias políticas*. 4ª Ed. Recife: CEPE, 2008.

COELHO, Fernando Vasconcellos. *Direita volver: o golpe de 1964 em Pernambuco*. Recife: Bagaço, 2004.

CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE. *Anais...* Recife: Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco, 1978. (Edição Fac-similar comemorativa do primeiro centenário 1878-1978).

CORDERO, Juan A. Giusti. “Para leer a Mintz... en puertorriqueño: una aproximación crítica”. In: Fundamentos, Departamento de Ciências Sociais, Facultad de Estudios Generales. Puerto Rico, 1996, n. 3-4, pp. 101-108.

COSTA, Rodrigo José. “Antes do Golpe: repressão e movimentos sociais em Alagoas (1961-1964)”. In: *Anais Eletrônicos*, V Encontro Cultura e Memória. Recife: UFPE, 2011.

DABAT, Christine. *La “Magna Carta” des coupeurs de canne dans le Pernambouc selon les archives de la Justice du Travail (1963-1965)*. (ms)

\_\_\_\_\_. *Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. Recife: UFPE, 2007.

\_\_\_\_\_. “Uma caminhada penosa: a extensão do Direito trabalhista à zona canavieira de Pernambuco”. *Clio: Revista de pesquisa histórica*, Recife, 2008, n. 26.2.

DABAT, Christine Rufino; NETO, Leonardo Guimarães. “Modernização e Exclusão: a situação social na Zona da Mata de Pernambuco”. *Revista de Geografia – Núcleo de Apoio à Pesquisa Acadêmica do Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal de Pernambuco*. Recife, 1998, v. 14, n. 1/2.

DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo: A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

DELGADO, Lucília Neves de Almeida. “1964: temporalidade e interpretações”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru/SP: EDUSC, 2004, pp. 15-28.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. 1 CD-ROM.

DOSSE, François. *A História em migalhas: dos “Annales” a “Nova História”*. Tradução de Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas/SP: Unicamp, 1992.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe*. 4ª ed. Tradução de Else Ribeiro Pires Vieira et al. Petrópolis/RJ: 1986.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Globo; São Paulo: USP, 1975, v. 2.

FARIA, Fabiano Godinho. *Ação, tradição e organização: a evolução do conceito de partido do PCB ao PCBR, ALN e PCdoB (1962-1979)*. Dissertação (apresentada ao final do curso de pós-graduação *stricto sensu* em História – Programa de Pós-Graduação em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2008.

FERNANDES, Eliane Moury (org.). *O movimento político-militar de 1964 no Nordeste: catálogo da história oral*. Recife: Massangana, 2004.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo: a Revolução Cubana*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)*. Dissertação (apresentada ao final do curso de pós-graduação *stricto sensu* em História – Programa de Pós-Graduação em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2012.

\_\_\_\_\_. *Direitos conquistados, discretas esperanças: as leis, os canavieiros e os conflitos na Justiça do Trabalho (Escada, 1963-1969)*. Monografia (apresentada ao final do curso de graduação em História – Departamento de História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

FERRO, Marc. “O filme: uma contra-análise da sociedade?” In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos objetos*. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp.199-215.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução e organização de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FRENCH, Jonh. *Afogados em leis: a CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

GALEANO, Eduardo. *Espelhos, uma história quase universal*. Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: LP&M, 2008.

GALLINDO, José Felipe Rangel. *O trotskismo no campo em Pernambuco: “o Jeremias das caminhadas”*. Dissertação (apresentada ao final do curso de pós-graduação *stricto sensu* em História – Programa de Pós-Graduação em História). Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

GALVÃO, Michel Cavassano. “Processos de trabalhadores da agroindústria açucareira na Junta de Conciliação e Julgamento de Jaboatão/PE 1963 a 1965”. *Cadernos de História: Oficina de História: trabalhadores em sociedades açucareiras*. Recife, 2009, ano 6, n. 6, pp. 248-271.

GARRIDO, Álvaro. “Para que serviu o Plano Marshall?” *Relações Internacionais*. Lisboa, mar 2009, n. 21, pp. 199-204.

GINZBURG, Carlo. “Sinais raízes de um paradigma indiciário”. In: \_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.

GODELIER, Maurice. “O marxismo e as ciências do homem”. In: ADLER, Alexandre et al. *O marxismo hoje* (primeira parte). Tradução de Carlos Nelson Coutinho et al. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. (*História do Marxismo*, v. 11), pp. 359-387.

GOMES, Ângela de Castro et al. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (coleção *História geral da civilização brasileira*; t. 3; v. 10).

GORDON, Lincoln. *O progresso pela aliança*. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1962.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFFNAGEL, Marc Jay. “Relembrando Cuba e a mídia norte americana no início dos anos sessenta”. In: *Anais eletrônicos*, 2ª. OFICINA SOCIEDADES AÇÚCAREIRAS: ABORDAGENS E PERSPECTIVAS. Recife: UFPE, 2008, pp. 28-30.

HOLANDA, Lourival. “O povo no governo – notas à margem do discurso de Miguel Arraes, em 31 de janeiro de 1963, na Assembleia Legislativa do Recife”. In: *Clio: Revista de pesquisa histórica*, Recife, n. 22, 2004, pp. 27-35.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Cortez, 1998.

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL. *A indústria açucareira de Pernambuco: projeto regional de reequipamento*. Rio de Janeiro, 1964.

\_\_\_\_\_. *Produção industrial das usinas de Pernambuco safras 1950/51 a 1975/76*. Rio de Janeiro, s/d.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco (1955-1968)*. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1990.

JULIÃO, Francisco. *Cambão: a face oculta do Brasil*. Recife: Bagaço, 2009

LAVAREDA, Antônio (org.). *A vitória de Arraes*. Recife: Inojosa, 1987.

LAVAREDA, Antônio; SÁ, Constança (orgs.). *Poder e voto: luta política em Pernambuco*. Recife: FUNDAJ, 1986.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Irene Ferreira et al. 5ª ed. Campinas/SP: UNICAMP, 2003.

LESSA, Antônio Carlos. “Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, 2008, v. 51, n. 2, pp. 5-7.

LUCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bessanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp.111-154.

MARANHÃO, Ricardo. “O Estado e a política “populista” no Brasil (1954-1964)”. In: FAUSTO, Bóris (dir.). *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, (coleção História geral da civilização brasileira, t. 3. v.3), pp. 259-294.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas/SP: UNICAMP, 1998.

MARX, Karl. “A chamada acumulação primitiva”. In: MARX, Karl. *O capital*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v.2, pp.828-894.

MATTOS, Marcelo Badaró. “Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2004, v. 24, n. 47, pp. 241-270.

MENDONÇA, Fernando. *Conversações com Arraes*, por Fernando Mendonça e Cristina Tavares. Belo Horizonte: Vega, 1979.

MENDONÇA, Sônia Regina de. “Dez anos de economia brasileira: história e historiografia (1954-1964)”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 1994, v. 14, n. 27, pp. 87-97.

MINTZ, Sidney W. *O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados*. Organização e tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: UFPE, 2003.

MONTARROYOS, Carlos. *O tempo de Arraes e o contratempo de março*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982.

MONTENEGRO, Antônio T. “História política e cultura do medo”. *Confluenze-Rivista di Studi Iberoamericani*, Bolonha, 2009, v. 1, n. 2, pp. 212-226.

MORAIS, Clodomir Santos de. “História das Ligas Camponesas”. In: STEDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954/1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, pp. 21-76.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. “Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural”. In: DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (coleção O Brasil republicano; v.3), pp. 155-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Modernizando a repressão: a USAID e a polícia brasileira”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 2010, v. 30, n. 59, pp. 237-266.

OCTÁVIO, José. “Nas origens do Movimento de 64: de como o plano internacional chegou à Paraíba, com neutralismo, Cuba e Nova Igreja”. *Saeculum: revista de História*. João Pessoa, 1995, ano 1, n. 1, pp. 99-107.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Aliança para o progresso: documentos oficiais emanados da reunião extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social no Nível Ministerial*. Washington: OEA, 1961.

PADRÓS, Enrique Serra. “Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-Estar Social”. In: REIS FILHO, Daniel A. et al. *O século XX – o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

PAGE, Joseph A. *A revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil 1955-1964*. Tradução de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Record, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife: FUNDAJ, 1984.

PEREIRA, Jair et al. (org.). *Miguel Arraes: pensamento e ação política*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

PORFÍRIO, Pablo. *Medo, comunismo e revolução: Pernambuco (1959-1964)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, pp. 103-130.

QUEIROZ, Adolpho Carlos Françoso et al. *De Quintino Bocáiuva a Duda Mendonça: breve história dos marqueteiros políticos no Brasil republicano*. In: *Anais. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO*, 28, 2005. Rio de Janeiro. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

RAMOS, Pedro. “Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno”. *Economia Aplicada*. Ribeirão Preto, 2007, v. 11, n. 4, pp. 559-585.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1989.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas/SP: Unicamp, 2007.

ROBIN, Regine. *História e linguística*. Tradução de Adélia Bolle. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROSA E SILVA, J. M. *Contribuições ao estudo da Zona da Mata em Pernambuco* (aspectos estruturais e econômicos da área de influência das usinas de açúcar). Pref. de Gilberto Freyre. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1966.

ROZOWYKWIAT, Tereza. *Arraes*. São Paulo: Iluminuras, 2006.

SANTANA, Joel. *Pernambuco 1963 um ano de desgoverno*. Recife: Especial, s/d.

SEGATTO, José Antônio. “O PCB e a revolução nacional-democrática”. In: MAZZEO, Antônio Carlos. LAGOA, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 123-134.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise 1955-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. “A luta ideológica na conjuntura do golpe de 1964”. In: *e-premissas: revistas de estudos estratégicos*. Dossiê René Dreifuss: 1964 e outros combates. N. 01, novembro de 2006. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/nee/epremissas/01.htm>>. Acesso em: 09/10 2012.

TREZE *dias que abalaram o mundo*. Direção: DONALDSON, Roger. Produção: ALMOND, Peter O.; BERNSTEIN, Arnyan; COSTNER, Kevin. EUA: Europa Filmes, 2003, 1 DVD (145 min.), widescreen, color.

VEYNE, Paul. *Le pain et le cirque: sociologie historique d'un pluralisme politique*. Paris: Seuil, 1976.

\_\_\_\_\_. “O Império Romano”. VEYNE, Paul. (org.). *História da Vida Privada*. V. 1. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

## APÊNDICE A

Greves ocorridas em Pernambuco durante o governo Arraes (31 de janeiro de 1963 a 01 de abril de 1964)<sup>871</sup>

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
1	--/02/1963	--/--/1963	Escada e Amaraji	Trabalhadores rurais	Não aceita acordo realizado pela Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco para pagamento do 13º salário	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada	Delegacia Regional do Trabalho	---x---	Sem informações
2	06/02/1963	07/02/1963	Recife e Caruaru	Motoristas, cobradores e demais trabalhadores em transportes urbanos	Aumento salarial	Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Pernambuco	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	Ação repressiva da polícia	Aumento salarial, pagamento do dia de greve, não punição aos grevistas.
3	07/02/1963	10/02/1963	Nazaré da Mata	Operários da Fábrica de Calçados Lídice	Equiparação salarial	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho	---x---	Equiparação salarial
4	11/02/1963	--/03/1963	Vitória de Santo Antão	Trabalhadores rurais (Engenho Ronda e Arandu de Cima)	13º salário / Extinção do cambão e do fôro / Construção de uma Sede das Ligas Camponesas	Ligas Camponesas	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	Impedimento de os trabalhadores do engenho Serra Grande irem trabalhar no engenho Ronda	Sem informações
5	13/02/1963	13/02/1963	Vitória de Santo Antão	Trabalhadores rurais (Engenho Marmajuda)	13º salário / Aumento no preço do corte dos fechos de cana	“liderados pelo trabalhador José Roque”	Sem informações	---x---	Todas reivindicações

<sup>871</sup> Tomamos com base a tabela elaborada por SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo Arraes...* Op. cit. p. 137-142, que por sua vez, utilizou as convenções seguidas por Francisco Weffort em levantamento semelhante para todo o Brasil (entre 1945/1964). Dados obtidos a partir da leitura dos jornais *DP*, *UH-NE*, *JC* e *A Hora*.

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
6	--/02/1963	13/02/1963	São Lourenço da Mata	Trabalhadores rurais (Engenho Tapacurá)	13º salário	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Sem informações
7	13/02/1963	20/02/1963	Paulista	(3.600) Operários da Cia. de Tecidos Paulista	Aumento salarial de 82% sobre os salários de 31 de dezembro de 1962	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Paulista e Igarassu	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente/ Consintra	---x---	Aumento salarial de 70% sobre os salários de 31 de dezembro de 1962
8	18/02/1963	20/02/1963	Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Lourenço da Mata e Glória do Goitá	(10.000) Trabalhadores rurais (engenhos pertencentes às usinas Jaboatão, Muribeca e Bulhões)	13º Salário/abolição do montepio/ salário igual para ambos os sexo/pagamento de metade dos salários aos menores.	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão dos Guararapes	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	Passeata em Jaboatão dos Guararapes e Recife	Todas as reivindicações
9	19/02/1963	--/--/1963	Vitória de Santo Antão	Trabalhadores rurais (Engenho Pedreira)	13º salário / aumento salarial	Ligas Camponesas	Sem informações	---x---	Sem informações
10	25/02/1963	--/--/1963	Moreno	Trabalhadores rurais (Engenho Queimada)	13º salário	Sem informações	Sem informações	---x---	Sem informações
11	28/02/1963	01/03/1963	Jaboatão dos Guararapes	(400 a 3.000) Operários das pedreiras	13º salário/ anotação na carteira profissional/ desconto para instituto/ recebimento do dia de greve/ promessa de não punição para os grevistas	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	promessa de que o dia de greve não ser descontado

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
12	04/03/1963	04/03/1963	Vitória de Santo Antão	Trabalhadores rurais (Engenho Pitú)	Aumento salarial	Sem informações	Sem informações	Caminhoneta de administrador teve pneu furado/ Invasão da casa grande	Aumento salarial
13	04/03/1963	--/--/1963	Vitória de Santo Antão e Moreno	Trabalhadores rurais (Engenhos Ronda, Serra Grande e Jaboatãozinho)	13º salário/ Aumento salarial	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho	---x---	Sem informações
14	04/03/1963	05/03/1963	Goiana	(de 2 a 5.000) Trabalhadores rurais (Usinas Santa Tereza e Nossa Senhora das Maravilhas)	13ª salário/ extinção do montepio / Demissão de grevistas	Sindicato (?)	Delegacia Regional do Trabalho/ Secretaria Assistente	Passeata na cidade de Goiana	Pagamento do 13º/ extinção do montepio/ Trabalhadores empregados
15	12/03/1963	14/03/1963	Jaboatão dos Guararapes	Operários da fábrica de papel Portela	Aumento salarial de 60% / férias atrasadas	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Aumento salarial de 25%/ pagamento das férias atrasadas/ anistia para grevistas
16	14/03/1963	15/03/1963	Recife	Arrumadores	Aumento salarial de 60%	Sindicatos dos Arrumadores/ Pacto de Unidade e Ação da Orla Marítima/ Consintra	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Aumento salarial de 45%
17	18/03/1963	20/03/1963	Recife e interior	Operários da construção civil	Aumento salarial	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Aumento salarial

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
18	20/03/1963	22/03/1963	Recife	Comerciários	Aumento salarial	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Aumento salarial
19	21/03/1963	09/04/1963	Recife	Gráficos	Aumento Salarial de 80%	Sindicato dos Gráficos	Secretaria Assistente	---x---	Aumento salarial
20	--/03/1963	--/03/1963	Recife	Operários na indústria de torrefação e moagem de café	Aumento salarial	Sem informações	Sem informações	---x---	Aumento salarial
21	26/03/1963	05/04/1963	Recife	Professores do ciclo médio	Aumento salarial	Sindicatos dos Professores Secundários do Estado de Pernambuco	Tribunal Regional do Trabalho	---x---	Aumento salarial
22	08/04/1963	10/04/1963	Ribeirão	Trabalhadores rurais (Usina Caxangá)	13ª salário	Sindicato Rural de Palmares	Delegacia Regional do Trabalho	---x---	Examinar casos de trabalhadores injustiçados no pagamento do 13º salário
23	16/04/1963	17/04/1963	Catende	Trabalhadores rurais (Usina Catende)	Cumprimento de acordo para pagamento do 13º salário	Sindicato Rural de Palmares	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Sem informações
24	19/04/1963	--/--/1963	Gameleira	Trabalhadores rurais (Usina Cachoeira Lisa)	Sem informações	Sem informações	Sem informações	---x---	Sem informações
25	23/04/63	--/--/1963	Moreno	Trabalhadores rurais (Engenho Queimados e Fazenda Santa Rita)	Sem informações	Sem informações	Sem informações	---x---	Sem informações

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
26	22/04/1963	25/04/1963	Sirinhaém	Trabalhadores rurais (Usina Trapiche)	Aumento do preço da cana cortada/ revisão das balanças de campo	Sem informações	Secretaria Assistente	Ponte destruída, cabos telefônicos cortados	Aumento do preço da cana cortada/ revisão das balanças de campo
27	29/04/1963	02/05/1963	Recife	Arrumadores	Aumento de 100% da taxa de insalubridade	Sindicato dos Arrumadores	Delegacia Regional do Trabalho	---x---	Aumento de 100% da taxa de insalubridade
28	06/05/1963	08/05/1963	Recife	(6.000) Metalúrgicos	Aumento salarial de 80%	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Aumento salarial/ não punição aos grevistas/ pagamento dos dias de greve
29	--/05/1963	--/--/1963	Rio Formoso	Trabalhadores Rurais	Aumento do preço da "conta"	Sem informações	Sem informações	---x---	Sem informações
30	--/05/1963	--/--/1963	Ipojuca	Trabalhadores Rurais (Engenho Caetés)	Em solidariedade a trabalhador que teve atrito com administrador do engenho	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Escada, Ipojuca e Amaraí	--x--	---x---	--x--
31	10/05/1963	11/05/1963	Recife	Arrumadores	Recusa da Empresa "Profértil" em pagar o aumento de 100% na taxa de insalubridade	Sindicato dos Arrumadores	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Pagamento de 100% da taxa de insalubridade pela empresa
32	22/05/1963	23/05/1963	Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Lourenço da Mata, Paudalho, Glória do Goitá	(20 mil) Trabalhadores rurais	Reconhecimento do sindicato sob a orientação do PCdoB e revogação da carta sindical concedida ao Sindicato sob a orientação do Padre Crespo	Sindicato sob a orientação do PCdoB	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Passagem fornecida para líder sindical ir até Brasília

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
33	22/05/1963	--/--/1963	Recife	Operários da fábrica da Cia. de Cigarros Souza Cruz	Gratificações habituais recebidas nos finais de ano	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Sem informações
34	06/06/1963	07/06/1963	Recife	Estivadores	Solidariedade aos estivadores do porto de Santos	Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Carvão e Mineral do Estado de Pernambuco	--x--	---x---	--x--
35	10/06/1963	10/06/1963	Recife	Professores do Colégio Santa Maria	Não cumprimento de acordo salarial	Sindicatos dos Professores	Sem informações	---x---	Cumprimento de acordo salarial
36	14/06/1963	15/06/1963	Catende e Água Preta	Trabalhadores rurais (Engenheiros da Usina Catende)	Pagamento do salário mínimo regional	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares	Secretaria Assistente	---x---	Pagamento do salário mínimo regional
37	--/--/--	14/06/1963	Rio Formoso	Trabalhadores rurais (Engenho Jundiá)	Pagamento do salário mínimo regional	Sem informações	Secretaria Assistente	---x---	Pagamento do salário mínimo regional
38	17/06/1963	--/--/1963	Jaboatão dos Guararapes	Trabalhadores rurais (Usina Jaboaão)	Contra a adoção de duas horas para o almoço, exigindo apenas uma hora.	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Sem informações
39	20/06/1963	--/--/1963	Gameleira	Trabalhadores rurais (Usina Cucaú)	Sem informações	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho	---x---	Sem informações
40	26/06/1963	28/06/1963	Sirinhaém	Trabalhadores rurais (Usina Trapiche)	Carimbo retroativo na Carteira de Trabalho	Sem informações	Secretaria Assistente	---x---	Greve adiada em 10 dias, após entendimento com a Secretaria Assistente

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
41	27/06/1963	29/06/1963	Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Lourenço da Mata e Glória do Goitá	Trabalhadores rurais	Greve de advertência e protesto por 24h, pelo assassinato do delgado sindical Manoel Lopes da Silva	Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Jaboaão dos Guararapes	Sem informações	---x---	Sem informações
42	12/07/1963	--/--/1963	Catende	Trabalhadores rurais (Usina Catende)	Demissão em massa de trabalhadores/ Erros na aferição das "contas"	Sem informações	Sem informações	---x---	Sem informações
43	20/07/1963	--/--/1963	Gameleira	Trabalhadores rurais (dois engenhos da Usina Cachoeira Lisa)	Pagamento do salário mínimo regional	Sem informações	Sem informações	---x---	Sem informações
44	22/07/1963	09/08/1963	Ribeirão e Amaraji	Trabalhadores rurais (Usina Caxangá)	13º salário para os que ainda não receberam / assassinato de trabalhador rural / salário mínimo regional	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmares	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	Assassinato de trabalhador rural por vigia	Pagamento do 13º salário/ Salário mínimo regional/ registro de todos os empregados clandestinos na Usina e no campo/ Repouso semanal remunerado/ pagamento de 75% do total de dias de greve
45	27/07/1963	--/--/1963	Recife	Radialistas	Regulamentação da profissão de radialista / demissão de funcionários	Sindicatos dos Radialistas	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	---x---	Sem informações

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
46	--/--/--	07/08/1963	Jaboatão dos Guararapes	Trabalhadores rurais (Usina Muribeca)	Cobrança ilegal do desconto-habitação	Sem informações	Sem informações	---x---	Fim da cobrança do desconto-habitação/ Devolução dos valores descontados ilegalmente
47	14/08/1963	--/--/1963	Cabo de Santo Agostinho	Trabalhadores da Linha Férrea da Usina Bom Jesus	Fim dos descontos de "habitação"	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho	Advogados e dirigentes sindicais impedidos de entrar na usina	Sem informações
48	25/08/1963	29/08/1963	Jaboatão dos Guararapes, Moreno, São Lourenço da Mata e Glória do Goitá	Trabalhadores rurais	Cumprimento da portaria autorizando intervenção e adiamento das eleições no Sindicato	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão dos Guararapes	Delegacia Regional do Trabalho	Ocupação da polícia na Sede do Sindicato	Cumprimento da portaria
49	29/08/1963	--/--/1963	Sirinhaém	Trabalhadores rurais (Usina Trapiche)	Sem informações	Sem informações	Secretaria Assistente	--x--	--x--
50	08/09/1963	11/09/1963	Recife, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Timbaúba, Escada e Ribeirão	(15.000) Tecelões	Aumento salarial de 80 a 70%	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife e Sindicato dos Têxteis de Escada	Tribunal Regional do Trabalho	---x---	Aumento salarial de 40%
51	09/09/1963	11/09/1963	Recife	Comerciários	Aumento salarial de 20 a 35% sobre os salários de março de 1963	Sindicato dos Comerciários de Recife	Tribunal Regional do Trabalho	---x---	35% de aumento salarial

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
52	11/09/1963	12/09/1963	São Lourenço da Mata	(1.500) Trabalhadores rurais (Usina Tiúma)	Cumprimento de último convênio salarial/ Pagamento das diárias de acordo com a Tabela de Tarefas	Sem informações	Secretaria Assistente	--x--	Cumprimento do acordo salarial firmado
53	12/09/1963	13/09/1963	Pernambuco	Bancários	Paralisação de 24h pela recusa dos banqueiros em abrir negociação	Sindicato dos Empregadores em Estabelecimento Bancários de Pernambuco	--x--	--x--	--x--
54	12/09/1963	13/09/1963	Cabo de Santo Agostinho	(1.500) Operários da construção civil	Aumento salarial de 70%	Comando de greve	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	--x--	Aumento salarial de 70%
55	21/09/1963	23/09/1963	Jaboatão dos Guararapes	Trabalhadores Rurais (Usina Jaboatão)	Demissão de trabalhadores dispensados / assinatura de carteira profissional / salários atrasados	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão dos Guararapes	Delegado Regional do Trabalho	--x--	Todas as reivindicações
56	19/09/1963	22/09/1963	Barreiros	Trabalhadores Rurais (Usina Central Barreiros)	Sem informações	Sem informações	Secretaria Assistente	--x--	Sem informações
57	25/09/1963	26/09/1963	Recife	(2.000) Arrumadores	Aumento salarial de 80% e pagamento de salário-família	Sindicato dos Arrumadores	Delegado Regional do Trabalho	--x--	Aumento salarial de 45%, pagamento de salário-família de 10%

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
58	03/10/1963	--/--/1963	Caruaru	Funcionários Públicos	Aumento salarial	Sem informações	Sem informações	Sem informações	Sem informações
59	09/10/1963	--/--/1963	Moreno	(1.600) Tecelões da "Société Cottoniere"	Aumento salarial de 40%	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	Sem informações	Sem informações
60	10/10/1963	16/10/1963	Recife	Empregados nas empresas distribuidoras de filmes cinematográficos	Aumento salarial de 120%	Sem informações	Tribunal Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	Sem informações	Aumento salarial
61	14/10/1963	16/10/1963	Recife	Trabalhadores do setor de cimento, cerâmica e olaria	Aumento salarial de 80%	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Olaria, Cimento e seus produtos, Cal, Gesso, Ladrilhos Hidráulicos e Cerâmica para Construção no Estado de Pernambuco	Tribunal Regional do Trabalho	Violência policial / assassinato de 02 operários por policiais	Aumento salarial
62	21/10/1963	26/10/1963	Jaboatão dos Guararapes	Trabalhadores rurais (Usina Bulhões)	Pagamento de atrasados de janeiro a maio/ assinatura da carteira profissional/ desconto em folha para o Sindicato Aumento salarial	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboaão dos Guararapes	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	Trilhos das ferrovias arrancados/ Pequenas pontes desmontadas	Sem informações

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
63	--/10/1963	--/--/--	Cabo de Santo Agostinho	Trabalhadores rurais (Usina Mercês)	Contra quantitativo de feixes de cana definidos na Tabela de Tarefas/ Pagamento dos dias de greve	Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Cabo de Santo Agostinho	Secretaria Assistente	--x--	Acordo em torno de 130 feixes de cana
64	24/10/1963	26/10/1963	Moreno	Trabalhadores rurais (Usina Nossa Senhora Auxiliadora)	Sem informações	Sem informações	Sem informações	--x--	Sem informações
65	--/--/1963	25/10/1963	Jaboão dos Guararapes	Funcionários Públicos	Exigindo licenciamento do prefeito	Sem informações	Sem informações	--x--	Licenciamento do prefeito
66	06/11/1963	11/11/1963	Recife	(3.000) Pescadores da INBRAPE e COPESBRA	Aumento salarial/ Repouso semanal remunerado	Associação dos Pescadores de Pernambuco	Delegacia Regional do Trabalho	--x--	Todas as reivindicações
67	12/11/1963	--/--/--	Recife	(60) Operários da Refinaria de açúcar Cruzeiro	Aumento salarial / desconto das contribuições sindicais / Cumprimento do acordo e Contrato Coletivo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho	--x--	Sem informações
68	06/11/1963	07/11/1963	Goiana	Trabalhadores rurais (Usina Nossa Senhora das Maravilhas)	Divergências de quantitativo do feixe, referente ao dia de trabalho	Sem informações	Secretaria Assistente	--x--	Sem informações
69	16/11/1963	--/--/--	Sirinhaém	Trabalhadores rurais (Usina Trapiche)	Exigindo libertação de Júlio Santana	Sem informações	Secretaria Assistente	Sem informações	Sem informações

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
70	18/11/1963	20/11/1963	Pernambuco	(200 mil) Trabalhadores Rurais	Aumento salarial de 80%	Comando Unificado (Federação, Ligas e Sindicatos Autônomos)	Ministério do Trabalho	Morte de dois trabalhadores rurais/ferimento em administrador e vigia de usina.	Aumento salarial de 80%
71	29/11/1963	01/12/1963	Jaboatão dos Guararapes	Operários das Pedreiras	Aumento salarial	Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Extrações de Mármore, Calcários e Pedreiras	Delegacia Regional do Trabalho	--x--	Aumento salarial
72	02/12/1963	06/12/1963	També (atual Itambé)	Trabalhadores rurais (Engenheiros Santa Rita, Teixeira, Panguzinho)	Pagamento em folha do delegado sindical/ Diminuição de 168 para 120 o número de canas enfiadas em um corte	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Também	Delegacia Regional do Trabalho	--x--	Diminuição de 168 para 120 o número de canas enfiadas em um corte
73	05/12/1963	18/12/1963	Pernambuco	Bancários	Não cumprimento dos bancos da decisão judicial sobre aumento salarial	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	--x--	Aumento salarial
74	17/12/1963	17/12/1963	Recife	Trabalhadores de empresas telefônicas	Aumento salarial	Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Telefônicas de Pernambuco	Sem informações	--x--	Sem informações
75	16/12/1963	--/--/--	Recife	Garçons	Aumento salarial	Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares do Recife	Delegacia Regional do Trabalho	--x--	Sem informações

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
76	26/12/1963	11/01/1964	Jaboatão dos Guararapes	Trabalhadores Rurais (Usina Muribeca)	Inscrição dos trabalhadores rurais no IAPI / 13º salário	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão dos Guararapes	Delegacia Regional do Trabalho/ Secretaria Assistente	--x--	Pagamento integral dos dias de greve/ 13º salário
77	31/12/1963	--/--/--	Goiana	Trabalhadores Rurais (Engenho Veneza)	13º Salário	Sem informações	Delegacia Regional do Trabalho	--x--	Sem informações
78	06/01/1964	11/01/1964	Recife	Securitários	Aumento salarial de 100%	Sem informações	Tribunal Regional do Trabalho	--x--	Aumento salarial de 90%
79	08/01/1964	15/01/1964	Recife	Trabalhadores das companhias distribuidoras de petróleo	Aumento salarial de 80%	Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Comerciais de Minérios e Combustíveis Mineraiis do Recife	Delegacia Regional do Trabalho/ Secretaria Assistente	--x--	Aumento Salarial de 55%
80	13/01/1964	22/02/1964	Paulista e Abreu e Lima	Lenhadores da Cia. de Tecidos Paulista	Aumento salarial / 13º salário / descanso semanal remunerado	Sindicatos dos Trabalhadores de Paulista e Abreu e Lima	Secretaria Assistente	Bloqueio das estradas de acesso aos cortes de lenha	Aumento salarial
81	18/01/1964	18/01/1964	Pernambuco	Funcionários de autarquias previdenciárias	13º salário	Comando Geral de Greve	Sem informações	--x--	Sem informações
82	22/01/1964	27/01/1964	Quipapá	Trabalhadores Rurais (Engenho Alto da Conceição)	13º salário	Sem informações	Sem informações	--x--	Sem informações
83	23/01/1964	28/01/1964	Recife e Jaboatão dos Guararapes	Radialistas	Aumento salarial de 100%	Sindicatos dos Radialistas	Tribunal Regional do Trabalho	--x--	Aumento salarial de 80% (escalonado)
84	27/01/1964	29/01/1964	Cabo de Santo Agostinho	Operários da Companhia Pernambucana de Borracha Sintética	Aumento salarial de 100%	Comando de Greve	Delegacia Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	--x--	Aumento salarial de 35%

Nº	Data		Local	Categorias	Objetivos	Organização	Mediação	Ocorrências	Objetivos alcançados
	Início	Término							
85	27/01/1964	30/01/1964	Recife	Operários da fábrica da Cia. de Cigarros Souza Cruz	Aumento Salarial / Recebimento de gratificação anual (14º salário)	Sem informações	Tribunal Regional do Trabalho / Secretaria Assistente	--x--	Pagamento de 14º salário
86	17/02/1964	17/02/1964	Vitória de Santo Antão	Trabalhadores rurais	Solidariedade aos trabalhadores do engenho Serra, expulsos pelo proprietário Alarico Bezerra	Ligas Camponesas	--x--	--x--	Suspensa após apelo do Governador Miguel Arraes
87	25/02/1964	04/03/1964	Pernambuco	Trabalhadores rurais	Contra destituição do Delegado do IAPI	Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco	Governo do Estado	Piquetes no Edifício JK em Recife	Suspensa após apelo do Governador Miguel Arraes
88	24/02/1964	05/03/1964	Pernambuco	Operários das (47) Usinas	Aumento salarial de 60%	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar	Tribunal Regional do Trabalho	--x--	Aumento salarial de 30%
89	03/03/1964	04/03/1964	Pernambuco	Trabalhadores da indústria têxtil	Protesto pela nomeação do novo delegado do IAPI	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem do Recife	Sem informações	--x--	Sem informações
90	18/03/1964	--/--/--	Recife	Telegrafistas	Demissão ilegal de 150 funcionários	Federação Nacional dos Telegrafistas	Sem informações	--x--	Sem informações
91	--/--/1964	21/03/1964	São Lourenço da Mata	Funcionários Públicos	Aumento salarial	Sem informações	Secretaria Assistente	--x--	Aumento salarial

## ANEXO A

**PROPOSTA CONJUNTA DAS TABELAS DAS TARIFAS DO CAMPO**

I - Os representantes dos produtores de cana e do açúcar de um lado, e da Federação dos Trabalhadores Rurais, Sindicatos autônomos e Ligas Camponesas de outro, com a presença do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Delegado do Trabalho, assessorados pelo Secretário Assistente em exercício, concordaram em apresentar aos demais membros das respectivas categorias, a presente tabela conjunta que abaixo vai transcrita:

II - A medida para todo o Estado será a braça de 2,20 m.

III - Por “CONTA” entende-se a área de 10 braças por 10.

IV - Para efeito de elaboração desta tabela, foi tomada como norma a jornada de trabalho de oito (8) horas por dia, conforme preceituam as Leis Trabalhistas, na boa execução do serviço, de acordo com os usos locais.

**TABELA****ROÇAGEM**

FRACA - 1,5 contas

MÉDIA - 1,0 conta

DIFÍCIL - 0,5 conta

**ENCOIVARAÇÃO**

FRACA - 3 contas

MÉDIA - 2 contas

DIFÍCIL - 1 conta

**REVOLVIMENTO DA TERRA COM ARADO**

Diária ou produção por entendimento

**PLANTIO DE ESTOURO**

Diária ou produção por entendimento

**SULCAGEM COM BOI**

Diária ou produção por entendimento

**LIMPA DE SULCO**

CHALEIRA OU LAMBAIO - Diária ou produção por entendimento

**COBERTA DE SULCO**

MEIA TERRA - 1,5 a 2,0 contas

TODA TERRA - 1,0 a 1,5 contas

LIMPANDO - 1,0 (variando para menos dependendo das condições do serviço)

**CAVAGEM DE ENXADA**

TERRA CULTIVADA - 250 braças corridas

CAPOEIRÃO - 150 braças corridas

CAVAGEM DE SULCO - 50 braças corridas ao terreno duro

**CORTE DE SEMENTE**

Diária ou produção por entendimento

**DESPALHA DE CANA (sem retoque)**

3,0 contas

**ADUBAÇÃO DE SOCA INCLUINDO CAVAGEM**

Diária ou produção por entendimento

#### TRANSPORTE DE SEMENTE E ADUBO

Diária ou produção por entendimento

#### LIMPA DE CANA

Variável de 0,30 a 2,0 de acordo com as condições do serviço.

#### TRANSPORTE DE CANA (Moagem)

Diária ou produção por entendimento

#### LIMPA [com] CULTIVADOR

Diária ou produção por entendimento

#### ENCHIMENTO DO CARRO

CONDUÇÃO - por animais ou tração animal - 10 toneladas - CR\$50,30

CAMINHÃO E TRATOR - 5 toneladas - Cr\$ 100,60

#### REBOLADOR

Diária ou produção por entendimento.

#### DOSADOR OU IMUNIZADOR (devendo usar luvas)

Diária ou produção por entendimento

#### SEMEIO DE ADUBO OU CANA EM SULCO

TERRENO ACIDENTADO - onde o boi não pode ir 900 braças corridas

TERRENO PLANO OU INCLINADO - 1200 braças corridas

#### GRADEAÇÃO

Diária ou produção por entendimento

#### MOAGEM CORTE DE CANA

BOA - 200 feixes de 20 canas cada

MÉDIA - 150 feixes de 20 canas cada

FRACA - 100 feixes de 20 canas cada

Ordem de 1,20; sendo 10 pedaços de 1,20 e 10 pedaços menores que possam ser amarrados pelos dois atilhos.

#### FORMAS DA MOAGEM

Por cana boa de cortar - entende-se a cana fina em terreno limpo

Por cana média - entende-se a cana grossa - (POJ) ou com mato.

Por cana fraca - entende-se com bastante mato ou falhada.

Nos casos especiais, entendimento ou diária, inclusive corte por tonelada.

Por canas queimadas, em casos fortuitos, esta tabela deverá ser aumentada em 20%.

Quando a queima da cana for realizada por determinação do proprietário, não haverá o aumento dos 20% acima citado.

#### NORMAS ESPECIAIS

I - Em todo serviço, por produção, quando o material não chegar as mãos do trabalhador, sem ser por sua responsabilidade, este passará a perceber por diária.

II - Ficarão vetados quaisquer descontos sobre o salário do trabalhador que não se enquadrem em Lei.

III - Fica determinado que os Sindicatos representantes das classes trabalhadoras e patronais, assim como o Governo do Estado, se empenharão junto aos poderes federais no sentido de que, a Previdência Social passe a funcionar objetivamente em benefício do Trabalhador, e, imediatamente.

IV - Toda vez em que não se chegar a um acordo quanto à classificação dos serviços da tabela acima estipulada, será executada na diária. Essa opção por parte do trabalhador só poderá ser feita na ocasião do início do serviço.

V - Ficam permitidas modalidades além das tabela, desde que haja acordo entre as partes.

VI - Os plantadores de cana, para efeito de pagamento do feriado remunerado, em toda a zona canavieira, reconhecem o seguinte: Sexta FERIA da Paixão, Corpo de Deus, Ascensão do Senhor, o Dia do padroeiro do Município, o da emancipação municipal ou outro dia a ser combinado e os 24 e 29 de junho, além dos nacionais, que serão os seguintes: 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 15 de novembro, 25 de dezembro, salvo lei municipal em contrário.

VII - Concordaram para que em cada engenho haja um representante do Sindicato, devidamente credenciado, trabalhador residente no engenho, sendo o mesmo substituído pelo Sindicato nos casos de incompatibilidade pessoal comprovada.

VIII - Os plantadores de cana ficam obrigados a fornecer luvas ao envenenador e aos semeadores de cana, quando fizeram o tratamento fito-sanitário.

1. MIGUEL ARRAES DE ALENCAR (Governador do Estado)
2. ENOCH MENDES SARAIVA (Delegado do Trabalho)
3. MANOEL GONÇALO FERREIRA (Presidente da Federação dos Sindicatos Rurais)
4. ADAUTO FERREIRA DA CRUZ (pelas Ligas Camponesas)
5. ANTONIO GUEDES DA SILVA (Presidente do Sindicato Rural de Igarassu)
6. ANTONIO CASTRO DE CERQUEIRA (pelo Sindicato dos Empregadores da Cana em Pernambuco)
7. JOSÉ EVANGELISTA NEPAMUCENO (Jaboatão)
8. JOAQUIM CAMILO DE SANTANA (Moreno)
9. JÚLIO SANTANA (pelo Sindicato rural de Barreiros, Sirinhaém e Rio Formoso)
10. MANOEL FELIX DA SILVA (pelo Sindicato rural de Palmares, etc...)
11. FERNANDO MENDONÇA FILHO (Secretário Assistente em exercício)
12. RENATO BEZERRA DE MELO (Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar).